

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM TEOLOGIA**

ADEMAR SANTOS RIBEIRO

**A RELEVÂNCIA DA DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA
NA AÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE SANTARÉM**

CURITIBA

2011

ADEMAR SANTOS RIBEIRO

**A RELEVÂNCIA DA DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA
NA AÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE SANTARÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Agenor Brighenti

CURITIBA

2011

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

Ribeiro, Ademar Santos
R484r A relevância da dimensão sociotransformadora na ação pastoral da diocese
2011 de Santarém / Ademar Santos Ribeiro ; orientador, Agenor Brighenti. -- 2011
221 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2011
Bibliografia: f. 209-220

1. Igreja Católica. Diocese de Santarém (PA). 2. Obras da Igreja junto aos
trabalhadores rurais. 3. Evangelização. 4. Igreja e problemas sociais. 5. Teologia
pastoral. I. Brighenti, Agenor. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 282.8115



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Centro de Teologia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Teologia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 028
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
ADEMAR SANTOS RIBEIRO

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e onze às dezesseis horas, reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores, Agenor Brighenti, Joachim Andrade e Antonio José de Almeida, para examinar a Dissertação do candidato, **Ademar Santos Ribeiro**, ano de ingresso, dois mil e dez, do Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, Linha de Pesquisa: Teologia e Evangelização. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: **“A RELEVÂNCIA DA DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA NA AÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE SANTARÉM”**. O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e após a defesa o candidato foi APROVADO/A pela Banca Examinadora, A sessão encerrou-se às 17 h 30 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca:

Prof.Dr. Agenor Brighenti
Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Joachim Andrade
Convidado Externo

Prof. Dr. Antonio José de Almeida
Convidado Interno.

CIENTE

Prof. Dr. Mário Antonio Sanches

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



DEDICO ESTE TRABALHO,

a todos os evangelizadores e evangelizadoras, de ontem e de hoje, que buscam compreender
que a ação pastoral tem uma dimensão social;
aos que nos interpelam para não fecharmos os olhos diante das realidades dos pobres e
sofredores;
a todos os que buscam compreender que o Reino de vida que Cristo veio trazer é
incompatível com as situações desumanas estampadas em nossas cidades;
aos que não se conformam com as injustiças e o egoísmo que oprimem e tentam apagar os
sonhos dos pobres;
aos que continuam acreditando na utopia do Reino, em atitude otimista, profética e de
esperança, crendo no poder do Senhor desta história;
aos que são habitados pela virtude da esperança e sonham uma realidade melhor para todos,
sem dor, sem fome e sem exclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar esta oportunidade de aprimoramento e capacitação;

A minha mãe Elza e toda a minha família que tem me ensinado que o maior tesouro a ser conquistado é o conhecimento;

Especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Agenor Brighenti, que me incentivou para que fosse possível começar essa etapa e poder concretizar esse trabalho; sem o seu apoio e ajuda não lograria êxito;

Minha gratidão ao Padre Prof. Dr. Antonio José de Almeida, que oportunamente com suas sugestões, me ajudou no aprimoramento de nossa pesquisa;

A Dom Esmeraldo e colegas presbíteros da Diocese de Santarém, pelo incentivo, apoio e orações;

Aos professores do Curso do mestrado em Teologia da PUCPR, com sua amizade e testemunho de amor pelo conhecimento me proporcionaram estímulos nos momentos difíceis;

A Arquidiocese de Curitiba, na pessoa de Dom Moacir José Vitti minha gratidão pela acolhida e confiança;

Às paróquias São João Bosco e Nossa Senhora de Fátima, que me proporcionaram mais do que hospedagem, a oportunidade para partilharmos nossa experiência de fé;

Ao Monsenhor Estanislau, pela amizade e disponibilidade, na pessoa de quem agradeço os demais padres da Arquidiocese de Curitiba e também os paroquianos de Nossa Senhora de Fátima;

Ao professor Élio pelas correções e revisões textuais, partilhas, paciência e sugestões;

Aos colegas de curso, pelas amizades conquistadas, pelas experiências compartilhadas, pelos obstáculos vencidos em comunidade;

A minha irmã Ana Maria e todos os meus irmãos, que em todos os momentos estiveram presentes com seu apoio e incentivo;

A Inez e toda equipe do Centro Diocesano de Pastoral, pela colaboração e partilha dos arquivos e materiais que muito me foram úteis;

Aos amigos e amigas da Diocese, que nos momentos de saudades transmitiram alento e força por meio de telefonemas, emails e cartas;

A Maria, secretária do nosso curso, com sua amizade, sempre procurou ajudar, possibilitando as superações das dificuldades.

“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias das pessoas de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração”.

GAUDIUM ET SPES, 1965, 1.

RESUMO

A evangelização constitui a graça e a vocação própria da Igreja, sendo a sua mais profunda identidade. A Diocese de Santarém, como Igreja local, existe para evangelizar, para anunciar a Boa nova de Cristo, o seu Evangelho, o que constitui a essência de sua missão. A presente pesquisa realizada a partir da abordagem qualitativa documental se propôs a refletir sobre a relevância da dimensão sociotransformadora na ação pastoral da Diocese de Santarém, uma vez que essa dimensão é fundamental para o desenvolvimento das ações que sustentam a evangelização na perspectiva da caridade. Dois motivos nos levaram a desenvolver esse trabalho: encontrar os fundamentos que deram sustentação à dimensão social da ação pastoral feita pela Igreja na Diocese de Santarém e indicar perspectivas de ação que possam garantir a extensão dessa dimensão em todas as estruturas da Igreja. Este trabalho aponta primeiramente a fé como elemento fundamental para o compromisso social na Diocese de Santarém, enfocando que esta procurou realizar sua ação pastoral ligando a fé com a vida, o que lhe proporcionou adquirir uma identidade de Igreja que buscou contemplar, em sua ação evangelizadora, os compromissos da renovação apontados pelo Concílio Vaticano II, particularmente pela *Gaudium et Spes*. Isto lhe garantiu constituir experiências importantes como a catequese rural, as pastorais sociais, a encarnação da pastoral na vida das comunidades e o seu engajamento nas lutas populares. Os referenciais teológicos dos documentos do Magistério, os documentos sociais principalmente das Conferências Episcopais latino-americanas contribuíram para o amadurecimento da dimensão social com relevantes contribuições que nortearam principalmente a organização da pastoral. Possibilitaram, ainda, traçar diretrizes para a ação pastoral a partir das assembleias, conselho de pastoral e encontros, fortalecendo o espírito de comunhão e participação de bispos, padres e leigos. As transformações promovidas pela mudança de época, com seus desafios, apontam significativas mudanças nessa dimensão pastoral na Diocese, impulsionando novas perspectivas não somente no âmbito de ações, mas de mudança de metodologia também para que possa continuar respondendo ao novo contexto sociocultural e religioso. A V Conferência de Aparecida proporcionou relevantes contribuições para essa dimensão, resgatando compromissos que podem ser significativos para a afirmação da dimensão social. Essas contribuições podem servir de perspectivas de ações, ajudando a ação da Diocese de Santarém continuar sendo pautada pelo anúncio da Boa nova de Jesus. Entre outras ações se indicaram a promoção e defesa da vida na Amazônia, a revitalização das pastorais sociais e uma formação libertadora que possa contribuir para os evangelizadores dialogarem com a sociedade em mudança.

Palavras-chave: Diocese. Dimensão sociotransformadora. Evangelização. Ação pastoral. Compromisso social. Magistério social latino-americano.

ABSTRACT

The evangelization is the grace and vocation proper to the Church being its deepest identity. The Santarem's diocese, as a local Church, exists to evangelize, to announce the good news of Christ, his gospel, which is the essence of its mission. The present research held from the qualitative documental perspective proposes to reflect about the relevance of the social transformative dimension of the pastoral work in Santarem's diocese, since this dimension is fundamental for the development of the work that supports the evangelization in the perspective of charity. Two reasons led us to develop this work: to find out the basic elements that have given support to the social dimension of pastoral action done by the Church in Santarem's diocese and point out perspectives to the actions that might guarantee the extension of this dimension in all the spheres of the Church. This work points out primarily that the faith is a fundamental element for the social commitment in the Santarem's diocese, focusing that church sought to realize its pastoral action connecting life with faith, which led it to get the church identity which contemplates, in its evangelization, the renewed commitments pointed out by the Second Vatican Council, especially by the *Gaudium et Spes*. This guaranteed the diocese to have important experiences like the rural catechism, the pastoral social, the concrete pastoral engagement in the community life and its engagement in popular causes. The theological reference to the magisterial teachings of the church, the social documents especially of the Latin American Bishops' Conferences have contributed to the growth of the social dimension with significant contributions that have nurtured mainly the pastoral organization. And more through the assemblies, pastoral council and the meetings these have set guide lines for the pastoral action, strengthening the spirit of communion and participation of bishops, priests and laity. The changes orchestrated by the change of time, with its challenges, show significant changes in the pastoral dimension of the diocese, stimulating new perspectives not only in terms of actions, but also in the change of methodology in order to continue responding to the new socio-cultural and religious context. The Fifth Conference of Aparecida provided important contributions to this dimension, by recovering commitments that may be relevant to the affirmation of the social dimension. These contributions can serve as perspectives, for the actions for the Santarem's diocese to continue to be guided by the Good News of Jesus. Among other actions, were indicated the promotion and protection of life in the Amazon, the revitalization of pastoral social and a liberating education that might contribute to the dialogue between evangelists and the changing society.

Key words: Diocese. Social transformative dimension. Evangelization. Pastoral action. Social commitment. Latin American social Mastership.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	- Conselho Episcopal Latino-Americano
CfL	- Exortação pós-sinodal <i>Cristifideles Laici</i>
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPD	- Conselho Pastoral Diocesano
CDJP	- Comissão Diocesana de Justiça e Paz
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CV	- Carta Encíclica <i>Caritas in Veritate</i>
DAp	- Documento de Aparecida
DGAE	- Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil
DP	- Documento de <i>Puebla</i>
DI	- Discurso Inaugural do Papa
DSI	- Doutrina Social da Igreja
EN	- Exortação Apostólica <i>Evangelii Nuntiandi</i>
GS	- Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
INCRA	- Instituto Nacional de Reforma Agrária
INP	- Instituto Nacional de Pastoral
IPAR	- Instituto de Pastoral Regional
LG	- Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
MEB	- Movimento de Educação de Base
Med	- Documentos de <i>Medellín</i>
MMM	- Movimento por um Mundo Melhor
OA	- Carta Encíclica <i>Octogesima Adveniens</i>
ONGs	- Organizações Não Governamentais
OEEDSI	- Documento Orientação para Estudo e Ensino da Doutrina Social da Igreja na Formação Presbiteral
PP	- Carta Encíclica <i>Populorum Progressio</i>
PPC	- Plano de Pastoral de Conjunto
PUCPR	- Pontifícia Universidade Católica do Paraná
REB	- Revista Eclesiástica Brasileira
SEMICON	- Seminário Nossa Senhora da Conceição

- SEMINTER - Seminário Maior Interdiocesano
SC - Constituição *Sacrosanctum Concilium*
SD - Documento de Santo Domingo
SRS - Carta Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*
UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 FÉ E COMPROMISSO SOCIAL NA AÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE SANTARÉM	24
2.1 A DIOCESE DE SANTARÉM: ELEMENTOS DE SUA GEOGRAFIA, HISTÓRIA E COMPROMISSO SOCIAL	25
2.1.1 A Igreja que se fez carne e arma sua tenda na Amazônia	26
2.1.2 A vida pastoral da Diocese de Santarém	28
2.1.3 A estruturação da pastoral diocesana.....	29
2.1.4 Antecedentes da ação sociotransformadora na Diocese de Santarém.....	30
2.2 A IGREJA NO BRASIL A PARTIR DE 1979 E SUA INCIDÊNCIA NA DIOCESE	33
2.2.1 A influência das Diretrizes da CNBB	34
2.2.2 As Linhas Pastorais e Dimensões da Ação Evangelizadora	35
2.2.3 Fundamentos e alcance da dimensão sociotransformadora	36
2.2.4 A Igreja no Brasil a partir das Diretrizes.....	37
2.2.5 Elementos inspiradores para uma Igreja comprometida com a dimensão social ...	39
2.3 A DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA A PARTIR DAS DECISÕES DAS ASSEMBLEIAS DIOCESANAS.....	42
2.3.1 As Assembleias da década de 1980	42
2.3.2 As 4ª e 5ª. Assembleias Diocesana de Pastoral.....	44
2.3.3 A Assembleia em comemoração ao centenário da Diocese	46
2.3.4 A 7ª. Assembleia e a defesa da Amazônia	47
2.4 A DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA NOS PLANOS DE PASTORAL DE 1989 A 2011	49
2.4.1 Atividades sociotransformadoras do Primeiro Plano	49
2.4.2 Os Planos favorecem participação	50
2.4.3 A dimensão sociotransformadora dinamiza as ações.....	51
2.5 A DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA NA PRÁTICA DAS PASTORAIS SOCIAIS	53
2.5.1 A Equipe de Pastoral Social da Diocese de Santarém.....	53
2.5.2 A Comissão de Pastoral da Terra (CPT)	53
2.5.3 A Comissão Diocesana de Justiça e Paz.....	55
2.5.4 Outras atuações da Pastoral Social.....	56

2.6 OUTROS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA UM COMPROMISSO SOCIOTRASNFORMADOR	57
2.6.1 Dom Tiago, pastor comprometido com o povo.....	57
2.6.2 O Movimento de Educação de Base (MEB)	59
2.6.3 Catequese Rural	60
2.7 IGREJA E SOCIEDADE: BALANÇO DE UM RICO PROCESSO.....	63
2.7.1 Fé e compromisso social no interior da Igreja: os avanços.....	63
2.7.2 As pastorais sociais e sua influência	65
2.7.3 Impactos da ação social da Igreja na sociedade	67
2.7.4 Impasses para os avanços do compromisso sociotransformador	67
3 OS PRINCIPAIS REFERENCIAIS TEOLÓGICOS DO COMPROMISSO SOCIAL DA DIOCESE DE SANTARÉM	69
3.1 REFERENCIAIS DO MAGISTÉRIO UNIVERSAL DA IGREJA.....	70
3.1.1 A <i>Gaudium et Spes</i>: uma Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço.....	71
3.1.1.1 Pertinência teológica da Igreja inserida no mundo	71
3.1.1.2 A relevância pastoral da Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço para o compromisso social na Diocese.....	74
3.1.2 A <i>Populorum Progressio</i>: o subdesenvolvimento como subproduto do desenvolvimento	76
3.1.2.1 O subdesenvolvimento como subproduto do desenvolvimento na Encíclica.....	77
3.1.2.2 A relevância pastoral da <i>Populorum Progressio</i> na ação sociotransformadora na Diocese de Santarém.....	78
3.1.3 A <i>Evangelii Nuntiandi</i>: laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana	80
3.1.3.1 Os laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana, na <i>Evangelii Nuntiandi</i>	81
3.1.3.2 A relevância pastoral dos laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana para o compromisso social na Diocese	83
3.2 REFERENCIAIS DO MAGISTÉRIO LATINO-AMERICANO	85
3.2.1 <i>Documentos de Medellín</i>: opção pelos pobres e libertação.....	87
3.2.1.1 A pertinência teológica da opção pelos pobres e libertação em <i>Medellín</i>	88
3.2.1.2. A relevância pastoral da opção pelos pobres e da libertação em <i>Medellín</i> para o compromisso social na Diocese de Santarém.....	92
3.2.2 <i>Documento de Puebla</i>: Igreja “Comunhão e Participação”	94
3.2.2.1 Relevância teológica das opções de Puebla: comunhão e participação	94

3.2.2.2 A relevância pastoral da comunhão e participação em Puebla para o compromisso social na Diocese de Santarém	96
3.2.3 Documento de Santo Domingo: o protagonismo dos leigos	98
3.2.3.1 Referências teológicas do protagonismo dos leigos em Santo Domingo.....	98
3.2.3.2 Relevância pastoral do protagonismo dos leigos para o compromisso social na Diocese de Santarém	100
3.2.4 Documento de Aparecida: uma Igreja samaritana e profética.....	101
3.2.4.1 A pertinência teológica da Igreja samaritana e profética em Aparecida	102
3.2.4.2 A relevância pastoral da Igreja samaritana e profética para o compromisso social na Diocese de Santarém.....	105
4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA NA DIOCESE DE SANTARÉM, HOJE	107
4.1 ÉPOCA DE MUDANÇA E MUDANÇA DE ÉPOCA	108
4.1.1 A emergência de um mundo globalizado e excludente.....	109
4.1.2 O auge e o esgotamento do neoliberalismo	112
4.1.3 Crise de civilização e das utopias	115
4.1.4 A fragmentação do tecido social	118
4.1.5 A busca de um “outro mundo possível”	120
4.1.5.1 A emergência de uma consciência planetária	120
4.1.5.2 A legitimação do pluralismo	121
4.2 O IMPACTO DA MUDANÇA DE ÉPOCA SOBRE A IGREJA	123
4.2.1 O impacto sobre a experiência religiosa	124
4.2.1.1 Novos componentes religiosos e suas repercussões na Igreja	125
4.2.1.2 Descompromisso com o social.....	127
4.2.2 O impacto sobre a Diocese de Santarém.....	130
4.2.3 O itinerário do IPAR e a formação presbiteral.....	131
4.2.3.1 O IPAR e a formação libertadora na Amazônia	131
4.2.3.2 O IPAR num contexto de novos desafios	133
4.2.4 O impacto sobre as CEBs, a Pastoral Social e os movimentos populares	135
4.2.4.1 A caminhada das CEBs na Igreja Latino-americana e na Diocese	136
4.2.4.2 A caminhada das pastorais sociais	139
4.2.4.3 Avanços e retrocessos da parceria da Igreja com os movimentos populares	142
4.2.5 A gradativa despolitização das lideranças da Igreja.....	145
4.2.5.1 Igreja e política hoje	146

4.2.5.2. A despolitização das lideranças na Igreja de Santarém.....	148
5 PERSPECTIVAS DE AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA PARA A DIOCESE DE SANTARÉM, À LUZ DE APARECIDA	152
5.1 PERSPECTIVAS DE APARECIDA PARA UMA AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA	153
5.1.1 Perspectivas de ação no âmbito da pessoa.....	154
5.1.1.1 Fé cristã comprometida com a dignidade de todos os excluídos	155
5.1.1.2. Conversão pastoral em prol do compromisso e defesa da vida	157
5.1.1.3 O ser humano como caminho da Igreja	159
5.1.2 Perspectivas de ação no âmbito da comunidade	162
5.1.2.1 Cada comunidade: um poderoso centro irradiador da vida (<i>DAP</i> 362).....	162
5.1.2.2 Uma Igreja advogada dos pobres e da justiça (<i>DAP</i> 395).....	165
5.1.2.3 Uma pastoral social estruturada, orgânica e integral (<i>DAP</i> 401)	167
5.1.3 Perspectivas de ação no âmbito da sociedade.....	169
5.1.3.1 Presença pública, por contraste, no mundo da cultura	171
5.1.3.2 Uma ação em parceria com outros organismos e instituições (<i>DAP</i> 384).....	172
5.1.3.3 Uma ação com incidência no âmbito nacional e internacional (<i>DAP</i> 384).....	173
5.2 PERSPECTIVAS DE AÇÃO PARA A DIOCESE DE SANTARÉM.....	175
5.2.1 Promover e defender a vida na Amazônia em meio aos contrastes	176
5.2.1.1 A vida dos ribeirinhos e dos indígenas	176
5.2.1.2 A vida dos excluídos nas cidades	179
5.2.1.3 A vida de uma ecologia ameaçada	181
5.2.2 Revitalizar as pastorais sociais e viabilizar o protagonismo das CEBs.....	185
5.2.2.1 A necessária mediação das pastorais sociais	186
5.2.2.2 As CEBs como centro de promoção e defesa da vida	187
5.2.2.3 Uma Igreja inculturada, com rosto amazônico	190
5.2.3 Propiciar uma formação libertadora frente à volta de velhos paradigmas eclesiais	193
5.2.3.1 Manter viva a renovação do Vaticano II e da tradição latino-americana	194
5.2.3.2 Situar-se no atual contexto de mudanças em atitude prospectiva	197
5.2.3.3 Contribuir com a formação da consciência cidadã e o papel da sociedade civil	199
6 CONCLUSÃO	202
REFERÊNCIAS.....	210

1 INTRODUÇÃO

A Diocese de Santarém foi constituída como prelazia pela Bula *Romani Pontifices*, do Papa Pio X, no dia 21 de setembro de 1903. Em 1907 foi confiada aos cuidados dos padres franciscanos alemães e no dia 16 de outubro de 1979, pela Bula *Cum Praelature*, do Papa João Paulo II, foi elevada a Diocese. No princípio, o território da Prelazia de Santarém fazia parte da imensa Diocese de Belém do Pará, se estendendo por toda a região do oeste paraense, inclusive pelo território do Amapá. Mais tarde foram criadas outras prelazias e dioceses. Atualmente a Diocese tem uma área de 171.906 km². É formada por seis municípios, a saber: Santarém, Aveiro, Belterra, Monte Alegre, Prainha e Almeirim, todos localizados no Oeste do Estado do Pará.

A ação evangelizadora de uma Diocese consiste em promover integralmente a pessoa inteira e todas as pessoas, anunciando a Boa-nova de Jesus para que nele todos os povos tenham vida. Ela é a razão de ser da Igreja e de toda a sua trajetória. Implica em fazer presente o Evangelho. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por meio das últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, propõe o objetivo de toda a missão da Igreja no Brasil: Evangelizar, a partir de Jesus Cristo e na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, ‘para que todos tenham vida’ (Jo 10,10) rumo ao Reino definitivo. Evangelizar, para a Igreja, como bem evocou o Papa Paulo VI, é levar a Boa-nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade. A Igreja é chamada a ser sempre reconhecida como seguidora de Cristo e servidora da humanidade, promovendo a comunhão no amor.

Toda diocese é convocada a ser presença dessa comunhão e promover a vida em comunidade em toda a sua realidade. Deus não quis salvar-nos isoladamente, mas formando um povo, por isso a Igreja procura ser sinal visível da experiência de fé vivida sempre em comunidade. Reunida e alimentada pela Palavra, pela Eucaristia e pela Caridade, a Igreja existe e se manifesta, assumindo a sua missão evangelizadora. Os três múnus: profético, litúrgico e da caridade, segundo as Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil, são chamadas de múnus ou ministérios da Igreja (*tria munera Ecclesiae*). Esse tríplice múnus da missão evangelizadora da Igreja é indicado como elemento importante para conduzir a ação dos evangelizadores, fazendo a evangelização ser mais coesa e mais completa.

O múnus profético consiste no anúncio e na acolhida da Palavra que possibilita a sua proclamação e o acolhimento livre ao anúncio salvífico da pessoa de Cristo, no Espírito. Para que isso aconteça, faz-se necessário o desenvolvimento de uma pastoral bíblica, entendida como animação bíblica da pastoral. É indispensável um ministério da catequese dirigido a todos, a formação bíblico-teológica e uma profícua proclamação da Palavra em todas as comunidades. Não se trata de se voltar a ela em alguns momentos somente, mas possibilitar que haja um contato profundo e vivencial com a Palavra, para encontrar a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo e aderir ao Reino de Deus. Por meio desse múnus, da Palavra, o cristão vai encontrar forças para a sustentação de uma prática profética, capaz de dar-lhe as condições para atravessar as grandes incertezas desse tempo.

O múnus da liturgia está em sintonia com o que foi proposto no Concílio Vaticano II que o apresenta como o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde emana toda a sua força. Na liturgia o discípulo realiza o mais íntimo encontro com o seu Senhor e dela recebe a motivação e a força máxima para a sua missão na Igreja e no mundo, afirmam as diretrizes.

A ação evangelizadora a partir do múnus da caridade compreende a dimensão prática e concreta da missão. Se as fontes da vida cristã são a Palavra e os Sacramentos, o centro é a caridade, o amor-doação, que vem do próprio Deus. Toda a atividade da Igreja é a manifestação de um amor que procura o bem integral do ser humano. O amor cristão tem duas faces inseparáveis: faz brotar e crescer a comunhão fraterna entre os que acolheram a Palavra do Evangelho e leva o serviço aos pobres, o socorro a todos os necessitados, sem discriminação. Por esse múnus a Igreja se faz presente nas novas realidades de exclusão e marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada, e onde os pobres estão caídos. Por esse múnus o Evangelho se torna ação concreta em defesa e construção da vida de todos. A Igreja adquiriu, ao longo dos seus anos, um rico patrimônio, a Doutrina Social da Igreja, que dá substância ao múnus da caridade.

Nossa pesquisa situou-se no âmbito deste terceiro múnus, na tentativa de averiguar, na Diocese de Santarém, como os elementos que o compõem se fizeram e como podem continuar se fazendo presentes na ação pastoral da Diocese. Nesta pesquisa procurou-se investigar a relevância dessa dimensão na trajetória da Diocese de Santarém. Trata-se da presença da dimensão sociotransformadora na ação pastoral, herança conquistada pelo Concílio Vaticano II, mais precisamente pela *Gaudium et Spes*, quando esta propôs a evangelização como presença da Igreja no Mundo, nas realidades terrestres. Dimensão que se fundamenta nos

documentos sociais da Igreja, desde Leão XIII, com a Encíclica *Rerum Novarum* (1891) até o Papa Bento XVI, com a encíclica *Caritas in Veritate* (2007).

A pesquisa tratou da relevância da dimensão sociotransformadora, onde procurou-se refletir sobre essa dimensão na ação pastoral da Diocese de Santarém, a partir de seus documentos elaborados em Assembleias Pastorais, nos planos de pastoral, no período de 1982 a 2010 e nos documentos da Doutrina Social da Igreja, especificamente nos documentos das Conferências Episcopais do Magistério recente. Pretendeu-se realizar essa pesquisa com os seguintes objetivos: levantar e sistematizar as informações do projeto Pastoral da Diocese de Santarém; verificar as atividades sociais relevantes que contribuíram para a organização pastoral comprometida com a dimensão sociotransformadora; averiguar os aspectos fundamentais da dimensão sociotransformadora da ação pastoral nos documentos da Igreja, especificamente os das Conferências Episcopais latino-americanas e apontar perspectivas de ação para a dimensão social da Igreja, a fim de contribuir com o fortalecimento da dimensão sociotransformadora na Diocese de Santarém.

Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se um referencial teórico que possibilitou uma compreensão da ação evangelizadora. Buscou-se nos documentos das Conferências Episcopais latino-americanas, nos documentos das quatro últimas Assembleias diocesanas de pastoral da Diocese de Santarém, os referenciais básicos que dessem sustentação à dimensão sociotransformadora da pastoral.

Alguns questionamentos feitos se colocam como necessários e constituem problemática desta pesquisa: Em que consiste a dimensão sociotransformadora na ação pastoral da Diocese de Santarém? Que importância teve as Conferências Episcopais latino-americanas para o desenvolvimento da dimensão sociotransformadora na ação pastoral da Diocese? Quais foram suas contribuições? Como as transformações da sociedade, o que se caracterizou como mudança de época, têm influenciado na ação pastoral dos leigos, padres e organismos eclesiais da Diocese? No contexto em que se vive, marcado por mudanças e transformações, como as CEBs, a opção pelos pobres e a formação libertadora podem continuar sendo referencial da ação sociotransformadora? Como tornar a dimensão social um organismo fundamental na vida das comunidades?

Respostas para tais questionamentos foram buscadas a partir da pesquisa qualitativa e documental, nas indicações do Concílio Vaticano II, nas contribuições do Magistério Latino-americano, nos documentos da CNBB, bem como nos documentos diocesanos: documentos das Assembleias, planos, anuários, atas, cartilhas pastorais que foram produzidos e que registram uma experiência pastoral comprometida com a realidade do povo.

Ao se escolher o tema da pesquisa, o intuito era averiguar se o compromisso assumido pela Diocese era baseado nos documentos do magistério da Igreja Universal, bem como nos documentos latino-americanos. Desejava-se saber, também, quais os obstáculos que impediram a presença de uma ação social mais consistente nos organismos diocesanos. Sem esse aspecto social, a ação pastoral deixa de ser propagadora da vida, a fé se torna desligada de uma ação concreta e libertadora. A *Gaudium et Spes* recorda que a fé precisa iluminar todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas (GS11).

A pesquisa está dividida em quatro capítulos. Em cada um deles, alicerçado em uma bibliografia consistente, desenvolveu-se o conteúdo que se julgou necessário para a resposta à hipótese levantada. O intuito não é de esgotar a temática, mas de levantar questionamentos, reflexões e desafios para que a dimensão sociotransformadora encontre plausibilidade não somente nos trabalhos das pastorais sociais, mas de toda a Igreja de Santarém, para que sua ação seja garantida por uma maior presença junto à sociedade, tanto na área rural como área urbana.

O primeiro capítulo aborda os elementos que possibilitaram compreender a dimensão social na Diocese de Santarém. Primeiramente situou-se a Diocese com sua geografia, sua história eclesial e os antecedentes que contribuíram para a dimensão sociotransformadora. Em seguida, perscrutando quais os fatores que influenciaram nessa dimensão, aborda-se a influência da Igreja no Brasil sobre a região a partir do ano de 1979, fazendo uma abordagem por meio das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil e suas influências na vida da Igreja de Santarém. Apresenta-se os fundamentos da dimensão sociotransformadora a partir da *Gaudium et Spes* que passou a nortear o compromisso social do cristão. Verificou-se em que medida esses fundamentos tiveram influência na dinâmica pastoral da Diocese. Em seguida faz-se uma abordagem da dimensão sociotransformadora nas decisões das Assembleias pastorais desde o ano de 1982, nos Planos de Pastoral e nos diversos organismos especialmente nas pastorais sociais. Nesse primeiro capítulo apresenta-se também, como importante para a relevância da dimensão social, o processo de organização eclesial que a Diocese estabeleceu. Ao se abordar os organismos diocesanos que foram constituídos, procurou-se saber de que maneira os diversos fatores e iniciativas pastorais contribuíram para a efetivação da dimensão social. Esses fatores contribuíram para dar plausibilidade para essa dimensão em âmbito diocesano? Ressaltou-se a presença de Dom Tiago e o trabalho desenvolvido pelas chamadas semanas catequéticas, procurando saber se esses elementos possibilitaram o desempenho da dimensão social.

No segundo capítulo, busca-se identificar os principais referenciais que podem ter influenciado no compromisso sociotransformador, tomando como referência os documentos da Igreja e a experiência eclesial da Diocese. São apresentados os referenciais teológicos dos documentos do magistério universal e do magistério latino-americano. Esses referenciais são abordados nos seguintes documentos: *Gaudium et Spes*, bem como *Populorum Progressio* e *Evangelii Nuntiandi*, do Papa Paulo VI. Nos documentos do magistério latino-americano, Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, destacam-se alguns elementos que ressaltam a dimensão sociotransformadora. Frisam-se alguns elementos, pois é sabido que cada um desses documentos possuem outros referenciais que poderiam ser abordado na pesquisa. Em cada um dos documentos, tanto do magistério universal, quanto no magistério da América Latina, procura-se ressaltar os referenciais teológicos que podem ter contribuído na sustentação da dimensão social na Igreja de Santarém. Na *Gaudium et Spes*, trabalhou-se uma Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço; na *Populorum Progressio*, o subdesenvolvimento como subproduto do desenvolvimento e na *Evangelii Nuntiandi* os laços intrínsecos entre a evangelização e promoção humana. Já nos documentos das conferências episcopais latino-americanas, abordam-se os seguintes referenciais: em *Medellín*, a opção pelos pobres; em Puebla, Igreja comunhão e participação; Santo Domingo, o protagonismo dos leigos e leigas; e no documento de Aparecida, uma Igreja samaritana e profética. Em todos esses documentos busca-se verificar se esses elementos contribuíram para a composição da ação social na pastoral da Diocese.

No terceiro capítulo, faz-se o diagnóstico da situação da ação sociotransformadora na Diocese de Santarém, hoje. Nele, busca-se identificar os principais desafios para a ação sociotransformadora na Diocese. Apresentam-se dois desafios, um no âmbito da sociedade, e o outro no âmbito eclesial. O primeiro se constitui na mudança de época, que tem se manifestado em vários aspectos da vida social, por meio da emergência de um mundo globalizado, pelo auge e esgotamento do neoliberalismo, pela crise de civilização e das utopias, pela fragmentação do tecido social e a busca de um outro mundo possível. Nesse desafio busca-se identificar os elementos positivos que contribuíram para um avanço sociocultural e também os seus elementos negativos que têm interferido na cultura contemporânea. O segundo desafio trata do impacto da mudança de época sobre a Igreja. Aborda-se esse impacto sobre a vida religiosa, no âmbito do Brasil e da Diocese de Santarém. Apresenta-se sua repercussão principalmente na formação presbiteral e nos organismos pastorais e sociais, como nas CEBs, pastorais sociais, movimentos populares e na gradativa despolitização das lideranças da Igreja, tanto a nível nacional como na Igreja em Santarém.

O último capítulo versa sobre as perspectivas de ação sociotransformadora para a Diocese de Santarém, à luz de Aparecida. Tratou-se de buscar algumas perspectivas. Considerando a importância da Conferência de Aparecida, sua repercussão no contexto de sociedade em mudança, procura-se encontrar ações que possivelmente possibilitaram o fortalecimento da dimensão social na Diocese. Na primeira parte são apresentadas as possíveis perspectivas no âmbito da pessoa, da comunidade e da sociedade, procurando saber se essas perspectivas constituem-se de elementos sociais. Apresenta-se essas perspectivas a partir dos elementos que Aparecida retomou do compromisso socioliberalizador inaugurado no Concílio Vaticano II e assumido pelas conferências episcopais que a antecederam. Esta Conferência reafirmou o compromisso da evangelização comprometida com a vida e por isso sustentou a opção preferencial pelos pobres como resultado da fé evangélica, propôs a retomada do método ver-julgar-agir e a afirmação do compromisso com as CEBs, sendo essas fundamentais para a promoção da vida e da justiça. Na segunda parte, indicam-se perspectivas de ação para a Diocese de Santarém, baseadas nas que Aparecida já apontou. Propôs-se promover e defender a vida na Amazônia em meio aos contrastes, com ênfase em ações voltadas para a defesa da vida dos ribeirinhos e populações indígenas, a promoção da vida dos excluídos nas cidades e a promoção da vida da ecologia, uma vez que essa tem sofrido as consequências de uma civilização subjugada à economia de mercado. Sugere-se revitalizar as pastorais sociais e viabilizar o protagonismo das CEBs, apresentando-se a importância desses dois instrumentos que podem ajudar a constituir uma nova estratégia para a dimensão sociotransformadora, revitalizando e apresentando-as como meios de promoção e defesa da vida e de inserção da Igreja na realidade sociocultural do povo amazônico. Aponta-se também a formação libertadora como proposta, intuindo-se a vivacidade da renovação do Concílio Vaticano II e a tradição latino-americana que podem ser fundamentais para dar maior vigor à dimensão social da ação pastoral na Diocese de Santarém. Procura-se apontar perspectivas de ação que possam suscitar esperanças em meio às desilusões e fragmentações das utopias. Por último se sugere uma proposta de ação para a constituição de elementos formativos capaz de contribuir na formação de consciência cidadã com a sociedade civil, por meio de uma formação ética que promova o diálogo e respeito do outro e do diferente.

Na Diocese de Santarém muito se tem feito no desenvolvimento da ação pastoral que promova a justiça social, procurando levar em conta a renovação proposta pelo Concílio Vaticano II onde se vê a interação dos padres, bispos e o povo, todos sintonizados com esse mesmo dinamismo pastoral. Como Igreja particular, edificada pelo Espírito Santo que a tem dotado de seus dons, unificando-a na comunhão e no ministério e pela força do Evangelho,

com ardor missionário tem continuado o compromisso em sua missão evangelizadora. A extensão geográfica e o número de comunidades rurais, assim como o crescimento das cidades que integram a área pastoral da Diocese tem lhe favorecido apresentar um rosto de Igreja de comunhão e participação. Realidade essa que não deixa de ser desafiante e esperançosa. Nesse contexto sociocultural, sua presença precisa continuar, em meio às alegrias e angústias, como sinal da esperança. Daí resulta que a sua ação evangelizadora pode ser apresentada como esteio na reconstrução da esperança em atitude prospectiva. Como peregrinos de Emaús, acredita-se que a experiência comunitária pode continuar sendo uma presença de força, ânimo e direção para todos os que pela fé buscam construir uma realidade melhor para todos.

2 FÉ E COMPROMISSO SOCIAL NA AÇÃO PASTORAL DA DIOCESE DE SANTARÉM

Neste capítulo procura-se responder onde e como se manifesta o compromisso social na pastoral da Diocese de Santarém. Para tanto, será pesquisada a história da Diocese a partir de documentos como Anuários diocesanos, por exemplo. Será analisada a influência da Igreja no Brasil sobre a região e também as decisões das assembleias de pastoral realizadas na Diocese e nos planos diocesanos a partir de 1989. Não poderá ficar fora da pesquisa o processo de organização eclesial da Diocese, compreendendo o seu contexto sociorreligioso.

Procura-se averiguar se o processo de planejamento e estruturação da Igreja do Brasil, com o estabelecimento das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, contribuiu na realização das Assembleias de Pastoral, considerando que estas foram instrumentos que, possivelmente, influenciaram na organização da pastoral diocesana.

Analisa-se nos diversos planos e nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora suas ações e verificam-se se elas possuem elementos que contribuíram para a concretização da dimensão sociotransformadora e, se tiveram alguma influência no processo de planejamento da Igreja do Brasil e na Igreja particular de Santarém.

Além das Assembleias e dos Planos, buscar-se-á averiguar os organismos pastorais e sociais e se os mesmos contribuíram na recepção do documento conciliar *Gaudium et Spes*. Este retrata a relação da Igreja com a sociedade, não somente direcionada àqueles que foram batizados na Igreja, mas a todas as pessoas, e inserindo-se na realidade, em atitude de solidariedade (GS 2). Procurando dar resposta que fossem, ao mesmo tempo, orientações para as pessoas deste mundo em mudança, ele coloca o ser humano no centro das atenções. Através do diálogo, pretende-se expor as relações da Igreja com o mundo, assim, a Igreja se coloca a serviço, convocando todos os cristãos a assumirem um compromisso pastoral que promova o desenvolvimento integral do ser humano.

Será investigado como as ações das Pastorais Sociais contribuíram para a inserção da Igreja na realidade social e na articulação da fé-vida e como isso foi possível.

Este capítulo está subdividido em cinco itens, com seus respectivos subitens, onde se pretende mostrar se a fé tem proporcionado, nas pessoas que atuam nas pastorais, um compromisso sociotransformador. Será importante compreender como foi possível estabelecer no âmbito da Diocese, a afirmação da dimensão sociotransformadora e porque esta se tornou importante para que a Diocese se compreendesse chamada a colocá-la em andamento. Mesmo que a pesquisa se detenha em buscar os fundamentos dessa dimensão em alguns documentos,

acredita-se que eles não podem parecer maiores que a própria missão desenvolvida pelas pessoas e comunidades. Esses documentos podem ter contribuído no aprimoramento do compromisso social e no processo que as pessoas e lideranças das comunidades procuraram desenvolver ao longo dessa caminhada. No entanto, a missão da Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos Doze. Acredita-se que o principal condutor de todo processo de evangelização é sempre o Espírito Santo.

2.1 A DIOCESE DE SANTARÉM: ELEMENTOS DE SUA GEOGRAFIA, HISTÓRIA E COMPROMISSO SOCIAL

A Diocese de Santarém, situada no Oeste do Pará, está localizada em uma parte do território do Baixo Amazonas¹. É composta de seis municípios, sendo que a sede da Diocese é a cidade de Santarém, conhecida poeticamente como “Pérola do Tapajós”, sendo esta a segunda maior cidade do Estado do Pará, depois da Capital Belém. Está localizada à meia distância entre as principais capitais da Amazônia (Belém e Manaus), distando aproximadamente 800 quilômetros em linha reta. Os dois principais rios, Tapajós e Amazonas, que realizam um magnífico encontro de suas águas em frente à cidade de Santarém, possuem importante influência socioeconômica em toda a área de abrangência dos municípios que integram a Diocese. As principais atividades econômicas desenvolvidas nesses municípios são: extração de madeira, mineração, agropecuária, extrativismo, pesca e cultura de subsistência. O clima quente e úmido da Amazônia predomina em toda a Diocese.

Atualmente essa região está presenciando momentos de expectativa no contexto cultural e político devido ao movimento em torno da divisão e criação do Estado do Tapajós. A centralização do poder político na capital e a extensão territorial do Estado têm inviabilizado o desenvolvimento desses municípios, apesar dessa região possuir considerável potencial econômico. A ausência do Estado em muitos municípios e a falta de políticas públicas dão motivações para a efetivação do plebiscito.

A localização geográfica da Diocese, o contexto social, econômico e político, bem como fatores culturais serão abordados nesta pesquisa, pois influenciaram no processo de

¹A parte que integra o Alto Amazonas está localizada na área que pertence ao Estado do Amazonas. O Baixo Amazonas localiza-se no Pará, sendo formado por quatorze municípios, sendo que seis desses integram à Diocese de Santarém.

evangelização que tem se desenvolvido nessa região. Tal contexto pode ajudar na evangelização, mas às vezes serve de entrave para constituição de uma Igreja libertadora.

2.1.1 A Igreja que se faz carne e arma sua tenda na Amazônia

O Anuário da Diocese de Santarém afirma que em 1821, Dom Romualdo de Sousa Coelho², preocupado com a situação de abandono em que vivia o interior da imensa diocese do Pará que abrangia toda a Amazônia, criou a Vicariato Geral do Baixo Amazonas com sede em Santarém. No início do século XX, o crescimento demográfico e econômico, impulsionado pelo rush da borracha, levou a região da então Vigaria a apreciável progresso (IGREJA CATÓLICA, 1980, p. 8).

O processo de organização da nova porção da Igreja na Amazônia foi preparado e ficou pronto durante o pontificado do Papa Leão XIII, que faleceu sem ter tido oportunidade de promulgar a bula de ereção. Seu sucessor, o Papa Pio X foi quem veio a promulgar o decreto *Romani Pontifices*, datado de 21 de setembro de 1903, criando a *Prelazia Nullius* de Santarém que veio a ser também o primeiro decreto de ereção de uma circunscrição eclesiástica, em seu pontificado.

Segundo o referido Anuário, inicialmente a área da Prelazia abrangia uma imensa superfície de 794.313 km² que lhe dava a condição de maior circunscrição eclesiástica da Igreja. Na ocasião, a Prelazia estava organizada em 19 paróquias, a maioria sem pároco, pois o número de padres era de doze, sendo cinco religiosos que, a pedido do bispo do Pará, missionavam no Tapajós (IGREJA CATÓLICA, 1980, p. 8).

A instalação da Prelazia aconteceu no dia 29 de setembro do ano de 1904, com a posse de seu primeiro prelado Mons. Frederico Benício de Sousa Costa³. As dificuldades de ordem administrativa, a falta de padres e sua precária manutenção motivaram o jovem prelado a sugerir à Santa Sé a entrega da *prelazia Nullius* de Santarém a uma ordem religiosa, o que veio acontecer, sendo escolhida a Ordem dos Frades Menores Franciscanos. No dia 4 de agosto de 1907 chegou a Santarém Mons. Amando Bahlmann para desempenhar as funções de prelado de Santarém, marcando o início dos trabalhos franciscanos na Prelazia.

²Dom Romualdo de Sousa Coelho, nasceu em Cametá (PA), 7 de fevereiro de 1762. Primeiro bispo paraense e oitavo do Pará. Exerceu o episcopado de 1821 a 1841. Teve grande destaque durante a Cabanagem (1835- 1840). WIKIPÉDIA. **Romualdo de Sousa Coelho**. Disponível em:

<pt.wikipedia.org/wiki/Romualdo_de_Sousa_Coelho>. Acesso em: 23 mar. 2011.

³Dom Frederico Benício de Sousa Costa, nasceu às margens do rio Tapajós, na Vila de Boim, município de Santarém.

A imensidão territorial era um entrave ao trabalho apostólico e, por três vezes, o território da Prelazia foi desmembrado para criação de outras prelazias. Em 1934 foi criada a Prelazia do Xingu, em 1949, a Prelazia de Macapá e, em 1957, a Prelazia de Óbidos.

De 1904 até 1979, período de existência da Prelazia de Santarém, sucederam-se os seguintes bispos: Monsenhor Frederico de Souza Costa (1904-1907); Dom Amando Bahlmann (1907-1939); Dom Eduardo Herberhold (1928-1931); Dom Anselmo Pietrulla (1941-1949); Dom João Floriano Loewenau (1950-1957) e Dom Tiago Ryan (1958-1979). Em 1979 a prelazia foi elevada à categoria de Diocese, pelo decreto *Cum Praelature*, do Papa João Paulo II, datado de 16 de outubro de 1979. Na mesma oportunidade, Dom Tiago Ryan foi nomeado primeiro Bispo de Santarém, o qual governou a Diocese até 27 de novembro de 1985. Dom Lino Vombömmel foi nomeado bispo Auxiliar de Dom Tiago em 1981, o qual veio a sucedê-lo como Bispo Diocesano, a 27 de novembro de 1985, assumindo a Diocese até 2007. No período de 2004 a 2007, Dom Severino Batista de França ficou na Diocese como Bispo Auxiliar, sendo transferido para a Diocese da Nazaré da Mata, Pernambuco, onde hoje é bispo Titular. No dia 28 de fevereiro de 2007 foi nomeado pelo Papa Bento XVI Dom Esmeraldo Barreto de Farias, o qual tomou posse na Diocese no dia 22 de abril do mesmo ano.

A Diocese conta com o trabalho de muitas lideranças que procuram assumir de forma coesa a missão evangelizadora. Como já se apontou, desde a criação da Prelazia, o trabalho das congregações religiosas foi importante, e até os dias de hoje elas estão presentes e atuantes, ajudando no desenvolvimento da evangelização, juntamente com os presbíteros diocesanos e as lideranças leigas. As congregações religiosas masculinas são: Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), Sociedade do Verbo Divino, Congregação dos Irmãos de Santa Cruz. Já as congregações femininas são: Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, Irmãs Franciscanas Filhas dos Sagrados Coração de Jesus e Maria, Franciscanas de Maristela, Irmãs da Congregação da Sagrada Família, Irmãs de São José e irmãs Franciscanas de Allegany, sendo que estas duas últimas chegaram em 2010 para atuarem na rural da Diocese.

Na atualidade, a Diocese de Santarém está organizada em 10 Regiões Pastorais, dentre as quais quatro na cidade de Santarém e as outras seis nos outros municípios da Diocese e na zona rural. As Regiões pastorais são formadas por Áreas pastorais, segundo o número de paróquias em cada Região. Algumas Áreas estão também organizadas em Mini-Áreas e Distritos, segundo o número de comunidades e as necessidades pastorais. Dada a extensão geográfica da Diocese, a Rádio de Educação Rural, pertencente à Diocese, criada em 1964,

tem sido importante meio de comunicação a serviço da evangelização, considerada como a maior “paróquia” de Santarém.

2.1.2 A vida pastoral da Diocese de Santarém

Desde a Assembleia do Povo de Deus de 1982, a Diocese de Santarém tem desenvolvido um gradual e efetivo processo de evangelização e de organização pastoral. Este processo marca a história pastoral da Diocese, pois ao mesmo tempo em que aproveita a rica experiência do passado e do presente, dá um impulso novo à ação evangelizadora. Atualmente, um novo impulso se faz necessário devido aos novos desafios apresentados pela realidade desta região em constante e rápida transformação.

O referido processo tem presente os muitos anos de longas e sacrificadas viagens pastorais de desobriga, as quais fizeram com que os missionários se aproximassem do povo das comunidades na terra firme e ao longo dos rios, lagos e igarapés da então isolada região amazônica. Desde tempos mais remotos, foram realizadas, nas ações missionárias, obras de assistência e de promoção humana. Essa foi uma das características marcantes desde o início da missão na Diocese de Santarém, uma evangelização encarnada na vida do povo.

No decorrer do tempo, surgiu a necessidade de organizar melhor as múltiplas comunidades da região que eram predominantemente rurais. Durante os anos de 1959 e 1960, a ação pastoral na Diocese deu um salto qualitativo. Sob a inspiração de Dom Tiago Ryan, iniciou-se a formação para leigos através das Semanas Catequéticas⁴, chamados na época de catequistas populares. Com elas o anseio comunitário foi se fortalecendo e necessitando de uma contínua organização (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 13).

Em 1971, sob o impacto dos *Documentos de Medellín*, do crescimento urbano da cidade de Santarém e das novidades que foram surgindo na região, a Diocese passou a fortalecer as comunidades urbanas, criando as Comunidades Eclesiais de Base nos centros urbanos. Com a abertura da Transamazônica, em 1972, e com a influência da teologia latino-americana, ocorreu um novo despertar da ação pastoral da Diocese. Tensões, desencontros e crises que, aliás, marcaram o mundo e a Igreja em geral, desafiaram novamente a vida da

⁴Dom Tiago convidou algumas professoras da área rural para estudarem o Manual do Catequista Popular, escrito por Dom Agnello Rossi, por uma semana. Aquela semana de estudo, passou a ser chamada de “Semana Catequética”, realizada no Colégio Santa Clara, no ano de 1959 (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 13).

Diocese: “foram tempos difíceis, mas, sem dúvida, salutares, pois nos questionaram e nos fizeram buscar novos caminhos,” afirmou Dom Lino (IGREJA CATÓLICA, 1988, p.13).

Em 1984 começou um processo de revitalização da vida pastoral da Diocese com o objetivo de organizar a pastoral, a partir das regiões pastorais, para que a sua ação fosse realizada em conjunto de maneira orgânica e eficaz. O referido processo também visava a constituição do Conselho Pastoral Diocesano e a realização da Assembleia Diocesana.

O objetivo foi alcançado, pois logo se organizou o Conselho Diocesano que teve a sua primeira reunião nos dias 29 a 31 de maio de 1987, com ampla representação de cada Região Pastoral. A partir daquele ano, o Conselho continuou reunindo-se normalmente duas vezes ao ano, constituindo-se num dos instrumentos que garantem a plena execução do Plano de Pastoral Diocesano.

A maneira como está organizada a pastoral da Diocese favorece um trabalho de comunhão e participação dos leigos, padres, bispos e agentes. Trata-se de um processo que exige muito sacrifício, é um novo modo de gestionar a pastoral. O trabalho e a disciplina exigidos, porém, tem produzido bons frutos. Há uma participação dos leigos engajados na avaliação, planejamento e realização da ação pastoral em todos os níveis. Ao mesmo tempo em que se respeita a realização de cada região, há corresponsabilidade em traçar linhas pastorais comuns, que são importantes e urgentes para a Diocese toda (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 14).

2.1.3 A estruturação da pastoral diocesana

A partir da 4ª. Assembleia Diocesana, realizada em 1992, foi criada uma nova estrutura pastoral na Diocese. Isso possibilitou um novo dinamismo pastoral, dando maior visibilidade para o trabalho de pastoral de conjunto, uma vez que essa estrutura foi pensada e organizada num processo de diálogo e integração das forças vivas da Igreja.

De acordo com o Diretório Diocesano, a estruturação da pastoral na Diocese de Santarém, que perdura até os dias atuais, está assim constituída:

a) Assembleia Diocesana de Pastoral: constitui-se num espaço de diálogo, de tomadas de decisões é um compromisso de toda a Igreja e realiza-se através de um processo com diversas etapas, envolvendo o povo de Deus na Diocese em espírito de participação e comunhão. Ela define o objetivo, as diretrizes e prioridades da ação evangelizadora.

b) O Conselho Diocesano de Pastoral: é um órgão da Assembleia Diocesana, com a finalidade de zelar pelas decisões das assembleias para que sejam executadas e para

dinamizar a ação evangelizadora na diocese, tendo funções consultivas. Na Diocese de Santarém, é o Conselho quem elabora o Plano diocesano, pois, na realidade, cabe à Assembleia.

c) Coordenação Diocesana de Pastoral: tem por finalidade coordenar todos os processos de execução do plano diocesano estreitando relações entre os agentes de pastoral e promovendo a participação de todos na corresponsabilidade da efetivação de uma pastoral de conjunto.

d) Equipes Diocesanas de Pastoral: são mecanismos de coordenação e animação das diferentes frentes de trabalho de pastoral nos diversos Setores da Diocese, os primeiros responsáveis pela ação evangelizadora de sua especificidade, em seu respectivo setor (IGREJA CATÓLICA, 2006, p. 20-24).

Desde 1987, quando foi criada esta estrutura, as equipes estavam organizadas em setores, que eram ao todo oito: Setor de Catequese Rural e Urbana, Setor de Liturgia e Sacramentos, Setor de Catequese Infantil e Escolar, Setor Juventude e Vocações, Setor do Mundo do Trabalho, abarcando a Pastoral dos Pescadores, a Pastoral Operária e do Menor Trabalhador; Setor de Educação e Saúde Popular, Setor de Direitos Humanos e Setor de Comunicação Social. O Setor Mundo do Trabalho cuidava das atividades mais sociais, o que hoje compreende as ações desenvolvidas pelas pastorais sociais (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 6). Atualmente não existem mais esses setores, sendo que todo o trabalho é desenvolvido pelas 24 equipes de serviços.

2.1.4 Antecedentes da ação sociotransformadora na Diocese de Santarém

A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em outubro de 1952, que visava, sobretudo, a cooperação colegiada dos bispos e uma ação da Igreja integrada nacionalmente, repercutiu muito favoravelmente na região Amazônica. Segundo padre Possidônio da Mata, a influência dessas aspirações se consolidou na primeira Assembleia da CNBB, realizada em Belém, nos dias 17 a 20 de agosto de 1953, quando se tratou de dois temas relevantes: o Plano Nacional de combate ao Espiritismo e a Igreja e a Reforma Agrária (MATA, 2004, p.17).

Para ele, a criação da CNBB foi marcante para a constituição e fortalecimento da colegialidade entre os bispos e também da organicidade dos Regionais.⁵ A dinamicidade

⁵Em 6 de maio de 1966, foram criados os dois regionais da Amazônia: Norte I, com sede em Belém e Norte 2,

desses regionais passou a ser alimentada pelos vários encontros que se sucederam como expressão da comunhão entre a Igreja e o compromisso comum diante dos grandes desafios, que as mudanças socioeconômicas estavam promovendo na região.

a) Os encontros inter-regionais de Bispos da Amazônia

O primeiro encontro inter-regional dos bispos da Amazônia aconteceu em Manaus, em 1952, por ocasião do II Congresso Eucarístico Nacional de Manaus, motivado pela atuação da Ação Católica Brasileira. O êxito da iniciativa levou à realização de outros encontros: o segundo, realizado em 1954, o terceiro em 1957 e o quarto em Belém, no final de agosto de 1964. É oportuno frisar que os Bispos do Brasil, às vésperas da Terceira Sessão do Concílio Vaticano II, estavam muito imbuídos de seu espírito, tanto que aproveitaram o evento em Roma, para elaborar o Plano de Emergência, que marca o início do rico itinerário do planejamento pastoral no país.

As conferências com os teólogos peritos do Concílio, promovidas para os bispos brasileiros na *Domus Mariae*, durante as Sessões, propiciaram a eles a oportunidade de aprofundar assuntos relevantes e os meios para depois colocar em prática as reformas conciliares em suas dioceses (MARINS, 1979, p. 20).

b) O Encontro Inter-regional de 1972, em Santarém

O quinto Encontro Inter-regional dos Bispos da Amazônia aconteceu de 24 a 30 de maio de 1972, em Santarém, denominado mais tarde de “Encontro de Santarém”. A finalidade era refletir sobre a caminhada da Igreja na região e definir linhas prioritárias para a pastoral na Amazônia. Esse encontro teria grande repercussão para o trabalho de ação sociotransformadora na Diocese de Santarém. Segundo Ivair Costa, foi uma das primeiras tentativas de dar respostas aos novos desafios da globalização na Amazônia, realizado com o objetivo de atualizar o Concílio Vaticano II e a conferência de *Medellín* no contexto da Amazônia (COSTA, 2008, p.44).

As palavras do Papa Paulo VI, “Cristo aponta para Amazônia”,⁶ inspiraram a realização do encontro, assim como a implantação das grandes mudanças socioeconômicas,

Manaus (MATA, 2004, p. 20).

⁶Carta enviada ao povo brasileiro em outubro de 1971. Citada na conclusão do documento: “Em mensagem que se dignou enviar ao povo brasileiro, nosso Pontífice e amigo, Paulo VI colheu nos lábios de Maria o feliz

alavancadas por vários projetos, como o Plano de Integração e Valorização da Amazônia, promovido pelo governo brasileiro.

Os Bispos, analisando as mudanças radicais provocadas pelo avanço da modernização da Amazônia, assumiram nesse encontro, duas diretrizes básicas e quatro prioridades. Diretrizes: encarnação da realidade amazônica pelo conhecimento e pela convivência com o povo, na simplicidade, e a evangelização libertadora à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres. Estas duas diretrizes levaram os bispos a definir como prioridades de ação: a formação de agentes de pastoral, as Comunidades Cristãs de Base, a Pastoral Indígena, as estradas e frentes pioneiras. Essas decisões marcaram profundamente o compromisso da Igreja na Amazônia (MATA, 2004, p. 25).

O encontro foi um marco histórico da caminhada da Igreja na região amazônica, sendo caracterizado como a “certidão de batismo da Igreja na Amazônia. Podemos dizer que esse encontro foi o Vaticano II, ou o *Medellín* da Amazônia, pela novidade e abertura do documento promulgado” (PERANI, 2003, p. 23). Sem dúvidas, foi também um instrumento favorável para a caminhada de Igreja na Diocese de Santarém, pois contribuiu para que a ação pastoral fosse cunhada pelo compromisso sociotransformador. Pois as diretrizes indicavam o compromisso com a realidade concreta do povo, em seu contexto, sendo possível atualizar o método ver-julgar-agir, que tem servido de orientação aos muitos encontros e assembleias importantes da Diocese.

c) A repercussão do documento do Encontro Inter-regional

A inspiração deste encontro teve também forte repercussão na ação pastoral da Igreja em Santarém. Dom Tiago, Bispo prelado de Santarém, na época, enviou documento do encontro Inter-regional ao clero para que fosse conhecido, “[...] estudado, meditado e posto em prática conforme as possibilidades e necessidades de cada lugar” (OLIVEIRA; GUIDOTTI, 1999, p. XI).

O documento manifesta muita clareza sobre a realidade do povo amazônico. Emite um juízo profético sobre as transformações econômicas e sociais da Amazônia, a abertura de novas estradas, a criação de novos núcleos humanos, a propagação dos meios de comunicação social. Além disso, reconhece fatores que podem conduzir a um futuro enriquecimento e

preceito das bodas de Caná: “Fazei tudo o que Ele vos disser” e perguntou: “O que é que Ele nos diz agora”? “Ele aponta para a Amazônia (DOCUMENTO DE SANTARÉM, 1972, p. XV).

libertação do homem amazônico, aponta para os vários aspectos que avassalam a vida do homem amazônico, tais como estruturas inadequadas importadas e opressivas, a violação dos direitos básicos, como a posse da terra e o desenvolvimento econômico feito sem ou contra o próprio ser humano (DOCUMENTO DE SANTARÉM, 1972, p. XIII).

O referido documento dá ênfase à dimensão libertadora, levando em conta o compromisso com os pobres e oprimidos, enfatizando a preocupação com índios, posseiros, sem terra, migrantes e desempregados. Também fortaleceu o trabalho do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), criado no ano anterior, assim como inspirou a criação de outras pastorais sociais, dando novo impulso a uma caminhada de libertação já em andamento e favorecendo o crescimento de uma Igreja local, com rosto amazônico (PERANI, 2003, p. 235).

Em 1997 aconteceu em Manaus um grande encontro para celebrar os 25 anos do Encontro de Santarém, preparado por um seminário prévio sobre a Amazônia. O referido seminário reuniu representantes dos dois regionais da Amazônia - Norte 1 e Norte 2 - com o objetivo de aprofundar o estudo sobre a realidade amazônica na atualidade. Ao final do mesmo, foi elaborado um rico documento intitulado: “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia” (MATA, 2004. p. 35).

Para o historiador Possidônio da Mata, o referido documento contribuiu para que as pastorais sociais assumissem melhor o seu papel diante do empobrecimento e exclusão do povo da região. Segundo ele, “o fenômeno da urbanização, com seu rastro de miséria e violência, os conflitos que não param de acontecer levam as pastorais a assumir as Semanas Sociais, o Grito dos Excluídos e a defesa dos pobres injustiçados” (MATA, 2005, p. 45).

2.2 A IGREJA NO BRASIL A PARTIR DE 1979 E SUA INCIDÊNCIA NA DIOCESE

As mudanças provocadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela II Conferência Geral dos Bispos da América Latina, realizada em *Medellín*, proporcionaram forte influência na Igreja da Amazônia, e, conseqüentemente, na Diocese da Santarém. Analisando o Documento de Santarém, fruto do Encontro Inter-regional dos Bispos da Amazônia, nota-se o impacto que esses acontecimentos provocaram na ação pastoral da Diocese de Santarém.

A CNBB, atendendo ao pedido do Papa João XXIII, quando no Conselho Episcopal Latino Americano, em 1958, pediu que o episcopado desse prosseguimento à ação evangelizadora mais profícua, através de um plano de ação onde se considerasse a realidade histórica da América Latina. A Conferência logo organizou um processo progressivo de planejamento, organizando suas ações através das chamadas “Diretrizes Gerais da ação

pastoral”, fruto de todo processo iniciado desde o Plano de Emergência (PERANI, 2003, p. 49).

As Diretrizes Gerais resultam de um longo esforço de reflexão sobre a realidade do país, desenvolvido em todos os níveis à luz do Evangelho, desde o Plano de Emergência (1962) até os últimos planos bienais. Elas têm o seu início em 1975, sendo intitulada “Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil”, denominação que foi mudada em 1995, quando passou a ser chamada “Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil”. Segundo os Bispos, a ação evangelizadora refere-se aos grupos de batizados que perderam o sentido vivo da fé, conduzindo a vida distante de Cristo e do seu Evangelho. A ação pastoral é a que se destina às comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, com testemunho do Evangelho e compromisso com a missão universal (CONFERÊNCIA...,1995).

Desde o seu início, nota-se a preocupação da Igreja em responder aos anseios e expectativas do povo, assim como é notório o seu compromisso, frente às diversas exigências da atualidade.

2.2.1 A influência das Diretrizes da CNBB

Segundo as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE), de 1995-1998, já no final da década de 70 e início dos anos 80, a ação da Igreja era claramente favorável às reivindicações de liberdade de associação e melhoria de vida dos movimentos populares e sindicais. Não obstante as constantes tensões intra-eclesiais, a Igreja no Brasil conheceu um período de raro reconhecimento por parte da sociedade civil, sobretudo de certos setores tradicionalmente menos propensos a olhá-la com simpatia (CONFERÊNCIA..., 1995, n. 45).

Segundo o mesmo texto, as Diretrizes do período 1979-1982, expressam o momento histórico, em que a Igreja teve um papel significativo, marcando presença junto às camadas mais sofridas da sociedade. Tais posturas continuam presentes no quadriênio 1983-1986, assim como no quadriênio 1987-1990, ainda que com novos matizes. Durante mais de um decênio, iluminaram o trabalho pastoral da Igreja no Brasil, organizado ao redor de um amplo projeto de “Evangelização Libertadora” (CONFERÊNCIA..., 1995, p. 50).

A luta pela justiça, o empenho pela inculturação do Evangelho e a busca de uma profunda ligação entre “fé e vida” marcaram, fortemente, a ação pastoral e fortaleceram o desempenho da dimensão sociotransformadora.

2.2.2 As Linhas Pastorais e Dimensões da Ação Evangelizadora

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE), desde 1979, foram formuladas numa perspectiva de recepção das conclusões da III Conferência Geral dos Bispos da América Latina, realizada em Puebla. Segundo o texto, a Igreja está disposta a assumir um compromisso sociotransformador:

desejam expressar os grandes rumos que hoje deve tomar a Igreja, cumprindo sua missão de anunciar o Reino a serviço do povo de Deus. Daí a fidelidade que pretendem guardar à realidade mesma da Igreja e do povo a que esta serve (CONFERÊNCIA..., 1979, n. 3).

O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) foi, sem dúvida, um dos principais instrumentos que viabilizou a concretização da renovação conciliar. O referido plano se apresentava como uma proposta acabada para colocar a Igreja do Brasil no compasso do Concílio: “PPC revolucionou o modo de fazer pastoral no Brasil e deu nova estrutura à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil” (GODOY, 2003, p. 389).

Segundo Godoy, o PPC tomou os principais documentos conciliares e criou seis linhas fundamentais de ação, em torno das quais devia estruturar-se toda ação pastoral. As linhas pastorais estão assim formuladas e fundamentadas: a Linha Um da ação evangelizadora, Unidade visível da Igreja Católica, baseada na Constituição *Lumen Gentium*, reunia ações que visavam reforçar os elementos estruturantes da Igreja e seus agentes principais; A Linha Dois, Ação Missionária, baseada no Decreto *Ad Gentes* e preocupada com o anúncio do Evangelho além-fronteiras, destacava o Projeto Igrejas-Irmãs, visando a solidariedade entre as Dioceses do Brasil; A Linha Três, Ação Catequética, consiste no aprofundamento doutrinal e reflexão teológica, baseada na Constituição *Dei Verbum*, desenvolvendo as atividades voltadas à formação dos cristãos; A Linha Quatro, Ação Litúrgica, baseada na Constituição *Sacrosanctum Concilium*, que favoreceu novos rumos à liturgia; A Linha Cinco, Ação Ecumênica, baseada nos documentos *Unitates Redintegratio* - diálogo ecumênico e *Nostra Aetate* - diálogo religioso, preocupada com o relacionamento da Igreja Católica Romana com as outras Igrejas cristãs (CONFERÊNCIA..., 2004).

A Linha Seis da ação evangelizadora, Ação da Igreja no mundo, fundamenta-se na constituição *Gaudium et Spes*, reunindo todas as iniciativas que visavam a vivência do profetismo cristão. Por meio dela a Igreja se coloca a serviço do mundo (GODOY, 2003, p. 391).

Essas Linhas da ação evangelizadora do Plano de Pastoral de Conjunto, na 21ª Assembleia Geral da CNBB, realizada em abril de 1983, passaram ser chamadas de Dimensões⁷, pois a denominação Linha não parecia tão própria para exprimir a “unidade global da ação pastoral”. Poderia sugerir paralelismo ou ação pastoral em compartimentos estanques. A expressão “dimensões”, ao contrário, mostra que os vários aspectos da única realidade global, que é a missão da Igreja, estão ligados entre si.

De fato, as seis Linhas correspondem às grandes dimensões da vida eclesial e exprimem, de maneira funcional e prática, tanto a inserção da Igreja na diversidade de situações, quanto a unidade da missão na variedade das vocações e tarefas (CONFERÊNCIA..., 1991, n. 66).

Na 29ª Assembleia Geral da CNBB em 1991, as seis dimensões passaram por mudança de nomenclatura, sendo que a Dimensão três, passou a chamar-se “bíblico-catequética”, e a Dimensão seis, que se refere a questão social, passou a chamar-se “sociotransformadora” (CONFERÊNCIA..., 1991, n. 70).

2.2.3 Fundamentos e alcance da dimensão sociotransformadora

A Dimensão sociotransformadora se remete ao Concílio Vaticano II, mais precisamente à *Gaudium et Spes*. Tanto no Plano de Pastoral de Conjunto, então designada Linha 6, Presença da Igreja no Mundo, como posteriormente nas DGAE enquanto Dimensão sociotransformadora, expressa a exigência do compromisso social do cristão.

Segundo Godoy, a Constituição *Gaudium et Spes* foi um dos documentos conciliares que mais provocou mudanças na Igreja. Sua preocupação é fazer a Igreja entrar em sintonia com a vida concreta do povo: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1). Sua grande preocupação são os problemas humanos vividos em um contexto de profundas e aceleradas transformações.

⁷Conforme atesta o texto, a partir desse momento (1983), as Linhas passaram ser assim chamadas: Dimensão Comunitária e Participativa (antiga Linha 1), Dimensão Missionária (antiga Linha 2), Dimensão Catequética (antiga Linha 3), Dimensão Litúrgica (Linha 4), Dimensão Ecumênica e do Diálogo Religioso (Linha 5), Dimensão Profética e Transformadora (Linha 6). Deve-se observar, no entanto, que tanto o número quanto a ordem delas têm caráter pedagógico e prático. Podem e devem se abrir a posteriores explicitações para enriquecer nossa compreensão do mistério da Igreja (CONFERÊNCIA..., 1983, n. 67).

A Dimensão sociotransformadora passou a nortear a ação social da Igreja no Brasil, alcançando mais relevância e peso nos primeiros anos, “por meio da pesquisa e reflexão, da ação social e de diversas atividades educativas através de vários organismos e setores específicos” (CONFERÊNCIA..., 1979, n. 97), a Igreja deu prioridade aos programas e projetos que visavam o apoio às iniciativas populares e a promoção dos direitos dos mais pobres, marginalizados ou oprimidos. Segundo Godoy, “inúmeras iniciativas no campo social deram origem à multicolor face da Igreja no mundo dos pobres. Assim, temos hoje as mais variadas pastorais que buscam a articulação entre fé e política, entre fé e ação social” (GODOY, 2003, p. 391).

Na década de 1980, a Dimensão sociotransformadora passou a ter um grande peso na atuação pastoral da Diocese de Santarém. Ela ganhou corpo e visibilidade, sobretudo, nos trabalhos do Movimento de Educação de Base (MEB) e na formação de leigos, no método ver-julgar-agir, por meio das Semanas Catequéticas. Eram ações que tinham por objetivo desenvolver a reflexão e a conscientização acerca da responsabilidade social dos cristãos e comunicar essa reflexão às comunidades eclesiais, através de subsídios e encontros.

A dinamização da Dimensão sociotransformadora na pastoral ajuda a Igreja a inserir-se no mundo em perspectiva profética e libertadora, contribuindo para que a sociedade se organize segundo os valores e as exigências do Reino de Deus. Solidarizando-se com as aspirações e esperanças da humanidade, a Igreja se coloca a serviço da causa do direito e da promoção da pessoa humana, especialmente dos mais pobres, denunciando as injustiças e violências.

2.2.4 A Igreja no Brasil a partir das Diretrizes

As Diretrizes explicitam a identidade e o compromisso da Igreja, assim com sua preocupação social que promove a mudança na sociedade. A Dimensão sociotransformadora favorece que o povo tome consciência cada vez mais clara de sua dimensão profética, tomando consciência da missão que lhe cabe de contribuir para a transformação da sociedade (CONFERÊNCIA..., 1983, n. 101).

No Destaque⁸, o Mundo do Trabalho, que compõe a III parte das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, de 1983, afirma que a opção preferencial pelos pobres,

⁸Na 21ª. Assembléia Geral, os Bispos indicaram algumas situações humanas que mereciam destaque na atuação pastoral: Jovens, CEBs, Vocações e ministérios, Família, Leigos e Mundo do Trabalho (CONFERÊNCIA..., 1983, n.106).

que ilumina toda ação da Igreja, deve concretizar-se em efetiva preocupação com a imensa massa de trabalhadores. Precisa ser desenvolvido um trabalho de conscientização dos trabalhadores sobre sua dignidade de filhos e colaboradores de Deus. Sublinha que a Igreja assume com esse destaque a solidariedade com eles, assim como apoiará todo esforço para a sua organização, em favor da justiça (CONFERÊNCIA..., 1983, n. 240). A repercussão do referido destaque foi assumido na segunda Assembleia de pastoral da Diocese de Santarém, onde se criou a Pastoral do Mundo do Trabalho, direcionando o projeto de formação continuada de consciência política do povo, nutrindo a caminhada diocesana.

As Diretrizes de 1987 afirmam que o episcopado brasileiro mantém a preocupação com a evangelização na perspectiva sociotransformadora, enfatizando que esta não é apenas anúncio, mas palavra e ação, denúncia profética e realização constitutiva de sinais de solidariedade e comunhão (CONFERÊNCIA..., 1987, n. 12). Afirmam que toda ação de Igreja deve levar em conta a situação histórica concreta, partindo da realidade do povo e comprometer-se com todo o processo da história. Assumindo a evangélica opção pelos pobres, empenhando-se pela libertação integral de todas as pessoas e promovendo a vivência concreta do evangelho que faz crescer a comunhão e participação.

O conteúdo das Diretrizes do quadriênio 1991 a 1994 possui uma rica abordagem da ação pastoral da Igreja, apresentando os seus grandes anseios de colaborar com a estruturação de uma autêntica ação pastoral que possa responder às exigências do tempo de profundas mudanças pelas quais passa o povo. Por meio da Dimensão sociotransformadora constituiu grandes ações voltadas, sobretudo, às áreas da educação, da comunicação social e da pastoral social (CONFERÊNCIA..., 1991, n. 104).

As Diretrizes confirmam que a nova evangelização deve preocupar-se com as realidades sociais, por um profundo empenho na articulação entre fé e vida. É inegável a radicalidade da Igreja em viver a evangélica opção pelos pobres. No período da Ditadura militar no Brasil, ela “soube se colocar ao lado dos que, tendo voz, não podiam falar e, tendo vez, não eram levados em conta pelo regime de exceção que se instalou no país a partir do golpe de 1964” (GODOY, 2003, p.391).

Em 1995 as Diretrizes recebem uma nova denominação, justificada pela tentativa de abertura maior da Igreja para um novo rumo, a fim de aprimorar mais a sua ação. Devido ao novo contexto sociorreligioso, percebia-se a urgência de fazer com que a ação pastoral fosse mais contundente nos seus métodos evangelizadores. Segundo Godoy, as novas exigências do contexto exigiam mudança no discurso e no método para atingir a massa (GODOY, 2003). Assim, elas passaram a se chamar Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no

Brasil. Dava-se uma nova ênfase à evangelização, na qual se destacavam os aspectos das exigências intrínsecas da evangelização: Serviço, Diálogo, Anúncio e Testemunho de Comunhão. A Dimensão sociotransformadora passou a ser mais desenvolvida por este último.

As novas DGAE de 2008-2010 continuam com os fundamentos que nortearam a Dimensão sociotransformadora da Igreja, sendo que a sua organização se estrutura a partir da missão do tríplice múnus, que se fundamenta numa antiga tradição, inspirada na Palavra de Deus, vivenciada ao longo dos séculos pela Igreja, conhecido como Múnus da Palavra, Múnus da Liturgia e Múnus da Caridade. O múnus da caridade aglutina todas as atividades e ações da dimensão sociotransformadora, procurando tornar o Evangelho mais concreto na vida do povo e de sua realidade histórica. Toda ação deve promover a vida humana em todas as suas modalidades e defendê-la sempre, baseada no fundamento sólido e inviolável dos direitos humanos (CONFERÊNCIA..., 2008, n. 85).

Muitas iniciativas de evangelização no campo social foram se construindo ao longo desses anos. Hoje temos variadas pastorais que buscam essa articulação entre a fé e vida. Pastorais como Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos Pescadores, da Saúde, dos Povos Indígenas, entre outras, que marcaram profundamente a história do nosso país.

Desse período emerge uma Igreja atenta à realidade humana na qual mergulha, partilhando o sofrimento e a dor, mas também as alegrias do parto de novos tempos. Como bem afirma o documento conciliar *Gaudium et Spes* “é necessário conhecer o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu caráter tantas vezes dramático” (GS, n. 4).

2.2.5 Elementos inspiradores para uma Igreja comprometida com a dimensão social

A memória do passado nos faz compreender melhor os passos da ação pastoral da Igreja nesse final de século: uma Igreja mais participativa e missionária, centrada na missão evangelizadora, cujas marcas não apareceram hoje. O olhar para o passado nos ajudará, com certeza, a olhar para o futuro de um novo milênio do cristianismo com novas esperanças para a Igreja e sua missão.

A caminhada da Igreja Católica no Brasil, nas últimas décadas, segue de perto as pegadas da renovação conciliar. Na verdade, as novas perspectivas pastorais abertas pelo Concílio Vaticano II, encontraram no Brasil uma Igreja que já vivia um surto renovador claramente perceptível. Herdeira de uma rica tradição de mais de quatro séculos de evangelização e cristalizada antes de tudo na fé simples, assim afirmam os Bispos nas DGAE de 1995.

É importante reconhecer que a Igreja foi fortemente enriquecida por movimentos renovadores nas décadas que precederam o Concílio. Estes projetaram uma Igreja evangelizadora e pobre, aberta ao diálogo com o mundo, capaz de compreender a evolução da história e suas rápidas transformações, a serviço da libertação, da comunhão e da participação e prefigurando o Reino.

Alguns acontecimentos foram definitivos para que a Igreja no Brasil conservasse a sua postura comprometida com uma evangelização libertadora e que fortalece a sua dimensão sociolibertadora. Merecem destaque:

a) O Movimento por um Mundo Melhor (MMM)

O movimento por um Mundo Melhor tem sua origem no empenho de revigoramento da vida cristã, promovido pelo Papa Pio XII, durante o seu pontificado. Constitui um dos fatores de influência da renovação espiritual e pastoral da vida da Igreja no Brasil, já no começo da década de cinquenta, “visava dinamizar as obras pastorais existentes, como também despertar novas iniciativas na linha da unidade”, afirma Maria Carmelita de Freitas (FREITAS, 1997, p. 70).

Segundo Freitas, o MMM ganhou maior alcance no Brasil, em 1960, quando foi realizado o retiro para o episcopado brasileiro, sob a direção de Padre Ricardo Lombardi, fundador do Movimento. Tendo alcançado grande êxito, o retiro foi decisivo para os rumos do movimento no país. Criou-se, então, o secretariado nacional, com sede em São Paulo. Dioceses e congregações religiosas designaram pessoas competentes para colaborar com o Movimento, que por sua vez, se comprometeu a investir na formação e capacitação desses integrantes (FREITAS, 1997).

O MMM foi responsável pela dinamização do Plano de Emergência, em 1962, recebendo dos Bispos o aval. No tocante as contribuições que esse movimento deu à renovação pastoral, e ao processo de planejamento no Brasil, vale ressaltar a sua grande contribuição para a organização do Plano de Pastoral de Conjunto. Sem dúvida, “uma das forças que preparam a Igreja do Brasil, para acolher a planificação pastoral e as sementes de renovação que o Plano de Emergência (PE) trazia consigo” (FREITAS, 1997, p.71).

Ajudou no crescimento da consciência eclesial dos cristãos em geral e, especialmente, dos presbíteros e religiosos, contribuindo para a adesão dos mesmos ao processo de união de forças para o trabalho pastoral articulado e planejado. Deu, também, um forte sentido

histórico-social à ação pastoral, abrindo espaços para crítica sincera e respeitosa das estruturas pastorais envelhecidas (QUEIROGA, 1977).

Os cursos para a formação de presbíteros, religiosos e leigos, promovidos pelo MMM se multiplicaram em todas as dioceses. Em algumas, como a de Natal, no Rio Grande do Norte, que possuía um trabalho pastoral, mais voltado à área social, articulado pelo Movimento de Natal⁹, onde seus membros já possuíam uma participação mais integral com a sociedade, o MMM, ofereceu uma sólida espiritualidade e pode inspirar muitas ações na perspectiva de unidade de comunhão e ação em conjunto (BARROS, 2003).

b) A Ação Católica

O trabalho desenvolvido pela Ação Católica¹⁰, principalmente em sua fase especializada, caracterizada por forte espírito missionário, foi uma valiosa experiência de presença organizada do testemunho cristão nos vários campos da sociedade. Destaque se dá em algumas áreas: no mundo operário, estudantil e agrário.

Registra-se o seu pioneirismo na utilização do método ver-julgar-agir, e que perpassa a pastoral até os dias atuais. De igual modo, tem contribuído na formação de lideranças, e seus frutos ainda hoje são identificáveis em diversos campos da vida nacional (CONFERÊNCIA..., 1995, n. 31).

A Ação Católica especializada, sobretudo: Juventude Agrária Católica, a JAC; Juventude Estudantil Católica, a JEC; Juventude Independente Católica, a JIC; Juventude Operária Católica, a JOC; Juventude Universitária Católica, a JUC desempenhou um papel muito importante na linha do compromisso conscientizador, tendendo a compromissos políticos mais explícitos (BEOZZO, 2003). A influência das pastorais juvenis, formadas por leigos, modificou a presença da Igreja no mundo rural e operário, deixando de ter uma

⁹Iniciado por seis padres, em Natal (RN), que se reuniam mensalmente, movidos pela necessidade de se unirem para melhor exercer a missão apostólica. Essa iniciativa teve início na década de 1940, momento em que o mundo se via abalado pela 2ª. Guerra Mundial. As iniciativas organizadas resultaram num conjunto de ações sociais que foi batizado como Movimento de Natal. Inspirou a criação do MEB (QUEIROGA, G.F. CNBB Comunhão e corresponsabilidade. São Paulo: Paulinas, 1977).

¹⁰A Ação Católica Brasileira (ACB) foi um movimento motivado pela hierarquia da Igreja e fundado pelo cardeal Leme em 1935, que tinha naquela época o objetivo de formar leigos para colaborar com a missão da Igreja: “salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade”, missão da época de sua fundação (CONFERÊNCIA..., 1995, n. 31).

atuação assistencial, para uma presença conscientizadora e fortalecedora das reivindicações sociais (MARINS, 1979).

Vários movimentos foram criados, com as inspirações da Ação Católica e que tiveram grande relevância para o compromisso sociotransformador. Entre eles, se destacam: Movimento de Educação de Base, os Círculos Operários, as Semanas Ruralistas e a expansão do sindicalismo rural.

Os grandes acontecimentos, a Conferência de *Medellín* que assimilou o Concílio a partir da realidade latino-americana e a Conferência de *Puebla*, assim como as demais conferências e movimentos sociais e eclesiais, sobretudo, o contexto sociorreligioso, contribuíram para ver o ser humano não apenas no seu aspecto pessoal, mas também social.

2.3 A DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA A PARTIR DAS DECISÕES DAS ASSEMBLEIAS DIOCESANAS

Na Diocese de Santarém aconteceram sete encontros denominados Assembleias do Povo de Deus. A primeira aconteceu em 1979, e a última em 2008. Esta pesquisa pretende averiguar a dimensão sociotransformadora contida nas decisões dessas reuniões, a partir da segunda, realizada em 1982.

Conforme Diretório Diocesano, a Assembleia Diocesana constitui-se num espaço de grande participação do povo, onde são traçados os grandes rumos da ação pastoral da Igreja. É importante abordar cada uma dessas reuniões, e as decisões que marcaram os rumos da ação evangelizadora, especialmente os elementos de relevância sociotransformadora.

2.3.1 As Assembleias da década de 1980

Dois eventos de grande relevância aconteceram nessa década. Em 1982, de 17 a 21 de abril que corresponde à segunda assembleia e a terceira que aconteceu de 06 a 08 de janeiro de 1989.

Segundo o documento das Conclusões da segunda Assembleia, durante quatro dias, cento e dez representantes da Diocese estiveram reunidos em Emaús¹¹ para refletir juntos sobre a missão da Igreja no mundo de hoje e traçar um plano de pastoral de conjunto para a Diocese. Na abertura da Assembleia Dom Tiago falou da principal missão da igreja,

¹¹Emaús é um centro de Formação, pertencente à Diocese, onde acontecem os encontros e estudos para padres leigos. Muitas assembleias aconteceram naquele local.

lembrando o documento do Papa Paulo VI, a “Evangelição no Mundo Contemporâneo” e o documento de *Puebla* (IGREJA CATÓLICA, 1982, p. 1). Essa assembleia procurou sintonizar as principais preocupações da conferência de Puebla, assim como as propostas das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE), incluindo o objetivo geral, o método ver-julgar-agir e as propostas da Linha Seis das Diretrizes.

De acordo com o Documento de Conclusão, o processo de realização desta assembleia foi marcado pelo espírito de mudança e de compromisso pastoral, onde as aspirações de uma ação pastoral planejada determinaram o seu resultado, abrindo espaço para a valorização da realidade histórica do povo. O método ver-julgar-agir lhe serviu de base, ênfase dada sobre a realidade, por meio do ver. Os participantes refletiram sobre a situação do povo no mundo de hoje, olhando os problemas, procurando analisar as causas, as consequências, assim como a situação da pastoral da Diocese (IGREJA CATÓLICA, 1982).

O documento registra que os resultados correspondem à Linha Seis, que trata da dimensão Profético-Transformadora. Sendo que estes estão contidos nas Prioridades que foram definidas: Criação e desenvolvimento de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), Pastoral do Mundo do Trabalho e Formação continuada da consciência política do povo; nos Setores que foram criados: Pastoral Urbana (operários, comerciários, domésticas), Pastoral dos Pescadores e Lavradores e Pastoral Indígena; e nos Organismos e Serviços: Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Educação de Base, Meios de Comunicação Social (Rádio e Jornal a ser criado), Conselho Indigenista Missionário, Comissão de Justiça e Paz, Comissão de Pastoral Operária e Comissão de Pastoral dos Pescadores (IGREJA CATÓLICA, 1982).

Nota-se que as conclusões da Assembleia aprofundam as preocupações do Setor Social, apresentadas nas Diretrizes Gerais. A Igreja no campo social deve promover a realização de atividades que visem à promoção da justiça social, à defesa dos direitos humanos, à promoção das pessoas e classes marginalizadas mediante o uso de instrumentos que permitam sua organização e participação ativa na sociedade. Faz parte de sua missão a luta pelo reconhecimento da dignidade e direitos de todas as pessoas (CONFERÊNCIA..., 1983, n. 101).

Um dos instrumentos que logo foi constituído, sendo considerado como um dos primeiros frutos dessa renovação, foi a criação Conselho Pastoral Diocesano, tendo a sua primeira reunião realizada no período de 25 a 31 de março de 1987, convocado por Dom Lino, Bispo Diocesano e favoreceu a articulação e o dinamismo de todos os setores e organismos (COSTA, 1980, p.52).

Da mesma forma, as inspirações das DGAE conduziram a realização da Terceira Assembleia Diocesana, que aconteceu de 06 a 08 de janeiro de 1989, quando foram definidos o objetivo, as diretrizes e prioridades. As diretrizes de cunho sociotransformador somam um total de oito e que passaram a orientar a prática pastoral. São assim descritas:

a) A opção e o compromisso como os empobrecidos determinarão toda e qualquer ação pastoral da Igreja;

b) A Igreja, em sua ação pastoral, reconhecerá e apoiará os movimentos populares e suas organizações e com elas se articulará, respeitando suas autonomias;

c) No anúncio da Boa nova de Jesus Cristo, a Igreja denunciara tudo que for contrário ao Evangelho;

d) A vivência da fé, ligada à ação libertadora, estará sempre presente na prática pastoral e celebrações litúrgicas;

e) Toda interpretação da realidade que for usada como instrumento para o trabalho pastoral será feita à luz dos interesses dos empobrecidos;

f) Todo método adotado no trabalho pastoral, assim como a maneira de realizar este trabalho, terão uma dimensão libertadora.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Terra foram confirmadas como Prioridades, consideradas necessárias a fim de responder aquele contexto. Foi também definido, como importante, o Destaque Educação Política.

2.3.2 As 4ª e 5ª. Assembleias Diocesanas de Pastoral

A 4ª. Assembleia aconteceu após um longo período de preparação, onde foram feitas as avaliações do projeto pastoral que estavam sendo executadas. Em sintonia com as Diretrizes nacional, ela aconteceu de 02 a 04 de julho de 1993.

A Linha socioprofética ofereceu elementos importantíssimos para serem aplicados no contexto de Igreja de Santarém, sobretudo nas áreas da educação, da comunicação social e da pastoral social. As diretrizes convocaram as dioceses para inserir-se, sobretudo no amplo espectro da realidade social. Nessa assembleia, tal convocação foi aceita, o que favoreceu a bons resultados, principalmente para a definição das novas diretrizes de cunho social, ampliando as que já haviam sido assumidas na assembleia anterior. Desse modo, verificam-se a partir das conclusões as novas diretrizes diocesanas:

✓ A Igreja na Diocese de Santarém precisa estar a serviço da vida das pessoas e da natureza e atenta às influências da modernidade: a luz do evangelho incentivará o que está a favor da vida, denunciará e combaterá o que gera morte.

✓ A Igreja na Diocese de Santarém, imbuída de profundo ardor missionário, evangelizará e estará aberta a ser evangelizada pelos sinais dos tempos e pelos apelos da realidade.

✓ A ação pastoral da Igreja na Diocese de Santarém precisa levar em conta o potencial transformador dos pobres, de modo especial das mulheres e da juventude.

✓ A Igreja na Diocese de Santarém assumirá as CEBs como espaço missionário conscientizador, modelo eclesial e como sinal de esperança.

O contexto socioeconômico desse período é marcado pela problemática da terra, com a presença de um novo cenário, a grilagem¹². Isso favoreceu para que os participantes dessa definissem como Prioridade a Terra, para que “as famílias sejam mantidas em suas terras e não haja êxodo rural” (IGREJA CATÓLICA, 1993, p. 27).

A Quinta Assembleia realizou-se no contexto da revisão da metodologia pastoral, proposta nas Diretrizes Gerais, para que a ação evangelizadora tivesse maior abrangência. A reflexão sobre a evangelização constituiu um dos elementos básicos para os resultados desse encontro realizado nos dias 08 e 10 de março de 1996.

O documento final apresenta, além das diretrizes e prioridades, os “Desafios Pastorais”, que revelam o contexto social, político e econômico, que além de evidenciar uma realidade desafiadora, interpela uma resposta coerente da Igreja, principalmente no campo social. A Igreja não pode omitir-se aos novos desafios, por isso elaborou um documento contendo esses desafios, para que fossem refletidos entre todas as lideranças (IGREJA CATÓLICA, 1996, p. 41).

A reflexão feita a partir dos desafios ajudou na continuação do compromisso sociotransformador, já assumidos nas diretrizes da quarta Assembleia. Destaque para uma única diretriz, incluída como nova, que leva em conta a dimensão libertadora nos trabalhos e que ajudou na elaboração do Plano Pastoral: “Todo método adotado no trabalho pastoral, na Diocese de Santarém, assim como a maneira de realizar o trabalho, terá uma dimensão libertadora”, afirma o documento (IGREJA CATÓLICA, 1996, p. 41).

O Conselho Pastoral Diocesano, após estudo, reflexão e debate, também aprovou para a elaboração dos Projetos do Plano de Pastoral os destaques: Promoção da cidadania,

¹² Ato de apossar-se de terras mediante falsos títulos de propriedade, por meio de testemunhos ou falsos documentos

Comunicação Social, Evangelização das massas e Ministérios. As sugestões práticas apresentadas pela V Assembleia Diocesana de Pastoral, assim como as exigências da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e o método de Planejamento Participativo, ajudaram a concretizar as decisões.

2.3.3 A Assembleia em comemoração ao centenário da Diocese

A sexta Assembleia aconteceu no período de 18 a 20 de setembro de 2003, dentro das comemorações do Centenário da Diocese. Esta foi preparada a partir de um aprofundamento dos problemas sociopastorais que repercutiam na ação evangelizadora. Sua preparação se deu a partir de um longo processo que contou com uma avaliação de toda a ação, organização e estrutura da Igreja nos diferentes níveis de protagonismo e espaço de participação e de todas as forças vivas da pastoral (COSTA, 2008, p.54).

O resultado dessas avaliações foi significativo em relação à dimensão social. Os pontos analisados deram base a um olhar mais crítico, dando continuidade à postura sociotransformadora, levando os participantes a elaborarem diretrizes e prioridades que contemplaram as exigências do novo contexto social. Foi feito um documento, onde avalia alguns aspectos da pastoral.

Quanto à Pastoral Social, foi avaliado que em toda Diocese está sendo conquistado espaço e dignidade para o povo, através da participação ativa nos eventos de lutas sociais, tais como: Grito dos Excluídos, plebiscito, preservação do meio ambiente, aquisição de transporte comunitário, aumento da consciência crítica e participação dos jovens que se engajam nos movimentos sociais e ressaltando a parceria com outras entidades e movimentos sociais (IGREJA CATÓLICA, 2006).

Analisando o âmbito da política, se evidencia o seu enfraquecimento gerado pela difusão do individualismo, do crescimento do poder dos grandes grupos econômicos multinacionais, que pretendem impor suas decisões à sociedade e substituir as instâncias políticas. Registra que houve desencanto e diminuição da confiança do povo nos políticos e nas instituições públicas. Em contrapartida há uma maior vigilância sobre as decisões políticas e o exercício de pressões populares diretas, em favor das causas que lhe parecem essenciais. A busca da justiça social e de um “outro mundo possível” reúne uma extraordinária e variada adesão de grupos e movimentos.

O documento diz, também, que em Santarém, nos últimos anos, a presença de grandes grupos econômicos, como a empresa Cargil e outros, têm provocado várias situações

desagradáveis. Observa-se o crescimento acentuado do êxodo rural, dos conflitos pela posse da terra, assassinatos, perseguições a lideranças e venda indiscriminada de lotes de terra em toda a região (IGREJA CATÓLICA, 2003).

Esses elementos contribuíram para a definição das seguintes prioridades: CEBs e sua Ação Profética e Compromisso Social, Terra e Meio Ambiente. Sendo que o objetivo ressalta um olhar mais forte para a questão do meio ambiente.

As Diretrizes de conteúdo sociotransformador receberam uma nova reformulação, sendo assim descritas:

A Igreja na Diocese Santarém

1) Colocará sua ação evangelizadora a serviço da vida e do meio ambiente, combatendo as estruturas de morte no campo e na cidade, na busca de alternativas para um desenvolvimento incluyente.

2) Reconhecerá os valores das culturas oprimidas e emergentes e defenderá a dignidade e os direitos dos povos indígenas, dos negros e dos ribeirinhos.

3) Apoiará os movimentos e organizações do povo e incentivará e acompanhará os leigos para atuarem como agentes de promoção da vida e da caridade (IGREJA CATÓLICA, 2003).

O encerramento desta Assembleia coroou as comemorações do Centenário da Diocese, no dia 20 de setembro de 2003, quando, na Praça da Matriz, os participantes juntaram-se à multidão reunida.

2.3.4 A 7ª. Assembleia e a defesa da Amazônia

Nos primeiros anos do novo milênio, a região Oeste do Pará, foi assaltada por um novo ciclo econômico, dessa vez denominado Nova Fronteira Agrícola, com acentuação no cultivo de soja, arroz e milho. Esse ciclo se aportou como sinônimo de devastação, de valeduto. Com a chegada da Gargil, empresa multinacional de origem norte-americana e maior transportadora de grãos do mundo, em 14 de abril de 2003, houve a maior safra de grãos de toda a história do município de Santarém. Assim, despertou uma corrida de “aventureiros de terno e gravata, e outros chamados peões, estes explorados por aqueles, que se dirigem apressados em fazer fortuna sem nenhum compromisso com o lugar que os acolhe”, afirma Ormano Souza (SOUZA, 2004, p. 7).

Com a nova fronteira agrícola não demorou muito para que os problemas de ordem social se apresentassem. “Os primeiros anos do novo milênio foram marcados pelo processo

crescente do êxodo rural, provocando o crescimento das periferias de Santarém” (SOUZA, 2004, p. 11).

Diante desse cenário, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as entidades ambientais da região começaram a denunciar. Juntamente com esses grupos, a Diocese de Santarém, por meio da Pastoral Social, compreendeu que não bastava denunciar, era preciso realizar ação articulada, planejada para barrar os “esquemas” de grilagem de terra que estavam acontecendo (INSTITUTO..., 2004, p. 11).

Não faltaram, desde a preparação da nova Assembleia, as preocupações com os problemas promovidos pela nova fronteira agrícola e, passaram a ser tratados, não somente como problemas de Santarém, mas também como um agravante para os problemas que envolvem a Amazônia.

O documento de preparação para a 7ª. Assembleia aponta a necessidade de uma ação pastoral em defesa da terra e do meio ambiente. Essas preocupações, assim como o cenário de destruição e sequestro do meio ambiente, provocando a devastação rápida da Amazônia, têm levado a Diocese assumir uma pastoral mais voltada para a defesa da Amazônia (IGREJA CATÓLICA, 2007).

O contexto de devastação, assim como as preocupações da CNBB com a Amazônia, os problemas decorrentes dos grandes projetos econômicos sustentados pelo sistema neoliberal, aportados na região, levou os participantes a definirem como prioridade a “Defesa da Amazônia, seus povos e sua biodiversidade”. Reforçando como objetivo, assumir a Defesa da Amazônia com sua biodiversidade, levando em conta seus habitantes, de modo especial as populações tradicionais, suas crenças e suas culturas, despertando o povo para uma consciência e espiritualidade ecológicas (IGREJA CATÓLICA, 2008, p. 4).

A 7ª. Assembleia aconteceu de 06 a 09 de novembro de 2008, tendo como inspiração as preocupações do Documento de Aparecida¹³.

As decisões desses seis importantes encontros demonstram a relevância da dimensão sociotransformadora, apresentando uma caminhada pastoral, comprometida com a missão de Jesus, o Bom Pastor, que promove a vida em todas as suas dimensões. As diretrizes, objetivos e prioridades têm favorecido a elaboração dos Planos de Pastoral, dando ênfase para as atividades que demonstram um real compromisso com a vida por meio de uma pastoral sociolibertadora.

¹³Documento de Aparecida é fruto da V Conferência do Episcopado Latino-americano, realizada de 13 a 31 de maio de 2007, no Santuário de Nossa Aparecida, Estado de São Paulo.

2.4 A DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA NOS PLANOS DE PASTORAL DE 1989 A 2011

A terceira assembleia diocesana foi de grande importância para a história dos Planos de Pastoral, pois o seu processo de preparação, de julho de 1987 a janeiro de 1989, assim como as discussões feitas em torno dos problemas, desafios e contexto pastoral possibilitaram a elaboração do primeiro Plano de Pastoral Diocesano, organizado de forma sistemática em agosto de 1989.

O Plano despertou uma nova etapa para o processo de organização pastoral da Diocese, podendo ser descrito como um novo tempo, onde as pastorais, organismos e comunidades passaram a ter um instrumento que expressava a comunhão e unidade de Igreja. “A comunhão e participação, numa pastoral de conjunto, requer muita generosidade e mortificação da parte dos presbíteros, religiosos, seminaristas, agentes e catequistas”, afirmou Dom Lino, na apresentação do primeiro Plano (IGREJA CATÓLICA, 1989).

2.4.1 Atividades sociotransformadoras do Primeiro Plano

Nesse primeiro Plano, as atividades sociotransformadoras expressam o compromisso da Diocese com a realidade social e também apresentam o contexto socioeconômico da época, assim como a comunhão com as iniciativas articuladas através das Diretrizes Gerais pela CNBB. A Terra é a prioridade número um do plano. Para desenvolvê-la, foram elaborados dois projetos. Projeto 1: Criação e organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o projeto 2: Terra e Ecologia: questão de vida. Cada um com seu respectivo objetivo, que possibilitou a orientação das atividades propostas.

O primeiro Projeto objetiva possibilitar a presença concreta e solidária da Igreja na problemática da terra, propondo a criação e organização de uma comissão provisória para refletir e preparar a criação da CPT. A redefinição do papel da Comissão Pastoral de Direitos Humanos (CPDH), e a elaboração de um plano de trabalho para a equipe, também fizeram parte do projeto (IGREJA CATÓLICA, 1989, n. 11-14).

O segundo projeto tem como objetivo despertar a consciência do povo sobre a importância, o aproveitamento da terra e a preservação da natureza, além de conscientizar sobre a importância da organização dos trabalhadores e da luta em defesa da Terra e do meio ambiente. Propôs as seguintes atividades: manifestação ecológica, com a finalidade de celebrar e protestar em defesa da Terra e da ecologia, romaria da terra no dia 25 de julho de

1990, fazer levantamento dos problemas relacionados a Terra e ecologia, com a finalidade de conhecer melhor a problemática na Diocese.

A segunda Prioridade, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), provocou a elaboração do plano, onde consta o projeto, “Criação e organização das CEBs”. Este projeto possui os seguintes objetivos: proporcionar maior entendimento sobre as CEBs, incentivar seu surgimento e fortificar a opção por este novo jeito da Igreja ser. E para a concretização destes, foram propostas atividades: encontro diocesano de CEBs, estudo sobre as CEBs, Pastoral Urbana e Rural, cada uma com seu respectivo objetivo.

O plano apresenta um Destaque de cunho sociotransformador, intitulado “Educação Política”, onde apresenta o Projeto Fé e Política, com o objetivo de desenvolver uma consciência política, a partir da fé cristã. Várias atividades são propostas como estudo da cartilha do Regional, sobre política, estudo dos sistemas sociais, para conhecer a estrutura política e as formas de poder, militância política e a importância do voto (IGREJA CATÓLICA, 1989, n. 15).

Esse primeiro plano passou por um processo de avaliação, na reunião do Conselho de Pastoral Diocesano, no período de 13 a 15 de setembro de 1991.

2.4.2 Os Planos favorecem a participação

Depois da avaliação do primeiro plano, as Equipes de serviços foram encarregadas de elaborarem a proposta de um novo plano. Este, depois de ser apresentado à Coordenação de Pastoral, foi enviado às Áreas pastorais e, por fim, aprovado pelo Conselho de Pastoral que se reuniu, extraordinariamente, com o presbitério da Diocese no dia 07 de novembro de 1991. Essa dinâmica promoveu uma participação das lideranças leigas, no processo de elaboração, tanto das comunidades como dos organismos (IGREJA CATÓLICA, 1992, p. 5).

Com a realização da quarta Assembleia, em 1993, foi elaborado o plano para o biênio 94/95, tendo presente as mesmas prioridades do plano anterior, somente que para a prioridade Terra o plano possui três projetos: Escola da terra, A voz da terra e Terra e Ecologia - questão de vida, constando as seguintes atividades: Cursos de capacitação de lavradores, Encontro de agricultores, Programa a Voz da Terra na Rádio Rural para orientar e divulgar a problemática, os desafios e avanços na questão da Terra .

O Plano do biênio 1997 e 1998 foi elaborado a partir das prioridades oferecidas pelas assembleias regionais, das sugestões práticas apresentadas pela V Assembleia de Pastoral Diocesana. O Conselho Diocesano novamente aprovou para a elaboração dos projetos, a

promoção da cidadania, como destaque de âmbito sociotransformador (IGREJA CATÓLICA, 1997, p. 4). Nele constam os projetos que dão maior importância às questões relacionadas ao direito. Ressaltam-se a Defesa da Dignidade Humana, Criança e Adolescente, Juventude e Cidadania. A partir desses projetos foi possível fortalecer o trabalho da Comissão de Justiça e Paz.

Todos esses planos foram realizados com participação de vários segmentos das pastorais, e até mesmo com a participação das comunidades, o que favoreceu sua expansão e conhecimento.

2.4.3 A dimensão sociotransformadora dinamiza as ações

A partir do planejamento para os planos do biênio 1999/2000, verifica-se que as atividades dos planos anteriores favoreceram a mobilização nas comunidades, por meio do Grito dos Excluídos e de outros eventos, alavancando uma maior integração das forças vivas das comunidades.

O novo plano propõe dar continuidade aos projetos do plano anterior sendo acrescentados dois novos: Defesa dos Direitos Humanos e Meio Ambiente. O primeiro, objetiva combater as desigualdades sociais e econômicas e lutar pelos direitos individuais e coletivos; o segundo, conscientizar sobre o valor da natureza, preservar a natureza e garantir a qualidade de vida da população.

As atividades que concretizaram esses projetos foram: criação de Equipes de Direitos humanos, realização da Semana Social Brasileira, Grito dos Excluídos, Encontro Diocesano de Direitos Humanos, Semana da Criança, capacitação de lideranças e o Grito da natureza. Esta última foi assumida como forma de chamar atenção da população e autoridades sobre a destruição da natureza (IGREJA CATÓLICA, 1999, n. 12).

O Plano de 2004 – 2005 foi elaborado em vista da concretização das propostas da 6ª Assembleia de pastoral, onde assumiu como prioridade sociotransformadora, o Compromisso Social, Terra e Meio Ambiente. Para viabilizar essa prioridade são desenvolvidas várias atividades. O projeto Cidadania e Ecologia propõe: criação da Pastoral Ecológica, criação de equipes de Pastoral Social nas Áreas, Semana do Meio ambiente, Curso de Doutrina Social da Igreja, Assembleia da Terra e da Água, Curso de Agentes Comunitários de Justiça e Paz na zona rural, além da criação da equipe Fé e Política, criação do Comitê da Cidadania e a criação do Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral. No biênio seguinte, essas mesmas atividades foram continuadas (IGREJA CATÓLICA, 2004).

Na atualidade a Diocese está desenvolvendo o Plano 2009-2011, resultado de avaliações, reflexões e estudos que foram feitos sobre a caminhada pastoral. As perspectivas do Documento de Aparecida, assim como na realização da 7ª. Assembleia deram rumo na elaboração do novo plano. Na apresentação deste, Dom Esmeraldo recorda:

A Diocese, presidida pelo bispo, é o primeiro espaço de comunhão e da missão. Ela deve estimular e conduzir uma ação pastoral orgânica, vigorosa, de maneira que a variedade de carismas e ministérios, serviço e organizações orientem em um mesmo projeto missionário para comunicar vida no próprio território. Este projeto que surge de um caminho de variada participação torna possível a pastoral orgânica, capaz de dar resposta aos novos desafios (IGREJA CATÓLICA, 2009, p. 1) (DAP 169).

O processo de participação de todas as forças vivas foi significativo na elaboração desse plano atual. A situação do meio ambiente ganhou maior substância, direcionando a definição da prioridade “Defesa da Amazônia, seus Povos e sua Biodiversidade” (IGREJA CATÓLICA, 2009, p. 4).

Os projetos apresentados dessa prioridade foram: Povos Indígenas e suas Culturas, Terra e Água, Quilombolas e o projeto Amazônia Viva e Responsável. Para o projeto “Amazônia viva” o plano deseja despertar o interesse do cidadão pela responsabilidade do bom uso dos recursos da Amazônia, assim como conhecer e aprofundar a temática da Amazônia, seus povos e sua biodiversidade.

Várias atividades são propostas, na tentativa responder aos objetivos de cada projeto. São propostas ações como: criar um grupo de trabalho para propor um currículo escolar ligado à educação ambiental, propor uma Educação Amazônida e ecológica nas escolas e pastorais, criar equipes de reflexão sobre Evangelização e Amazônia, além de propor um mecanismo efetivo para a concretização das conclusões da Assembleia Diocesana sobre a Amazônia. Sugere-se que seja elaborado material específico para as atividades com a catequese infantil, com conteúdo que ressalte a importância do tema.

Pode-se observar que as diversas prioridades e devidos projetos e atividades favorecem a participação consciente, ativa e frutuosa das lideranças no processo de transformação da realidade. Ressalta-se a preocupação com a realidade social onde as pessoas vivem, apresentando-se ações que procuravam responder às necessidades que emergiam desse contexto.

2.5 A DIMENSÃO SOCIOTRANSFORMADORA NA PRÁTICA DAS PASTORAIS SOCIAIS

As pastorais sociais da Diocese têm um papel significativo em todo o tempo de sua trajetória. Já no ano de 1979, por ocasião da primeira assembleia de pastoral, percebeu-se sua relevância e contribuíram para colocar em prática as aspirações da Igreja do Brasil.

2.5.1 A Equipe de Pastoral Social da Diocese de Santarém

Com a estruturação da pastoral no período de 1984 a 1987, um dos primeiros trabalhos do novo Conselho foi a reestruturação dos instrumentos de animação pastoral que deu lugar às equipes de serviços nos níveis interno e externo da pastoral. Os organismos diocesanos foram reestruturados, formando os setores e as equipes de serviços pastorais. Com a criação do Centro de Pastoral Diocesano e a secretaria geral da pastoral, todos os setores foram juntados num só lugar para favorecer o entrosamento e a articulação do conjunto.

O Setor da Pastoral Social tem como meta desenvolver a ação evangelizadora exercitando a cidadania, no sentido de resgatar os direitos sociais para que, por meio destes, possa constatar os apelos da realidade que convidam a uma presença de Igreja numa atitude de serviço que o próprio Evangelho aponta com muita clareza. Atualmente, o setor é composto das seguintes pastorais: Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Pastoral do Menor, Pastoral da Criança, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Pastoral dos Pescadores e Comissão de Justiça e Paz. Quem assume essas pastorais se vê na condição de dar atenção aos mais fracos, pois sua atuação é no seio da Igreja, da sociedade, a serviço dos que são e estão marginalizados (IGREJA CATÓLICA, 2006).

As equipes atuam sozinhas, em conjunto ou em parceria com outras entidades. Precisam potencializar ao máximo o efeito multiplicador da experiência organizativa dos movimentos alternativos que estão presentes na região, priorizando os lugares mais carentes, em que se necessita de uma atuação mais constante e eficiente.

Muitos trabalhos são realizados por essas equipes que expressam o compromisso sociotransformador da Diocese. Tentaremos descrever somente os trabalhos de duas e, depois, serão apresentadas, também, algumas atividades que são realizadas por todas as equipes.

2.5.2 A Comissão de Pastoral da Terra (CPT)

A partir dos anos 90, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) encabeçou um trabalho de relevância, em algumas Áreas da Diocese. A ênfase é dada na problemática da terra, devido aos conflitos que aportaram na região. Atualmente, sua atuação é feita através de estudo, encontros, assessoria e acompanhamento de lideranças e organizações.

Conforme cartilha da CPT, sua atuação tem sido em vários lugares, especialmente onde os conflitos têm se acentuado. Devido à presença dos sojicultores a partir dos anos 90 na região do Oeste do Pará, muitos problemas se ordenaram: grilagem de terra, expulsão de famílias tradicionais, ameaças às lideranças sindicais e religiosas. Tudo isso fez com que a CPT intensificasse sua atuação de denúncia e de organização dos trabalhadores (COMISSÃO..., 2010).

Vários trabalhos foram organizados nos últimos anos como alternativa às ameaças do grande capital, os quais se sobrepõem, através dos madeireiros, sojicultores, projetos de mineração, políticos e pecuaristas. O trabalho feito junto aos comunitários para a articulação da Reserva Extrativista Renascer, no município de Prainha, foi significativo. Colaborou para a criação e homologação desta no dia 05 de junho de 2009, sendo resultado de uma luta feita em conjunto com aqueles moradores.

Essa Reserva foi conquistada por meio de uma luta, onde os líderes do movimento foram até baleados. Fato acontecido no dia 27 de novembro de 2009, quando os moradores das comunidades acamparam à margem do Rio Uruará, perto da boca do Rio Tamataí com a intenção de impedir a saída da madeira em tora da Ressex. Ficaram acampados por 53 dias e durante esse período foram atacados por pistoleiros das madeireiras, que feriram dois comunitários (COMISSÃO..., 2010).

Outros trabalhos foram realizados nos assentamentos Corta Corda, na região do Rio Curuá-Una, em Aveiro, na Flona do Tapajós, no Pacoval, no Cumucuri, na PA 254 e na Gleba Nova Olinda e que continuam sendo desenvolvidos. Na Gleba Nova Olinda tem sido histórica a luta dos trabalhadores na tentativa de garantirem o direito à terra. Há 14 anos os moradores tradicionais e indígenas de 14 comunidades estão lutando contra madeireiros e sojicultores. A CPT tem sido parceira em todas essas lutas.

A Pastoral Social da Diocese tem se esforçado na articulação de trabalhos para ajudar o povo a enfrentar os diversos conflitos que assaltam a região. Com a chegada da nova fronteira agrícola, no Baixo Amazonas, surgiram muitos problemas que tornaram embaraçada a vida das pessoas que vivem da agricultura familiar, obrigando algumas famílias a deixar suas terras. Além disso, agravam o meio ambiente, pois a chegada dessa fronteira tem provocado derrubada das florestas e grande devastação.

Os problemas relacionados com a questão da terra, principalmente no início do milênio, tem favorecido uma maior atenção da ação pastoral. Devido a esse contexto, em 2006, os bispos de Santarém Dom Lino e Dom Severino escreveram a carta assim intitulada: “Compromisso social da Igreja de Santarém e a chegada da Nova Fronteira Agrícola”. A preocupação dos bispos é de alerta, diante das consequências que o agronegócio tem provocado:

[...] a destruição do meio ambiente, sobretudo das florestas, vem aumentando nos últimos anos em toda a Amazônia, principalmente no planalto santareno, no município de Belterra e na Gleba Pacoval. A compra de pequenas propriedades de agricultura familiar para a agricultura mecanizada tem incrementado o êxodo rural entre humildes famílias ribeirinhas e do campo (CARTA DOS BISPOS DE SANTARÉM, 2006).

Ressalta-se que, diante desse contexto, os movimentos sociais e os movimentos de defesa do meio ambiente têm se manifestados, através de ato público, organização de seminários e outros eventos, denunciando essa forma de dominação.

2.5.3 A Comissão Diocesana de Justiça e Paz

Um dos organismos sociais que foi muito importante e que contribuiu com o fortalecimento da dimensão sociotransformadora na Diocese é a Comissão de Justiça e Paz. Conforme os Organismos Diocesanos, ela foi criada com o intuito de fazer estudo, à luz da Palavra de Deus e do magistério social da Igreja dos problemas relacionados com a Justiça, a paz e a ecologia junto às comunidades. Dessa forma ajudaria a despertar no povo Deus a compreensão dos problemas da justiça, da paz e da ecologia, assim como despertar na sociedade a consciência da sua cidadania e responsabilidade frente às violações contra a ecologia (IGREJA CATÓLICA, 1992).

No início de sua atuação, nota-se a preocupação com a formação das lideranças, por meio dos estudos de aprofundamento, principalmente, sobre a Doutrina Social do Magistério da Igreja, o que favoreceu que esses documentos fossem conhecidos em toda a Diocese, por meios apropriados.

Muitas atividades foram e são desenvolvidas por essa equipe, tornando-se um instrumento de articulação com as entidades e organismos afins, dentro e fora da Igreja. Além de coletar e interpretar dados a respeito de questões econômicas, políticas, se preocupa

também com as questões ecológicas em articulação com os setores da Pastoral Social da Diocese.

As equipes do setor do mundo do trabalho foram se reorganizando para melhor atender às necessidades da pastoral, ganhando mais visibilidade junto à sociedade.

2.5.4 Outras atuações da Pastoral Social

a) O Grito dos Excluídos

É uma das atividades que consta no plano de pastoral e tem se desenvolvido há mais de 15 anos, tendo uma particularidade, pois sua realização favorece a articulação com todas as forças vivas da Diocese. Sua organização é feita com as diversas lideranças das paróquias, unindo as pastorais, e, por meio do processo de sua organização, favorece a integração com movimentos sociais, universidades, associações de bairros e movimentos ecológicos.

O Grito tem ocorrido na semana da Pátria, juntamente com a programação que é feita pela Secretaria de Educação. Há alguns anos, tem acontecido o “Pré-Grito”; atividade essa que foi desenvolvida nas CEBs, escolas, comunidades e povo em geral que tem suscitado mobilização, articulação, despertando o povo para os problemas sociais.

Os últimos Gritos têm refletido e denunciado vários temas, principalmente a questão do meio ambiente e da Amazônia. Conforme relatório das pastorais sociais, “[...] mais de 1000 pessoas foram às ruas e manifestaram seu descontentamento em relação às políticas públicas, sociais e ambientais, problemas cotidianos como ruas, água, escolas, saúde, transportes” (IGREJA CATÓLICA, 2007).

b) Curso de Formação de Agentes de Justiça e Paz

Diante do desconhecimento das garantias legais de defesa dos direitos humanos, sociais, políticos, econômicos e culturais essa atividade tem contribuído para que as pessoas percebam como os direitos estão sendo violados. Tem sido necessário, útil e busca divulgar os direitos humanos, garantindo o acompanhamento sistemático às equipes para trabalharem com mais empenho e segurança nas questões relacionadas ao direito.

A organização de equipes para atuarem na mediação de conflitos nas áreas e/ou regiões ou paróquias tem sido uma forma concreta para o exercício da cidadania e a promoção da justiça. Esse curso promove o conhecimento dos direitos humanos nas áreas e

comunidades, estudando os direitos específicos de negros e indígenas. Tem favorecido que os/as agentes cultivem a valorização de si mesmos e dos menos favorecidos. Através da participação ativa nas equipes de serviços e nas manifestações de cunho reivindicatório, ajudam a diminuir toda forma de discriminação e preconceito com as minorias, estimulando o respeito aos direitos de cada um e a construção da cultura de paz para a superação das violências.

O curso tem acontecido em Aveiro, Monte Alegre, Belterra, Santarém, Mojuí dos Campos e Prainha, com o objetivo de despertar a consciência para a importância da natureza sadia como forma de vida e saúde para todos e de criar políticas públicas como direito de todo cidadão.

Outras atividades estão sendo desenvolvidas, pelas diversas equipes. Algumas são feitas em conjunto, outras com os movimentos sociais, ONGs e grupos étnicos. Entre outros trabalhos, registra-se o desempenho da Pastoral da Criança, do Menor e da Juventude, que através de suas muitas ações tem procurado desenvolver atividades que fortalecem a perspectivas da dimensão sociotransformadora.

2.6 OUTROS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA UM COMPROMISSO SOCIOTRANSFORMADOR

No item 2.1.4 foram apresentados alguns antecedentes que contribuíram para a ação sociotransformadora na Diocese. A aqui se deseja sublinhar outros de grande relevância para o compromisso sociotransformador assumido pela ação evangelizadora na Diocese de Santarém. Acredita-se que as influências desses contribuíram para o profetismo demonstrado nas diversas ações.

2.6.1 Dom Tiago, pastor comprometido com o povo

Dom Tiago nasceu em Chicago, Estados Unidos da América do Norte, a 17 de novembro de 1912. Foi ordenado padre a 24 de junho de 1938, nos EUA, chegando em Santarém no dia 25 de junho de 1943. Foi ordenado bispo em Chicago no dia 09 de abril de 1958, tomando posse na então prelazia de Santarém a 09 de julho de 1958. Nomeado primeiro bispo Diocesano de Santarém, a 16 de novembro de 1979, sendo empossado no dia 04 de dezembro do mesmo ano (IGREJA CATÓLICA, 1983).

O Bispo iniciou seu múnus pastoral, às vésperas do maior acontecimento da Igreja do século passado, o Concílio Vaticano II, que ofereceu à Igreja os caminhos de uma atualização de que tanto necessitava. Os acontecimentos, a realização do Concílio e a aplicação da renovação recomendada pelos decretos conciliares, já por si representam eventos que marcam a vida eclesial com profundo reflexo na igreja local (IGREJA CATÓLICA, 1983).

Assim, se conclui que a dimensão sociotransformadora proposta pelo Concílio Vaticano II, especialmente no seu documento *Gaudium et Spes*, onde fala da presença transformadora da Igreja, encontrou um chão próprio para ser atualizada no contexto da Diocese de Santarém. A presença deste homem, o seu pastoreio, foi marcada pelas aspirações do Concílio Vaticano II.

Segundo Anuário, a conjuntura eclesiástica antes de Dom Tiago assumir a Prelazia - Diocese era uma pastoral que se apoiava em certo tradicionalismo, onde velhas estruturas religiosas como as irmandades e congregações davam sinais evidentes de cansaço e desatualização. “Os esforços que seu antecessor realizara, provinham da introdução de alguns movimentos leigos inseridos na Ação Católica, como JOC e JEC, timidamente ensaiados sem alcançar vitalidade” (IGREJA CATÓLICA, 1983, p. 11). A ação católica da igreja se resumia no assistencialismo, nas escolas religiosas, e de religiosos em uma trôpega Conferência de São Vicente de Paulo.

Em matéria de obras sociais despontadas por Dom Tiago, pode-se dizer que a primeiríssima foi a defesa e propagação das mudanças propostas pelo Concílio. Ele mesmo participou em todas as sessões do Concílio o que lhe favoreceu uma nova visão da Igreja, das suas características universais e de todas as problemáticas levantadas.

O relacionamento entre os bispos que participaram das sessões foi muito salutar, o que lhe proporcionou conseguir ajuda tanto financeira como o envio de padres para o auxiliarem na missão da Diocese.

A vinda desses padres do clero secular foi importante, pois os mesmos implantaram um novo sistema de vivência junto ao povo. Tomaram a iniciativa de residirem em bairros da periferia da cidade, possibilitando um maior conhecimento da realidade do povo (IGREJA CATÓLICA, 1983). Os presbíteros entrosaram-se, também, no sindicato dos tecelões e, embora não tivessem um conhecimento exato do problema social, foram eles que incentivaram posições firmes e corajosas da parte de alguns operários. Tal apoio efetivou-se

numa luta por melhores condições de trabalho, o que veio a refletir em todo o comportamento da Igreja de Santarém, com pleno apoio do bispo, que soube liderar a situação¹⁴.

Na Diocese, durante a repressão policial originária do governo militar que provocou constante violação dos Direitos humanos, torturas, problemas fundiários com a tomada de terras dos posseiros pelos grupos econômicos apoiados pelo poder político, levaram o Bispo a promover a criação da Comissão de Justiça e Paz e fazer constantes denúncias contra os abusos do poder econômico e político. A posição firme corajosa de Dom Tiago lhe valeu pressões e ameaças e até mesmo insultos vindos de elementos ligados ao poder político dominante (IGREJA CATÓLICA, 1983, p.12).

Depois de ter participado do Concílio Vaticano II, Dom Tiago foi designado pelo Papa Paulo VI, para participar da reunião de *Medellín*,

e, de volta, deu integral apoio às resoluções da grande assembleia, colocando a Igreja de Santarém fiel aos princípios renovadores da Igreja da América Latina. Essa posição séria se reforça com a adesão às decisões de Puebla, colocando a Igreja local comprometida com a opção pelos pobres (IGREJA CATÓLICA, 1983, p.13).

Uma das grandes obras de Dom Tiago foi a instalação da Rádio Rural. Diz o Anuário, que ao tomar conhecimento das escolas radiofônicas existentes na Colômbia e em Natal, no Rio Grande do Norte, ele instalou a Rádio de Educação Rural, em 1964, para atender as escolas radiofônicas que o Movimento de Educação de Base veio a montar em Santarém, com 32 escolas radiofônicas iniciais. “Era um processo novo que logo se constatou ser eficiente, notadamente pela ação do MEB que tinha como meta instruir e conscientizar a pessoa humana” (IGREJA CATÓLICA, 1983, p.13).

2.6.2 O Movimento de Educação de Base (MEB)

Outro elemento importante, que foi instalado na Diocese em 15 de janeiro 1965, abrangendo apreciável percentual de áreas do Município de Santarém, foi o MEB. Partindo do seu objetivo de cuidar da formação integral do homem rural, firmado na ideia força do Cristo Libertador, desenvolveu-se por meio de duas linhas operacionais: Escolarização e

¹⁴“Também a participação dos padres nas lutas democráticas, ocasionou a expulsão de um deles provavelmente sendo o primeiro caso, no gênero realizado no Brasil durante a vigência do AI-5” (IGREJA CATÓLICA, 1983, p. 12). Os primeiros padres chamavam-se: Pe. Daniel Jeremiah Mc Carthy e Pe. Carlos Maynard. Chegaram a 14 de dezembro de 1963. No ano seguinte, em abril, chegava Pe. Cornélio Lynch, da Diocese de Providence, Estados Unidos (IGREJA CATÓLICA, 2003, p. 47).

Grupalização, partindo sempre das aspirações comunitárias (IGREJA CATÓLICA, 1983, p. 42).

Adotava uma metodologia que levava em conta o processo de conscientização, partindo das necessidades reais das comunidades, respeitando as opiniões, anseios das pessoas, bem como incentivava as iniciativas do povo, informando os acontecimentos, as experiências válidas para o acompanhamento mais profundo da realidade, questionando a situação de opressão e injustiça. Toda essa filosofia contribuiu para a autonomia do sujeito e fundamentou a ação libertadora.

Desenvolvia as atividades mediante capacitação, cursos, treinamentos e encontros, oferecendo qualificação em horticultura, fruticultura, artesanato e educação sanitária. A organização comunitária, principalmente os cursos de alfabetização de adultos, programa radiofônico, assim como o apoio ao trabalho desenvolvido pelas pessoas, marcavam a nova forma de evangelização.

Igual relevância foi o trabalho da Catequese Rural, ainda hoje influente, sobretudo, nas atividades desenvolvidas pela Pastoral Rural.

2.6.3 Catequese Rural

A história da Catequese Rural fez parte das primeiras preocupações de Dom Tiago. Foi com evangelização do Povo de Deus que morava ao longo das estradas e ramais e às margens dos rios e lagos, que essa experiência foi tutelada. Aí vivia muita gente recebendo pouca ou nenhuma assistência por parte da Igreja. O número de padres era pequeno e as distâncias longas demais (IGREJA CATÓLICA, 1988).

Dom Tiago, em suas viagens pelo Brasil, descobriu o manual do Catequista Popular, escrito por Dom Agnello Rossi, Bispo de Barra do Piraí, no Rio de Janeiro. Ele convidou algumas professoras da área rural para estudarem o livro por uma semana. Essa semana de estudo, passou a ser chamada de Semana Catequética¹⁵. A primeira realizou-se no Colégio

¹⁵ É uma ação pastoral peculiar na Diocese de Santarém. Teve início em 1959, quando aconteceu o primeiro encontro com as professoras, para o estudo da cartilha “Manual do Catequista Popular”. A partir desse primeiro encontro, foi dado prosseguimento nos anos seguintes, sendo denominados de “Semana Catequética”. Consiste em reunir lideranças leigas e padres, para uma semana de estudo bíblico, pastoral e teológico a cada ano. Os participantes dessa atividade são chamados de “multiplicadores”, porque ficam responsáveis da realização desta mesma atividade em cada Região e ou área pastoral. Além dos estudos, se elabora o planejamento pastoral das comunidades. Tem sido um tempo rico para troca de experiências e fortalecimento da pastoral de conjunto.

Santa Clara, no período de 3 a 9 de janeiro de 1959, com a participação de 50 professoras (IGREJA CATÓLICA, 1988, p.25).

A partir desse estudo foram organizados núcleos de catequese feitos pelas professoras que participaram do estudo. Antes a presença religiosa nas comunidades era feita por missa de vez em quando, pelas festas dos padroeiros e por algum grupo de cruzada infantil. As equipes catequéticas passaram a ser a grande novidade (IGREJA CATÓLICA, 1988).

a) Conteúdo das Semanas catequéticas

A Semana Catequética passou a ser a grande novidade na vida das comunidades e através dela se estruturou uma dinâmica pastoral, servindo de instrumento de capacitação e formadora de lideranças. Nos primeiros anos, seu conteúdo baseava-se na História da Salvação, Jesus Cristo, os sacramentos e doutrina, utilizando cartazes e palestras para facilitar a compressão do assunto (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 29).

Foi durante a coordenação de Frei Rainério Dolesh¹⁶, a partir de 1972, que o rumo da catequese mudou. “Era novo tempo e a teologia da libertação também começou a ser implantada” (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 29). A metodologia da Teologia da Libertação ajudou a ler e estudar a Bíblia a partir da ótica dos pobres, assim como os outros assuntos eclesiais. A implantação dessa mudança não foi tão pacífica dentro da hierarquia da Igreja; provocou muitos choques dentro e fora da mesma, chegando a repercutir na realização da segunda Assembleia de Pastoral em abril de 1982.

O Estudo sobre o Projeto de Deus e o Projeto dos Reis ofereceu aos participantes abrir os olhos para compreensão da realidade social. Na sequência também foi aprofundado, o Projeto Deus em Jesus Cristo, na vida das Primeiras Comunidades Cristãs e nas cartas de São Paulo. Todo esse conteúdo era estudado na ótica da teologia latino americana, utilizando o método ver-julgar-agir e repassado às comunidades em forma de cartilhas. Em 1985 foi feito um estudo sobre a questão da terra na Bíblia, o que coincidiu com o tema da Campanha da Fraternidade de 1986, “Terra de Deus, terra de irmãos” (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 30).

¹⁶Franciscano que dedicou boa parte de sua vida à Catequese Rural. “Ele deu novo rumo a essa atividade tão importante. Às vezes incompreendido em seu entusiasmo e busca de fidelidade à Palavra de Deus, foi sem dúvidas, responsável pelo esforço de ligar a fé com a vida no trabalho das equipes catequéticas e na vida das comunidades rurais” (IGREJA CATÓLICA, 1988, p. 32). Faleceu no dia 02 de dezembro de 1983.

O conteúdo desses estudos eram também repassados à Área urbana de Santarém, por meio dos chamados “Tríduos Comunitários”, implantados no intuito de ajudar na compreensão do sentido de Comunidade.

Chamam atenção os diversos materiais de formação que foram produzidos. Um deles é um livreto chamado: “A Bíblia dos Lavradores”, com roteiros de círculos bíblicos que contam a história das pessoas das colônias, das margens dos rios, da transamazônica, em busca de novas maneiras de viver. Histórias contadas com iluminação bíblica, o que muito ajudou na formação de comunidades e na formação de lideranças com os olhos abertos para a realidade social.

b) Catequese Rural e a luta dos trabalhadores

A Catequese Rural tinha clareza de seu trabalho e de sua importância, pois a influência da renovação conciliar e de *Medellín* davam base para seu desempenho. De acordo com Anuário, a partir de 1977, intensificou o processo de apoio à conscientização dos trabalhadores rurais, agricultores e pescadores.

Alguns de seus membros começaram a participar dos encontros dos trabalhadores que, na época, começavam a se organizar a exemplo dos trabalhadores da tecelagem. Com a oportunidade que a Catequese ofereceu a esses trabalhadores, para que eles participassem dos estudos das Semanas catequéticas, criou-se espaço para troca de experiências e aprofundamento. Os trabalhadores compreendiam melhor sobre a organização da sociedade, ao mesmo tempo ganhavam novos companheiros para somarem forças na luta por melhores condições de vida (IGREJA CATÓLICA, 1988).

Essa opção do trabalho junto à sociedade, especialmente o compromisso com os trabalhadores e sua organização, não foi tão pacífica. Houve, nesse período, alguns conflitos entre as lideranças da Igreja e dos Movimentos Populares. Conforme Anuário foi necessário que se promovessem vários encontros para se compreender o sentido da ação pastoral, que procura ligar a fé com a vida (IGREJA CATÓLICA, 1988).

O trabalho da Catequese Rural foi frutuoso e sua história tem contribuído para as grandes conquistas sociais na sociedade atual. Muitas lideranças que atuam no campo político ou exercem funções governamentais foram formadas por essa rica experiência. A metodologia tem se aprimorado, mas ainda se tem primado na realização das semanas levando em conta o despertar da fé, comprometida com a transformação da sociedade.

2.7 IGREJA E SOCIEDADE: BALANÇO DE UM RICO PROCESSO

A ação evangelizadora na Diocese de Santarém, a partir das Assembleias de pastoral e dos Planos, tem pautado a relevância da dimensão sociotransformadora, não somente no âmbito da Igreja, mas, também, junto à sociedade. Através dos objetivos, das diretrizes e atividades planejadas, é notória essa influência, confirmando o compromisso com a evangelização libertadora, a partir da opção preferencial pelos pobres, no intuito de construir uma sociedade justa e fraterna, como afirmam os objetivos desde 1982.

Esse rico processo tem sido favorável à Diocese estender sua ação junto à sociedade, principalmente às camadas mais pobres da sociedade, amparados por seus objetivos e por sua trajetória de uma ação sociolibertadora. Segundo Ivar Costa, a Igreja tem acompanhado e ajudado na organização dos movimentos sociais, como sindicato, associações de moradores e ultimamente as organizações não governamentais. A prioridade por uma pastoral fundamentada nos princípios das CEBs lhe respalda para inserir-se nas muitas organizações comunitárias do povo (COSTA, 2008, p. 51).

O projeto das semanas catequéticas, especialmente a organização da Catequese Rural, os trabalhos desenvolvidos pela CPT, com sua presença, principalmente nas comunidades rurais, tem garantido o respeito e importância da Diocese junto à sociedade, de maneira singular para os trabalhadores e trabalhadoras, não só do campo, mas, também, junto às organizações na cidade (IGREJA CATÓLICA, 1988). A ação pastoral, organizada de forma sistemática, com projetos da ação evangelizadora, lhes garante presença, enfrentando as consequências e desafios dessa sua opção.

2.7.1 Fé e compromisso social no interior da Igreja: os avanços

As atividades realizadas pelas pastorais sociais têm contribuído na formação e no fortalecimento do movimento popular. Destaque se dá ao trabalho feito pelo Movimento de Educação de Base (MEB) que foi de longo alcance; com sua metodologia contribuiu na formação das lideranças. Segundo Professora Aurenice¹⁷, o trabalho desenvolvido pelo MEB em Santarém, desde a sua implantação em 1965 foi significativo. Desenvolveu o trabalho de

¹⁷Professora Aurenice foi uma das primeiras coordenadoras do MEB, que com o movimento, desenvolveu muitas atividades, como a organização da Feira da Cultura Popular, onde pessoas oriundas de vários municípios do Oeste do Pará traziam seus artesanatos e produtos para serem expostos na Praça de São Sebastião, em Santarém (IGREJA CATÓLICA, 1995, p. 11).

educação popular que ultrapassou a sua proposta inicial, pela ampliação de seus objetivos originais e exigências da realidade vivenciada pelos seus agentes diretos e indiretos (IGREJA CATÓLICA, 1995, p. 11).

A Diocese através das suas pastorais motiva a participação ativa das lideranças nas políticas sociais, nos conselhos municipais, e no conjunto da sociedade. As diversas atividades realizadas e os muitos anos de obras sociais fazem a Igreja ser solidária com o mundo atual. A presença da Igreja se faz por intermédio de lideranças eclesiais, mas também nas associações e nos diversos movimentos que lutam pelo bem comum.

Todos esses elementos fazem com que a Igreja tenha credibilidade no meio da sociedade. Além desses, outros também têm sido apresentados como meios de articulação da pastoral com a sociedade, como os fóruns articulados com a sociedade civil.

Por outro lado, conforme avaliação feita em 2008, é notório o isolamento da Igreja dos movimentos sociais e vice-versa, o que tem dificultado entrosamento, impedindo uma maior visibilidade nas parcerias. A Igreja parece acentuar mais esforços ao sacramental e por isso deixa de ser mais atuante na sociedade. Além disso, “às vezes falta integração dos diversos segmentos pastorais, pois se constata, ainda, uma divisão dentro do próprio clero e lideranças comunitárias quanto à ação profética da Igreja e a ação desta na sociedade” (IGREJA CATÓLICA, 2008, p. 6).

a) Compromisso político-social

Os avanços nesse aspecto são feitos por meio de muitas ações realizadas em defesa da vida, por intermédio da CPT, CPP, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, das CEBs e da articulação com movimentos populares. Os trabalhos da Catequese Rural e das pastorais sociais têm ajudado na formação política de muitas lideranças, que hoje atuam em vários organismos, tanto governamental, como não governamental, nos diferentes conselhos e mesmo em atividade parlamentar. A Igreja, com seu compromisso social, tem sido formadora de pessoas conscientes, que colocam sua vida na defesa do bem comum.

A Igreja, no campo político tem assumido postura muito clara, através dos cursos de fé e política, das cartilhas, dos seminários em defesa do meio ambiente, das campanhas com diversas temáticas, reforçando a sua opção pelos mais necessitados. No documento da sétima assembleia, diz-se que o trabalho feito pela Igreja demonstra que é uma instituição politizada e comprometida com a realidade do povo (IGREJA CATÓLICA, 2008, p. 7).

Nesse aspecto hoje existe uma lacuna, pois nem todos compreenderam o compromisso sociotransformador da pastoral. “Há pouco compromisso político e social por parte de lideranças leigas e padres”, diz o documento, assim deixa a desejar a articulação e comunicação diante das questões políticas, ambientais e sociais. “Não se tem uma posição contundente diante da devastação da Amazônia, dos projetos de construção de hidrelétricas e outros problemas agravantes” (IGREJA CATÓLICA, 2008, p. 9).

b) Carta dos Bispos – um grito em favor dos pobres

A história do profetismo de muitas lideranças, assim como as exigências do contexto social dos anos 70, 80 e atualmente, tem exigido que a Igreja continue sendo solidária com os desprotegidos. Em 2003, Dom Lino e Dom Severino, diante do contexto de ameaças que as lideranças estavam sofrendo e dos conflitos ocorridos entre grileiros e trabalhadores, em vários lugares, escreveram uma carta à população, manifestando suas preocupações com a realidade presente. Na carta eles afirmam:

É nosso dever manter-nos informados e atualizados sobre os problemas e desafios que afetam a vida do nosso povo nos diversos municípios do Oeste do Pará, que formam parte da extensa Diocese de Santarém. Nos últimos anos nossa região se confronta com um novo ciclo, o da agricultura, especialmente o cultivo da soja; trazendo euforia para alguns e preocupações para outros e sérios transtornos para muitos (IGREJA CATÓLICA, CARTA DOS BISPOS, 2003).

Ela demonstra o compromisso social que a Diocese sempre teve, ao longo de sua história. A postura crítica sempre provocou incompreensões. Embora tenha uma história marcada por compromissos com os mais necessitados, estudando e informando sobre a Doutrina Social da Igreja, comprometida com a opção preferencial pelos pobres, muitas vezes, é incompreendida, e suas lideranças ameaçadas e caluniadas. Mas, bispos, padres e leigos, na sua maioria, defendem os princípios de uma Igreja seguidora de Jesus, que se comprometeu com os mais fracos. A eclesiologia conciliar de comunhão e participação é acolhida por alguns.

2.7.2 As pastorais sociais e sua influência

Segundo o relatório das pastorais sociais, sua atuação tem contribuído com significativos avanços, principalmente, os trabalhos desenvolvidos com as pessoas dos

acompanhamentos nos municípios. Direcionou-se um acompanhamento com trabalhos da CPT, do CPP e da equipe de justiça e formação. Realizaram-se trabalhos de organização, capacitação dos grupos acompanhados em vista do fortalecimento de seu protagonismo e maior autonomia dos mesmos (IGREJA CATÓLICA, 2008).

Os trabalhos feitos pela CPT, de articulação nos assentamentos, para efetivação das políticas públicas, demarcação e regulamentação das terras indígenas têm sido extraordinários. Igual relevância, a articulação das lutas em defesa dos territórios das comunidades tradicionais, assim como as diversas articulações feitas com órgãos federais, estaduais e municipais, como Ministério Público Federal, INCRA, Instituto Chico Mendes, contribuem para o desempenho da dimensão sociotransformadora.

O atual Projeto da Equipe executiva, além das atividades que devem ser desenvolvidas nos próximos anos, relata que na avaliação com os grupos acompanhados considera que no último triênio o projeto contribuiu com significantes avanços. Acrescentam-se os trabalhos que têm possibilitado o protagonismo dos trabalhadores na luta por suas principais necessidades, com o apoio das pastorais e outros, eles mesmos têm sido os principais articuladores para a aquisição de suas conquistas (PROJETO PASTORAL SOCIAL, 2011, p. 26).

A influência dos trabalhos feitos pela Pastoral Social levou a conquistas de muitas demandas. No município de Prainha, a criação da Reserva Extrativista Renascer aconteceu em junho de 2009 deixando os moradores motivados, tanto que logo após a homologação da reserva iniciou-se o processo de organização das comunidades, que atualmente estão concluindo a criação das Associações comunitárias para o gerenciamento da reserva (IGREJA CATÓLICA, 2010, p. 25). De igual importância, ressaltam-se a articulação com os grupos acompanhados, com as organizações nas áreas de interesse dos trabalhadores e os órgãos públicos também. Duas grandes fiscalizações foram realizadas. Uma na Gleba Nova Olinda, que não produziu bons resultados, mas foi uma boa iniciativa; outra aconteceu na Reserva Renascer. Esta foi feita com o aparato de agentes federais que possibilitou a comprovação das denúncias que foram feitas pela Pastoral Social durante vários anos (CARTILHA POVOS DA FLORESTA, 2010, p. 4).

Outro aspecto relevante da atuação das pastorais sociais tem sido o trabalho de organização do Comitê de Combate a corrupção. Através das atividades feitas pela comissão de Justiça e Paz foi possível organizar o Comitê. Atividade relevante, fruto dos cursos de agentes comunitários de justiça e paz. Esse comitê tem sido atuante e merecido o

reconhecimento da sociedade civil, contando com a participação de membros da OAB, juiz eleitoral e outras autoridades.

2.7.3 Impactos da ação social da Igreja na sociedade

O documento de avaliação da pastoral social de fevereiro de 2001 considera que as estratégias desenvolvidas pelas equipes que compõem a Pastoral Social têm favorecido o fortalecimento das organizações populares, como sindicatos, associações de agricultores, grupos de crianças, de mulheres, de pescadores, possibilitando as conquistas e que seus membros construam a sua autonomia (IGREJA CATÓLICA, 2001).

Um aspecto relevante é a parceria que o Setor de pastoral social tem feito com outras entidades. Uma delas ressalta a parceria com a Frente em Defesa da Amazônia (FDA)¹⁸, onde tem sido possível realizar várias atividades em conjunto e elaborar material de formação sobre meio ambiente, realização de seminários, como “Amazônia que Queremos”.

Registra-se o material produzido que serve de apoio para desenvolver os trabalhos nas comunidades e grupos. As cartilhas ajudam na conscientização e compreensão dos problemas da Região. Encontros, seminários e outros eventos organizados com as organizações da sociedade civil, favorecem a conscientização de uns, mas, às vezes, provocam reações contrárias, principalmente entre os que discordam do compromisso sociotransformador da Igreja.

Segundo padre Edilberto Sena, o impacto do trabalho das pastorais sociais da Diocese tem sido positivo, pois a Igreja é respeitada e está presente nas lutas sociais também através da Rádio Rural, da CPT, da CDJP e também das outras pastorais, sendo bem aceitas pela sociedade (SENA, 2010).

2.7.4 Impasses para os avanços do compromisso sociotransformador

¹⁸ A FDA é um movimento popular formado pelo companheirismo de várias instituições e pessoas que lutam por um objetivo comum: a defesa do povo e da Amazônia, buscando um desenvolvimento justo para a região. Tem como objetivos: combater e denunciar os crimes contra o povo e a floresta; defender a agricultura familiar como forma de desenvolvimento para a população local; capacitar lideranças dos movimentos populares; fortalecer as organizações de base; articular, mobilizar e organizar estratégias de resistência e enfrentamento.

Um texto escrito pelo professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Aluizio Lins, “Uma contribuição à compreensão futura das lições do passado”¹⁹, descreve que diante dos muitos desafios que a realidade socioeconômica tem exigido, a atuação da Igreja de Santarém deixará sempre uma lacuna. Embora tenha um papel relevante em tantos momentos, como na organização da ação política, porém não tem qualquer projeto ou programa revolucionário. Segundo o texto, mesmo sendo orientada pela opção preferencial pelos pobres, empenha-se com vigor ao combate contra a destruição da natureza e à desigualdade social, mas tem limites muito estreitos ao avanço político, “pois nunca deixou de ser orientada pelo impossível projeto de humanização da sociedade capitalista” (UMA CONTRIBUIÇÃO à compreensão futura das lições do passado, 2006, p. 15).

Deve-se frisar que os diversos cenários de igreja presentes na Diocese norteiam algumas lideranças dentro da própria Igreja. Talvez isso impeça que a ação sociotransformadora seja um projeto comum em todas as pastorais. Não há um trabalho conjunto das pastorais, cada um faz seu trabalho isolado, falta interdisciplinaridade em relação a si mesmo e aos problemas maiores no aspecto social. Nos relatórios e avaliações já feitos, se evidencia a falta de coordenação do conjunto, ficando a desejar até mesmo a sintonia entre os padres. “A maioria dos padres não exerce seu ministério mais firme nas questões sociais, como deveriam”, afirma Padre Edilberto Sena (SENA, 2010, p. 22).

Tem havido muitos esforços, por meio de estudos, no Conselho Diocesano, com as lideranças, para assumir com afinco as propostas das Diretrizes, que desde a primeira até a última assembleia fazem parte do patrimônio sociotransformador dessa Igreja no chão da Amazônia. Mas algumas interrogações podem ser feitas, principalmente quando é dito que há lacunas entre a ação pastoral no campo social. Nota-se que existe uma desarticulação entre as pastorais sociais. Em seu atual projeto, é dito que as pessoas que o executam são caracterizadas mais como técnicos, do que agentes de pastoral, dando as razões às mudanças sociais. “Vemos que as lideranças esperam de nós, cada vez mais, um grupo não de agentes, mas de técnicos que os ajude na compreensão da realidade” (IGREJA CATÓLICA, 2011, p. 7). Diante desse novo contexto, qual é papel da Pastoral Social? Quais são os fundamentos de uma ação sociotransformadora? Talvez na compreensão dos fundamentos teológicos da dimensão sociotransformadora se encontre mais clareza para tais questionamentos.

¹⁹Professor Aluizio Martins é conhecido no meio das organizações populares que atuam em Santarém e região. Profere palestra em diversos encontros articulados pelas organizações e Pastoral Social. O texto foi debatido em palestra proferida no 2º dia (22/10/2010) da Semana Social Diocesana, salão da Escola São Francisco (UMA CONTRIBUIÇÃO à compreensão futura das lições do passado, 2006, p. 15).

3 OS PRINCIPAIS REFERENCIAIS TEOLÓGICOS DO COMPROMISSO SOCIAL DA DIOCESE DE SANTARÉM

Nesse capítulo pretende-se identificar os principais referenciais teológicos que interpelaram e influenciaram a Diocese de Santarém, a assumir um compromisso sociotransformador. Buscar-se-á explicitar os referenciais teológicos que a influenciaram e que a levaram a assumir esse compromisso, tomando como referência os documentos da Igreja e a descrição da caminhada pastoral na Diocese.

Na primeira parte veremos que esses documentos do magistério quiseram ser uma resposta da Igreja diante da realidade emergida do mundo moderno. À medida que respondeu aos apelos concretos da realidade em que vive cada ser humano, ela tentou atualizar sua ação evangelizadora, o que proporcionou uma maior proximidade com o Evangelho. Os documentos pontifícios, especialmente a partir do Concílio Vaticano II, ajudaram a Igreja a anunciar o Evangelho, voltada para a realidade social, também. Esses documentos possuem muitos elementos teológicos que deram luzes para a realização das conferências episcopais latino-americanas. Estas por sua vez produziram também um legado que tem despertado o ardor pastoral nas Igrejas do continente.

Nessa trajetória, tentaremos identificar os principais referenciais teológicos que podem ter influenciado a Diocese de Santarém a assumir um compromisso sociotransformador. Assim, nos documentos do magistério universal, pesquisam-se alguns aspectos que deram substância para este compromisso. Na *Gaudium et Spes*, coloca-se em relevo a importância da Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço. Na *Populorum Progressio*, ressalta-se o subdesenvolvimento como subproduto do desenvolvimento e na *Evangelii Nuntiandi* coloca-se em evidência os laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana. Verificar-se-á em que esses referenciais influenciaram a ação pastoral na Diocese.

Na segunda parte, apresentar-se-ão os referenciais teológicos contidos nos documentos do magistério latino-americano, frutos das conferências realizadas nesse continente, que também influenciaram a configuração pastoral da Diocese de Santarém. Explicita-se somente alguns aspectos teológicos dos documentos de *Medellín*, *Puebla*, Santo Domingo e Aparecida. Ressalta-se que nos documentos existem muitos outros referenciais que podem dar substância para a dimensão sociotransformadora, mas optou-se por pesquisar somente esses em cada documento. Em *Medellín*, serão ressaltadas a opção pelos pobres e a libertação, em *Puebla*, o aspecto da comunhão e participação, em Santo Domingo, a importância dos leigos e leigas e,

no documento de Aparecida, o aspecto da Igreja Samaritana e Profética. Averigua-se em que medida estes documentos ofereceram referenciais importantes e influenciaram a ação pastoral na Diocese, para que esta assumisse a dimensão sociotransformadora como um componente inerente de sua ação evangelizadora. Os referenciais teológicos são sempre baseados no anúncio da pessoa e missão de Jesus Cristo e o Reino de Deus que promove a vida, dando razões para que os evangelizadores de ontem e de hoje possam assumir a fé, inserida na realidade e na história.

Chama-se mais uma vez atenção para não se pensar que a Diocese é refém dos documentos, mas como já se apontou, eles podem ter contribuído para o aperfeiçoamento de um projeto pastoral onde se assumiu o compromisso sociolibertador. Uma evangelização que levou em conta as interpelações do Evangelho e a vida concreta, pessoal e social das pessoas (EN 29).

3.1 REFERENCIAIS DO MAGISTÉRIO UNIVERSAL DA IGREJA

O magistério universal, a partir da questão social, construiu ao longo de todos esses anos um acervo de grande relevância, colocando em prática o Evangelho comprometido com a busca da justiça e atento aos sinais dos tempos. Esse conjunto de escritos constitui-se em documentos que têm garantido a relevância e a riqueza da Doutrina Social da Igreja, favorecendo uma ação evangelizadora comprometida com a missão de Jesus.

A ação pastoral na Diocese de Santarém é fruto dos apelos que o Mestre Jesus lhe tem feito ao longo de sua existência. Sem dúvida tem procurado assumir o chamado de Jesus para ser sal e luz, cultivando experiência de Igreja comprometida em colocar em prática o Evangelho, encarnando a fé no cotidiano das comunidades.

Percorrendo esse trajeto de mais de 100 anos de caminhada, averigua-se em que medida os referenciais do Evangelho, que inspiraram os documentos do Magistério Universal da Igreja, deram impulso para o desenvolvimento da ação pastoral na Diocese. Esses referenciais fizeram um diferencial e foram assumidos, principalmente, a partir do ano de 1979.

Ressalta-se que em cada item que compõe o capítulo colocou-se como título o nome dos documentos pesquisados e os aspectos que mais influenciaram na Diocese com relação ao compromisso sociotransformador, mesmo sabendo que os documentos possuem muitos outros aspectos que podem servir de referencial teológico. Sabe-se que cada documento é muito mais que esses referenciais apontados.

3.1.1 A *Gaudium et Spes*: uma Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço

A *Gaudium et Spes* é uma das Constituições dos Documentos do Concílio Vaticano II, foi promulgada pelo Papa Paulo VI, no dia 7 de Dezembro de 1965. Trata fundamentalmente das relações entre a Igreja Católica e o mundo onde ela está e atua.

Segundo Comblin, esse documento constitui a exposição mais clara das intenções do Vaticano II. Concentra sua atenção no ser humano, na sua humanidade mesmo. Ela explicitou o que estava implícito nos outros documentos do Concílio (COMBLIN, 2005, p. 53). De acordo com Libanio, esse documento contribuiu para a virada teológico-antropológica da teologia, abrindo caminho para maior visibilidade do método ver-julgar-agir que favoreceram fundamentalmente o fortalecimento da presença da Igreja no mundo e a teologia da libertação (LIBANIO, 2005, p. 84).

O documento constituiu um passo importante no *aggiornamento* proposto pelo Concílio e na fixação da Doutrina Social da Igreja. Para a nossa pesquisa ele pode servir de referencial, destacando a preocupação da Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço. Nos documentos da Diocese percebe-se que esse elemento contribuiu para a mesma demonstrar uma atuação pastoral voltada para um diálogo com a sociedade, fazendo das comunidades e seus agentes os interlocutores com o mundo social, econômico e político.

A presença da Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço é importantíssima, porque significou e marcou a virada da Igreja de dentro para fora; ela deixou de ficar debruçada sobre si mesma para voltar-se para as realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto e em atitude de diálogo e serviço, não como dona da verdade. Segundo Geraldo Lopes a *Gaudium et Spes* faz a passagem de uma missão centrípeta, para dentro, a uma missão centrífuga, para fora. Seu profetismo é claro e contundente (LOPES, 2011, p.17).

3.1.1.1 Pertinência teológica da Igreja inserida no mundo

A *Gaudium et Spes*, em seu conteúdo, se propôs ser uma Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço. Trata-se de uma atitude inspirada na presença de Cristo e do Reino de Deus, no meio do mundo. Ele é o fundamento da missão da Igreja no mundo: “só em Jesus Cristo, que revela o mistério de Deus e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação. Todas as afirmações doutrinárias da GS têm nEle a sua fonte e nEle atingem a plenitude” (ALMEIDA, 2006, p. 172).

A metodologia que o documento adotou, utilizando o método ver-julgar-agir, ressaltou que a história e o cotidiano das pessoas é o ponto de partida para a ação da Igreja: “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo [...]. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história” (GS 1).

A história constituiu o espaço onde agora a Igreja é chamada a atuar. As razões para isso se justificam por aquilo que o documento afirma, “tem diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja, toda a família humana, com todas as realidades no meio das quais vive” (GS 2). Assim a atuação da Igreja se insere na história, mas em atitude de diálogo e de serviço. Essas atitudes concretizam as intenções que sempre desejou viver: solidariedade, respeito e amor para com toda a família humana, com lúcida consciência de assim estar assumindo dever de investigar a todo o momento os sinais dos tempos, para intermetê-los à luz do Evangelho (GS 4).

O compromisso de ser Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço faz com que ela compreenda o mundo e as suas transformações como realidades inerentes de sua missão. Essa conquista inusitada realiza-se com o olhar atento para a realidade: de um lado, tantas riquezas, de outro, fome e miséria, liberdade e novas formas de escravidão social. Essa complexidade causa esperança e angústia, e, ao mesmo tempo, uma atitude de convocação, se dispondo a contribuir com uma sociedade fraterna e solidária, com plenitude de vida aberta ao absoluto. Ela toma essa iniciativa pela fidelidade ao Evangelho e à missão de Jesus, mas também é fruto da coragem de alguns bispos conciliares e do Papa Paulo VI. A Igreja assumiu, assim, a identidade de ser presença no mundo, considerada enquanto ela existe neste mundo e com ele vive e age (CAMACHO, 1995, p. 268).

Outros referenciais também foram marcantes para fundamentar essa preocupação da evangelização da Igreja inserida no mundo em atitude de diálogo e serviço. Veremos.

A Igreja é “Povo de Deus”. Esta definição foi feita pela Constituição Dogmática, *Lumen Gentium*. O capítulo dois dessa constituição apresenta os fundamentos que serviram para a *Gaudium et Spes* fundamentar agora a Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço. Embora a Igreja tenha sua origem em Deus, ela “já existe atualmente na terra, composta de homens que são membros da cidade terrena e chamados a formar já na história humana a família dos filhos de Deus” (GS 40). Esse reconhecimento constituiu o sacerdócio comum de todos os filhos de Deus e possibilitou a todos assumir a corresponsabilidade na missão,

porque todos são assistidos pelo Espírito Santo (LG 33). É a valorização do sacerdócio comum, descreve Almeida (ALMEIDA, 2005, p.161).

Esse princípio é um convite à superação das dicotomias do sagrado e do profano, do espiritual e do temporal, do que compete à Igreja e o que é do mundo. Evita-se a separação entre hierarquia e leigos, “porque Cristo fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus Pai” (LG 10). A Igreja não se limita ao aspecto religioso, “não se limita a comunicar ao homem a vida divina” (GS 40).

Da mesma forma essa consciência fortalece a coerência da fé, inserida na vida, pois o documento diz que o “divórcio entre a fé e o comportamento cotidiano está entre os mais graves erros do nosso tempo” (GS 43). Para Almeida, a Igreja, estando no mundo, está ligada à ideia de uma história assumida pelos seres humanos e, ao mesmo tempo, chamada por Deus. O mundo é o gênero humano e daí a história. A Igreja está dentro do mundo, não fora, nem ao lado, nem acima nem contraposta a ele. Como Povo de Deus ela é chamada a comunicar-se, e o faz na história, construindo as relações no tempo e espaço. Deus, que se revelou na história, foi o primeiro a se comunicar com a humanidade (ALMEIDA, 2006, p. 168).

O reconhecimento dessa identidade leva à mudança dentro da própria Igreja; agora ela vai sair de si mesma, quando, antes, se preocupava em definir juridicamente direitos e deveres, apresentando-se ao mundo como força de uma sociedade perfeita. Agora a mudança torna-a uma Igreja voltada para o mundo, em atitude de diálogo com a cultura e a história. A encarnação da Igreja no mundo assume a comunhão com os valores criados, e a criação de Deus (MIRANDA, 2007, p. 35). A Igreja passa a se compreender como sacramento de salvação de Jesus Cristo para a humanidade, por meio do serviço à sociedade, dando sentido cristão a qualquer ação humana não sujeita ao egoísmo (ALMEIDA, 2005, p. 166). Isso a faz prestar serviço àqueles que necessitam para que o desenvolvimento por eles produzido não gere morte, mas salvação. Ela não se coloca como detentora da verdade, mas em diálogo e respeito, apreciando a contribuição das outras igrejas cristãs ou comunidades que têm dado contribuição para a promoção da vida, como também reconhecendo a legitimidade de todo o desenvolvimento cultural.

É na luz da Palavra que a Igreja assume o compromisso de estar em atitude de diálogo. É na Palavra que ela vai buscar as razões para assumir esse compromisso, reconhecendo que “nem sempre terá uma resposta já pronta para cada uma das perguntas, deseja, no entanto, juntar a luz da revelação à competência de todos os homens, para que assim receba luz, o caminho recentemente empreendido pela humanidade” (GS 33).

Outro referencial é a noção de Reino de Deus, formulada pelo Concílio, e que ajudou a respaldar o sentido da Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço. Segundo Almeida, a noção que o Concílio orientou sobre Igreja e Reino é dinâmica, compreende a totalidade do desígnio divino de salvação que se realiza e se manifesta de forma velada no tempo e é acessível por meio da fé. O Reino manifesta-se a todos por meio da palavra e obras realizadas na história e por meio do anúncio de Cristo (LG 5). Na consciência dessa Boa nova, presente na história, a Igreja percebeu que por meio do serviço poderia contribuir com uma sociedade fraterna e solidária, tornando a realidade toda uma obra do Reino. Esse processo favorece aos cristãos a corresponsabilidade, e o compromisso de colaborar com todos na edificação de um mundo mais humano (GS 57).

A Trindade também inspirou a inserção da Igreja no mundo. A *Gaudium et Spes* invoca a Trindade para dar verdadeiro sentido à missão de toda Igreja, indicando-a como a base para o relacionamento entre os seres humanos, pois cria espaço para a verdadeira comunhão (GS 40). Deus, que cuida de todos, quis que todos constituíssem uma só família. Fundamento do primeiro mandamento, respaldado na vivência do amor também ao próximo, pois a Sagrada Escritura ensina-nos que o amor a Deus não pode separar-se do amor do próximo (1Jo 3,20).

Dessas inspirações nasceu o compromisso da Igreja de prestar serviço à sociedade. O progresso da família humana depende da unidade dos filhos de Deus. Assim, da sua missão deriva um “encargo, uma luz e uma energia que pode servir para o estabelecimento e consolidação da comunidade humana segundo a lei divina, suscitando obras destinadas ao serviço de todos, sobretudo dos pobres” (GS 42). Do mesmo modo, tudo isso lhe favorece permanecer em diálogo na busca de unidade com todas as forças dinâmicas da sociedade. “Promover a unidade é, efetivamente, algo que se harmoniza com a missão essencial da Igreja, pois ela é, em Cristo, como que o sacramento ou sinal e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano” (GS 42). Deus, em seu ser eterno mistério da Trindade, é revelado na missão do Filho e do Espírito, pois se manifesta pela “revelação de um Deus que é relação de dom total e inesgotável entre pessoas” (ALMEIDA, 2005, p.169).

3.1.1.2 A relevância pastoral da Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço para o compromisso social na Diocese

Esse referencial provocou uma nova mentalidade na Igreja e no exercício de sua missão. Compreende-se que essa nova mentalidade norteou a ação evangelizadora não

somente na Diocese de Santarém, mas em toda a Igreja da Amazônia. A realização do Concílio Vaticano II, “propôs reformas e provocou uma renovação da Igreja: destaque à Igreja-Comunhão, ao diálogo, e à participação. Valorizou o Leigo, popularizou a Bíblia, inseriu-se na realidade dos pobres, renovou a liturgia e a catequese”, afirma Possidônio (MATA, 2003, p.8).

Acredita-se que os referenciais teológicos acima apontados: Cristo presente no mundo, Igreja Povo de Deus, na realidade histórica o Reino se manifesta e a Trindade como fonte de amor e comunhão possibilitaram nova consciência em toda a Igreja. Eles possivelmente também inspiraram as ações pastorais na Diocese, possibilitando que eles fossem concretizados numa dimensão de compromisso sociotransformador.

Esses fundamentos criaram uma nova mentalidade em relação a pastoral. A missão se realiza pela ação de diálogo e serviço junto à sociedade, afirmando assim que não há duas histórias, uma da salvação e outra da humanidade. E a humanidade é chamada a atingir sua meta final, a de ser família de Deus. A Igreja não é mãe e mestra no sentido que saiba tudo o que há por saber e fale ao mundo, mas ela o é no sentido que aponta ao mundo o supremo valor, à luz do Evangelho, e analisa junto com todas as pessoas de boa vontade como realizá-lo na concretude histórica (ALMEIDA, 2006, p. 174).

O mundo passou a ser entendido não tanto como algo mau que deva ser evitado, mas como o conjunto da vida e da atividade humana, a totalidade da história e da cultura. Com ele, a Igreja não entra em competição, pois, “ela existe neste mundo e com ele vive e age” (GS 40). Ela não só comunica à humanidade a vida divina, mas também eleva a dignidade da pessoa humana, fortalece a coesão da sociedade humana e oferece o sentido profundo da atividade cotidiana de homens e de mulheres (GS 40).

Ser Igreja inserida no mundo em diálogo e serviço, possibilitou aos evangelizadores embrenharem-se na realidade diocesana, percorrendo estradas, rios e igarapés, assumindo o compromisso de estar em diálogo com a dinâmica da sociedade. Analisando a organização pastoral na Diocese, aprimorada em 1984, nota-se que a estruturação estabelecida é um meio que tem proporcionado à Igreja o diálogo com toda a sociedade. A estruturação da pastoral em Assembleia, Conselho, Coordenação e Equipes de serviços constitui uma experiência singular que facilita a sua atuação, não somente no âmbito interno da Igreja, mas também para o exercício da missão no mundo.

Registra no Anuário de 1983, que Dom Tiago, depois de participar do Concílio Vaticano II, realizou em 1979 a primeira Assembleia do Povo de Deus, para aplicar as mudanças estabelecidas pela renovação conciliar. O fruto dessa sintonia proporcionou à

pastoral diocesana adentrar-se numa atitude de diálogo. Os instrumentos que essa assembleia constituiu foram oportunos para colocar em prática as iniciativas que se propuseram na assembleia. Entre outras se aponta a criação da Comissão de Justiça e Paz, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra. Esses simultaneamente estabeleceram diálogo e serviço, pois à medida que se inseriam no mundo, junto aos grupos, no meio deles construía-se a organização, realizavam-se os estudos e reflexão da realidade. Os evangelizadores sentiam-se Igreja a serviço de todos os grupos envolvidos (IGREJA CATÓLICA, 1983, p. 11).

Na diretriz dessa mesma assembleia, diz-se que a Igreja deve apoiar e ajudar todo tipo de organização criada pelos trabalhadores para defender seus direitos, como sindicatos e associações; em outra: “a Igreja deve ajudar a formar consciência política do povo, para que o mesmo promova o bem comum, por meio dos trabalhos feitos pelo MEB e Radio Rural” (IGREJA CATÓLICA, 1979, p. 4-5). A inspiração dos referenciais teológicos da Igreja inserida no mundo em diálogo também foi concretizada nas ações feitas por meio das escolas e na valorização da religiosidade popular realizadas na cidade e no interior da Diocese.

A Igreja se esforça por prestar auxílio à sociedade humana, já que é composta pela unidade dos filhos de Deus, fundamentada em Cristo. Assim, ela desenvolve obras de misericórdia, insufla a sociedade para a união, por sua universalidade, serve de ligação estreita entre as nações e comunidade humana, procurando o autêntico desenvolvimento da promoção humana. A Diocese, por meio das pastorais e comunidades, procurou colocar em relevo o legado da *Gaudium et Spes*. Em 1982, assumiu como prioridade pastoral a criação e desenvolvimento das CEBs, a pastoral do mundo do trabalho e pastoral urbana. Essa última procurou atuar junto aos operários, domésticas, pescadores e trabalhadores, demonstrando a sua preocupação de estar inserida no coração da sociedade, fazendo-se companheira e servidora; “Em tempos onde é forte a tentação de “bastar-se a si mesmo”, a Igreja da Amazônia retoma a decisão de ser mais do que tudo servidora” (CONFERÊNCIA..., 1997, p. 7, n. 32).

3.1.2 A *Populorum Progressio*: o subdesenvolvimento como subproduto do desenvolvimento

O magistério pontifício de Paulo VI procurou dar acentuada atenção na evangelização situada na história, dando importância ao ser humano e às transformações em que ele estava envolvido. A encíclica *Populorum Progressio* serviu de inspiração na realização de ações de

cunho social desenvolvidas na Diocese de Santarém. Destacam-se nessa encíclica os fundamentos teológicos que analisam o subdesenvolvimento como subproduto do desenvolvimento. Uma vez que os países, na busca do desenvolvimento, colocaram em segundo plano os direitos fundamentais da pessoa e os imperativos do bem comum, deixando pessoas e nações atormentadas pela fome e pela miséria (GS 4), a encíclica convoca para que se priorize um desenvolvimento integral.

A encíclica *Populorum Progressio* escrita pelo Papa Paulo VI é publicada em 26 de março 1967. Segundo Documento Orientação para Estudo e Ensino da Doutrina Social da Igreja na Formação Presbiteral (OEEDSI), “ela pode considerar-se uma ampliação do capítulo sobre a vida econômico-social da *Gaudium et Spes*” (OEEDSI 25).

Pode-se dizer que as viagens realizadas por Paulo VI, antes e durante seu pontificado, à América latina, à África e Índia permitiram-lhe viver de maneira muito existencial a dramática situação derivada do subdesenvolvimento. Essa experiência o fez compreender a situação agravante do subdesenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo.

3.1.2.1 O subdesenvolvimento como subproduto do desenvolvimento na Encíclica

Constata-se que o desenvolvimento era uma das preocupações dos Estados na década de 1970. O Concílio Vaticano II já apontou com toda força essa mesma preocupação, o que levou a criação da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, afirma Gutiérrez. As Nações Unidas, em sua Assembleia Geral, declaram o período de 1960-1970 como a “Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 63).

Na América Latina, diante da realidade de subdesenvolvimento e exploração, havia, por parte de sacerdotes e leigos, uma consciência profética que, além de apontar os desmandos cometidos pelos grupos econômicos contra os pobres, apostava na organização dos povos explorados como superação às injustiças. O papa afirma que os “conflitos sociais atingiam dimensões mundiais, suscitando entre as pessoas a tomada de consciência das desigualdades e das injustiças” (PP 9). Criaram-se sindicatos, organizações populares e partidos políticos de inspiração cristã, com a finalidade de alcançar uma cota suficiente de poder que permitisse impulsionar programas macrossociais de desenvolvimento (GUTIÉRREZ, 2005, p. 64). Nas regiões e nos povos mais pobres e marginalizados, a análise do subdesenvolvimento e das suas causas suscitou escândalo e fez acender a luta contra as diversas explorações, pois muitos ao analisar as injustiças as compreenderam como pecado social.

Esse contexto levou o Papa Paulo VI a escrever a encíclica dedicada à cooperação entre os povos e ao problema dos países em desenvolvimento. Seu texto oferece a ajuda para colher todas as dimensões dum desenvolvimento integral do homem e dum desenvolvimento solidário da humanidade: duas temáticas consideradas como eixos à volta dos quais se estrutura o tecido da Encíclica, afirma documento da Congregação (OEEDSI 25). Criticando o neocolonialismo, o texto denuncia o agravamento do desequilíbrio entre países ricos, uma vez que “se deixaram levar muitas vezes pelo próprio interesse, pelo poder ou pela glória” (PP 7). Tal ambição levou a estampar a realidade distinta em populações e em certas regiões: “uma oligarquia goza de civilização requintada, o resto da população, pobre e dispersa, é privada de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade” (PP 9).

O Papa apontou como nefasto o sistema que se estabeleceu nas diversas áreas do continente. Esse sistema “considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes”. Essa exacerbação para o lucro, sustentado pelo capitalismo tornou-se a fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas criando o liberalismo sem freio que conduziu ao "imperialismo internacional do dinheiro" (PP 26).

A encíclica propõe que o autêntico desenvolvimento precisa ser integral e solidário, afirmando que o desenvolvimento integral não pode acontecer sem o desenvolvimento solidário da humanidade, que valoriza cada pessoa e cada povo. O desenvolvimento solidário refere-se a todo esforço feito pela humanidade para garantir, por meio das relações econômicas, políticas e sociais, o bem estar de todos os povos (PP 43). Ele não é mero desejo humano, mas edificador da paz e da harmonia entre os povos.

3.1.2.2 A relevância pastoral da *Populorum Progressio* na ação sociotransformadora na Diocese de Santarém

Sem dúvida, o texto teve grande influência na Igreja latino-americana, uma vez que o contexto social e político era influenciado pelo sistema que promovia uma economia favorável para alguns e fome e miséria para tantos – uma realidade de exploração e injustiças. O conteúdo da encíclica mostrou que o subdesenvolvimento dos países não era um passo para alcance do desenvolvimento, mas era subproduto do desenvolvimento dos países desenvolvidos. A reflexão oportuna que o documento fez suscitou a consciência que

desvendou os olhos de evangelizadores na Igreja do Brasil, levando ao despertar de grupos cristãos para a compreensão de que a pobreza era causada pela exploração dos países ricos.

O documento serviu não só de alerta, mas influenciou na ação pastoral da Igreja e particularmente na ação pastoral da Diocese de Santarém. No capítulo primeiro, registra-se o trabalho desenvolvido pela catequese rural, principalmente os estudos feitos nas semanas catequéticas, onde a reflexão sobre a realidade ajudava os participantes saírem dos estudos ou encontros mais conscientes dos problemas que afetavam a realidade social. Um dos instrumentos muito utilizados nos encontros de lideranças era a análise de conjuntura. O estudo bíblico sobre o Projeto de Deus e o Projeto dos Reis ofereceu aos participantes abrir os olhos para compreensão da realidade social (IGREJA CATÓLICA, 1988).

A *Populorum Progressio* é uma das encíclicas mais importantes da história da Igreja Católica, ainda que tenha suscitado críticas ferozes nos meios mais conservadores, particularmente quando admite o direito dos povos à insurreição revolucionária, nos casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país. Essa consciência ajudou os trabalhadores, principalmente, na organização sindical. A Igreja em Santarém se fez presente na luta e no incentivo das pessoas para assumirem a organização sindical como resposta ao conflito entre patrões e empregados, tanto na cidade como no campo. Procurou apoiar e ajudar a organização criada pelos trabalhadores para defender seus direitos, como sindicatos, clubes de revenda, movimento contra a carestia. Assumiu, ainda, como diretriz “denunciar todas as injustiças que ocorrem no setor de comercialização (borracha, lavoura, pesca e outros), de transporte, salário e custo de vida” (IGREJA CATÓLICA, 1979, p.4-5). Os denunciados representavam em escala inferior o sistema social que promovia desigualdades. E o apoio às organizações populares era um meio de promover o desenvolvimento integral, contrapondo-se ao econômico faminto de lucro (CAMACHO, 1995, p. 324).

A encíclica propõe uma ação solidária que ajuda o desenvolvimento verdadeiro dos povos, que promova a solidariedade, pois o “desenvolvimento não se reduz ao simples fator econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo” (PP 14). Assim, o Papa propõe programas que gerem a verdadeira autonomia para as pessoas, como a educação de base, sendo esta o primeiro objetivo de um plano de desenvolvimento (PP 35).

Na Diocese, essa inspiração da encíclica promoveu um rico e frutuoso trabalho junto às pessoas que não eram alfabetizadas. O trabalho feito pelo Movimento de Educação de Base (MEB) foi fortalecido com essa orientação. Sua atuação não acontecia somente no âmbito da

alfabetização, mas adotava uma metodologia que levava em conta o processo de conscientização e ao compromisso cristão, criando atividades que fortaleciam o espírito comunitário, uma vez que o processo de grupalização em si já promovia essa iniciativa. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e MEB criaram os grupos de vendas em muitas comunidades, o que ajudava na geração de rendas para famílias e comunidades (IGREJA CATÓLICA, 1983).

É oportuno dizer que a reflexão feita nos encontros pastorais e nas assembleias das comunidades dava destaque para a análise da sociedade. Em algumas semanas catequéticas, que eram e são o momento forte de formação na diocese, principalmente para as lideranças da área Rural, cada ano, o estudo do tema, procurava focar o método ver-julgar-agir, dando ênfase aos elementos estruturais que compõem a sociedade. Algumas cartilhas, que eram utilizadas nos encontros nas comunidades, registram em seu conteúdo os “quatro lados da sociedade”, o que favorecia a todos uma compreensão da situação social e econômica.

Não há perigo de erro afirmar que a abordagem feita pela encíclica, no aspecto demonstrado do subdesenvolvimento como subproduto do sistema nefasto que aqui foi implantado, muito influenciou na ação sociotransformadora na Diocese. Confere-se também a influência na Diretriz pastoral de 1989, assumindo que “a Igreja, em sua ação pastoral, reconhecerá e apoiará os movimentos populares e suas organizações e com eles se articulará, respeitando suas autonomias” (IGREJA CATÓLICA, 1989, p. 7). Diretrizes, estudos e muitas ações feitas pelas pastorais específicas (CPT, CPP, Catequese Rural e outras) foram norteados pelas esperanças e certezas do Papa Paulo VI.

3.1.3 A *Evangelii Nuntiandi*: laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana

Foi publicada em 08 de dezembro de 1975, fruto dos trabalhos do III Sínodo dos Bispos, realizado em 1974, que tratou o tema da evangelização. Escrita também pelo Papa Paulo VI, tendo como título Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntiandi*”. É outro importante documento do magistério universal e que influenciou a ação social na diocese de Santarém.

Aqui nos limitaremos aos referenciais teológicos desse documento, dando ênfase à relação entre evangelização e promoção humana. Averigua-se em que medida esse referencial influenciou a ação sociotransformadora na Diocese, uma vez que todo o conteúdo do texto manifesta a preocupação pelo ser humano e a atenção pela situação contextualizada do mundo atual.

3.1.3.1 Os laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana, na *Evangelii Nuntiandi*

A Exortação apostólica aborda o tema da evangelização, contextualizando-a no mundo contemporâneo. O Papa Paulo VI, querendo tornar a Igreja no século XX mais apta para anunciar o Evangelho, presenteou o mundo com esse documento. Fruto de um Sínodo apresentou-a na comemoração do 10º. aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II. Assim propôs essa maravilha de texto que procura enfatizar, entre outros, os laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana. Essa proposta, feita como convocação, foi assumida como um compromisso solene.

A evangelização proposta nesse documento é inspirada no rico conteúdo do Concílio Vaticano II, especialmente na *Gaudium et Spes*, que dá ênfase à presença da Igreja no meio do mundo. O estar no mundo é parte integrante da missão de toda a Igreja. Essa ação não é apêndice, mas conteúdo mesmo, que se identifica como promoção da justiça. A *Evangelii Nuntiandi* veio situar em sua verdadeira coordenada essa inquietude tão viva em muitas Igrejas no começo da década de setenta, no sentido de fazer-se presente à luta libertadora dos povos mais oprimidos (CAMACHO, 1995, p. 388).

Desde a sua origem, a Igreja assume a evangelização como parte integrante de sua identidade: “evangelizar constitui, de fato, o destino e vocação própria da Igreja, sua identidade mais profunda. Ela existe para evangelizar” e essa ação tem raízes na missão de Jesus, essencialmente (EN 14). A Igreja, movida e inspirada sempre pela caridade de Cristo, busca atualizar a sua proposta libertadora, assumindo suas responsabilidades para a consecução de uma sã ordem de justiça social para todos.

A Exortação coloca, como primeiro ponto de seu rico conteúdo, o fundamento de toda evangelização, Jesus Cristo. Ele é o primeiro e maior de todos os evangelizadores; como evangelizador, Ele quis anunciar em primeiro lugar o Reino de Deus (EN 8). Este anúncio, feito por Jesus é Boa nova, se concretiza em ações em prol da justiça, e por meio de sinais que promovam mudanças na vida das pessoas. O documento aponta que o anúncio feito por Jesus trouxe transformação: “enfermos curados, água transformada em vinho, pão multiplicado e mortos tornam à vida”. Todos esses sinais são importantes, mas há um que Cristo apresentou com maior relevância: “os pequeninos, os pobres são evangelizados, tornam-se discípulos e reúnem-se em seu nome” (EN 12). Esse fundamento é para nós a referência para a compreensão do porquê existir os laços intrínsecos da evangelização e promoção humana. Ele leva a Igreja a realizar a evangelização não somente como anúncio, mas como concretização dos valores da vida.

A Igreja é chamada por Cristo para ser comunidade evangelizadora e anunciadora dos sinais do Reino. O envio feito por de Jesus, “vão e pregai a Boa Nova” (Mc 16,15) continua atual, mas o documento insiste que há de ser assumido de maneira diferente. A Igreja sempre evangelizou, mas devido às mudanças, “as condições da sociedade obrigam-na a rever os métodos, a procurar, por todos os meios ao alcance, e a estudar o modo de fazer chegar ao homem moderno a mensagem cristã” (EN 3). Esse princípio, também a renovação conciliar determinaram que a evangelização seja feita de maneira diferente, possibilitando que toda a ação busque inserir-se na realidade concreta das pessoas. Diz o documento: “a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens” (EN 29).

Os laços intrínsecos da evangelização e da promoção humana, também, se fundamentam, conforme o documento, pelo testemunho de vida, o anúncio explícito e a inserção na vida da Igreja. Orienta que a evangelização não se limita ao mero anúncio do Evangelho àqueles que nunca o ouviram, mas deve procurar a renovação da humanidade em todos os seus ambientes, buscando, antes de tudo, a transformação interior (EN 18). Esse tripé se deslança numa abertura para o mundo, para a promoção da justiça. A evangelização que é convocada a inserir-se com profundidade na sociedade, não se resume ao anúncio do Evangelho àqueles que nunca o ouviram. Busca a conversão da pessoa, mas quer que o Evangelho influencie a cultura e as culturas do ser humano (EN 20). Insiste que a evangelização não está circunscrita a um tempo, a uma única forma, mas compreende toda existência, fazendo do Evangelho um modo de viver (CAMACHO, 1995, p.388).

Evangelizar depende de uma mensagem explícita para cada época. Assim, é preciso responder: qual é a relação entre salvação e promoção humana? Os problemas apresentados, os esforços feitos pela Igreja em vários continentes, especialmente no Terceiro Mundo, interpelaram a Igreja para sentir-se comprometida com os clamores que eram evocados de todos esses lugares. Ela entendeu que tem o dever de anunciar a libertação de seus filhos que são vítimas do empobrecimento e das injustiças.

A evangelização é promotora da vida, pois o Evangelho anunciado é vida, é o próprio Cristo, que veio para “que todos tenham vida e a tenham em abundância”(Jo 10,10). Portanto, há um vínculo entre a salvação, que Deus promete como dádiva para além da vida, e “a promoção da pessoa, à qual se pode aspirar neste mundo, de acordo com os recursos que a civilização atual nos oferece” (CAMACHO, p. 389). Entre evangelização e promoção humana há laços profundos:

[...] de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas sim condicionado pelo conjunto de problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da criação do plano da Redenção, que chega até situações concretas de injustiça, que é preciso combater, e de justiça, que é necessário restaurar; laços daquela ordem eminentemente, qual é a ordem da caridade: como se poderia proclamar o mandamento novo, sem promover na justiça e na paz o verdadeiro e autêntico progresso humano? (EN 31).

Esse compromisso inerente à evangelização deve promover um autêntico crescimento do ser humano e de maneira integral.

A concretização da evangelização comprometida com a promoção humana fundamenta a doutrina social, pois esta é parte integrante do ministério de evangelização da Igreja. Daquilo que diz respeito à comunidade dos homens, com seus problemas referentes à justiça, à libertação, ao desenvolvimento, nada é alheio à evangelização, pois esta não seria completa se não levasse em conta o recíproco apelo que continuamente se fazem o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social dos homens.

Os laços entre evangelização e promoção humana, sustentados por esses referenciais teológicos, fazem suscitar em todos os cristãos a dedicação pela libertação dos outros, e tendo clareza que sua missão não pode eximir-se do comprometimento com a mudança pessoal e social de todas as pessoas. Sendo assim o cristão não pode deixar de estar atento, mas precisa tomar como base a própria experiência, a vida total, a fim de traduzi-la concretamente em categoria de ação, de participação e de compromisso. Por isso se precisa lembrar que a Igreja não pode ficar indiferente às vicissitudes sociais (EN 36). Compete à Igreja anunciar sempre e por toda parte os princípios evangélicos, morais, referentes à ordem social, e pronunciar-se a respeito de qualquer questão humana, por razões das exigências dos direitos fundamentais de cada pessoa (COMPÊNDIO, n. 71. p. 50).

3.1.3.2 A relevância pastoral dos laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana para o compromisso social na Diocese

Esse referencial iluminou os grandes e pequenos acontecimentos que se sucederam em toda a América Latina e Caribe. Segundo Exequiel Gutierrez, o tema constituiu o eixo central da ação pastoral de João Paulo II, sob a modalidade de evangelização da cultura, e que influenciou no conteúdo do documento de Puebla, e na IV Conferência Episcopal Latino-Americana em Santo Domingo (GUTIERREZ, 2005, p. 71).

Raimundo Caramuru fez uma análise da atuação da CNBB durante os anos 70, oferecendo-nos uma compreensão profícua para o entendimento da ação pastoral em várias dioceses do Brasil. Segundo ele, esforços de renovação e principalmente os sustentados pela *Gaudium et Spes*, atingiram em cheio o episcopado brasileiro, e empolgou uma boa parte do povo de Deus. Ele diz, que “a vida nova no Espírito insuflada na Igreja em território brasileiro pelo Vaticano II, deu a esta Igreja, no período de 1964 a 1985, a força e a coragem de renovar-se, purificada pela dor e pelo sofrimento, despojada de benesses, elogios, reconhecimento e convivência com os poderes constituídos” (BARROS, 2003, p. 212).

As motivações que levaram a realização do documento *Evangelii Nuntiandi*, levam em conta o incentivo proposto pelo Concílio Vaticano II, para dar uma resposta válida às exigências feitas por este. Essas exigências levaram o Papa a fazer a Igreja colocar o seu rico patrimônio de fé a serviço de toda a sociedade. A evangelização se interessa pela realidade terrestre, principalmente a vida das pessoas.

Esse fundamento marcou a caminhada pastoral da Diocese de Santarém. Pode-se dizer que influenciou sua eclesiologia, na formação dos evangelizadores, das lideranças ou catequistas como esses são mais conhecidos, na organização de pastorais e equipes de serviços que nesse período foram constituídas. Em uma das cartilhas diocesanas é citada a importância da proposta evangelizadora que o documento ofereceu para a realização de Assembleia e estudos: “depois de um processo de um ano de reflexão a nível local, conclusões tomadas a nível regional, três dias agora (20 a 22/7/79) de debates e aprofundamentos, com cuidado sempre de olhar a realidade, e norteados pelos documentos da Igreja (VAT. II, Evangelização no Mundo de Hoje) a Assembleia chegou às seguintes conclusões que serão a base da ação pastoral da Prelazia” (IGREJA CATÓLICA, 1979, p. 4).

A formação é fundamental em toda ação humana. Na Diocese procurou-se oferecer esse elemento aos evangelizadores, oportunizando-lhes um conteúdo encarnado na realidade. Entende-se que isso está sintonizado com o que propôs o documento, pois a evangelização deve ser adaptada às diversas situações das pessoas e continuamente atualizada (EN 29). Ao longo dessa trajetória esse processo foi se transformando e favorecendo uma atuação no meio popular. Foram criadas as equipes catequéticas que atuavam em diversos núcleos comunitários, desenvolvendo trabalhos não somente no aspecto religioso, mas também a “ação comunitária como promoção humana” (IGREJA CATÓLICA, 1980, p. 35). Nota-se que essas ações refletem o compromisso assumido por esse referencial, proposto pelo documento.

Acredita-se que a participação de Dom Tiago em todas as sessões do Concílio lhe favoreceu uma visão de Igreja, bem como das suas características universais e problemáticas. O entusiasmo conciliar e a necessidade que emergia da realidade do povo levaram o bispo a criar várias equipes de pastoral. Elas passaram a receber formação à luz da Palavra de Deus e dos documentos da Igreja, o que lhe proporcionou uma ação pastoral com cunho profético, levando a Igreja a frequentemente denunciar os abusos do poder econômico e político, afirma o Anuário (IGREJA CATÓLICA, 1983, p. 12).

Os documentos, segundo padre Gilberto, influenciaram na mudança de uma nova mentalidade pastoral na Igreja diocesana, pois ajudaram a promover uma ação social que ajudou a sair do assistencialismo, antes desenvolvida pelas escolas e asilo São Vicente de Paulo. Ajudaram na formação de nova mentalidade, principalmente, despertando nos leigos o zelo espiritual, mas ajudando a compreender que o homem tem dignidade que emana da condição de ser filho de Deus e, como tal, tem direitos e deveres de lutar por uma vida digna desta condição (IGREJA CATÓLICA, 2003, p. 37).

Os laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana serviram de instrumento para preparação da Segunda Assembleia de Pastoral Diocesana, fato registrado na apresentação da cartilha de Linhas de Ação Pastoral. Registra-se que “na abertura da assembleia, Dom Tiago falou da principal missão da Igreja que é a Evangelização. Lembrou diversas passagens do documento “Evangelização no Mundo Contemporâneo, de Paulo VI”. A assembleia aconteceu sob a inspiração da *Evangelii Nuntiandi*, adotando a metodologia do ver-julgar-agir. Refletindo e analisando a situação do povo e seus problemas, julgando à luz da Palavra de Deus e do referido documento, traçou as linhas de ação pastoral. Toda abordagem feita sobre a presença da Igreja no mundo, sobre a evangelização comprometida com a realidade social das pessoas, sustentada pela missão de Jesus, tem sido a base de sustentação da dimensão sociotransformadora que a diocese desde os anos de 1982 tem procurado desenvolver.

Os documentos nortearam a vida da Igreja de Santarém, principalmente, depois da atualização dos mesmos pelas conferências latino-americanas.

3.2 REFERENCIAIS DO MAGISTÉRIO LATINO-AMERICANO

A relevância da dimensão sociotransformadora é um legado da tradição latino-americana, a partir de *Medellín*. É uma conquista feita pela Igreja da América Latina, atendendo aos apelos do magistério que “ensina que a luta pela justiça e a transformação

social é parte integrante da missão da Igreja e da prática de todo cristão, tanto isso se tornou um lugar-comum. Portanto, o compromisso social surge como constitutivo ético da fé cristã e da tarefa da Igreja no mundo”, afirma Clodovis (BOFF, 2006, p. 22).

De acordo com Clodovis, a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo parecem-lhe claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do evangelho, da missão da Igreja, em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas. Tal preocupação é expressa desde o Vaticano II, mas especialmente após as Conferências Gerais do Episcopado latino-americano. O itinerário que a Igreja latino-americana conseguiu trilhar multiplicou o seu compromisso social, graças à teologia da libertação, pois esta despertou o Povo de Deus, especialmente os pobres, para se engajar na ação social em nome da fé, superando assim o fosso entre fé e vida social (BOFF, 2006, p. 27).

O referencial teológico do magistério latino-americano consolidou-se pelas Conferências Gerais dos Bispos da América Latina, que reuniram bispos do Continente com o intuito de debater temas de perspectiva eminentemente pastoral, orientando-se pelas relevantes propostas feitas pelo Concílio Vaticano II. As conferências, segundo Libanio, caracterizaram-se por “um tríplex olhar, tendo no centro a Igreja: ver a realidade que desafia a Igreja, refletir sobre ela à luz da fé e orientar a ação pastoral”, colocando na prática o método: ver-julgar-agir (LIBANIO, 2007, p. 10).

Segundo Agenor Brighenti, as conferências ressaltaram a colegialidade episcopal, característica marcante da Igreja presente na América Latina e no Caribe; elas se inserem na tradição da Igreja que, “desde os seus primórdios, enfrentou desafios, deu respostas pastorais e testemunhou a solicitude com outras Igrejas, através de sínodos locais e regionais, bem como de concílios continentais e também ecumênicos, reunindo todas as Igrejas” (BRIGHENTI, 2008, p. 18). O resultado das Conferências Gerais do Episcopado foi registrado em documentos, obra que teve a participação das Igrejas Locais, além dos membros da Assembleia. Esses documentos têm sido de grande importância para a orientação da pastoral da Igreja em toda a América Latina, pois ajudam a engendrar mudanças significativas na teologia, eclesiologia e na vivência concreta da Igreja.

Esses documentos constituem um referencial pastoral, teológico e eclesial, que têm contribuído para grandes avanços na Igreja da América Latina. A ação pastoral da diocese foi influenciada por esses documentos e seus respectivos referenciais. A partir dos documentos de Medellin, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, pretende-se apontar alguns aspectos desses documentos e averiguar em que medida foram marcantes na vida pastoral da Diocese.

É preciso conhecer e compreender esse legado, pois como diz Agenor, fazendo valer a frase de Irineu de Lyon, “o que não é assumido, não é redimido”.

3.2.1 Documentos de Medellín: opção pelos pobres e libertação

Esse documento é fruto da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em *Medellín*, na Colômbia no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. A Conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às necessidades da Igreja presente na América Latina. De acordo com Exequiel Gutierrez, durante os três anos de duração do Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965, os padres conciliares latino-americanos mantiveram várias reuniões do CELAM em Roma. Alguns deles, como D. Helder e D. Manuel Larraín, que na época coordenavam o CELAM, propuseram ao Papa a realização da segunda Conferência Geral, que veio ocorrer em *Medellín* (GUTIERREZ, 2004, p. 237).

Segundo Agenor, “o que o Concílio representa para o mundo, o ‘evento *Medellín*’ significa para a Igreja na América Latina, na medida em que se propôs aterrissar as intuições básicas e os eixos fundamentais do Vaticano II em nosso próprio contexto, periférico e empobrecido” (BRIGHENTI, 2009, p. 21). Embora a Conferência tenha sido convocada para refletir a realidade da Igreja, à luz do Concílio, para os participantes da mesma, não se tratou simplesmente de implementar o Concílio, mas de recebê-lo de forma contextualizada e na ótica da opção pelos pobres, afirma Agenor. Com *Medellín*, a Igreja na América Latina deixaria de ser uma Igreja reflexo, para desencadear um processo de tecitura de um rosto e de uma palavra própria (BRIGHENTI, 2009, p. 6).

A opção pelos pobres e a libertação são dois aspectos de *Medellín*, que tiveram grande influência sobre a Diocese de Santarém. Eles proporcionaram à ação evangelizadora assumir postura sociotransformadora, uma evangelização que visasse à transformação das estruturas sociopolíticas e econômicas, construindo uma teologia que centralizasse a justiça social, permitiu que o contexto de um continente pobre se tornasse um de seus principais interlocutores. Também favoreceu uma evangelização em perspectiva profética e transformadora, fazendo o documento ir além das propostas do Concílio Vaticano II e que provavelmente orientou a caminhada da Igreja de Santarém. A partir dessa conquista, a Igreja latino-americana passou a ter maior consciência que a evangelização não é mera proclamação da Palavra.

3.2.1.1 A pertinência teológica da opção pelos pobres e libertação em *Medellín*

Os eixos fundamentais que deram substância ao Concílio foram importantes para *Medellín*: a centralidade na pessoa de Jesus Cristo, a Igreja e simultaneamente a abertura ao mundo, prepararam o chão propício que a assembleia procurou atualizar. *Medellín* tratou os assuntos dando atenção ao contexto histórico, a fim de encontrar respostas adequadas às mudanças provocadas pelas transformações. Em termos concretos, o grande avanço diz respeito à corajosa opção pelos pobres e a libertação em relação às estruturas de opressão. Esses foram fundamentados na Sagrada Escritura, nos documentos do magistério da Igreja, mas também nos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos por cristãos que procuravam atualizar os apelos do mundo em mudança. Ciente que a motivação primeira reside na fé e recebe dela a seiva vital, esse referencial tornou-se uma das marcas distintas da Igreja Latino-Americana.

A Igreja, em *Medellín*, se propôs, no campo social, a assumir compromissos, tendo clareza que o mais urgente para todos os membros e instituições da Igreja católica é purificar-nos no Evangelho. O Evangelho deve despertar os cristãos para o compromisso com os pobres e para uma maior intimidade com o Deus de Jesus. *Medellín* soube recolher o clamor dos pobres da América Latina; daí suas opções, seus temas e seu tom profético que marcaram profundamente a história de nossos povos (GUTIÉRREZ, 2004, p.180).

A base fundamental dessas opções é a Palavra. Ela é clara ao mostrar que a revelação de Deus acontece sempre do lado dos mais fracos. Deus nunca está do lado dos faraós, dos reis opressores, dos poderosos, dos doutores da lei e dos sacerdotes sacrificialistas. As situações em que Deus se revela com mais clareza são aquelas em que os pobres mais sofrem: a escravidão no Egito, o exílio na Babilônia, as perseguições aos profetas, os sofrimentos dos órfãos e viúvas, a cruz de Jesus e as prisões dos primeiros cristãos.

Na Bíblia, Deus se revela como pai dos pobres, defensor dos pequenos, libertador dos oprimidos. O próprio Deus feito homem, Jesus de Nazaré, se fez pobre, viveu e morreu como pobre. Clodovis, depois de descrever sobre a identidade de Deus no Livro do Êxodo, afirma que o “Deus da Bíblia se caracteriza por sua opção preferencial pelos oprimidos” (BOFF; PIXLEY, 1986, p. 41).

a) Os fundamentos teológicos da opção pelos pobres em *Medellín*

Os pobres são os prediletos de Deus. Deus ama com um amor preferencial os pobres por serem pobres e não porque são bons. Gutiérrez diz que as bem-aventuranças nos falam mais sobre a bondade de Deus do que sobre a bondade dos pobres. Elas nos revelam um Deus protetor e defensor dos pobres, dos que precisam do necessário para viver. É essa condição que os torna preferidos de Deus. Eles são a forma mais autêntica de anunciar o Deus da Bíblia, afirma Gutiérrez (GUTIÉRREZ, 1981, p.169).

Jesus, o Verbo, ao assumir a realidade humana, passou a subsistir numa circunstância histórica determinada. Em sua prática e em sua pregação, mostra a predileção pelos desprovidos de bens, doentes, coxos, desgraçados no corpo e no espírito, desprezados, rejeitados, mal-afamados e os pecadores (Lc 4,18-21). A atitude do Senhor em relação aos pobres e à pobreza exprime um aspecto de seu ser pessoal e profundo, sendo uma dimensão do seu mistério eterno (ALVES, 2008, p. 23).

Medellín descreve “que o Cristo, nosso Salvador, não só amou aos pobres, mas também, sendo rico se fez pobre, (2cor 8,9) viveu na pobreza, centralizando sua missão no anúncio da libertação aos pobres e fundou a Igreja como sinal dessa pobreza entre os homens” (MED 14.7).

O texto do Evangelho de Mateus 25, 35-46, que descreve o juízo final, é uma referência interpeladora, pois identifica Jesus com os pobres e convoca a reconhecer o rosto de Jesus no rosto dos pobres. Ele descreve o julgamento que ocorrerá no final dos tempos. Jesus, o Filho do Homem, declara “[...] o que fizeste a estes teus irmãos menores, a mim o fizeste” (v.40), e “toda vez que deixaste de fazer a um destes pequeninos, foi a mim que o deixaste de fazer” (v.45).

Essa passagem é fundamental para compreender a relação de Jesus como os pobres e, conseqüentemente, a relação dos cristãos, seguidores de Jesus, com os pobres. Jesus garante sua presença em todo tipo de sofrimento humano: nos famintos e sedentos, nos sem roupa e sem teto, nos enfermos e encarcerados, nos pequenos e perseguidos. Jesus, na defesa da causa dos marginalizados, denuncia a ordem injusta que gera a pobreza e exclusão. Optar pelos pobres é lutar pela justiça.

A identificação de Jesus com os pobres expressa também a unidade fundamental do mandamento do amor que se desdobra em amor a Deus e ao próximo. Estabelece uma nova relação entre os seres humanos baseada no amor-serviço que humaniza e que estabelece a quebra de toda escravidão e opressão. Ivanise Borbanato diz “que todo gesto em direção ao outro, de aproximação aos mais pobres, decide a proximidade ou a distância de Deus” (BORBANATO, 2011, p.142).

Cristo é o centro da Igreja. É o princípio. A Igreja é mistério derivado do mistério de Cristo. Por isso, “se o cuidado com os pobres e o interesse pela pobreza pertencem ao mistério de Cristo, devem fazer-se presentes na Igreja como algo intrínseco ao seu ser e à sua missão” (ALVES, p. 23). Como orienta *Puebla*, a “Igreja deve ter os olhos em Cristo quando pergunta qual há de ser a sua ação evangelizadora” (P 1141). *Medellín* tem clareza que assumir a causa do pobre significa assumir a causa de Cristo, e se compreende vivendo o Evangelho. Sustenta que o amor predileto pelos pobres é o amor predileto de Deus (MED 14.7).

O lugar social serve de referencial para *Medellín* assumir essa opção. Os documentos abordam com precisão a importância da realidade, da história, para a compreensão dos valores do Reino. A teologia também se constrói a partir do lugar da prática. É o que Leonardo Boff chama de “hoje cronológico”, tempo histórico com toda a sua realidade e que desafiam a consciência cristã (BOFF, 1978, p. 9). A história é o lugar em que Deus revela o mistério de sua pessoa. Sua Palavra nos chega à medida que aconteça nossa inserção no devir histórico. A mensagem de abertura do documento confirma esse fundamento, pois retoma a convocação feita na *Gaudium et Spes*, “à luz da fé que professamos como fiéis, fizemos um esforço para descobrir o plano de Deus nos “sinais dos tempos” (MENSAGEM DE ABERTURA *Documentos de Medellín*, 1998, p. 29). Este conceito teológico dos Sinais dos Tempos, lança a Igreja a engajar-se na transformação social, ao lado dos desvalidos da sociedade.

b) Fundamentos teológicos da libertação

Seguindo as preocupações que antes já haviam sido abordadas nos documentos que antecederam *Medellín*, os documentos buscam apresentar um conteúdo sobre realidade em que vivem os pobres na América Latina, mostrando que a realidade em que esses vivem é qualificada pela injustiça e que esta clama aos céus. Por isso esses documentos trataram de convocar a Igreja a promover a libertação, a fim de assegurar que a justiça fosse respeitada e realizada em todos os setores das comunidades nacionais.

Segundo Gutiérrez, esse motivo fez a Igreja abraçar de modo imediato o compromisso em favor da libertação, levando em conta as aspirações e clamores dos povos da América Latina, pois “esses são sinais que revelam a orientação do plano divino operante no amor redentor de Cristo” (GUTIÉRREZ, 2004, p. 243).

Esse referencial teológico, da libertação, que suscita a busca da justiça, foi evidenciado pelo contexto de opressão e injustiça que dilacerava a vida dos mais pobres,

apontando que miséria tem sua origem no desequilíbrio interior da liberdade humana e que promove angústia, fome e dor.

A coragem para propor a libertação como proposta de ação, fundamenta-se na fé “no Deus que criou o ser humano, criou também a terra e tudo o que nela existe para o uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira justa” (MED 1.3). Deus prima pela igualdade. Jesus, apresentado como Verbo de Deus encarnado, é o primeiro que quis a libertação de todas as realidades do mundo: “ele veio libertar de todas as escravidões a que o pecado os sujeita: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra a injustiça e o ódio que têm sua origem no egoísmo humano”, declara o documento (MED 1.3). *Medellín* também diz que “somente à luz de Cristo se esclarece o mistério do homem. Na história da salvação, a obra divina é uma ação de libertação integral e de promoção do homem em toda sua dimensão” (MED 1.4). A libertação é fundamentada na proposta do projeto de amor que Deus sempre quis oferecer a toda humanidade.

A partir desses dois referenciais, a busca da libertação, como meio de alcançar a justiça proposta pelos documentos, é uma exigência da fé cristã, do ensinamento bíblico. O esforço que a Igreja faz por essa busca lhe garante a superação do dualismo que separa as tarefas temporais da santificação. Abre-lhe as portas para que a evangelização seja manifestada na busca constante da libertação. Esta se faz por meio da promoção social do povo, questionando-se as estruturas existentes, apontando uma transformação das realidades terrestres, que pode contribuir para ordenar melhor a sociedade humana. Acredita-se que a luta pela justiça e libertação integral passam também pelas mediações estruturais, onde os pobres sejam sujeitos de participação com reais direitos e não somente deveres. Os documentos incentivam que seja dada atenção às estruturas intermediárias, entre a pessoa e o Estado, e que essas promovam o bem-estar.

Essas razões teológicas dão substância para *Medellín* ter a coragem de propor algumas orientações pastorais no documento 14, assinalando que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos (MED 14.8). Propõe tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres, afirmando que “a promoção humana há de ser a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal, ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo” (MED 14.10).

Do mesmo modo a opção pelos pobres e a libertação fizeram a Igreja compreender que deveria ser mais comunidade encarnada nas bases do povo, de sua religiosidade e de sua

necessidade de verdadeira libertação. Assim foi estabelecendo meios que abriram caminho para o aprofundamento, a reflexão teológica que suscitaram novas opções pastorais. Segundo Marins, o ponto desse processo residiu no fato de se repensar a Igreja, não a partir de um estudo teórico sobre suas características ou a partir de sua expressão historicamente implantada entre nós, mas sim a partir das exigências da sua missão nos dias de hoje (MARINS, 1979, p. 23).

A opção assumida por *Medellín* criou o projeto libertador e popular. Sendo que este incentivou o surgimento e o incremento das CEBs que articularam intimamente fé e vida, compromisso religioso e social, dando uma identidade autóctone à Igreja latino-americana, fazendo brotar nos regionais e nas Dioceses ações iluminada por esses referenciais.

3.2.1.2. A relevância pastoral da opção pelos pobres e da libertação em *Medellín* para o compromisso social na Diocese de Santarém

Na Amazônia, a orientação de *Medellín* serviu de sustentação para uma nova articulação pastoral. Segundo Possidônio da Mata, depois de *Medellín* “a Igreja amazônica realiza uma pastoral mais voltada para os problemas regionais, alertando para a realidade que emergia da política governamental desenvolvimentista de integrar e explorar a região” (MATA, 2005, p. 44). Procurou viver uma profunda comunhão com a massa excluída e que sofria os desmandos causados pelos planos econômicos implantados na Amazônia. Parte da Igreja passou a solidarizar-se com os mais pobres e oprimidos: índios, posseiros, sem-terra, migrantes, desempregados, rompendo os vínculos históricos tradicionais.

O referencial da opção pelos pobres e libertação também marcou de maneira significativa a história do Regional Norte I e II. O encontro realizado em Santarém dos dois regionais amazônicos, em 1972, foi expressão máxima da influência conciliar e de *Medellín*, promovendo o fortalecimento da ação pastoral inserida na realidade, comprometida com a vida dos pobres e excluídos. O Documento diz, “... a partir do Vaticano II, e em particular da Igreja Latino-Americana a partir de *Medellín*, a Igreja na Amazônia, opta por quatro prioridades e por quatro serviços pastorais, à luz destas duas diretrizes básicas: Encarnação na realidade e Evangelização libertadora” (DOCUMENTO DE SANTAREM, 1972, p. XIV).

Nos documentos que registraram as Assembleias realizadas na Diocese, pode-se averiguar, tanto nos objetivos, como nas diretrizes e prioridades, a sintonia com a opção pelos pobres e a preocupação com a mudança da sociedade, em sintonia com a libertação. Não só

sintonia, mas as formulações manifestam compromisso de verdade com os empobrecidos e a libertação da realidade de exploração.

Nos objetivos descritos nas cartilhas de conclusões, desde a segunda Assembleia até a última, que realizou-se em 2008, apresenta-se de forma clara e explícita o compromisso da ação evangelizadora pautada pelos referenciais propostos por *Medellín*. Do mesmo modo em todas as Diretrizes, conforme já se apontou no primeiro capítulo, constam que a opção e o compromisso com os empobrecidos determinarão toda e qualquer ação pastoral da Igreja; assim como é colocado, em todos os planos diocesanos, o compromisso com a libertação, apontando que “a vivência da fé ligada à ação libertadora estará sempre presente na evangelização”. Na quinta Assembleia, que aconteceu no ano de 1996, assumiu-se como Linhas Mestras da ação evangelizadora “o serviço e a participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres”. Essas e outras orientações levaram a Diocese a orientar muitas práticas que foram assumidas por padres, lideranças e equipes de serviços (IGREJA CATÓLICA, 1996, p. 49).

Como prática mais visível do compromisso com os pobres e a libertação, ressalta-se o trabalho das pastorais. Os gestos de solidariedade e de compromisso com as lutas de trabalhadores no sindicato dos trabalhadores rurais, mas também todo o serviço de acompanhamento das crianças e adolescentes, feito pela Pastoral do Menor, levou em conta uma pedagogia que promove o reconhecimento da pessoa e a saída da realidade de exclusão. Atualmente, o trabalho que a pastoral social tem desenvolvido, uniu as forças com grupos e pessoas que lutam pelo direito à terra, trabalho esse que tem gerado oportunidades de mudanças e conquistas em muitos lugares.

Pode-se afirmar que a maneira como as lideranças da Igreja assumem o compromisso pastoral, em atitude de simplicidade, demonstram que os referenciais de *Medellín* ajudaram-nos a ser mais desapegados e próximos do povo. A diretriz de 1979 propôs que “os padres e bispo assumam a opção preferencial pelos pobres e se coloquem em pé de igualdade com o povo (IGREJA CATÓLICA, 1979, p. 4). *Medellín* foi para Igreja de Santarém um instrumento que a ajudou colocar em prática os anseios do Vaticano II, e também para se assumir a pastoral sociolibertadora como sinal da presença do Reino. Observa-se que a convivência dos padres com o povo, hoje, em atitude de simplicidade e entrosamento é resultado desses referenciais que apontaram a simplicidade como modo de viver a fé e o compromisso cristão.

3.2.2 Documento de Puebla: Igreja “Comunhão e Participação”

O caminho aberto pela Conferência de *Medellín* teve prosseguimento com a de *Puebla*, onde é reafirmada a opção pelos pobres, com o acréscimo de dois adjetivos: preferencial e solidária, conforme descreve o próprio documento:

A Conferência de *Puebla* volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres. Confirmando a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação (P 1134).

A Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe realizou-se em *Puebla*, no México, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. O Papa João Paulo II inaugurou a III Conferência pessoalmente, com um discurso lido no Seminário *Palafoxiano* de *Puebla*. Ele assinalou em seu discurso que os bispos deveriam tomar como ponto de partida desta nova Conferência as conclusões de *Medellín*, sob o tema: “Evangelificação no presente e no futuro da América Latina”. Reafirmou a indicação de que os bispos tomassem como pano de fundo a Exortação Apostólica de Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi* (LIBANIO, 2007, p. 29).

A Comunhão e Participação foi um dos referenciais teológicos assumidos em *Puebla*, respondendo às necessidades que a Igreja na América Latina vinha construindo, fortalecendo a sua missão inserida na realidade social. Esse aspecto, impulsionado pelo espírito do Vaticano II, e das abordagens feitas em documentos anteriores, possivelmente, ajudou a Igreja de Santarém a fortalecer o seu compromisso sociotransformador, uma vez que a comunhão e a participação convocam o povo a assumir um compromisso evangelizador mais voltado para a realidade do cotidiano das pessoas. O serviço e caridade servem de fundamentos para essa opção de *Puebla*, iluminado por Jesus o Bom Pastor, que convoca o povo à inserção e ao compromisso com o Reino.

3.2.2.1 Relevância teológica das opções de *Puebla*: comunhão e participação

A segunda parte do documento de *Puebla* aborda a evangelização, apresentando o que é evangelizar e qual o seu conteúdo. Afirmando que evangelizar consiste em anunciar a verdade central da evangelização: Jesus Cristo, nossa esperança. É sempre Ele o princípio de toda evangelização. A Igreja será o mistério de comunhão, povo de Deus a serviço de todos.

A comunhão e participação são fundamentadas nesse Mistério e, conforme Libanio, tornou-se eixo estruturante da Igreja, assinalando a meta para a qual aponta cada passo do processo evangelizador (LIBANIO, 2007, p. 31).

O documento de *Puebla* diz que depois da proclamação de Cristo, que nos revela o Pai e nos dá seu Espírito, chegamos a descobrir as raízes últimas de nossa comunhão e participação. A comunhão é fundamentada na pessoa de Jesus, pois Ele é quem revelou que a vida divina é comunhão trinitária. Logo, da Trindade procede todo amor e toda comunhão, para a grandeza e dignidade da existência humana (P 211-212). Na pessoa e missão de Jesus, a Igreja e os cristãos se inserem no mistério profundo de Deus. Essa origem e fonte servem de modelo para a Igreja assumir o compromisso de comunhão e participação com a realidade histórica, na qual está inserida.

Por Cristo, com Ele e nEle, participa-se da comunhão de Deus. Este processo de comunhão e participação dá direcionamento para o agir na história em busca de transformação da sociedade. O documento sustenta que

a comunhão que se há de construir entre os homens abrange-lhes todo o ser desde as raízes do amor, e há de se manifestar em toda a sua vida, até em sua dimensão econômica, social e política. Produzida pelo Pai, o Filho e o Espírito é a comunicação de sua própria comunhão trinitária (P 215).

Esse referencial fundamentou a ação evangelizadora da Igreja Latino-Americana. A comunhão e participação é convocação a toda Igreja a ser presença, tornando a ação evangelizadora um chamado à participação dos gemidos e dos clamores dos pobres que brotam da realidade a que estão inseridos. *Puebla* reconhece que essa presença é antecipada pela própria presença de Jesus na história, na vida e sentir do povo latino-americano, mas também está unida inseparavelmente através da Igreja, “pois através dela é que o Evangelho de Cristo ressoou em nossas terras”, confirmam as conclusões de *Puebla* (P 221).

A proclamação do Reino de Deus, meta e missão de Jesus, convoca a Igreja a viver a comunhão e participação, assumindo a identidade de Povo de Deus e, portanto, realiza a evangelização que promove o compromisso sociotransformador no meio da sociedade. A comunhão e participação tornaram-se necessárias para a transição de um estilo individualista de se viver a fé para a grande consciência comunitária. A Igreja está no mundo e sua missão consiste em ser sinal e instrumento do Reino de Deus em seu meio (GS 11). Assim é convocada a viver em comunhão com toda a sociedade, não só pela dimensão religiosa, mas assumindo as riquezas e a vida do povo.

A Igreja como proclamadora do Reino procura formar comunidade. Como comunidade esforça-se em viver a comunhão e a participação nas diversas necessidades em que está o povo. Torna-se servidora, o que determina a identidade e originalidade de seu serviço evangelizador em favor de todos, sem distinção, mas deve ter presente a sua predileção pelos mais pobres. Cada comunidade, assim como pastores e cristãos, deve esforçar-se para concretizar a comunhão e participação em todas as realidades em que as pessoas estão inseridas.

O espírito de comunhão e participação exige do Povo de Deus um autêntico heroísmo em seu compromisso evangelizador (P 281), pois o Espírito do Senhor impele o Povo de Deus, na história, a discernir os sinais dos tempos e a descobrir, nos mais profundos anseios e problemas dos seres humanos, o plano de Deus sobre a vocação do homem na construção da sociedade, para torná-la mais humana, justa e fraterna.

Esse referencial exigiu da própria Igreja a sua conversão. A comunhão e participação se realiza por meio do anúncio e da conversão à justiça, a fim de transformar as estruturas da sociedade pluralista. O apelo feito nos documentos de *Medellín*, propondo à Igreja, por meio de seus pastores, a não ficar indiferente antes as tremendas injustiças sociais, se renova por esse referencial. A Igreja é convocada a ser presença, sem a mentalidade triunfalista, mas com o intuito de dar testemunho da mensagem e de usar sua palavra profética de anúncio e denúncia em sentido evangélico na correção das falsas imagens da sociedade, incompatíveis com o Reino de Deus (P 1213). Para que a ação evangelizadora seja completa é necessário o esforço na construção da sociedade justa, em atitude de comunhão e participação (P 1206).

3.2.2.2 A relevância pastoral da comunhão e participação em *Puebla* para o compromisso social na Diocese de Santarém

Antes de dizer como esse referencial foi importante para ação sociotransformadora da Diocese de Santarém, é importante mostrar que ele foi influente para as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Este documento afirma que “as conclusões de *Puebla* insistem repetidamente que a Evangelização da América Latina, no presente e no futuro, há de se fazer num progressivo esforço de participação e comunhão” (CONFERÊNCIA..., 1979, n. 33).

Conforme Freitas, a comunhão e participação são consideradas um eixo doutrinal para as DGAE, a partir dos anos 79. São consideradas, como uma das chaves de leitura de *Puebla*. Ela, citando uma frase de um dos bispos participantes na Conferência de *Puebla*, diz que foi

particularmente por influência do episcopado brasileiro que a Boa notícia do Reino recebeu o enfoque de comunhão e participação e fora influenciado pelo mesmo episcopado (FREITAS, 1997, p. 96).

As diretrizes dizem que

a participação e comunhão hão de tomar forma concreta na sociedade civil e na Igreja. No âmbito da Igreja, esta exigência, apesar de permanecer, em parte, uma realidade a ser conquistada, já deve encontrar sua realização onde atuam seus agentes através da liturgia, oração, testemunho, catequese, processos de educação e comunicação social e outros. A Igreja precisa também estar aberta aos outros irmãos para o diálogo de comunhão procurando áreas de participação para o anúncio universal da salvação (P 1097; CONFERÊNCIA..., 1979, n. 34).

Ao incorporar, portanto, esse eixo de *Puebla*, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora o fazem numa adequação à realidade brasileira, insistindo em que a utopia da comunhão e participação há de tomar forma concreta na sociedade civil e na Igreja, gerando liberdade e solidariedade, e expressando-se em formas de organização e estruturas de participação capazes de abrir caminho a um novo tipo de sociedade.

A ação sociotransformadora na Diocese de Santarém também fora influenciada por esse binômio de *Puebla*. A característica mais peculiar da temática da comunhão e participação na Diocese é, certamente, a sua estreita vinculação com a evangelização, na perspectiva da opção pelos pobres e da libertação, assumidos de forma mais clara a partir de *Medellín*. Nessa ótica, as CEBs são contempladas como “sendo o lugar privilegiado de participação livre e responsável em comunhão fraterna, modelo eclesial e sinal de esperança” (IGREJA CATÓLICA, 1982). Todo o processo de organização e planejamento da pastoral foi fortemente influenciado pela proposta de *Puebla*. O objetivo geral de 1982 orienta que a evangelização será feita “[...] à luz da opção preferencial pelos pobres, no testemunho de comunhão e participação, sinal do Reino definitivo” (IGREJA CATÓLICA, 1982).

Aponta-se também sua influência no processo de realização das Assembleias, na elaboração dos planos e também na realização das muitas atividades assumidas pelo povo e o clero. Dom Tiago, em carta enviada às comunidades, depois da realização da Primeira Assembleia de Pastoral, afirma que “comunhão e participação são ideias mestras das Conclusões de *Puebla* e por isso devem orientar a Igreja de Santarém” (IGREJA CATÓLICA, 1979, p.1). A maneira como ainda hoje a ação evangelizadora se organiza é fruto desse importante referencial que promove unidade entre o povo, bispo e padres, em prol da ação pastoral que procura atualizar a evangelização num compromisso sociotransformador.

3.2.3 Documento de Santo Domingo: o protagonismo dos leigos

A Quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Santo Domingo, na República Dominicana, no período de 12 a 28 de outubro de 1992. O Papa João Paulo II a convocou oficialmente no dia 12 de dezembro de 1990, estabelecendo como tema: "Nova Evangelização, Promoção humana, Cultura cristã", sob o lema: "Jesus Cristo ontem, hoje e sempre" (Hb 13,8). Essa Conferência realizou-se no contexto da celebração dos 500 anos do início da evangelização no Novo Mundo. Ela teria três objetivos: celebrar Jesus Cristo, ou seja, a fé e a mensagem do Senhor crucificado e ressuscitado; prosseguir e aprofundar as orientações de *Medellín e Puebla*; definir uma nova estratégia de evangelização para os próximos anos, respondendo aos desafios do tempo.

Certamente o contexto da América Latina²⁰, marcado por diferentes mudanças, contribuiu para que a conferência assumisse o protagonismo dos leigos e leigas dessa nova história. Esse referencial reforçou a preocupação com os leigos e se constituiu, após o Vaticano II, na exortação pós-sinodal, *Cristifideles Laici* (CfL), e no próprio sínodo realizado em 1987. O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, afirma *Lumen Gentium*, mas deve ser desenvolvido na perspectiva da evangelização libertadora, na busca real da promoção humana, possibilitando aos leigos também autonomia (LG 33). Pretende-se averiguar se esse referencial possibilitou alguma influência na ação social da Diocese de Santarém.

3.2.3.1 Referências teológicas do protagonismo dos leigos em Santo Domingo

O documento, por cinco vezes, confere aos leigos o protagonismo na nova evangelização do continente. Apontando assim um novo perfil de Igreja, o que significa dizer que houve a abertura por parte da hierarquia à presença ativa dos leigos. Dessa novidade o leigo passou a ser identificado como “homem da Igreja no coração do mundo e de homem do mundo no coração da Igreja,” definição já declarada na *Lumen Gentium* e em *Puebla* (LG 36; P 786).

²⁰Segundo Libanio, a situação sociopolítica e econômica no ano de 1992 reforçara o neoliberalismo com diversas consequências, criando novo tipo de pobreza, desemprego e exclusão. A centralidade absoluta do mercado provocou uma realidade nefasta. A violência do narcotráfico se estendia, bem como a acentuada urbanização, evidenciando a miséria de grandes parcelas de população aglomeradas nas grandes cidades (LIBANIO, 2007, p. 31).

Ao falar dos cristãos leigos na Igreja e no mundo, o documento distingue entre tarefas intraeclesiais e atividades extra-eclesiais. Os Bispos reconhecem como sinal dos tempos a presença de grande número de fiéis leigos comprometidos na Igreja, exercendo variados ministérios, serviços e funções nas comunidades paroquiais. O documento dedica uma página especial (n.101) aos ministérios conferidos aos leigos, a propósito de incentivar uma especial criatividade na instauração de ministérios ou serviços que podem ser exercidos por eles (KLOPPENBURG, 2005, p. 274).

De acordo com Galardo, o documento manifesta preocupações com certos desafios, pois se esses não forem compreendidos podem dificultar a autonomia dos leigos, impedindo sua autonomia. Aponta três desafios urgentes: que os leigos sejam protagonistas da nova Evangelização, sem limitar-se ao intraeclesial e sem clericalismo; os batizados não evangelizados serão destinatários principais da mesma e deve-se favorecer a santidade dos leigos e o exercício de sua missão (GALARDO, 1993, p. 269).

Os referenciais teológicos do protagonismo dos leigos e leigas são fundamentados nos eixos construídos pelo Concílio Vaticano II, onde os cristãos pela participação nos sacramentos da iniciação cristã são participantes com direitos constituídos na missão da Igreja. Definir a Igreja como Povo de Deus foi fundamental para possibilitar aos leigos maior autonomia e igualdade em relação à hierarquia. O sacramento do batismo é quem dá as referências para que os leigos sejam protagonistas na missão da Igreja. A valorização do sacerdócio comum de todos os fiéis faz com que todos sejam chamados a colaborar com a missão salvífica da Igreja na construção do Reino de Deus. Para o documento conciliar “os fiéis batizados, incorporados a Cristo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo (LG 31).

O reconhecimento do protagonismo dos leigos e leigas, em Santo Domingo, faz ultrapassar a mentalidade de meros espectadores e sem qualquer direito na Igreja, passando a ser inseridos no conceito de povo de Deus, com a missão de serem atuantes no mundo. Esses direitos foram adquiridos desde o Concílio Vaticano II, principalmente no capítulo IV da *Lumen Gentium*. Os bispos em Santo Domingo apontam que essa compreensão permitirá que o mundo do trabalho, da política, da economia, da ciência e dos meios de comunicação social seja guiado por critérios evangélicos (SD 97). Compromisso batismal torna os leigos aptos para atuarem na sociedade, como Igreja, dando testemunho do ser cristão.

Com isso, a vocação dos leigos é a de administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do Reino de Deus. Estão inseridos no mundo, onde são chamados a viver segundo o

espírito do Evangelho e de ser fermento de santificação. São especialmente chamados a tornar Igreja presente e ativa nos lugares onde somente eles podem atuar (LG 33)

Por último, Santo Domingo reconhece como fundamento o que já havia sido proposto pela exortação apostólica *Christifideles Laici*, quando apontou que tudo parte da “inserção em Cristo através da fé e dos sacramentos da iniciação cristã” (CfL 9). Cristo é a raiz primeira que dá origem à nova condição do cristão no mistério da Igreja, que constitui a sua mais profunda fisionomia e que está na base de todas as vocações e do dinamismo da vida cristã dos fiéis leigos. O fundamento é Jesus, que trouxe a salvação integral, oferecendo sua vida e sua entrega total ao Reino do Pai, proporcionando salvação dos homens, comprometido com os pobres.

3.2.3.2 Relevância pastoral do protagonismo dos leigos para o compromisso social na Diocese de Santarém

Essa nova mentalidade, tanto por parte dos leigos como pela hierarquia, fez brotar uma nova realidade, uma nova forma de relacionamento. As Diretrizes Pastorais da Igreja no Brasil compreenderam que essa nova mentalidade precisa ser assumida por todos, a fim de garantir maior autonomia e responsabilidades dos leigos e leigas. Para concretizar esse propósito, apontou o diálogo franco com eles por parte da instituição, a criação de organismos e investimento na formação de lideranças (CONFERÊNCIA..., 1991, n. 266).

Essa atitude nova, deve ser construída num processo de formação e mediada pela fé que motiva, ilumina e estabelece perspectivas de esperanças. Assim, evitar-se-á a dicotomia que legitima a indevida separação entre a fé e a vida, entre a aceitação do Evangelho e a ação concreta nas mais variadas realidades temporais e terrenas (CfL 2).

A ação sociolibertadora na Diocese de Santarém provavelmente encontrou, nessa nova mentalidade, os meios para levar a cabo o seu compromisso. O legado, que Santo Domingo endossou, fortaleceu a grande missão das leigas e leigos que se dedicam de corpo e alma às comunidades eclesiais espalhadas na Amazônia. Lá onde não está o padre pode-se encontrar uma delas ou um deles atuando no movimento popular, estudando a Bíblia, discutindo política ou celebrando o culto.

A evangelização sociotransformadora tem em sua base a presença ativa do leigo. Possidônio afirma que a Igreja na Amazônia tem a cara, as pernas dos leigos e leigas, que caminhando nas estradas sem fim, navegando rio abaixo, rio acima tornam presente a evangelização comprometida com vida de todos. As CEBs são profundamente espaço do

cultivo da fé comprometida com a vida, composta em sua maioria por pessoas simples, onde procuram aprofundar sua missão e dela participam nos mais diferentes lugares, levantando bandeiras de lutas e praticando a solidariedade (MATA, 2005, p.50).

Nota-se o protagonismo dos leigos, não só pela ausência do padre, mas pela corresponsabilidade da missão. Sua autonomia tem se constituído pela participação no processo de preparação das assembleias e participação nos conselhos de decisão da Diocese, como é o caso do Conselho Pastoral e Coordenação Pastoral. São respaldados pela fé para estarem presentes nos grupos de luta e nos movimentos de defesa e valorização da vida. Analisando os planos de pastoral, do primeiro ao último, nota-se que há uma relevante preocupação com a formação dos leigos, propondo um conteúdo bíblico, teológico e pastoral, levando em consideração a metodologia do ver-julgar-agir. Do mesmo modo, os estudos feitos pela Catequese Rural levam em conta a realidade do povo, principalmente. Pode-se dizer que a base laical da Igreja lhe favorece uma identidade de Igreja consciente, comprometida com os pobres, defensora da vida e profética, resultado da sintonia com a proposta de Santo Domingo e do trabalho de articulação com os organismos Nacional e Regional na Igreja do Brasil.

3.2.4 Documento de Aparecida: uma Igreja samaritana e profética

A V Conferência do Episcopado Latino-Americano aconteceu de 13 a 31 de maio de 2007, em Aparecida do Norte, Brasil. Dando seguimento às Conferências anteriores, foi uma Conferência que, além das novidades como a recuperação do método ver-julgar-agir, a retomada das CEBs e a opção preferencial pelos pobres, foi um evento que conclamou a Igreja a tomar consciência de si mesma, bem como dos desafios para ação evangelizadora.

Segundo Agenor, considerando o processo de preparação, a Conferência de Aparecida foi uma grata surpresa por toda a novidade que produziu, possibilitando um documento que prossegue no caminho aberto pelo Vaticano II e reafirmando a tradição latino-americana inaugurada em *Medellín* (BRIGHENTI, 2008, p. 1). Propôs-se a contribuir para o surgimento de uma nova etapa pastoral, em que a renovação das comunidades e das estruturas pastorais conduz à descoberta de mediações para uma eficaz transmissão da fé, considerando que a Igreja necessita de um forte impulso para não acomodar-se (ALVES, 2008, p. 33; *DAP* 362). Tomando como referência a realidade dos povos, propõe à Igreja ser samaritana e profética. Realmente, “Aparecida é um manancial inspirador e profético,” como bem declarou Agenor.

Ser Igreja samaritana e profética brota da necessidade do repensar a própria identidade da Igreja, fazendo-se uma auto-avaliação de sua atuação à luz de todas as indicações já afirmadas nas conferências que antecederam Aparecida. De acordo com Agenor, “a Conferência e o documento por ela elaborado se inserem na curta, mas já sólida tradição latino-americana, configurada, sobretudo no período pós-conciliar, a partir da Conferência de *Medellín*” (BRIGHENTI, 2008, p. 16). O referencial a que Aparecida propõe é pertinente e responde ao contexto vivido no continente, com destaque o Brasil. Interessa-nos saber se esse referencial marcou alguma influência no compromisso sociotransformador da Diocese de Santarém. Ressalta-se que o aspecto da missionaridade, tão frequentemente abordado no documento, não será focado em nossa pesquisa, embora se reconheça que os referenciais sobre os quais está se propondo refletir encontram sua razão na missionaridade da Igreja. Tais referenciais oferecem o aprimoramento da missionaridade para os evangelizadores.

3.2.4.1 A pertinência teológica da Igreja samaritana e profética em Aparecida

A Igreja com rosto latino-americano se identifica nas mais diversas expressões e organismos estruturais: nas Comunidades Eclesiais de Base, que favorecem uma maior coerência em ser Igreja comprometida com o Reino; no compromisso da evangélica opção pelos pobres, como caminho de construção de um mundo justo e solidário, onde caibam todos, na prática do amor, até ao extremo de dar a própria vida, tal como testemunha o profetismo de nossa constelação de mártires, que como diz Aparecida, são “nossos santos ainda não canonizados” afirma Agenor (*DAP* 98) (BRIGHENTI, 2008, p. 17). Essa novidade conquistada pela Conferência e pelo documento ajudou a identificar o rosto de uma Igreja samaritana e profética, permitindo que se encontrem os possíveis fundamentos que serviram de suporte para a afirmação desse referencial.

A Conferência não quis dar receitas prontas, mas ofereceu provocações que abriram caminhos para a construção de um novo dinamismo pastoral. Ela fez apelo para que haja a renovação eclesial que implica reformas espirituais, pastorais e também institucionais. A conversão pastoral proposta exige a passagem da rotina para o elan que desperta a vontade de mudar, da inércia para a comoção, do conformismo para a criatividade (*DAP* 367). O documento, analisando o contexto da nova realidade da América Latina, convocou todos os evangelizadores a serem bons samaritanos, no meio de um cenário, que hoje está influenciado pela globalização econômica que tenta se sobrepor a todas as dimensões da vida.

A convocação para ser Igreja samaritana tem sua inspiração no texto bíblico do bom Samaritano (Lc 10,29-37), mas também na realidade de exclusão a que está submetida uma multidão de sobranceiros. O Papa Bento XVI, em seu discurso de abertura da Conferência, ao referir-se à evangelização da América Latina, diz que devemos ir “como bons samaritanos”, ao encontro das necessidades e dos pobres (DAP 537). O ensinamento da parábola do Bom Samaritano está relacionado ao mandamento do amor ao próximo. Sendo que somente o samaritano, comparado em relação à atitude dos outros personagens da parábola, conseguiu, de forma concreta, viver o mandamento, colocando-se a serviço de um desconhecido, que estava caído à beira da estrada. O seu gesto serve como paradigma a todos os evangelizadores.

Esse referencial é fruto das interpelações que outrora a renovação conciliar propôs. É oriundo da caminhada histórica que a Igreja tem feito, sensível às alegrias e às esperanças, às tristezas e às angústias dos pobres do continente latino-americano como pediu a *Gaudium et Spes* (GS 1). A descrição da realidade, onde apresenta os caídos de hoje, estão em diversos números do documento de Aparecida; em uns, enfatiza a realidade, “o sofrimento, a injustiça e a cruz, dos que estão à beira do caminho” (DAP 26) , em outros, propõe o espírito e a atitude do samaritano para os evangelizadores, deixando claro que situação de flagelo e de pobreza, interpela a Igreja seguir o caminho de Jesus e identificar-se como boa samaritana (DAP 176, 419 e 491). É a fé em Jesus que lança o cristão ao encontro dos caídos. Ela modifica, sensibiliza e transforma o evangelizador. O seguidor de Jesus, como cristão, é chamado a colocar-se diante da realidade, ou das realidades que perduram em seu contexto. A rigor é preciso imitar o samaritano, pois ele é o rosto concreto do próprio autor da parábola. Aquele que se faz seguidor é convidado a reconhecer no outro o rosto do Cristo. Ele cuida e se ajoelha diante do caído de forma concreta, como concreta foi a situação do homem que tinha entrado em combate com bandidos. Na pessoa do samaritano, Jesus define o significado ético do amor ao próximo, reafirmando o primado da pessoa humana.

A caridade-solidariedade só será verdadeira se acontecer na prática. Os caídos da beira das estradas e ruas não precisam somente de sentimentos, mas de verdadeira ação que os faça ter direitos de cuidados, e também de poder ser conduzidos para uma real libertação. Agenor ressalta que, para a Igreja viver esse referencial, deve assumi-lo na prática concreta. Tem que deixar-se surpreender, ver o outro como totalmente outro, abrir os olhos para perceber aquele que está caído, sem juízo temerário, mas antes promessa de novas possibilidades, propõe Agenor (BRIGHENTI, 2009, p. 543).

A consciência da evangelização, comprometida com o Reino, também ajuda a assumir a proposta de Aparecida. Pois a situação de pobreza e exclusão em que vivem milhares de

irmãos nossos na América Latina e Caribe se contradiz com a proposta do Reino de Deus que quer a vida para todos. O compromisso com e pelo Reino lança os evangelizadores a serem bons samaritanos, denunciando as situações de morte e proclamando a vida. Exige coragem e espírito profético, numa autêntica defesa do Reino de Deus (*DAP* 518i). O compromisso com os pobres não é opção, mas critério evangélico. Por causa do Reino, a evangelização se diluirá no meio da realidade, numa busca constante da promoção humana, em serviço e compromisso com os que estão à margem do sistema social. Esses foram gerados pela globalização, identificados como os novos excluídos, não somente explorados, mas supérfluos e descartáveis. Essa realidade exige comprometimento. Por isso Aparecida propôs também ser Igreja profética.

A dimensão profética é essencial na missão evangelizadora da Igreja. É parte de sua tradição histórica e patrimônio da Igreja latino-americana. No documento de Aparecida, os números 480, 337 e 518 apresentam essa preocupação, apontando o profetismo como meio de tornar presente uma evangelização comprometida com a vida dos povos do continente.

O profetismo é alcançado pela experiência profunda que as pessoas tiveram com Deus. Se olharmos os profetas da Bíblia, sabe-se que os profetas viveram uma profunda experiência de Deus, dando origem a sua vocação (cf. Jr 1,4-10; Is 6,1-8), a partir da qual, iluminados pelo Espírito, interpretavam os acontecimentos e proclamavam os juízos de Deus sobre eles. Ser convocado por Deus e anunciá-Lo é o primeiro aspecto da missão do profeta, revelando as intenções divinas sobre a história. A denúncia é também elemento integrante da missão profética. “Denunciar os pecados e infidelidades do povo e de seus dirigentes. A pregação feita pelos apóstolos, o querigma apostólico, foi proposto sob a forma de uma profecia” (CONFERÊNCIA..., 2005, n.23).

Aparecida convoca a Igreja a ser profética, que saiba levantar a voz em relação a questões de valores e princípios do Reino de Deus. A missão evangelizadora não pode prescindir do profetismo, pois o anúncio da Boa nova exige coragem e espírito profético, numa autêntica defesa do Reino de Deus (*DAP* 518i). O profetismo na defesa dos valores do Reino leva em conta a pessoa humana, pois ela é o centro de toda a vida social e cultural. Assumir as causas dos caídos da sociedade globalizada conduz ao profetismo. Na atual conjuntura, crescem as vítimas da globalização econômica que a tudo transforma em mercadoria. Não há como não denunciar. Denunciar o sistema, as instituições, os modelos de projetos que se impõe como cultura de morte de maneira institucionalizada e programada.

De novo é a pessoa de Jesus e o Reino de Deus que dão sentido para que a evangelização assuma a causa dos caídos e deles possa se aproximar; deve ir lá onde o pobre

está e se faça companheira de caminho, para que ele seja sujeito com os outros sujeitos e juntos façam história de salvação, afirma Agenor (BRIGHENTI, 2009, p. 547). O bom Pastor, que defende, acolhe e protege as ovelhas, é sempre a referência da missão. Ele procura defendê-las das ameaças e perigos, colocando a sua própria vida em risco.

Do mesmo modo os que assumem ser Igreja samaritana e profética correm o mesmo risco. A sociedade, que hipervaloriza o capital, não tem como conformar-se com a proposta cristã, por isso a perseguição é inerente à vida do verdadeiro profeta, ou da Igreja profética.

Esse referencial proposto por Aparecida possibilitou à Igreja continuar a olhar os sinais dos tempos e do meio deles assumir o compromisso com o Reino da vida.

3.2.4.2 A relevância pastoral da Igreja samaritana e profética para o compromisso social na Diocese de Santarém

Em 1997, os dois regionais da Amazônia, Norte I e Norte II, celebraram os 25 anos do Documento de Santarém. Já nesse encontro se declarou que a Igreja da Amazônia, “em tempos onde é forte a tentação de “bastar-se a si mesmo”, assumisse o compromisso de ser Igreja samaritana, afirmando que não se pode abrir mão de uma tradição latino-americana que sempre se mostrou afetiva e efetivamente ao lado das massas excluídas” (MATA, 2005, p. 47). A Igreja da Amazônia retomou a decisão de ser mais do que tudo servidora. Toda a sua ação, tanto nas pastorais explicitamente sociais, que expressam mais diretamente o serviço libertador aos excluídos e o apoio aos diversos movimentos populares, como nos setores de pastoral mais interna e de sustentação das comunidades eclesiais, a meta fundamental é buscar e servir “ao Reino de Deus e à sua justiça”, compreendendo que “tudo o mais virá por acréscimo” (Mt 6, 33) (DOCUMENTO DE MANAUS, 1997, n.32).

Pode-se afirmar que o compromisso, proposto pelo documento de Manaus, ajudou na sustentação da ação sociotransformadora na Diocese, do mesmo modo que as provocações de Aparecida fortaleceram esse compromisso. Pois a realidade amazônica, como já se descreveu no primeiro capítulo, tem sido alterada. Essa, com a chegada na nova fronteira agrícola e as grandes indústrias extrativistas e agroindústria, sofreu profundas mudanças. Uma mudança, tanto na área urbana das cidades que compõe a Diocese, como na área rural. Acrescenta-se a essas mudanças grandes problemas e conflitos de ordem social, econômicos e políticos.

Possidônio afirma que o atual modelo econômico, proposto para a Amazônia, suscita uma atitude corajosa, fundamentada na fé cristã, para não perder a memória que os documentos eclesiais têm contribuído, ao mesmo tempo, não esquecer o passado de

comprometimento que a Igreja sempre teve com a evangelização e a promoção da vida. Ele diz que a ação profética, corajosa e ousada da Igreja ajudou os pobres a sofrer menos (MATA, 2005, p.48). Por isso a opção pelos pobres, a evangelização comprometida com a realidade social, sem dicotomia, deverá seguir norteando para sempre a mística dos cristãos.

Pode-se afirmar que pela situação apresentada, das luzes e sombras naquela região, as interpelações de Aparecida facilitaram na realização da última Assembleia, especificamente nas decisões tomadas pelos participantes. No documento base da VII Assembleia é notória a influência de Aparecida. Fazendo uma análise da realidade à luz do documento, apontou-se a credibilidade da Igreja junto à sociedade. Diz que a atuação da Diocese, por meio do Grito dos Excluídos, dos seminários que refletem a vida e o meio ambiente, a realização das Semanas Sociais, a presença nas associações e nos conselhos municipais, tem favorecido o compromisso social da Igreja. Também diz que a participação dos padres e bispo nos movimentos sociais, a coerência nos posicionamentos e atitudes, a ética e os valores evangélicos pregados e vividos de verdade fortalecem o compromisso social da Igreja (IGREJA CATÓLICA, 2008, p.6).

O referencial proposto em Aparecida, de ser Igreja samaritana e profética, despertou as lideranças a assumirem compromisso de defesa do meio ambiente. Pode-se afirmar que ajudou a Igreja para acordar, sair do marasmo, ou da inércia. Contribuiu para se afirmar como diretriz que a “ação evangelizadora está a serviço da vida, exercendo um papel profético, fortalecendo a Pastoral Social” (IGREJA CATÓLICA, 2009, p. 3).

Esse referencial pode servir para não se esquecer as palavras dos profetas e samaritanos da Amazônia, como de Dom Erwin, que em meio às ameaças dos poderosos, convoca os evangelizadores a agirem com profetismo. Diz o bispo:

Que os profetas e profetizas na Amazônia jamais percam a “parrhesia”²¹ e nunca se omitam na intransigente defesa da vida em seu mais amplo sentido, anunciando e testemunhando sua fé em Deus que é Pai dos povos da Amazônia e Criador deste maravilhoso pedaço do mundo, confiado aos seus filhos e filhas como lar, não para destruí-lo, mas para zelar por ele, garantindo-o belo e pujante para as futuras gerações (KRÄUTLER, 2004, p. 27).

²¹O termo parrhesia é usado no Novo Testamento (Atos dos Apóstolos), mas tem sua origem na antiga literatura grega, especialmente em Eurípides. É composto por pan + rhema que significa literalmente toda a palavra. Parrhesia é assim a decisão corajosa de dizer tudo, toda a verdade“ sem reter ou esconder nada. Há várias traduções. Somente todas juntas conseguem dar o verdadeiro sentido à palavra parrhesia: intrepidez, ousadia, firmeza, audácia, destemor, coragem, fé, confiança, paixão, ardor, fervor. Cfr. At 4,13; 4,29; 4,31; 9,27; 13,46; 14,3; 19,8; 26,26; 28,31(KRÄUTLER, 2004, p. 10).

4 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA NA DIOCESE DE SANTARÉM, HOJE

Como já se abordou no primeiro capítulo, a ação da Igreja na Diocese de Santarém no âmbito da dimensão sociotransformadora tem sido relevante. A ação esteve fundamentada no espírito da renovação conciliar, particularmente na *Gaudium et Spes*, e respaldada pelo Magistério Latino-americano, concretamente, nos documentos das Conferências Gerais dos Bispos da América Latina e do Caribe, em Medellín, Puebla, Santo Domingo e recentemente em Aparecida.

Tendo percorrido esse itinerário, mesmo apontando a relevância da dimensão social na Diocese, hoje, constatam-se alguns desafios e até impasses, que dificultam ou impedem uma ação profética da Diocese no campo social.

Em nível nacional, tomando como referência a CNBB, como organismo que, desde o Plano de Pastoral de Conjunto, em 1966, tem traçado as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, constatam-se um encolhimento e uma retração da pastoral libertadora assumida a partir das Conferências episcopais latino-americanas. Segundo Oliveira, o compromisso libertador proposto pelas Conferências Episcopais, fortaleceu as pastorais sociais, as CEBs, a Teologia da Libertação e ampliou a presença da Igreja no mundo de forma diferenciada de outros tempos. Isso nos leva a constatar que esses atores eclesiais conduziram a Igreja ao compromisso social no mundo. Para ele, algumas divergências dentro da Igreja, especialmente no âmbito do seu compromisso social, nos dias de hoje, têm sua raiz no diagnóstico do mal do mundo moderno. “Enquanto um lado vê nele os efeitos do sistema capitalista, que é excludente, predatório e opressor, o outro lado vê o secularismo como maior problema; por ter abandonado a verdadeira religião, o mundo moderno ficou entregue aos desmandos de uma razão egoísta e hedonista” (OLIVEIRA, 2007, p.373).

Tendo percebido a relevância da dimensão sociotransformadora que a Diocese desenvolveu, a partir do ano de 1982, verifica-se que diversas mudanças dentro e fora da Igreja têm proporcionado uma nova configuração dessa dimensão. Confrontando a realidade com os referenciais teológicos de uma Igreja profética e transformadora, identificam-se alguns desafios que são apresentados como diagnóstico que se evidencia na atualidade, manifestado por pessoas, lideranças das pastorais, nos eventos pastorais, nas atitudes de segmentos que estão envolvidos no processo da evangelização ou na sociedade de modo geral. Nesse diagnóstico, constata-se que dois elementos constitutivos da realidade sociocultural, presentes na sociedade, possuem relevante influência na ação evangelizadora da

Igreja. O primeiro se constitui na mudança de época, ainda em curso, consequência da crise da modernidade e da configuração atual do sistema socioeconômico capitalista. Esse fator tem condicionado as instituições a adaptarem-se aos seus parâmetros ou tornarem-se reféns de suas novas diretrizes. O segundo elemento, mais de cunho eclesial, se manifesta como reação ao primeiro diagnóstico. Configura-se no impacto que essa mudança tem sobre a ação da Igreja, mais especificamente em sua dimensão sociotransformadora e que explica certos posicionamentos assumidos tanto pela Igreja em sua realidade nacional como pelos agentes da evangelização da Diocese de Santarém. Tais posicionamentos mostram uma Igreja perplexa, em meio a uma grande encruzilhada.

Neste capítulo, pois, pretende-se explicitar estes desafios, sua razão de ser e ao mesmo tempo averiguar como eles têm contribuído para o fortalecimento ou o fracasso para ação sociotransformadora na Diocese de Santarém. Dividimos o capítulo em duas partes, sendo que na primeira, pretende-se abordar a época de mudança e mudança de época e na segunda, o impacto da mudança de época sobre a Igreja.

4.1 ÉPOCA DE MUDANÇA E MUDANÇA DE ÉPOCA

No âmbito da sociedade, um diagnóstico apoiado numa leitura crítica e interdisciplinar do contexto atual aponta para a emergência de profundas mudanças que, em seu conjunto, constituem uma mudança de época, com repercussões na vida social como um todo, incluída a Igreja, concretamente sobre a dimensão sociotransformadora na Diocese de Santarém como veremos na segunda parte deste capítulo.

Notam-se com muita evidência as transformações ocorridas em todos os aspectos da vida. Talvez, para o senso comum, essas mudanças ressoem com maior destaque no aspecto ambiental, por sua visibilidade às vezes drástica e pelo alarde sensacionalista dos meios de comunicação. Nesse âmbito, percebe-se uma perplexidade por parte do ser humano diante das mudanças climáticas. As manifestações de fenômenos na natureza vistas, no passado, com menos frequência, como maremotos e terremotos, hoje, são desastres presenciados nos quatro cantos do planeta de forma frequente. Eles são alavancadores de preocupações, assumindo posição primordial no debate coletivo nos dias atuais, afirma Gilles (LIPOVETSKY, 2004, p. 68). Situação essa que acentua a crise ecológica.

A mudança de época se manifesta em vários aspectos da vida social, hoje. Descrevem as Diretrizes Gerais 2011, “são, de fato, tempos desnorteadores, pois afetam os critérios de compreensão, os valores mais profundos a partir dos quais se afirmam identidades e se

estabelecem ações e relações” (CONFERÊNCIA..., 2011, n.20). As transformações que marcam esse tempo afetam não apenas este ou aquele aspecto da realidade, mas a realidade como um todo, chegando aos critérios de compreensão e julgamento da vida. Realidade que se configura com processo da globalização.

A reflexão de França Miranda ajuda a entender ainda melhor a ansiedade que marca essa época:

Ninguém está completamente à vontade na sociedade pós-moderna. Estamos todos contaminados por uma epidemia silenciosa de insegurança e de angústia. A oferta generosa e abundante de definições da realidade, à semelhança de um shopping bem sortido, garante ao indivíduo maior espaço para sua liberdade, mas simultaneamente descarrega sobre ele o difícil ônus de construir sua própria identidade sem lhe oferecer referências sólidas (MIRANDA, 2006, p. 264).

Para caracterizar a referida “mudança de época”, pelo menos os seguintes fatores precisam ser evocados: a emergência de um mundo globalizado e excludente, o auge e o esgotamento do neoliberalismo, a crise de civilização e das utopias, a fragmentação do tecido social e a busca de outro mundo possível. Verificam-se como esses fatores se apresentam para, no item seguinte, averiguar-se que impactos provocam na dimensão sociotransformadora da ação pastoral na Diocese de Santarém.

4.1.1 A emergência de um mundo globalizado e excludente

Mudanças sempre aconteceram. A história está aí para aguçar a mente de todos. A novidade, agora, é que essa mudança com suas profundas transformações, diferente do ocorrido em outras épocas, tem hoje alcance global que, com diferentes matizes, afetam o mundo inteiro, atingindo todas as dimensões da vida humana e do planeta. Esse dado global faz parte de um processo caracterizado como fenômeno da globalização. Para Beck, esse fenômeno pode significar o processo em que os Estados nacionais veem sua soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrer a interferência cruzada de atores transnacionais (BECK, 1999, p.27). Não é possível negar a sua presença, pois veremos que sua manifestação tem afetado todas as dimensões da vida.

A globalização não é um componente novo. Ao longo da história ela tem marcado sua presença. Basta lembrar os grandes impérios da Antiguidade que dominaram grande parte dos povos da terra: babilônico, assírio, romano e outros. Estes, porém, não atingiram todo o planeta como acontece hoje com a globalização. Esse processo ganhou maior proporção com

a colonização dos povos da América e da África pela Europa nos séculos XVI e XVII, assumindo uma proporção de maior abrangência. Porém sua acentuação se dá mesmo, no século XVIII, com advento do sistema liberal-capitalista e o mercantilismo. Mas é no período pós-guerra, com os avanços tecnológicos, que a globalização ou mundialização ganhou maior impulso, “imprimindo um caráter aparentemente definitivo” (BRIGHENTI, 2004, p.70). O fenômeno ainda marcado por complexidade está em processo de evolução e, portanto, com diferente configuração. Agenor ressalta que esse fenômeno possui dois componentes que são fundamentais para a sua análise: complexidade e ambiguidade, o que favorece benefícios para uns e causa prejuízos para outros. Em alguns aspectos prima pela homogeneidade, mas em outros é heterogêneo e antagônico e sempre mais contraditório.

A globalização, embora se evidencie mais no aspecto econômico, é forjada pela política, ecologia, tecnociência, pela espiritualidade, além de outros. Segundo Agenor, o processo mais visível desse fenômeno é a planetarização dos mercados sustentada pela ideia de mercado global, uma vez que “nenhum país se basta a si mesmo; o que ocorre em um país afeta imediatamente o todo” (BRIGHENTI, 2004, p.71). Dado que o sistema financeiro internacional tem acentuada repercussão em todos os aspectos, faz a política se submeter a uma governança mundial, através de organismos juridicamente reconhecidos pelos Estados ou por uma sociedade civil mundial, mas sempre orientada pelos interesses da economia de mercado. O Papa Bento XVI diz que “hoje o Estado encontra-se na situação de ter de enfrentar as limitações que são impostas à sua soberania pelo novo contexto econômico comercial e financeiro internacional” (CV 24).

Não podemos negar que a globalização, ampliando os horizontes, trouxe aos indivíduos as condições de entender o mundo não apenas por blocos, mas como um todo. Melhor ainda, fez com que muitas questões outrora restritas a setores de Estados, agora podem ser discutidas pela grande massa. Há, sem dúvida, maior consciência acerca dos problemas globais, especialmente aqueles que afetam diretamente a saúde do planeta. Segundo Capra, “na ordem estratificada da natureza, as mentes humanas individuais estão inseridas nas mentes mais vastas dos sistemas sociais e ecológicos, e esses, por sua vez, estão integrados no sistema mental planetário” (CAPRA, 2006, p. 285). Esse dado se tornou significativo, pois a ecologia é considerada um dos principais fatores que tem impulsionado a consciência planetária nos dias atuais. A consciência referente ao futuro planetário ganhou evidência, solicitando de todos atitudes de compromisso. Todos se sentem “corresponsáveis pelo nosso destino comum, pois constituímos, com todo o universo, uma unidade coesa e diversa”, afirma Agenor (BRIGHENTI, 2004, p.77). Do mesmo modo essa mundialização é

forjada pelo aspecto da espiritualidade, constituindo-se na manifestação de várias experiências religiosas de toda índole, presente cada vez mais em todas as esferas da sociedade, mesmo no âmbito econômico. É uma experiência religiosa marcada pela influência da valorização da subjetividade, do individualismo e, portanto, autônoma em relação a qualquer instituição. Para Sébastien Charles, “a religião atualizou-se com o consumo, abandonando o ascetismo em favor do hedonismo e do espírito festivo, enaltecendo os valores da solidariedade e do amor mais que os da contrição e do recolhimento” (CHARLES, 2004, p. 33). Já no âmbito da tecnociência, constituída também da globalização, a comunicação à distância e todo o seu processo de organização representaram a grande novidade, possibilitando a mobilidade de tecnologias e a supervalorização das invenções e que muito tem contribuído para largos avanços do progresso científico, mas na maioria das vezes a serviço dos ideais capitalistas. Por outro lado, a diversificação dos meios de comunicação tem possibilitado a emancipação dos indivíduos, dando-lhes maior autonomia de pensamento e ação, com maior oportunidade de constituir opinião própria sobre um número maior de fenômenos, afirma Sébastien (CHARLES, 2004, p. 42).

Todos esses aspectos são fatores de globalização, portadores de ambiguidades e complexidades, marcados por elementos positivos e negativos, mas portadores de uma nova consciência. Nesse âmbito, Arruda diz que, por um lado, a globalização tem sido fonte de aflição, risco e sofrimento para os trabalhadores e trabalhadoras oprimidos de todo o mundo, contribuindo para o crescimento da exclusão social e, por outro, abre brechas de incertezas que constituem oportunidades para que os trabalhadores façam progredir a luta por sua emancipação. Deve-se compreendê-la com os componentes que domina, uniformiza, hierarquiza, mas também com outros que emancipa, acolhe a diversidade, igualiza os direitos e humaniza (ARRUDA, 2006, p. 79).

Para Agenor, os dois componentes que envolvem o processo de globalização, a emergência da consciência planetária e o descobrimento das culturas são fundamentais para o entendimento das mudanças atuais no compromisso social. Ambos os elementos engrossam toda a composição da “mudança de época”. Esses elementos são relevantes, pois são considerados “sinais de novos tempos”. Estão presentes em todos os lugares com seus elementos positivos e negativos, marcando sua influência nas pessoas e nos grupos. Ajudam numa revisão de posturas e de atitudes também no âmbito eclesial. Eles não só influenciam os aspectos políticos e econômicos, mas também as ações no âmbito da evangelização realizada pela Igreja. Estão presentes em todos os quadrantes do planeta.

4.1.2 O auge e o esgotamento do neoliberalismo

A globalização não se fez sozinha e, portanto, não é o único componente da mudança de época. O neoliberalismo, como modelo de acumulação, assumiu-a como forma e meio de se propagar desde os seus primórdios, sendo, às vezes, identificado com o nome de globalização neoliberal. Esta acentuou sua presença primordialmente no campo econômico e se sustentou pela mundialização da economia na perspectiva de Davos e nas práticas colonialistas que fizeram crescer as diferenças sociais entre os países ricos e os pobres. O neoliberalismo constitui um componente estruturante da mudança de época.

O projeto neoliberal, desde o seu início, foi incentivado como sendo a melhor maneira de maximizar o bem-estar mundial geral. Todo o processo envolveu mudanças qualitativas substanciais que colocam as grandes empresas e os governos diante de desafios e oportunidades novos. Bens de consumo ou serviços lançados num país, e que demoravam décadas antes de conquistar mercados em outros, são, hoje, lançados simultaneamente em todos os continentes (BAURU, 1996, p. 806).

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil assim distinguem o sistema neoliberal:

a dinâmica do mercado absolutiza com facilidade a eficácia e a produtividade como valores reguladores de todas as relações dentro do capitalismo neoliberal e, conduzida por uma ideologia que privilegia o lucro e estimula a concorrência, a globalização segue uma dinâmica de concentração de poder e de riquezas em mãos de poucos. Leva a concentração de recursos físicos e monetários e de informação, produzindo a exclusão de todos aqueles não suficientemente capacitados e informados, aumentando as desigualdades e mantendo na pobreza uma multidão de pessoas (CONFERÊNCIA..., 2008, n.24).

O sistema neoliberal se difunde através dos mecanismos da globalização, sendo sustentador da lei de mercado. Tal como está configurado, segue uma dinâmica e este se constitui de concentração de poder e de riqueza em mãos de poucos. Para Win, ele se estabelece por um processo de apropriação da renda e dos mercados existentes (DIERCHXSENS, 2005, p.11). Não é capaz de interpretar e reagir em função dos valores objetivos, pois tudo está em função do mercado, e este se constitui como o tudo e o mais importante da vida. Seu principal objetivo é o lucro, estimulando a concorrência, concentração de poder e de riquezas nas mãos de poucos, confere o documento de Aparecida (DAp 62). A Conferência de Aparecida diz que esse componente leva ao agravamento da pobreza e ao aparecimento de novos pobres que não somente são explorados, mas supérfluos

e descartáveis. Situação que contribuiu para a desarticulação dos grupos sociais, pois a situação de exclusão social impede as organizações encontrarem alternativas para a lei de mercado (*DAP* 65).

O projeto neoliberal ganhou suporte maior no campo da tecnociência, por sua abrangência e volatilidade. Bauru analisa que o avanço da cibernética contribuiu para a expansão da economia. Para ele, desde que a indústria de computadores existe, tem-se prognosticado a sua convergência com a indústria da telecomunicação, mas o seu auge e realização só começaram a esboçar-se recentemente (BAURU, 1996, p. 817). A passagem da civilização industrial à cibernética foi um dos maiores avanços que contribuiu para a sustentação do neoliberalismo, onde a razão técnica instrumental canaliza toda a produção de conhecimentos em função de sua utilidade e aplicação. A informática ganhou relevância, ocupando espaço em todas as instâncias da sociedade.

Nesse aspecto, os meios de comunicação têm se tornado uma superestrutura que encobre a realidade e a camufla, mas, em contrapartida, tem encurtado as distâncias, contribuindo para a afirmação de consciência planetária. “Cresce a possibilidade da articulação e do fortalecimento de redes nas mais diversas esferas da vida humana e, com elas, a gestação subversiva de um outro modelo de sociedade” (BRIGHENTI, 2004, p.18), fazendo surgir movimentos alternativos que propõem uma economia com ética.

Agenor diz que é no campo social que as mudanças produzidas pelo neoliberalismo são mais acentuadas através da concentração da renda, do aumento da pobreza e da exclusão social, possibilitando que uma parcela da população torne-se órfã do mercado. As economias nacionais e suas respectivas superestruturas políticas são subordinadas às exigências e aos interesses corporativos das empresas e grupos transnacionais, cuja lógica é predominantemente econômica e mercantil, e cuja motivação principal, é ampliação dos seus ganhos, da sua produtividade e da sua competitividade, e não o desenvolvimento dos povos, das nações e regiões do mundo. Sob o prisma do desenvolvimento, a tendência totalitária da globalização competitiva se expressa na abolição de todo projeto de desenvolvimento que não seja controlado pelo mercado e pelo capital, e pela eliminação de parcelas crescentes de poder nacional de regulação sobre os fluxos comerciais, recursos, invenções e até investimentos (ARRUDA, 2006, p. 84). Essa conjuntura tem constituído meios para uma crítica da modernidade e a busca de novos referenciais que possam ser capazes de garantir os valores primários do ser humano.

Por outro lado, nota-se uma crescente consciência de cidadania e das conquistas dos direitos à vida, dos direitos civis e políticos conquistados no século XX, mediante a liberdade

de associação, da participação política, sindical, tornando-se conhecido como direito de terceira e quarta geração. Da mesma forma que uniformiza, proporciona a emancipação e novas conquistas que possibilitam novas esperanças. A passagem do capitalismo industrial para um capitalismo financeiro, que se configura com uma estrutura política mais sofisticada, colocou em cheque os valores da modernidade, abrindo possibilidades de novas alternativas de valores socioculturais. “Coloca-se neste contexto o surgimento de novas condições existenciais e de uma nova cultura, que chamamos aqui de pós-modernidade” (ANDRADE, 1993, p. 101).

Segundo Arruda, na medida em que o capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, orientando-a única e exclusivamente para a criação de valores econômicos, aumentou a concentração de renda e da exclusão social, que favoreceu o perigo de destruição do "habitat" humano por contaminação e por manipulação genética que ameaça o patrimônio comum da humanidade. O ser humano percebe-se cada vez com mais poder e, ao mesmo tempo, cada vez mais impotente e frágil (ARRUDA, 2008, p.5). Tal situação é dada como o começo do seu declínio, o que pode ser identificado nas diversas crises que afetam o ser humano e o planeta.

De acordo com Arruda, o neoliberalismo está dando diversos sinais de crise, o que nos leva a dizer que começou o seu esgotamento. São crises reveladas em vários aspectos da vida. Os elevados índices de pobreza, a exclusão social, a destruição acelerada da natureza dão provas da incapacidade desse sistema. Para Arruda sua incapacidade para incluir pessoas e gerar vida dá conta do seu declínio. Acrescenta-se nesse declínio a crise da especulação imobiliário-financeira dos Estados Unidos da América, ocorrida em 2008, que tem levado ou quase levado à falência vários bancos e financeiras, tanto daquele país como estrangeiras. Várias dessas instituições só se salvaram devido à injeção de recursos dos fundos públicos pelos bancos centrais do Norte. É quando o Estado vem salvar o capital de risco (ARRUDA, 2008, p.6). Nesse contexto, pode-se elencar também que a queda nos Estados Unidos das Torres Gêmeas do *World Trade Center*, em 2001, caracterizada como símbolo do capitalismo moderno, representa o fim do apogeu do neoliberalismo.

A proximidade destas crises exige medidas urgentes, pois suas consequências serão terríveis não só para os povos, mas também para o próprio sistema do capital.

Tal situação apela para uma redefinição do papel e do poder do Estado, constituindo-se hoje como estrutura de amparo das empresas em crise e necessidade de recomposição do sistema produtivo global. O Papa Bento XVI, na sua Encíclica *Caritas in Veritate*, aponta a urgência de uma reforma do sistema global, quer da Organização das Nações Unidas, quer da

arquitetura econômica e financeira internacional para que seja possível uma real concretização do conceito de família de nações. De igual modo sente-se a urgência de encontrar formas inovadoras para atuar o princípio da responsabilidade de todas as nações, incluindo as nações pobres (CV 67).

Esse contexto faz brotar novas expectativas. Surgem novos componentes que aumentam as esperanças. A crise leva a projetar novos caminhos, a novas formas de empreendimento, apostar em experiências novas, ocasionando discernimento e elaboração de nova planificação. Respeita-se a vida, alargando seu conceito: abrem-se espaços para uma nova mentalidade, superando o antropocentrismo androcêntrico moderno e valorizando o biocentrismo, com a valorização da vida em todas as suas formas, o que leva ao surgimento de uma nova concepção ecológica, não mais utilitarista como por vezes foi aquela moderna. Diferentes grupos reivindicam o direito à própria existência, sem que a diferença constitua exclusão. Luta-se por uma sociedade pluralista, valoriza-se o diverso, o local, o regional e rejeita-se o universal, tratando-o como sinônimo de uniformidade.

Segundo Arruda, das práticas atuais pode-se haurir elementos para a visão de uma globalização cooperativa e solidária. “Trata-se de partir de um processo de transformação interior de cada uma e de cada um de nós, de uma visão cética e, talvez, cínica do mundo e de nós próprios para uma visão de fé na humanidade e de encantamento frente à infinita beleza da natureza que nos vivifica e sustém o nosso cotidiano” (ARRUDA, 2006, p. 113). Para Agenor, os desafios tanto da globalização como do neoliberalismo podem ser transformados numa dimensão “teleológica, de finalidade, de razão, acima do lucro e do progresso pelo progresso” (BRIGHENTI, 2004, 74). Há uma compreensão de que tudo isso se porta como novos desafios e que podem dar nova direção para ação das instituições e pessoas.

4.1.3 Crise de civilização e das utopias

Enquanto que a Modernidade caracteriza-se pelos avanços e transformações socioculturais decorrentes do progresso da razão e da tecnologia, iniciados a partir da revolução industrial, assiste-se, hoje, a uma desconfiança das promessas da razão, do progresso ilimitado, das pretensões do saber, valores que antes eram alavancadores de sonhos e esperanças. A mesma sensibilidade desconfiada com tais realidades utópicas está sedenta de outras dimensões e valores, tais como o afetivo, a integração, o ecológico. O futuro prometido pela Modernidade não teve de fato futuro, houve uma dilatação indeterminada do futuro. A

crise da modernidade proporcionou a acentuação da mudança de época, sendo ela também caracterizada por essa realidade de crise de civilizações e das utopias.

O discurso moderno elevou às alturas a ideia de que haveria a vitória da civilização, mas o que se vive é o começo de uma barbárie, a exploração do homem pelo homem e o crescente mundo da exclusão. As promessas não cumpridas geraram largas desconfianças: “descreem deles largos setores dos povos do centro do sistema mundial, porque os riscos que ele envolve começam a ser mais ilimitados que ele próprio”, afirma Libanio (LIBANIO, 1999, p.113). Na intuição de Bauman, instaura-se uma modernidade líquida, em contraposição a um mundo “sólido e pesado”, delimitado, estruturado, com regras claras e posturas definidas. Os conceitos racionais e unitários, a ordem, os dogmas, as instituições hierarquizadas cedem lugar à flexibilidade, à subjetividade, ao ceticismo e à desconfiança diante de todo e qualquer discurso que advoga verdades absolutas. As grandes narrativas, fornecedoras de sentido universal, são substituídas por pequenas narrativas, em outras palavras, por pequenos mundos fragmentados (BAUMAN, 2001, p.64). Gilles ressalta que a consagração do presente contribuiu para a relativização das utopias, uma vez que valoriza “um presente que substitui a ação coletiva pelas felicidades privadas, a tradição pelo movimento e as esperanças do futuro pelo êxtase do presente novo” (LIPOVETSKY, 2004, p. 60).

Para Libanio, o império do neoliberalismo e da tecnociência reforçou a opinião difundida de que terminou a era das utopias. Para ele, desde os anos 60 já se vinha anunciando a sua morte. Alguns teóricos viam no progresso da ciência o início de época que substituiria a utopia pelo planejamento. Sustentavam que não havia mais espaço para utopia num momento histórico em que todos os sonhos futuros já estão de certo modo presentes nas possibilidades tecnológicas. Ele diz que a ideia da morte da utopia foi reafirmada, de modo diferente, com a queda do socialismo (LIBANIO, 1999, p.113).

A mudança de época caracteriza-se também por esse fenômeno. As transformações no campo político-cultural e da ética têm fortalecido a crise das utopias, promovendo profundas mudanças em nível pessoal e social. O mercado tem reduzido o Estado ao que se chama “Estado mínimo”, promovendo o esvaziamento dos partidos políticos e enfraquecimento do bem comum. Segundo Arruda, o neoliberalismo apresentou-se como o único caminho, modelo único e absoluto para o crescimento ilimitado da produção e a satisfação absoluta das populações do mundo (ARRUDA, 2006, p.107). A política é vista como a “arte do possível”, promovendo a mercantilização das relações. A ausência da ética pública em todas as

dimensões da sociedade passou a ser a regra geral, e os cidadãos veem a política como sinônimo de corrupção.

Para Moraes, essa conduta, associada ao avanço ininterrupto dos meios tecnológicos de comunicação e aos efeitos da globalização com a sua queda de fronteiras, fez emergir um novo tipo de sociedade, caracterizada, salvo raras exceções, pelo narcisismo, pelo hedonismo, pelo imediatismo e pelo consumismo. Sem a pretensão de tomada do poder, essa nova organização social participa, sem envolvimento profundo, de pequenas causas e dá adeus à esperança e aos grandes ideais (MORAES, 2004, p.20). A Pós-modernidade surgiu com a desconstrução de princípios, conceitos e sistemas construídos na modernidade, desfazendo todas as amarras da rigidez que foi imposta ao homem moderno.

Para Araújo, a acentuação dada ao individualismo contribui para o ser humano ver-se pretensamente livre, autônomo, sujeito de si e da história. Ele tem dificuldade de autoconfiança nas estruturas. Tornou-se instável, incapaz de estabelecer relações mais duráveis e de engajar-se por um tempo mais longo. As utopias fazem parte de um processo histórico, sistematizado e pensado. A cultura contemporânea criou pessoas de desejos momentâneos e passageiros. Facilmente são todos induzidos ao consumismo, ficando à mercê das ondas do momento, sugeridas sobretudo pelos meios de comunicação social (ARAÚJO, 2009, p. 588).

A crise das utopias levou à deserção dos militantes, ou a um estagnar em outros referenciais. Aponta-se uma crise do sentido humano devido à avidez do mercado que descontrola os sentimentos e os referenciais da vida. O mercado elevou-se a timoneiro da sociedade e submete todos ao imperativo do consumo. O que mobiliza o ser humano é o desejo de consumo, não mais os sonhos, as utopias e esperanças.

A crise das utopias constitui-se também pelas frustrações operadas pelas expectativas suscitadas pelas diversas transformações. A permanente e progressiva crise econômica, aliada a contínuas frustrações no campo político, “onde as sucessivas conquistas sempre se verificam *a posteriori* insuficientes para resolver os problemas estruturais do país, tem gerado uma profunda crise de esperança, que se traduz em um sentimento generalizado de impotência e de descrédito no futuro”, afirma Carneiro (ANDRADE, 1993, p.108).

O declínio da esfera pública e da política, a crise ecológica, o impasse histórico do socialismo, os tribalismos, a expansão dos fundamentalismos, as novas formas de identidade social e as consequências da informatização sobre a produção e sobre o cotidiano trouxeram à tona a discussão sobre a pluralidade e a fragmentação presentes na época atual. No entanto, ao afrouxar os laços sociais, vai, inconscientemente, esvaziando as instituições num processo

chamado de deserção do social. Verificam-se algumas práticas de teor revolucionário que se apresentam como oposição a toda conjuntura de um sistema que se considera como a única possibilidade. No item 4.1.5 veremos que no bojo de todo o projeto neoliberal surge um “outro mundo possível” como componente dessa mudança de época.

4.1.4 A fragmentação do tecido social

As transformações promovidas pela globalização, o sistema neoliberal e a crise das utopias que configuram a mudança de época, como desafio social, possuem ambiguidades e confluências, contribuições positivas e negativas, mas não deixam de ser considerados “sinais dos tempos”. Detém-se nesse item, na averiguação dos fatores que contribuíram para a fragmentação do tecido social e que também compõe a mudança de época.

Com a emancipação dos vários setores da cultura e da sociedade, promovida pela exasperação e radicalização de certos valores, sustentados pela modernidade, fragmentou-se o universo simbólico unitário do passado que dava sustentação às grandes instituições, de modo particular as de cunho eminentemente cristão. Os diversos setores socioculturais tornaram-se autônomos, gozando de inteligibilidade e normatividade próprias e apresentando cada um deles sua interpretação da realidade, seu universo simbólico respectivo, simplesmente ignorando ou prescindindo dos princípios da cristandade (MIRANDA, 1989, p.11).

A lógica da economia de mercado invade tudo, transformando as pessoas e coisas em mercadoria, que valem pelo seu valor de troca, independentes de seu conteúdo próprio. Essa ótica econômica, aproveitando-se da fragilidade social dos outros sentidos, tudo reinterpreta e valoriza dentro de sua lógica da produtividade, do quantitativo e do lucro, provocando a fragmentação dos demais referenciais. Segundo Miranda, o mito do progresso, que tanto embalou os sonhos de nossos antepassados, hoje se vê desfeito pela tomada de consciência sobre os limites dos recursos naturais, sobre o mau uso da ciência e da técnica para finalidades destrutivas e, sobretudo, pela crise do meio ambiente e da qualidade de vida. Tudo isso levou o ser humano a viver numa atmosfera de pessimismo e de desânimo. Para Agenor, as radicalizações de certos valores sustentados pela Primeira e Segunda Ilustração contribuíram para o eclipse dos sujeitos sociais, ao esvaziamento das instituições, à passagem da sociedade à multidão, à despolitização da sociedade e à utopia do pequeno burguês. O cientificismo e a razão tecnocrata proporcionaram novo cenário cultural que levou o ser humano a encontrar-se numa perplexidade (BRIGHENTI, 2004, 40).

Segundo as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, “o contexto sociocultural contemporâneo comprova o fenômeno de uma crescente fragmentação dos referenciais de sentido e relativização dos valores, gerando critérios parciais e múltiplos na consideração das realidades da vida, nas opções religiosas e nos relacionamentos pessoais” (CONFERÊNCIA..., 2008, n.15). O mesmo referencial repercute no aspecto coletivo, uma vez que o individualismo é referendado como opção de vida e modo de viver. O bem comum que depende do esforço coletivo é comprometido. O neoliberalismo baseia-se no egoísmo individual, fazendo galopar a fragmentação em todas as estruturas, especialmente as que lutaram por um novo sistema. Para Bauru, o “sistema sustenta a ideologia da mão única, não há outra forma possível de construir a sociedade senão sobre o motor do egoísmo individual” (BAURU, 1996, p. 194).

A intensidade e a velocidade acentuada das transformações favorecem uma nova tomada de consciência nas pessoas. As mudanças acontecem de forma muito rápida: o mundo pré-moderno era quase estático, hoje tudo acontece em tempo real, com facilidade de intercâmbio, tendo sustentação nas tecnologias, na robótica e nos avanços feitos que, embora não direcionados para esse fim, tornam-se inevitáveis. O volume de novidades colocadas à disposição das pessoas provoca o desejo acentuado de consumo, o que se constitui numa sociedade de consumo, tornando as pessoas obcecadas e em estado de permanente insatisfação (BAUMAN, 1998, p.105). O fundamentalismo do mercado tende a ser a resposta para todas as situações de vida das pessoas. É a emergência de uma sociedade informatizada e automatizada (BRIGHENTI, 2004, p. 73).

Para o Documento de Aparecida, as novas gerações desse tempo que “crescem na lógica do individualismo pragmático e narcisista, que lhes proporciona pensar o mundo a partir do seu critério somente, são produtos e atores de uma nova cultura” (DAP 51). Na mesma lógica, o Documento evidencia, nesse contexto, “a afirmação exasperada de direitos individuais e subjetivos, assumindo uma atitude de busca pragmática e imediatista sem preocupação com critérios éticos” (DAP 47). Tal atitude acarreta consequências para a identidade do coletivo, pois a afirmação desses direitos individuais, sem um esforço também para a garantia dos direitos sociais, conforme o documento, resulta em prejuízo da dignidade de todos, bem como na fragilização das lutas coletivas. O imediatismo prescinde as ações pensadas, articuladas e programadas.

O acentuado totalitarismo de mercado tomou conta das pessoas e instituições. Na afirmação de Bauru, “o mercado deu um golpe contra a política e tomou as rédeas da vida social”. A globalização neoliberal ergueu o mercado como o deus da sociedade mundial: é

‘ele’ quem decide o que produzir, com quem, para quem, com que tecnologia e que pensar. Os próprios seres humanos foram convertidos em mercadoria. Se não têm valor de mercado, são excluídos e se tornam invisíveis aos olhos dos ricos e poderosos. Foram incapazes de competir e promover-se, como outros conseguem. Esta lógica desumanizadora resulta da lógica materialista e patriarcal que permeia as relações sociais no mundo do capital globalizado.

O desenvolvimento reduzido a crescimento econômico, com objetivo estratégico, ilimitado, ignora as necessidades humanas reais e os limites dos recursos da terra, gerando a realidade de uma massa sobrando do mundo da produção, compondo o submundo do desemprego. Tal situação fragiliza a organização dos trabalhadores. Para Comblin, esse fator repercute em sua organização, uma vez que as empresas são respaldadas por uma estrutura poderosa. “Há mais de duas décadas, existe uma guerra das empresas contra os sindicatos, que estão agora muito deprimidos”, pois os trabalhadores recebem uma porção cada vez menor do produto nacional” (COMBLIN, 2006, p. 582). Segundo a encíclica do Papa Bento XVI, “hoje o desemprego provoca aspectos novos e irrelevância econômica no indivíduo” (CV 25).

4.1. 5 A busca de um “outro mundo possível”

Outro fator que mostra a mudança de época pode ver também a busca por “outro mundo possível”. Esta busca é resultado da emergência de uma consciência planetária que clama por um mundo onde caibam todos e pela legitimação do pluralismo, fortalecendo a inclusão das diferenças e dos diferentes.

4.1.5.1 A emergência de uma consciência planetária

A emergência da consciência planetária faz emergir a consciência do mundo solidário. Faz crescer a preocupação com todos e com tudo, de uma fraternidade universal, por um sistema inclusivo de todos, e de respeito à ecologia. Segundo Agenor, essa emergência é “um dos fatores de uma grande mutação cultural ou civilizacional em curso, que nos coloca todos diante de uma mudança de época” (BRIGHENTI, 2004, p.).

Os fatores que dinamizam o processo de globalização econômica podem ajudar no surgimento e no fortalecimento da consciência solidária. Criam-se oportunidades de maior igualdade e iniciativas que favorecem a inclusão de todos. Têm surgido experiências como: a

economia solidária²², a organização de trabalhadores e empresários em torno de uma nova concepção de mercado e o fortalecimento das organizações que favorecem que os pobres sejam sujeitos.

No campo político, mesmo com a imposição do neoliberalismo como forma de organização social e política, tem surgido também a consciência da luta pelos direitos humanos, direito sociais e internacionais, representando alternativas e oportunidades de convivência entre as nações. O fortalecimento das democracias possibilitou a organização dos Estados e suas integrações entre si, o que permitiu a criação de meios que garantam a coletividade. Ao mesmo tempo em que o sistema sustenta a presença do Estado mínimo e manipula a realidade e seus componentes, obriga ao surgimento das alternativas organizadas e institucionalizadas.

Para Agenor, a emergência da consciência planetária “irrompe a crescente relação entre os grupos da sociedade civil, que fortalecem as causas e os movimentos sociais locais” (BRIGHENTI, 2004, p.79). Em várias partes do mundo se organizam, no âmbito político e econômico, várias frentes alternativas que levam a repensar a visão unilateral do capitalismo. Uma dessas alternativas é o Fórum Social Mundial²³, realizado desde 2001, reunindo organizações da sociedade civil organizada, ampliando-se como espaço de discussões democráticas, propondo um “outro mundo possível”. Esse agir no âmbito geopolítico faz emergir uma nova consciência, promovendo a passagem da consciência antropocêntrica à mentalidade cosmocêntrica, descentralizadora e protagonista de Boa nova. Essa atitude tem alavancado nova realidade para unir pessoas e grupos, num compromisso mais latente em relação à ecologia e à preocupação com o planeta em seus múltiplos aspectos.

4.1.5.2 A legitimação do pluralismo

²²Quanto à proposta de economia solidária, Arruda prefere chamar de socioeconomia solidária. Para ele, essa concepção não é apenas um enunciado utópico, mas brota da crítica da globalização do capital como sistema de relações sociais e interpessoais que estruturou-se em escala planetária. “Essa concepção se estriba na convicção de milhões que hoje afirmam que um outro mundo é possível” (ARRUDA, 2006, p. 65).

²³O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais (Carta de Princípios, principal documento do FSM. http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1 acesso no dia 01 de julho de 2011).

Ao lado da emergência de uma consciência planetária, a legitimação do pluralismo é também muito importante como componente para o fortalecimento da concretização de um “outro mundo possível”. Esse fator muito influenciou os diversos aspectos que compõem a sociedade, pois, à medida que adquiriu cidadania, provocou muitas transformações no agir humano. O que nos leva a concordar com Arruda que a globalização capitalista atual apresenta as condições para uma globalização não capitalista alternativa, compreendida pela lógica de um outro mundo possível (ARRUDA, 2006, p. 111).

A partir da intensificação das comunicações entre todos os setores da sociedade, da compreensão dos elementos oferecidos pelas ciências históricas, promoveu-se uma nova consciência da diversidade do modo de vida, o que fortaleceu projetos construídos pelas instituições e grupos, apresentados como alternativas ao projeto da pós-modernidade. Esse novo descobrimento ajudou as organizações a compreenderem que é possível existir outras formas de poder. É um projeto que oferece oportunidade de inclusão e quebra as barreiras da visão unilateral das realidades que compõem a sociedade. A unilateralidade é resquício de uma visão de cultura concebida pela razão científica e filosófica, própria do saber acadêmico dominador.

Esse novo componente da mudança de época deu substância ao projeto da pluralidade, da legitimação da diferença e do mundo onde caibam todos. Desse modo se reconhece os saberes de todos e as relações sociais são valorizadas, fortalecendo as relações interpessoais e sociais, o que favorece a uma nova compreensão da realidade e ajuda a pensar novas formas de vida. Fundamenta a consciência coletiva, o projeto comum de um povo ou de uma nação, sem deixar de respeitar as autonomias. “Cada mundo não forma um subsistema independente, mas faz parte de um único grande sistema cultural, onde cada aspecto influencia e é influenciado pela totalidade da cultura” (BRIGHENTI, 2004, p. 88).

A cidadania do pluralismo proporciona a tomada da consciência da presença do outro, enquanto gratuidade. O outro passa a ser horizonte de realizações. “Somos com os outros” (BRIGHENTI, 2004, p.88). Esse reconhecimento possibilitou a união e o reconhecimento dos excluídos, a valorização de seus sonhos e sua história. Esse novo modo de pensar e organizar leva ao reconhecimento das culturas dos indígenas, dos negros, dos caboclos e também tem tornado cada grupo humano, que hoje está marginalizado do sistema neoliberal, para ser sujeito de uma nova história. Segundo Richard, essa mentalidade fez os economistas rejeitarem os programas totalitários e individualistas e afirmarem os que levam em conta o sistema como espaço de inclusão de todos: “se há para todos, então haverá para mim” (RICHARD, 2008, p.91).

Frente ao imperialismo cultural com conseqüente destruição das culturas autóctones ou o ressurgimento de movimentos culturais conservadores reinantes, têm crescido no mundo a consciência e a luta em defesa dos direitos humanos. Diante do movimento ideológico que tenta convencer o mundo de que não é possível algo diferente e melhor que a atual ordem mundial foi nascendo um movimento contraideológico que, por um lado, procura mostrar quem ganha com a atual estrutura da sociedade global e a que serve o discurso da impossibilidade de transformação da sociedade e, por outro, procura mobilizar e dinamizar diversas forças sociais para a construção de outro mundo possível. Segundo Aquino, as expressões mais significativas desse movimento contraideológico são os movimentos antiglobalização, desde Seattle, em dezembro de 1999 e o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001 em Porto Alegre, com sua proclamação do “Outro mundo possível” (AQUINO, 2007, p. 297).

Os dois elementos que dão substância à busca de outro mundo possível, conforme Agenor, “sem dúvida, hoje, irrompem como dois desconcertantes sinais dos tempos a serem integrados na vivência e na convivência social e eclesial atual. Sendo que o primeiro volatiliza os particularismos e nacionalismos, obrigando a uma reconceituação, tanto da particularidade quanto da universalidade; o segundo rompe com o mito de uma cultura superior, desqualificando qualquer tentativa de etnocentrismo” (BRIGHENTI, 2004, p. 11), favorecendo a quebra de barreiras e a inclusão e o respeito dos excluídos do sistema global.

4.2 O IMPACTO DA MUDANÇA DE ÉPOCA SOBRE A IGREJA

A mudança de época tem repercutido na ação evangelizadora das pastorais, no Brasil, incluída a Diocese de Santarém, especialmente na sua dimensão sociotransformadora. Pesquisam-se quais as reais influências dos elementos que compõem a mudança de época sobre a Igreja e averigua-se qual o impacto dessa mudança sobre a ação sociotransformadora da Diocese de Santarém.

Aborda-se somente alguns atores da evangelização, uma vez que estes constituem fatores que deram maior vigor à dimensão social da ação evangelizadora na Diocese de Santarém. Entre outros atores, ressaltam-se o IPAR e a formação presbiteral, as CEBs, a pastoral social e os movimentos populares. Primeiro, apresenta-se os impactos das mudanças atuais sobre a Igreja de modo geral. Em seguida, verifica-se o impacto da mudança de época sobre a Diocese de Santarém, concretamente sobre esses atores citados anteriormente. Na sequência, ver-se-á em que medida a despolitização da sociedade também redundam em

despolitização das lideranças da Igreja. Ver-se-ão como alguns posicionamentos da Igreja, no âmbito social, são consequências das influências das mudanças sociais e do contexto da crise de modernidade. O seu desaquecimento na dimensão profética em nível nacional também repercute na realidade desse compromisso na Diocese de Santarém. Nesses subitens pretende-se mostrar quais os principais desafios da evangelização no campo social, e o que é que está dificultando uma presença de Igreja mais efetiva nesse campo e as razões pelas quais essa dimensão social está presente na Igreja.

4.2.1 O impacto sobre a experiência religiosa

A mudança de época, com sua incidência no campo social, tem repercutido no âmbito eclesial. A experiência religiosa tem sido alterada por conta dessas mudanças. A crise da modernidade, substanciada na emergência da globalização e do neoliberalismo, na crise das utopias, na fragmentação do tecido social e na legitimação do pluralismo tem proporcionado, no âmbito religioso, a presença de novas configurações. Para Miranda, no que tange à religião, importa aqui não perder de vista que ela participa da mesma sensibilidade pluralista que marca a cultura e o social. Ou seja, a religião, por ser parte integrante da atual dinâmica sociocultural, assume o pluralismo que se afirma em nossa sociedade. Diferentes credos, práticas, filosofias, pertenças, orientações existenciais compõem o atual quadro religioso. Esoterismo, sincretismo, *New Age*, magia, práticas, fenômeno neopentecostal, religiosidade não institucionalizada, novos movimentos religiosos e espiritualidades são algumas das expressões do vasto, complexo e plural campo religioso contemporâneo (MIRANDA, 2006, p. 19). Essa realidade constitui o novo cenário religioso, onde são evidenciadas práticas que levam à desconstrução e fragmentação das religiões institucionais e à irrupção de novas formas religiosas, em contraposição às formas atuais, muitas delas esclerosadas ou estereotipadas, afirma Agenor (BRIGHENTI, 2001, p. 14).

A Igreja, que, no campo social, desde o Concílio Vaticano II, conclama a considerar a realidade, para nela viver e testemunhar a fé, “solidários a todos, especialmente aos mais pobres, vê-se agora em dificuldades para compreender essa nova realidade. Uma vez que essa se mostra sempre mais complexa do que podemos imaginar”, afirmam as Diretrizes (CONFERÊNCIA..., 2011, n.18).

O impacto da modernidade tem levado a Igreja a encontrar-se em estado de perplexidade, assumindo diferentes posicionamentos. De um lado, assume o agudo relativismo, próprio de quem não devidamente enraizado, oscila entre as inúmeras

possibilidades oferecidas. De outro, orienta-se pelos fundamentalismos que, fechando-se em determinados aspectos, não consideram a pluralidade e o caráter histórico da realidade como um todo. Em meio a esse dualismo, apresentam-se os que procuram compreendê-la como oportunidade de mudanças e considerando tudo isso como “Sinais dos tempos”. Oportunidade de ressituar o lugar da Igreja no mundo (BRIGHENTI, 2004, p. 53). Diferentes posicionamentos incidem sobre a dimensão sociotransformadora.

A realidade que se configura com o processo da globalização abre novos caminhos e mudanças. O que antes era certeza, até bem pouco tempo servindo como referência para viver, tem se mostrado insuficiente para responder a situações novas, “deixando as pessoas estressadas ou desorientadas”. Tanto a sociedade como a Igreja encontram-se desorientadas e questionadas em sua atuação e presença no mundo de hoje. A Igreja encontra-se em estado de perplexidade. Nesse aspecto, o Documento de Aparecida aponta grandes mudanças que afligem, mas não nos confundem e nem nos tornam inertes (*DAp* 20). São atitudes que abrem esperanças para um compromisso eclesial dando prioridade ao social e ao político.

A pós-modernidade promoveu nesse tempo desorientamento nas instituições. O crescente individualismo se sobressai como desafio às pastorais e à Igreja como um todo. Como enfatiza o Documento de Aparecida, ele enfraquece os vínculos comunitários (*DAp* 44). Esse aspecto leva ao aparecimento de certas práticas e modos de vida, que passam a ser referências para as pessoas e grupos, como o descompromisso comunitário-institucional, o descaso pelo compromisso com a cidadania, a crescente ausência da ética no âmbito público, além de uma realidade que a cada dia cresce das inúmeras carências que atingem de modo particular os mais pobres.

4.2.1.1 Novos componentes religiosos e suas repercussões na Igreja

Outros elementos que compõem a pós-modernidade têm contribuído para a perplexidade na Igreja, pois fizeram surgir novos desafios que têm provocado reações diversas entre todos, principalmente nas pastorais sociais (MORAES, 2004, p.3). A pluralidade religiosa leva as pessoas sempre mais a escolherem sua religião num contexto pluralista. Aumenta o número dos que recusam a adesão a qualquer instituição religiosa, sendo esta vista numa ótica utilitarista, por oferecer bem-estar interior, terapia ou cura dos males, sucesso na vida e nos negócios, sustentados pela teologia da prosperidade. A Igreja é reduzida a espetáculo para entreter o público. “Faz presente uma crescente tendência, em muitos setores da sociedade, em admitir a prática religiosa apenas na esfera privada, em base

a uma sociedade laicista, criticando as manifestações da Igreja em matéria moral e presença na vida pública” (CONFERÊNCIA..., 2008, n. 39).

A ditadura do presente faz emergir a privatização da religião. Essa privatização favorece o surgimento de um cenário religioso composto por uma pluralidade de espiritualidades. Há uma imposição dessa subjetividade, determinada por vários fatores, principalmente pela influência do antropocentrismo, fazendo do homem o ponto de partida de compreensão da revelação (LIBANIO, 2002, p.161). Esse é o imperativo mais forte, mais tocante, dessa nova modalidade religiosa, mais que o compromisso com o outro. Isso leva o ser humano a fazer experiências em várias formas religiosas. Compreende-se criado e chamado a uma comunhão de intimidade com o Deus da revelação. Mas essa não se dá mais na revelação bíblico-cristã, mas em diferentes formas. Há revelação transcendental, mas em âmbito pessoal, individual. A supervalorização da subjetividade se manifesta assim. Em matéria de verdade de fé, sustentam-se as experiências pessoais, favorecendo o deslocamento da militância para a mística, para a espiritualidade do “eu”. Para Libanio, se antes a “apologética antiga baseava-se grandemente nos milagres de Jesus, narrados nos evangelhos, para mostrar a credibilidade de sua pessoa e mensagem, hoje esses sinais devem ser encontrados no cotidiano das pessoas” (LIBANIO, 2002, p.165).

As atitudes que se veem assumidas, seja através das pessoas ou grupos, são consequências desse contexto. Poder-se-ia falar de certa apatia ou indiferentismo, mas também de nova compreensão. Esses fatores favoreceram uma situação de menor envolvimento das pastorais na questão social. O Documento de Aparecida lamenta a tentativa de “voltar a um tipo de eclesiologia e espiritualidade contrárias à renovação do Concílio Vaticano II” e ressalta também “nossas débeis vivências da opção preferencial pelos pobres” dado esse novo cenário (*DAp* 100b).

Segundo Vigil, toda essa realidade tem desafiado a Igreja e a fé dos cristãos. Muitos “militantes cristãos e não cristãos chegaram à conclusão pela qual a aspiração por uma Igreja identificada com a causa dos pobres foi, antes, uma miragem, um sonho do qual já despertaram” (VIGIL, 1994, p.193). Para ele, a própria Igreja os fez perder as suas utopias, levando muitos a perderem a capacidade de entusiasmar-se de novo com a Igreja. Do mesmo modo o subjetivismo da pós-modernidade gerou o individualismo narcisista que influencia nas atitudes dos militantes, pois, quando se encontram em crise, assumem o pessimismo como fundamento; só a vida privada e o desenvolvimento do eu é que podem oferecer uma certa realização humana. Para Araújo, o pessimismo e o sentimento de frustração em relação às

grandes causas sociais, políticas e mesmo religiosas traduzem-se, para muitos, em atitudes hedonistas e consumistas (ARAÚJO, 2009, p.589).

4.2.1.2 Descompromisso com o social

O compromisso com o social na missão da Igreja tem ficado meio de lado. Segundo Oliveira, a Igreja católica por muitos anos desenvolveu a “adequação de sua estrutura interna à função social de produzir um clima ético propício a uma verdadeira transformação socioeconômica”. Para ele a “Igreja conheceu profundas mudanças internas desde meados do século 20, quando o Concílio Vaticano II e a 2ª. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, trouxeram para o cotidiano da Igreja a categoria “Povo de Deus” e a proposta de diálogo como forma privilegiada de evangelização do mundo moderno. Essas mudanças internas são o resultado de um grande esforço para responder a novas interpelações da realidade, notadamente no que se refere aos Direitos Humanos entendidos não somente como direitos individuais, mas como direitos sociais” (OLIVEIRA, 2007, p. 368).

Ao longo desse período, algumas dessas estruturas talvez fossem mais fortemente afetadas pela mudança de época. A estrutura paroquial, por exemplo, tem dificuldade de assumir em sua organização a proposta da Pastoral de Comunhão, desenvolvida pelo Concílio Vaticano II e fortalecida pelo pontificado de Paulo VI. Muitas paróquias encontram dificuldades de assumir o projeto da maioria do episcopado brasileiro, articulado através da CNBB, orientado pelos princípios da opção pelos pobres, desenvolvendo as pastorais sociais, as comunidades com bases populares e projetos sociais. O desencontro das forças internas da Igreja, ou das estruturas internas, inviabiliza a dimensão sociotransformadora diminuindo a sua capilaridade, fortalecendo a fragmentação do tecido social. Mas, mesmo assim, se concorda com Oliveira, “que a Igreja católica latino-americana dispõe de uma estrutura organizacional interna adequada à ação pastoral transformadora”.

Assim a diminuição da ênfase no social pode ser também consequência da estruturação interna da Igreja. Há certa divergência em seu âmbito interno quanto aos problemas sociais. A raiz está no diagnóstico do mal do mundo moderno, conforme já se apontou no início desse capítulo. Para Miranda, o pontificado de João Paulo II ofereceu importantes consequências para a Igreja do Brasil no âmbito social. “Sua preocupação em acalmar o movimento pós-conciliar, sua insistência na centralização romana, seu controle do pensamento teológico, seus critérios para a nomeação de novos bispos acabaram por repercutir claramente na ação social de a Igreja” (MIRANDA, 2006, p. 49). Para ele, embora

a Igreja continue próxima aos pobres em grande parte das dioceses brasileiras, pode-se observar uma mudança na ênfase de seus pronunciamentos, uma diminuição da importância dada ao apostolado social, um maior silêncio sobre as Comunidades Eclesiais de Base, uma maior preocupação com movimentos de classe média. Martins relata que em 1980 os bispos na Assembleia da CNBB aprovaram o documento “Igreja e Problemas da Terra”, por unanimidade, sendo que somente quatro bispos, durante a votação, se opuseram ao documento, num colegiado de cerca de trezentos bispos. Para ele essa unanimidade hoje é difícil em se tratando das questões sociais (MARTINS, 2011, p. 141).

Com o Papa Bento XVI, a preocupação com secularismo, seguindo as orientações de seu antecessor, ganhou mais força, postulando como projeto “para que o mundo se volte ao rumo certo, a Igreja Católica deve ser o seu farol, iluminando-o com o esplendor da verdade” (OLIVEIRA, 2007, p. 372). O atual pontificado está aprofundando a linha traçada por João Paulo II, no sentido de unificar a Igreja em todo o mundo e imprimir nela uma só orientação pastoral. No limite, seria uma igreja que proclama as mesmas verdades, só variando a forma de expressá-las (OLIVEIRA, 2007).

O referencial que uniu homens e mulheres na luta pelo bem comum está anêmico, pois a realidade da globalização, no desejo de crescer, tem afetado a causa dos pobres, a luta popular e o anseio de mudança. Os fatores descritos têm forçado as mudanças de projetos. Diante dessa realidade, as pessoas estão na marginalidade, restando-lhes dois caminhos: militar, com base na experiência eclesial, mas sem o espaço institucional, nos movimentos sociais, ONGs ou refugiar-se no pentecostalismo. Há uma anemia por parte da Igreja no compromisso social. Os problemas sociais, às vezes, são tratados pela Igreja como questões periféricas em sua atuação. Nesse aspecto, Clodovis diz que hoje há um “deslocamento de acento porque está passando a época que tirou do alto da agenda histórica o tema do social em proveito do religioso. Passamos da vigência do político para a vigência do espiritual”, afirma o teólogo (BOFF, 2007, p. 20). José Martins ressalta que a indiferença da hierarquia da Igreja às questões sociais é consequência da história política do Brasil. Para ele, a aliança estruturalmente básica entre capital e terra, promovida pelos militares no período da ditadura, de 1964 a 1985, “debilitou a eficácia dos movimentos sociais que poderiam reivindicar reconhecimento e ampliação de direitos sociais em favor das populações pobres, especialmente no campo” (MARTINS, 2011, p.130).

Os desafios ou impasses aqui apresentados como diagnósticos num plano mais geral são frutos do fenômeno pós-moderno que, pelo fato de a Igreja estar no mundo, repercutem em sua ação evangelizadora, principalmente em sua perspectiva social. Mas não podemos

deixar de endossar que a Igreja, com seu projeto institucional, tem também favorecido que esses fenômenos tenham uma maior repercussão e que se fragilize a força dos pobres. Pode-se dizer que a forma como a Igreja compreende esses fenômenos e os interesses que esta defende têm proporcionado certo abandono das preocupações que o Concílio Vaticano II inaugurou.

Comblin, refletindo sobre o contexto atual, aponta certo silêncio da doutrina social da Igreja. Ela tem pouca ou quase nenhuma repercussão na ação eclesial ou religiosa das pessoas. Em sua opinião, um dos fatores é o contexto que difere da situação do tempo do Vaticano II. “Naquele tempo a democracia cristã estava nos governos em muitos países da Europa Ocidental e tinha extensões em vários países da América Latina. Hoje em dia, a presença da doutrina católica é, com certeza, muito mais apagada” (COMBLIN, 2006, p. 580). Para ele, os documentos escritos que tratam da questão social são tão volumosos que não chamam mais atenção e encontram poucos interlocutores e sem muita ressonância, pois os grupos não se constituem mais para refletir, pois quando se juntam é para defender os seus interesses materiais e de ordem prática.

A Igreja tem sido pouco crítica ao triunfo do neoliberalismo, pois “é necessário exprimir o que significa para um cristão o sistema em si mesmo”. Ele ainda afirma que o silêncio da Igreja sobre as estruturas estabelecidas é uma grande ajuda para o sistema (COMBLIN, 2006, p. 583).

Diante desse contexto é oportuno introduzir uma proposta elaborada por Vigil, que tem como base alguns dados da antropologia cultural. Ele usa esses dados para propor a constituição da teologia planetária, pluralista e ou pós-religional. Segundo ele, os elementos propostos pela antropologia cultural possibilitam abrir um nova discussão, questionamentos e podem ajudar a compreender o contexto da mudança de época e os fatores que dela decorrem. Ele diz que os estudos da antropologia cultural

sugerem que estamos em um momento de transição cultural muito profundo, semelhante àquele outro fenômeno histórico que Karl Jaspers chamou de ‘tempo axial’, que se deu aproximadamente entre 800 e 200 a.C. Foi o momento em que se transformou a consciência do ser humano e surgiu uma nova consciência religiosa da humanidade, que se deu em toda a franja de realizações filosófico-religiosas da época, desde os filósofos da Grécia, os profetas de Israel, Zaratustra na Pérsia, Confúcio e Lao-tse na China, os Upanixades e Buda na Índia... É momento em que surgem aquelas que chamamos ‘grandes religiões’, que ainda hoje perduram e de cujo legado nós ainda estamos vivendo (VIGIL, 2011, p. 34).

Esses dados postulados pela interpretação antropológica cultural apresentam os componentes religiosos, como dado pertencente ao período agrário da humanidade, período que está precisamente se encerrando ao ser substituído progressivamente pela sociedade do

conhecimento. Essa hipótese levantada não prevê quanto tempo pode durar a transição, “mas a hipótese é que já estamos nela, e que um futuro pós-religioso, para além das religiões, começa a se fazer presente em muitos lugares” (VIGIL, 2011, p. 35).

O impacto da mudança de época tem provocado diversas buscas de compreensão e de tentativas de saídas por parte da Igreja. Algumas precipitadas, argumentadas com fundamentalismo, e outras com coerência e oportunidade de aprimoramento de sua razão de ser. Agenor ressalta que todo esse fenômeno, no contexto da crise de modernidade, mesmo se constituindo em obstáculo à evangelização em alguns aspectos, essa realidade pode constituir-se como novas possibilidades e abertura de novos horizontes (BRIGHENTI, 2001, p. 29).

4.2.2 O impacto sobre a Diocese de Santarém

A Diocese de Santarém está inserida na Igreja do Regional Norte II da CNBB, e sua trajetória de evangelização, como vimos no primeiro e segundo capítulos, o compromisso sociotransformador tem sido marcante em sua história, graças aos referenciais teológicos e pastorais propostos pelo Concílio Vaticano II e que foram clareados pelas Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano. No entanto, nos últimos anos, nota-se que o novo cenário eclesial tem repercutido em sua ação prática, no seu compromisso social. Ou seja, percebe-se que a ênfase no social, que se deu nos anos 80 e 90, tende a se tornar desaquecida, evidenciando certo enfraquecimento da presença eclesial na promoção da vida.

Mesmo assim, a Diocese tem sustentado o seu compromisso sociotransformador por meio dos esforços que muitas lideranças, tanto no Regional como em todo Brasil, procuraram demonstrar. Segundo Miranda, “o episcopado brasileiro é, sem dúvida, um dos mais sensíveis e ativo na luta por uma sociedade mais justa e fraterna, desde a abertura efetuada no Concílio Vaticano II com a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* e aplicada à América Latina pelas Assembleias Gerais dos Bispos da América Latina em Medellín, Puebla e Santo Domingo” (MIRANDA, 2006, p.55). Porém essa unidade tem sido fragilizada. No âmbito da formação, registra-se um processo de abalo sísmico de elevado nível, provocando agravamento para o diálogo com o contexto de mudança de época que envolve a sociedade.

No âmbito da dimensão sociotransformadora da ação pastoral da Diocese, o impacto da mudança de época tem influenciado alguns atores da evangelização. E essa influência tem se intensificado ainda mais nos últimos anos, tornando a ação pastoral, no âmbito social, diluída, frágil, desencantadora, às vezes perseguida e encontrando-se marginalizada pela própria Igreja. A acentuação do individualismo, do consumismo e das fragilizações dos

valores éticos e do bem comum, sustentam a afirmação da liberdade pessoal e da subjetividade e, por isso, da necessidade de questionar em profundidade as próprias convicções e opções. Tal atitude afeta o agir das instituições, igrejas, sindicatos, pastorais sociais, pois o indivíduo é quem tem a supremacia. Muitos questionamentos têm sido feitos, principalmente no advento de realização das assembleias, como se verificou nas avaliações e nos documentos pastorais da Diocese.

Por outro lado, surgem as buscas de formas coletivas em defesa da vida e da solidariedade. É crescente a consciência ecológica na busca do cuidado da natureza, da atenção à biodiversidade da Amazônia e a preocupação com a defesa da vida. Ressalta-se a história de alguns atores, como o processo de formação presbiteral, que foi constituído pelo Instituto de Pastoral Regional- IPAR e que este também sofreu impactos dessa mudança época.

4.2.3 O itinerário do IPAR e a formação presbiteral

A história sociolibertadora da Diocese de Santarém deve-se em grande parte à formação que muitos de seus presbíteros receberam. O Instituto de Pastoral Regional- IPAR foi fundamental na formação seminarística e na implementação da renovação conciliar e das Conferências Episcopais latino-americanas em toda a região amazônica.

Segundo a Ata de fundação, o IPAR foi inaugurado no dia 11 de novembro de 1971. “Criado e mantido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através da Comissão Episcopal Regional Norte II-CER Norte II, destinado principalmente ao ensino e pesquisa e voltado para o serviço da Igreja na Amazônia” (ATA DE FUNDAÇÃO, 1971). Algumas informações mais detalhadas, que faremos a seguir, são importantes, considerando que essa estrutura foi marcante na história do compromisso sociotransformador das lideranças na Igreja da Amazônia, particularmente em Santarém.

4.2.3.1 O IPAR e a formação libertadora na Amazônia

O IPAR é fruto da preocupação dos bispos de toda a Amazônia. Diante da situação de penúria dos quadros eclesiais, da grandiosidade da obra evangelizadora e da falta de uma instituição que proporcionasse uma formação mais regionalizada, os bispos pensaram em criar um Instituto para a formação que acabou se transformando em dois Institutos. Assim nasceu o

Centro de Estudos de Comportamento Humano (CENESC) em Manaus, no início de 1971 e o IPAR em Belém, em novembro de 1971.

Nesse tempo, a nova mentalidade começava a tomar conta da Igreja regional, pois esta respirava um clima de renovação trazido pela realização do Concílio Vaticano II e pelas encíclicas sociais da época, especialmente a *Populorum Progressio*, de Paulo VI. Contribuiu ainda com esta nova mentalidade a participação de alguns bispos na Assembleia Episcopal de *Medellín*, a leitura e estudo desses documentos proféticos e revolucionários por muitos agentes e a tomada de posição de muitos bispos e lideranças políticas contra a pobreza, o subdesenvolvimento e as injustiças, as perseguições, torturas e mortes de lideranças políticas e eclesiais. Sem dúvida, mudou a Igreja ou, pelo menos em parte, ela se renovou na maneira de ser presença e de realizar a sua Evangelização. Na época se dizia: “morre a Cristandade, nasce a Igreja” que se expressava através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Teologia da Libertação, do extraordinário contingente de leigos e leigas com visão crítica, da Vida Religiosa encarnada na realidade do pobre, das celebrações litúrgicas, sobretudo ao redor da Palavra.

Os Bispos começaram a perceber as limitações e os perigos que os grandes projetos representavam para o homem da Amazônia: antigas e novas marginalizações, estruturas inadequadas, importadas e opressivas, desenvolvimento econômico feito sem e contra o homem, violação de direitos básicos, como a posse da terra. A partir desta visão da realidade analisada no V Encontro Inter-Regional de Santarém, em 1972, e ampliada no VI Encontro de Manaus, os bispos formularam as 5 linhas prioritárias para a ação pastoral da Igreja a partir de duas diretrizes básicas: a encarnação na realidade e a evangelização libertadora (IPAR, 1996, p.21).

O IPAR foi criado como órgão de ensino, pesquisa e assessoramento, destinado a formar agentes de pastoral para o Regional Norte II, bem como prestar serviço, dentro de suas atribuições e possibilidades, à Arquidiocese de Belém e às Prelazias do mesmo Regional. Propôs-se a assumir a formação impulsionada pela novidade trazida pela abertura do Vaticano II que “inspirou em toda a Amazônia um desejo profundo de renovação e formação dentro de uma nova mentalidade eclesial: valorização do mundo e da pessoa, abertura ecumênica e ministerial, sensibilidade cultural e responsabilidade social” (INSTITUTO..., 1996, p.21).

Nesse âmbito da formação de Agentes de Pastoral para o Regional Norte II estavam incluídos presbíteros, catequistas, líderes de comunidades e visava-se à inovação na formação, pautada pelas orientações da renovação conciliar, favorecendo maior abertura aos problemas sociais, a inserção no trabalho de base, nas comunidades, levando em conta a realidade

amazônica. Em suas *Linhas* de atuação, verifica-se a novidade que esse instituto trouxe: “tornar-se sinal de esperança, reelaborando, em linguagem amazônica, toda a sintomatologia das transformações que se operam, em termos de crescimento e desenvolvimento, dentro da contextura sociocultural da América latina; inserir a Igreja, de maneira gradual e progressiva, através de uma pastoral de libertação e desenvolvimento, no processo de promoção socioeconômico da Amazônia²⁴” (INSTITUTO..., 1996, p. 22). Os primeiros anos do curso de teologia tinham caráter de bacharelado em Teologia em convênio realizado pela CNBB-CER Norte II, através do IPAR com a Universidade Federal do Pará²⁵.

O curso possuía um cunho mais pastoral, fazendo com que os estudantes procurassem desde cedo inserir-se numa realidade pastoral com uma integração da reflexão teológica na realidade pastoral. Essa pedagogia e metodologia proporcionaram um caráter singular na formação dos seminaristas.

4.2.3.2 O IPAR num contexto de novos desafios

O IPAR enfrentou ao longo de seus anos muitos desafios. Para concretizar sua missão de promover o ensino e a pesquisa e prestar serviços de assessoria à Igreja na Amazônia, visando à formação integral da pessoa humana, tornando-a sujeito autônomo na construção da realidade regional, enfrentou muitas barreiras e dificuldades. O desafio maior e permanente era: “como satisfazer a todas as ideias, mentalidades, ideologias e eclesiologias? Como manter a unidade sem uniformismo”? (INSTITUTO..., 1996, p. 33).

Segundo o livro de comemoração dos 25 anos do IPAR, entre as consequências mais negativas dessas tensões estava o clima de desconfiança em relação à formação do IPAR, o afastamento das atividades de dois de seus professores e a evasão, em 1981, dos alunos do curso de teologia. Isso levou o IPAR a investir forças no curso de Teologia Pastoral, com um programa que visava capacitar agentes leigos e religiosas para seu trabalho pastoral, seguindo duas linhas de reflexão e aprofundamento. Registra-se como fato significativo, que demonstra

²⁴As outras linhas propostas são: contribuir de maneira cabal para a evangelização da Amazônia, esclarecendo a fé e renovando a vida cristã dos fiéis e desencadeando, através de sua irradiação orgânica, o processo de sementeira e crescimento, em sua área de atuação; constituir-se como centro de reflexão para pessoas interessadas em atualizar-se em relação às posições da Igreja, em descobrir uma angulação cristã para os problemas amazônicos e em obter um grau de amadurecimento cristão que os faça viver a fé em idade adulta; estabelecer-se como centro de diálogo ecumênico com as demais forças religiosas que atuam na Amazônia (INSTITUTO..., 1996, p. 22-23).

²⁵O convênio com a Universidade Federal do Pará (UFPA) iniciou em 1973, nas instalações Pe. Guido del Toro, sendo frequentado também por leigos e religiosas. Esse convênio durou até o ano de 1977. Um elemento significativo desse período é esse convênio, quando no país inteiro, o choque entre o Estado e a Igreja se fazia cada vez mais explícito (INSTITUTO..., 1996, p. 27).

o compromisso social dos estudantes do IPAR, o episódio que aconteceu, quando foram presos os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou²⁶ da prelazia de Conceição do Araguaia. “Esses mártires vivos da Igreja da Amazônia foram acompanhados, em sua paixão, pelos alunos do IPAR, noite por noite, durante meses, em longas vigílias em frente ao prédio da Polícia Federal. Fato que marcou a participação decisiva do IPAR com o MLPA (Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia)” (INSTITUTO..., 1996, p. 34).

A modalidade que o curso seminarístico passou, desde a sua origem, foi marcante para assumir os compromissos que os encontros dos Regionais Norte I e Norte II haviam assumido. Em um determinado período passou pela experiência de ser dividido em três níveis: propedêutico, básico e profissional, com alternância entre vida acadêmica (3 meses intensivos) e a prática pastoral (outros 3 meses). Registra-se que nesse período o curso passou a funcionar nas dependências do Seminário São Pio X, em Santarém. A presença desse curso na Diocese foi de profunda interação com a caminhada diocesana, pois tanto professores como estudantes mantinham um contato muito próximo da realidade, principalmente nas periferias. Ressalta-se a presença deles junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e aos movimentos populares, conhecidos como Movimento de Organização Popular (MOP).

O período de mudança e afirmação dos propósitos da Cúria Romana, como descreve Comblin, afetaram a pedagogia latino-americana do IPAR, principalmente a continuidade do curso de teologia para seminaristas. Em setembro de 1988, aconteceu a visita Apostólica de D. Paulo Pontes, arcebispo de São Luís do Maranhão, com o objetivo de analisar e avaliar a formação dos padres, nos institutos e seminários. A maioria dos estudantes constituía o grupo do Seminário Maior Interdiocesano (SEMINTER), que era formado por algumas dioceses, incluindo a de Santarém. Depois da intervenção de Roma, foi possível assegurar o curso teológico, sob a orientação dos bispos que tinham seminaristas no Seminário São Gaspar.

O documento que foi enviado pela Santa Sé, resultado do relatório do visitador, continha críticas significativas e que levou os bispos do Pará e Amapá, em assembleia extraordinária, a criarem o Instituto Regional para a Formação Presbiteral (IRFP), “unificando os dois institutos que, no Regional, dedicavam-se à formação presbiteral: o Seminário Maior

²⁶ Conhecidos como padres franceses, que pertenciam a Diocese de Conceição do Araguaia, Sul do Pará. Foram presos no dia 31 de agosto de 1982, pela Polícia Federal, fortemente armada, assaltou a casa paroquial de São Geraldo, prendeu os dois missionários dominicanos, humilhando-os grosseiramente. Os padres ficaram presos dois anos e quatro meses em Belém e Brasília.

Nossa Senhora da Conceição (SEMACON) e o SEMINTER, que pertencia ao grupo de Dioceses e Prelazias” (MATA, 2004, p.37).

Sob orientação dos objetivos originais e dos aprimoramentos que ao longo dos anos foram sendo feitos, assumindo as formulações feitas pelo Concílio Vaticano II, o IPAR formou muitas turmas de seminaristas, das quais muitos se tornaram Ministros Ordenados. Juntamente com estes, em cursos específicos, o IPAR formou turmas de Religiosos, Religiosas e Leigos (as), contribuindo com sua atuação na ação evangelizadora da Igreja, nas comunidades e realidades sociais, na Amazônia e no mundo.

A sua história foi importante para garantir a ação pastoral da Diocese de Santarém com seu compromisso sociotransformador. Provavelmente a sua fusão repercutiu no compromisso social, uma vez que a formação dos futuros padres deixou de ser feita com a dinâmica e modalidade pelas quais o IPAR primava. Não restam dúvidas de que a formação é sempre um dos pilares que norteia a configuração eclesial. Essa formação, sem dúvidas, serviu de base para uma pastoral e uma teologia mais voltada para os compromissos de Jesus e do Reino de Deus. Sua história contribuiu para organização das pastorais sociais que até hoje se fazem colaboradoras para a realização da justiça social.

A sua fusão, para atender às exigências da Cúria romana, trouxe prejuízos para a capilaridade da dimensão sociotransformadora. A teologia que prolifera-se no meio seminarístico atende ao contexto dos fundamentalismos, com pouco conteúdo da realidade latino-americana. De acordo com Comblin, “o novo clero é formado para atender alguns serviços, produto dos novos seminários submissos agora aos mesmos métodos de formação que prevaleciam antes do Concílio” (COMBLIN, 2006, p.579). Para ele, os sacerdotes estão sendo preparados para lembrar e explicar a doutrina da Igreja aos paroquianos, não para serem testemunhas do Evangelho no meio do mundo, por isso, pouco preocupados com a dimensão social da evangelização. Além do mais, determinadas lideranças, com seu autoritarismo, impedem que o IPAR, que ainda existe, tentando garantir a formação para leigos, preocupado com a realidade cultural e amazônica, encontre espaço para atuar nas dioceses ou paróquias. padre Luís ressalta que a abrangência do IPAR nas Dioceses e Prelazias depende dos bispos e padres que o apoiem na sua linha de formação (PINTO, 2005, p. 256).

4.2.4 O impacto sobre as CEBs, a Pastoral Social e os movimentos populares

As transformações que compõem a mudança de época também atingiram outros atores importantes para a Diocese de Santarém. Pretende-se verificar como os novos

componentes da modernidade têm repercutido na composição das CEBs, na Pastoral social e na interação da Igreja com os movimentos populares; de igual modo averiguam-se onde esses instrumentos importantes do Reino de Deus, têm encontrado razões para garantir sua presença e constituição da dimensão sociotransformadora.

4.2.4.1 A caminhada das CEBs na Igreja Latino-americana e na Diocese

As CEBs surgiram como uma resposta ao novo enfoque que o Concílio Vaticano II propôs, quando instituiu uma nova eclesiologia para a Igreja, passando de Igreja hierárquica para Igreja Povo de Deus. O povo de Deus passou a ser considerado o elemento básico e chave da nova autocompreensão da Igreja. Desse modo abriu-se a participação e correponsabilidade de todos os membros do povo de Deus na vida e na missão da Igreja. As CEBs são criação dessa nova eclesiologia. Possuem uma longa história e marcaram significativamente a vida da Igreja. Os documentos de *Medellín* dizem que essas comunidades são o “primeiro e fundamental núcleo eclesial” (MED 15, 10). São muitos os documentos da Igreja sobre esse tema, sinal de interesse por uma experiência eclesial forte e significativa, mas que também se situa em tensão com outras realidades eclesiais como paróquia ou movimentos eclesiais, assinala Cleto Caliman (ANÁLISE de conjuntura eclesial, 2009).

Para o Documento de Aparecida, as CEBs “têm sido escola que tem ajudado a formar cristãos comprometidos com a sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros”. Aparecida ainda sustenta que elas abraçaram a experiência das primeiras comunidades, procurando no cotidiano latino-americano fazer essa atualização (*DAp* 178).

O significado pastoral das experiências das CEBs desde a sua origem tem se tornado meio concreto de comunhão e inspirador para a criação de muitas equipes que constituem as pastorais sociais. Elas provocaram na Igreja a conversão no seu modo de ser, compreendendo a conversão como uma mudança acentuada na maneira pessoal e coletiva de se viver a experiência da própria religião. Pode-se dizer que há uma conversão no modo de ser Igreja de quem vive a experiência das CEBs. O convertido nas CEBs não é aquele que muda de religião ou aquele que descobre uma religião sem jamais ter pertencido a nenhuma. No caso das CEBs trata-se de se refiliar a uma mesma tradição, redescobrando uma nova identidade religiosa, até então mantida formalmente. Assim, ser das CEBs é compartilhar uma nova identidade, uma nova relação com o sagrado, com as seguintes marcas: a centralidade da

conscientização, um novo compromisso ético e político e ênfase na participação em lutas populares.

Como já foi registrado, na Diocese de Santarém, as CEBs fizeram parte de suas prioridades desde a Assembleia de 1982. Sua criação e desenvolvimento foram acompanhados como prioridades de ação e no decorrer dos anos 80 e 90, assumiram uma fisionomia muito importante no desenvolvimento do compromisso sociotransformador. Constituíram-se num jeito de ser, tiveram um papel de suma importância para ser Igreja comprometida com a opção pelos pobres, integrando a fé e a vida, realizando trabalhos na Igreja e na sociedade. Com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, incentivaram a luta pela defesa da terra e a conscientização das pessoas para o engajamento no processo de sindicalização. Sua presença se faz também realizando as celebrações da Palavra nas comunidades, como uma presença de leigos e leigas, sendo apoiadas por padres e lideranças das pastorais. “Lá onde não está o padre pode-se encontrar uma delas ou um deles dirigindo o culto, estudando a Bíblia, rezando, animando, organizando e lutando”, afirma Possidônio (MATA, 2005, p.51). Elas são instrumentos da Igreja para se realizar o diálogo ecumênico ou uma prática ecumênica da ação social e evangélica em vista da dignidade humana.

A questão que se coloca hoje é a diminuição da força libertadora. As CEBs continuam presentes, mas não possuem o mesmo ardor. Elas continuam vivas, realizando a evangelização, porém em sua grande maioria voltadas para o âmbito intra-ecclesial.

Os documentos, planos e cartilhas que ajudaram na apresentação da realidade da Diocese, principalmente os que apresentamos no primeiro capítulo, apontam as CEBs como espaço missionário, evangelizador e conscientizador, modelo eclesial e sinal de esperança (IGREJA CATÓLICA, 1996, p.7). Embora tenham sido assumidas como elementos importantes para atualizar a eclesiologia de comunhão, meio de fortalecimento de uma Igreja ministerial, no aspecto sociotransformador, as CEBs têm encontrado muitas barreiras para continuar sendo instrumento de inserção na sociedade. Os documentos de preparação, desde a 3ª. Assembleia, descrevem a preocupação com as CEBs na Diocese de Santarém: “apesar dos avanços alcançados através das CEBs, podemos ainda dizer que existem muitas dificuldades. Uma primeira é o próprio entendimento que os participantes têm sobre o que é CEB e qual é o seu papel na Igreja e na sociedade. Na Diocese existem várias ideias diferentes sobre as CEBs e isto se percebe principalmente pela prática de seus militantes” e ainda: “não existe engajamento das CEBs numa luta mais consequente e, os participantes não são levados a ter mais consciência do seu papel como cristãos na transformação da sociedade (IGREJA CATÓLICA, 1989).

No documento base da 7ª. Assembleia apontaram-se alguns elementos que demonstram a diminuição das forças das CEBs enquanto elemento que incentiva a dimensão sociotransformadora. Foi dito que nem todas as regiões pastorais e paróquias abraçam e priorizam a causa das CEBs; por isso há dificuldades de formá-las no centro das cidades e faltam motivações para criá-las. É dito também que padres e lideranças dão pouco valor a elas (IGREJA CATÓLICA, 2008, p. 16).

Já no ano de 1996, na realização da 5ª. Assembleia, foi apontado que as transformações ocorridas na sociedade, com sua complexidade, têm provocado mudanças nos rumos da evangelização e da Igreja. Naquela ocasião padre Gervásio Queiroga²⁷ dizia que “o mundo hoje nos apresenta um profundo entrelaçamento das fases pré-moderna, moderna e pós-moderna. É preciso ter clareza da complexidade que nos envolve e que é determinante na realização da nossa ação evangelizadora” (DIOCESE, 5ª Assembleia, p. 27). Nesse encontro foram analisados alguns elementos que provocam mudanças no compromisso das CEBs: mudanças socioeconômicas (desemprego, êxodo rural, crescimento desordenado das cidades, concentração de renda, concentração do poder político, destruição do meio ambiente) mudanças culturais marcadas pelo individualismo, perda de identidade das pessoas, supervalorização do eu, diminuindo o valor da coletividade e da organização dos movimentos que lutam por mudança das estruturas sociais. Existe a crise ética, tanto no âmbito privado como público, uma vez que hoje, é comum as pessoas que ocupam cargos públicos praticarem atos de corrupção, suborno, desvio do dinheiro público, envolvimento com narcotráfico, com organizações criminosas. O documento ressaltava que as mudanças provocavam a diminuição da força das CEBs, e que essas tinham como causas o modelo econômico neoliberal que leva a livres negociações, à competição, ao enfraquecimento do Estado, às políticas liberais e à globalização. Confirmava-se que o impacto da pós-modernidade, com as suas tantas manifestações, inclusive por meio das atividades missionárias de igrejas e seitas, levam à diminuição do compromisso social das CEBs e até a sua extinção (IGREJA CATÓLICA, 1996, p.29).

Na atualidade, a presença das CEBs, desde a organização do Secretariado das CEBs²⁸, tem procurado ganhar fôlego, especialmente na área urbana, promovendo atualização desse instrumento de anúncio do Evangelho. Com certeza elas estão mais vivas do que nunca em

²⁷ Padre Gervásio Queiroga é da Diocese de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Foi assessor da presidência da CNBB Nacional por 21 anos. Assessorou os trabalhos da 5ª. assembleia diocesana de Santarém, em 1996.

²⁸ Organismo da ação evangelizadora, incumbido de animar, organizar subsídios de reflexão, promover eventos e acompanhar a caminhada das CEBs nas Regiões e áreas pastorais.

todos aqueles e aquelas que permanecem fiéis a Jesus e ao seu Projeto, ao Reino de Deus e à vida dos pobres. É natural que para manter viva e eficaz esta fidelidade, as CEBs, da mesma maneira que o Evangelho devem inculturar-se, isto é, penetrar nas diversas culturas, situações e realidades para comunicar aí a Boa nova sem, contudo, perder sua identidade original que é fidelidade a Jesus, o seu caminho e o seu projeto. Para o mundo que vive no individualismo e na sustentação do valor do deus dinheiro, que determina que ele e o mercado são mais importantes que a pessoa, e por isso torna-se indiferente diante do drama dos miseráveis e famintos, as CEBs serão sempre a alternativa que, ao abrir as portas das casas para que aí se possa fazer e ser Igreja, com esperança, perseverança e teimosia para a construção do “outro mundo possível”. Para Faustino, nelas se instauram novas formas de participação dos leigos na vida de fé, nos serviços e na organização da comunidade (TEIXEIRA, 2002, p.41). Não se pode ceder à tentação da nova religiosidade, querendo substituir as CEBs por modelos importados e utilitaristas.

4.2.4.2 A caminhada das pastorais sociais

As pastorais sociais também são atores importantes para a dinamização do compromisso social da pastoral. Tanto elas como as CEBs são reféns da mudança de época e da perplexidade da Igreja.

Elas dispõem de menor aceitação nessa conjuntura atual por parte de muitos cristãos, da mídia e dos afilhados do sistema globalizado. Há de se perguntar se a evangelização, que foi enfatizada nos anos 80, não foi muito ligada ao social? Qual é a fisionomia das pastorais sociais na Diocese? Elas estão constituídas e até organizadas em equipes e fazem parte da estrutura pastoral da Diocese como elemento que promove o múnus da caridade, em sintonia com aquilo que as Diretrizes da Ação Evangelizadora descrevem e propõem. São de relevante importância, pois “se as fontes da vida da Igreja são a Palavra e os Sacramentos, o centro da vida cristã é a caridade, o amor doação, o amor que vem de Deus mesmo” (CONFERÊNCIA..., 2008, n, 81).

As pastorais sociais são “estruturação e institucionalização da vida coletiva a partir e em vista dos pobres e oprimidos, como afirma Aquino (AQUINO, 2010, p.26). Fazem dar “rosto humano” às comunidades eclesiais a fim de que sua dimensão e espírito permitam a acolhida e a valorização de cada pessoa (CONFERÊNCIA..., 1996, n. 261).

Segundo a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz (CESCJP), as Pastorais Sociais são uma expressão viva do amor preferencial de Deus pelos

humildes e pobres, uma presença da Justiça do Reino na sociedade e na história. Fiel à missão que recebeu de Cristo, a Igreja traz aos pobres a Boa nova do Evangelho e sua força transformadora. As pastorais sociais são, portanto, uma dimensão constitutiva da Igreja (CONFERÊNCIA..., 2007).

Na Diocese elas têm sido realmente vozes proféticas e presença concreta do Reino de Deus, questionando as estruturas injustas da sociedade, indo às causas dos problemas sociais, pois procuram responder com ações sociotransformadoras que se identificam com atitudes complementares e interligadas. A sensibilidade para com as pessoas mais sofridas e abandonadas, a solidariedade em situações de emergência, tomando iniciativas por melhores condições de vida, revelam o chamado para o seguimento de Jesus na construção de um mundo mais justo e solidário.

O setor de Pastoral Social, na Diocese, tem feito um grande esforço de articular trabalhos para ajudar o povo a enfrentar os diversos conflitos presentes em toda a região. Desde a chegada da chamada nova fronteira agrícola no Baixo Amazonas e a presença da empresa multinacional Cargil, que construiu seu porto graneleiro, surgiram muitos problemas que tornaram a vida das populações que vivem da agricultura familiar cheia de embaraço, obrigando muitas famílias a deixarem suas terras. Houve também o agravamento para o meio ambiente, pois a chegada dessa nova fronteira tem provocado derrubada das florestas e grande devastação.

As consequências do neoliberalismo têm levado os membros das pastorais sociais a serem questionados e até perseguidos por parte de quem detém o poder. Na medida em que defendem e lutam pelos direitos dos injustiçados, entram em conflito com pessoas, grupos e instituições que estão de mãos dadas com as forças da morte. Do ponto de vista social, experimenta-se uma degradação das condições de vida dos economicamente desfavorecidos, com o aumento do desemprego,

uma maior assimetria na distribuição de rendas e um Estado menos providente. Ao mesmo tempo faz-se presente uma abundância de ofertas de produtos em larga escala, instaurando-se o hábito de consumo que beira ao desperdício, ao lado de situações de miséria que formam por vezes um quarto mundo dentro do primeiro (ANDRADE, 1993, p.101).

Parte da população fica cheia de dúvidas e com atitudes às vezes de oposição ao trabalho que as pastorais desenvolvem. Devido à situação da carência de empregos, muitos preferem concordar que as grandes empresas se instalem, mesmo que elas provoquem danos ambientais e sociais, na ilusão de que podem trazer progresso e desenvolvimento.

Essa realidade fragiliza os trabalhos e o engajamento de mais pessoas, uma vez que o meio de comunicação e os que detêm o poder econômico e político influenciam com suas falsas promessas e ilusões. Aqueles que denunciam opondo-se à cobiça dos defensores do neoliberalismo são caracterizados como inimigos do progresso e do desenvolvimento. As ameaças, a falta de apoio por parte mesmo dos cristãos provocam a diminuição das forças da pastoral social.

Outro desafio que envolve as pastorais sociais é identificado através do seu conteúdo. Diz respeito à importância dos fundamentos, uma vez que eles são importantes para dar plausibilidade às causas do *múnus* da caridade. Resgatar e ilustrar a importância da opção pelos pobres, como fundamento da própria revelação e fundamento teológico, faz identificar a dimensão da caridade e revelar a pessoa e missão do próprio Jesus, seu próprio ser. Jesus Cristo é revelação de Deus não só através de palavra, mas, sobretudo, por suas ações e suas opções. Como em Jesus Cristo não podemos separar a missão de sua pessoa, também na Igreja, a sua identidade provém da fidelidade no cumprimento da missão de seu Mestre. A Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho a fim de comunicar às pessoas os frutos da salvação (LG 8). A opção pelos pobres está implícita na fé cristológica, como bem afirmou o Papa Bento XVI (*Dap* 392). A pastoral social que, talvez, realiza seu trabalho sem essa inspiração, precisaria explicitar mais esse conteúdo. Deve sempre afirmar que a sua missão tem como modelo a pessoa de Jesus e o Reino de Deus. Aquino diz que a missão de Jesus e seu compromisso com o pobre são elementos inerentes da pastoral social (AQUINO, 2010, p.27).

Constata-se que esse fundamento não tem sido visto como conteúdo fundamental da ação das pastorais sociais, e a ausência dele leva os agentes a se compreenderem como técnicos e não como agentes de pastoral. Mesmo a comunidade eclesial e a sociedade em geral não compreendem e, às vezes, até se opõem ao trabalho que esses realizam. De igual modo, criou-se dentro da comunidade eclesial uma visão dicotômica, levando muitos a agirem e participarem na Igreja sem se sentirem responsáveis pela transformação social. No fundo nota-se que falta ainda formação suficiente. Parece que falta vigorar a compreensão de que é por causa de Jesus e sua missão que a pastoral age e atua para alterar a estruturação social e a vida social a partir e em vista dos pobres e oprimidos (AQUINO, 2010, p.26).

Esse aspecto foi ressaltado na preparação da 7ª. Assembleia diocesana, onde se apontou que de modo geral a ação evangelizadora na Diocese está sendo feita de maneira

desintegrada, pois os eixos da evangelização²⁹ não são assumidos de forma conjunta. Ou se enfatiza mais o múnus da palavra e da liturgia, deixando o múnus da caridade para os agentes da pastoral social somente (IGREJA CATÓLICA, 2008, p.5). Constatou-se que os fundamentos são importantes para que a pastoral social não se torne ONG e nem seja portadora de um individualismo coletivo. Propõe-se que seja parte integrante da ação evangelizadora, enquanto serviço à causa dos pobres e oprimidos, acompanhando e apoiando as lutas e organizações populares, sem com isso perder sua identidade eclesial, e compreender-se como pastoral e que, portanto, precisa ser assumida por todos e buscando clarear sempre mais seu compromisso na promoção e defesa dos pobres. Tem-se percebido que o trabalho é feito em função de uma necessidade, de uma urgência a ser atendida e por um grupo específico, aqueles que compõem essas pastorais. Nem todos assumem a dimensão da caridade como exigência intrínseca da evangelização como apontam as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja.

4.2.4.3 Avanços e retrocessos da parceria da Igreja com os movimentos populares

O movimento social organizado, especificamente os movimentos populares, representou uma força significativa para o fortalecimento do compromisso social da Igreja. Toda a inspiração da *Populorum Progressio* serviu de base para a Igreja realizar alianças com essa estrutura. O contexto socioeconômico hoje tem repercutido nesse entrelaçamento da Diocese de Santarém com os movimentos sociais. Segundo Arruda, o sistema neoliberal tem dado nova forma às organizações sociais. Para ele,

O mundo está vivendo período de plena hegemonia do capital sobre o trabalho. Além de afastar-se da solidariedade de classe com os trabalhadores do Hemisfério Sul, a maioria das entidades sindicais dos países centrais fecharam-se em guetos corporativos, renunciando ao projeto por uma economia e um Estado sob o controle dos trabalhadores, e aceitaram um papel subordinado na ordem capitalista, que confinou a ação sindical às atividades de reivindicar emprego e salário (ARRUDA, 2006, p.97).

Para Francisco Oliveira o neoliberalismo ataca o movimento popular, que se reergueu e obrigou o governo a rever políticas. Metamorfoseia esse movimento de esperança num movimento derrotista (OLIVEIRA, 2008, p.27).

²⁹ Eixos da evangelização: Eixo bíblico, eclesial, social e antropológico.

A situação dos movimentos populares na contemporaneidade é complexa. Os sindicatos que têm todas as condições para liderar suas lutas populares passam pela pior crise de sua história. O desemprego atingiu profundamente todas as categorias e determinou o rebaixamento de suas reivindicações e de suas aspirações políticas. São reféns do neoliberalismo. As organizações combativas de algumas décadas, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), estão divididas em 3 partes: a direção majoritária se tornou braço do governo; um grupo preocupa-se com sua carreira política e um terceiro, que é a minoria, está preocupado em recuperar o perfil histórico da entidade. As outras federações não são diferentes. O movimento popular urbano, sem teto e sem emprego, é heterogêneo e facilmente cooptável pelo sistema. Já os movimentos do campo são mais aguerridos, embora não atinjam a maioria da população rural (SEMINÁRIO Regional das CEBs, Julho de 2004).

Abandonando o projeto histórico socialista, restou aos trabalhadores bater-se por melhorias conjunturais na sua condição de trabalho, conformando ao contexto sistêmico dominado pelo capital, afirma Arruda (ARRUDA, 2006, p.99).

De igual forma, segundo Ércio Santos, a Igreja foi obrigada a mudar sua atuação junto aos movimentos. Para ele, antes a atuação da Igreja junto aos movimentos populares ocorreu de forma onipresente, com assessoria e infraestrutura. Incentivou uma ação direta dos movimentos em questões do cotidiano das classes populares, despertando as consciências para a relação fé e vida. A Igreja pregava a ideia de que o povo devia se libertar da opressão política, econômica e social imposta pelos dominantes e apresentava um discurso que para se obter o Reino do Céu é preciso conquistar os direitos na terra. Esse tipo de atuação possibilitou que um conjunto de associações sentisse a necessidade de criar uma entidade que pudesse congregiar os mais diversos movimentos populares urbanos em Santarém (SANTOS, 2002, p.30). Essa atuação se modificou.

No primeiro capítulo, viu-se que a própria Igreja, nos anos 70 e 80, proporcionou a criação de muitos movimentos. Nas diretrizes que orientaram a ação pastoral diocesana, a Igreja assumia claramente tal compromisso: “apoiará os movimentos e organizações do povo e incentivará e acompanhará os leigos para atuarem como agentes de promoção da vida e da caridade” (IGREJA CATÓLICA, p. 5). Devido às mudanças de época acredita-se que houve menor ênfase nessa aliança com os movimentos populares, assim como impasses devido às posturas de lideranças dos próprios movimentos. Hoje, essa ação é marcada por certa desconfiança por parte de lideranças da Igreja e por parte do próprio povo que às vezes vê em alguns movimentos segundas intenções.

Os próprios movimentos encontram dificuldades de atrair militantes, dada à história de muitos de seus membros que abraçaram a política partidária e de outros que foram cooptados pelos órgãos estaduais e municipais, e que foram obrigados a abandonar as bases de suas comunidades e movimentos. Essa não é a única razão de terem suas forças diminuídas. Deve-se considerar que a ideologia do sistema continua, como no tempo da ditadura, procurando meios para inibir ou exterminar os meios que para ele se tornem empecilhos. O Papa Bento XVI aponta que o “conjunto das mudanças sociais e econômicas faz com que as organizações sindicais sintam maiores dificuldades no desempenho do seu dever de representar os interesses dos trabalhadores” (CV 25).

Na atualidade, a fisionomia do movimento popular segue o modelo das ONGs e estas são criação da estrutura neoliberal. Continuam reproduzindo “militância”, mas, por estarem prioritariamente preocupadas com os aspectos materiais da sua sobrevivência, são despidas da consciência política associada à luta de classes, o que resulta em uma ação política inócua e estéril, demonstrando força em si mesmas e nos objetivos isolados que defendem, reforçando o individualismo coletivo. O bem-estar do mundo deixou de ser um direito e passou a depender dos ciclos de negócios do sistema capitalista ou, mesmo que só aparentemente, da benevolência eventual do capital (ARRUDA, 2006, p.97). Por outro lado, manifestam interesse de querer fundir, em todos os níveis, o movimento popular, contribuindo com o interesse privado à prática política. Introduz-se, assim, um vigoroso elemento de retardo e neutralização à busca por verdadeiras mudanças sociais. Tudo isso fez com que as organizações populares que, pressupostamente, teriam um objetivo político maior, passassem a se preocupar mais com a captação dos recursos para a sua ação do que com a sua razão de existir própria, tornando o movimento popular mero espectador. Ressalta-se que algumas ONGs e movimentos sociais não agem assim. Elas se colocam em oposição e resistência ao sistema, mantendo princípios que lhes favorecem autonomia.

De acordo com Miranda, a debilitação da aliança da Igreja com os movimentos sociais, em parte, foi devido à falta de clareza de projeto, semelhante ao período da cristandade, pois

[...] da parte da Igreja podemos verificar que a situação não se diferencia muito daquela da sociedade civil. O modelo de cristandade não favorecia uma atitude consciente e crítica dos católicos, pois assim estariam questionando a união da Coroa com a Igreja sem falar da insuficiente formação religiosa dos leigos e da limitada influência da instituição eclesial no catolicismo popular da grande maioria. A experiência da ação católica na década de 1960 significou uma ruptura com esta situação, mas provocou também certa desaprovação por parte da própria hierarquia,

apontando para uma questão que continua viva ainda em nossos dias (MIRANDA, 2007, p.49).

Todos esses desafios são relevantes para a dimensão sociotransformadora. À medida que a influência da pós-modernidade é assumida em seus aspectos, esses desafios foram assumidos de maneira positiva ou negativamente, mas de qualquer maneira podem abrir perspectiva para se pensar a dimensão social com novos conteúdos e modalidades. Algumas iniciativas, feitas pela Igreja, na sua maneira de propor e estabelecer o diálogo com segmentos da sociedade civil favorece o fortalecimento da dimensão social. Isso se evidencia por meio do trabalho de articulação. Faz-se articulação de atividades, a partir de temas sociais, políticos e ecológicos, de proporção diocesana, mas também em níveis estadual ou municipal. Notam-se no âmbito intra-eclesial, mas também no seio da sociedade, experiências inspiradas no ideal de um “outro mundo possível”. Esse modo de fazer a articulação tem proporcionado a realização do Grito dos Excluídos, sendo organizado, juntamente com os movimentos sociais, universidades, associações de moradores, movimentos de mulheres, Frente em Defesa da Amazônia e outros. Ao longo desses 15 anos do Grito dos Excluídos tem-se construído uma parceria que tem dado resultados positivos.

De igual importância, o projeto da Semana Social Brasileira tem sido forte meio para reunir entidades como sindicatos, associações de bairros e ONGs e com resultados significativos, como a retomada do Fórum da Produção Familiar, onde se têm discutido estratégias para a organização e o fortalecimento da agricultura familiar. Vários seminários sobre a temática da Amazônia têm se realizado com grupos e militantes do movimento social organizado. Resultados têm sido abrangentes, desde o levantamento do conhecimento dos projetos econômicos para a região, até a articulação de estratégias para conversar com governos e grupos privados que defendem o desenvolvimento da Amazônia, sem levar em conta as características peculiares desta.

As pastorais da Igreja possuem imensa legitimidade na sociedade e dispõem de um poder de denúncia importante. Nesse sentido sua ação tem um viés mais cultural do que político. Sem dúvida, sua influência hoje, ainda é capaz de criar um forte processo de mobilização e mudança, sem deixar de ser perseguida pelas forças do sistema.

4.2.5 A gradativa despolitização das lideranças da Igreja

As transformações sociais, à medida que foram disseminadas, repercutiram no cotidiano das forças vivas da Igreja. O compromisso sociopolítico, pautado pela compreensão

de uma eclesiologia inserida na realidade, como propõe a *Gaudium et Spes*, que proporcionou uma maior atuação da Igreja nas realidades terrestres, tende a ser menos influente hoje. Ao longo desses anos, muitos cristãos deixaram que sua ação fosse inspirada pela corresponsabilidade, participando ativamente no desenvolvimento econômico, social e político e lutando pela justiça e pela caridade, conscientes de estarem contribuindo para o bem de toda humanidade e da paz no mundo (GS 40 e 72). Porém, essa motivação, hoje, tem sido fragmentada, dando mais ênfase à missão intra-ecclesial.

4.2.5.1 Igreja e política hoje

A sociedade, mergulhada no seu contexto de mudança de época, é afetada ao plano das instituições e principalmente ao plano das pessoas. As mudanças no aspecto político e no ideológico geram nas pessoas compreensões diversas. A sociedade pós-moderna deixou de acreditar que os políticos e tecnocratas representem o povo ou possuam altos ideais. Segundo Jussara Moraes, a descrença no político fez a massa pós-moderna abandonar as grandes causas, cobrando do sistema de forma pragmática e não ideológica, eficiência na administração e nos serviços como educação, transportes e saúde. Ao contrário da sociedade moderna que teve grande participação política, a pós-moderna evita a militância ferosa. Ela é fria e prefere movimentos com fins práticos. Ela não quer lutas prolongadas ou patrulhamento ideológico (MORAES, 2004, p.3). Esse contexto tende a influenciar os militantes cristãos.

A despolítica se constitui num grande desafio para a evangelização, especialmente para a concretização da dimensão sociotransformadora. Sua manifestação dependerá da maneira como as lideranças têm encarado o processo da globalização, uma vez que essa tem forte influência na vida das pessoas e nas estruturas sociais. Fernando Carneiro mostra que as transformações promovidas pelo sistema neoliberal determinam uma situação distinta nos agentes que estão à frente das pastorais sociais, ou da pastoral socioliberalizadora. Ele fala de certo mal-estar em alguns setores da Pastoral Popular. Na Diocese, podemos identificar esse desencanto nos trabalhos feitos pelos agentes, padres e lideranças leigos.

Segundo Andrade, tem-se a sensação de certo cansaço e dificuldade no agir pastoral, como se muitas vezes os agentes tivessem desaprendido de trabalhar com o povo, realizando sua missão com certa decepção. Alguns agentes, em função disso, chegam a mergulhar em profunda crise de esperança que acaba por traduzir-se em crise de subjetividade, onde emergem antigos e sérios problemas de afetividade e sentido de vida que haviam sido transcurados durante os anos de militância, abafados tantas vezes pela urgência do agir e por

uma utopia que não deixou lugar a dúvidas nem as questões pessoais (ANDRADE, 1993, p. 99).

A sensação hoje, comum a muitos, é de estranhamento com o que está se passando em sua volta em vista de uma incapacidade de análise, caracterizando-se como crise. Esta é consequência das mudanças e influência da pós-modernidade. Para Carneiro, a pós-modernidade, enquanto crise da modernidade, cada vez mais tende a afirmar-se em suas características, notadamente pela negação da capacidade humana de clarificação, isto é, de um progressivo conhecimento do mundo e de si mesmo pela razão, fundada na negação da existência de valores últimos que possam dar sentido ou inteligibilidade à vida humana e à sociedade; na acentuação do valor máximo do indivíduo, em detrimento da objetividade. Tais componentes levam à dissociação total entre esfera pública e privada e a noção de representatividade. O individualismo radical e a negação do valor da racionalidade moderna acabam por produzir uma identidade fragmentada e a percepção da sociedade como desprovida de qualquer historicidade, não interessando mais nem o passado nem o futuro, só o presente. As pessoas passaram à total relativização dos valores e ideais. Se nada tem sentido, tudo também pode ter e a tolerância se transforma em indiferentismo, onde não vale a pena nenhum debate e nenhuma ideia deve ser discutida, pois os argumentos não têm mais valor, só os sentimentos, que são confundidos e identificados com as sensações (ANDRADE, 1993, p. 102). Dado o recrudescimento desse individualismo e indiferentismo, como afirma Agenor, as forças que alargavam as motivações das pessoas e grupos passaram a perder referências, e as pessoas ficaram cansadas e decepcionadas (BRIGHENTI, 2001, p. 17).

Outro elemento que se aponta como influenciador para a acomodação das lideranças talvez se encontre nos elementos inspiradores das lutas que se constituíram nos anos 60 e 70. Formou-se uma cultura popular moderna e crítica de viés socialista, principalmente em certos setores camponeses e operários ligados à luta sindical que, embora não se consolidasse como realidade hegemônica no meio popular, sua força simbólica foi grande, “tendo sido capaz de mobilizar e atrair parcelas significativas da sociedade civil durante o período da ditadura militar, levando a importantes conquistas para o processo de abertura política”, afirma Fernando (ANDRADE, 1993, p.105). José Marins diz que, diante desse panorama, não se criaram condições sociológicas, nem espirituais, nem comunitárias para o necessário pluralismo de opiniões sociopolíticas que com a abertura do processo político foi se afirmando no país. Com isso os leigos de alguns movimentos, não os de paróquias, mas, especialmente aqueles que foram constituídos pela juventude católica, ficaram desamparados quando esses movimentos perderam sua influência. A hierarquia tem fortalecido o trabalho

dos leigos para dentro de sua realidade interna, mas não tanto para a interação com o mundo (MARINS, 1976, p. 22). Os referenciais foram aniquilados e a realidade se tornou plural, tornando as pessoas em situação de perplexidade.

Andrade aponta que a permanente e progressiva crise econômica desse período, aliada a contínuas frustrações no campo político, tem gerado uma profunda crise de esperança, que se traduz “em sentimento generalizado de impotência e descrédito no futuro” (ANDRADE, 1993, p.108). Segundo ele, parece perder-se no imaginário popular a capacidade de se fazer representações plausíveis do futuro que possam orientar e dar sentido às ações políticas presentes, instaurando-se uma crise das utopias, reforçada pelos acontecimentos que se deram a partir de 1989 no Leste Europeu. A relativização dos valores, o pessimismo diante do futuro, a exacerbação da saída individual como único caminho possível na direção de um futuro melhor, levam à indiferença e à perda do sentimento de solidariedade. Somam-se, nesse contexto, os sintomas de que a sociedade parece ser cada vez mais obscura e as instituições sociais pouco confiáveis. A corrupção se banaliza e parece apontar para a possibilidade exclusiva das saídas individuais. A política é desvalorizada e se torna sinônimo de parasitismo social, quando não de corrupção. Ela perde seu verdadeiro sentido, para ser vista somente como poder de governo. Soma-se a esse contexto o papel que o Estado tem hoje, prestando-se a servir aos interesses da economia de mercado financeiro (CV 25).

4.2.5.2. A despolitização das lideranças na Igreja de Santarém

A despolitização das lideranças na Diocese se apresenta de diversas formas como reações de silêncio, pessimismo, desconfiança. Em algumas pessoas se percebem atitudes de oposição à Igreja, se esta assume explicitamente o compromisso social. Essas atitudes denotam o descompromisso com a verdadeira política, reduzindo-a ao poder de governo, deixando de ser parte integrante da dimensão social da evangelização. No documento da 7ª Assembleia “constata-se um enfraquecimento do compromisso social por parte dos padres, pois alguns apoiam o engajamento da Igreja na ação social e outros defendem mais a assistência espiritual”, declara o documento diocesano (IGREJA CATÓLICA, 2008, p. 6). Talvez a raiz dessas atitudes seja consequência do contexto da crise da modernidade. Um fator relevante e concreto da despolitização é a crise das utopias. Carneiro tem certa razão quando diz que a utopia da pastoral da Igreja, principalmente no período da ditadura, foi a de cunho aos moldes moderno-socialista. Segundo ele, nela buscou-se articular o paradigma cristão do Reino de Deus com o paradigma da possibilidade da construção social de um futuro

melhor e igualitário para todos a partir da organização das classes populares. Com os acontecimentos ocorridos que forçaram o seu aniquilamento, pode ter gerado esse mal-estar não somente na Diocese, mas em muitas lideranças da Igreja. Já não se tem clareza sobre as propostas para a ação e organização popular; as atividades que, antes mobilizavam o povo, hoje atraem só um pequeno grupo; o presente e o futuro parecem incertos e certa sensação de cansaço, quando não de fracasso e desencanto, se faz presente em muitos agentes de pastoral. Alguns têm preferido reorientar suas vidas, abandonando algumas vezes, desiludidos, o próprio compromisso com o povo. Alguns se orientam por visão pessimista, encontrando refúgio no isolamento ou num espiritualismo fora da realidade.

A atuação política de algumas lideranças na região tem influenciado alguns posicionamentos de lideranças da Igreja. Não deixa de ser um componente de ponderação dessa situação. Alguns que chegaram a assumir cargos públicos, exercendo poder governamental, têm demonstrado despreparo para o exercício das funções. Vários deles, nesse particular, foram antipopulares, autoritários e desmobilizadores dos movimentos que procuram denunciar as injustiças e os desmandos dos poderes públicos. A aspiração coletiva sofre grande prejuízo, quando essas pessoas públicas assumiram o poder, como afirma o documento de Aparecida, porque é deixado de lado “a preocupação pelo bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos, à criação de novos e muitas vezes arbitrários direitos individuais” (*DAP* 44).

A radicalidade do individualismo se impôs aos princípios democráticos, possibilitando o desencanto e a frustração de muitos líderes religiosos e dos movimentos, dado que também tem levado ao descrédito dos políticos e da política como meio de mudanças. O ideal coletivo dos anos 80, visível nos engajamentos sociotransformadores, foi sendo substituído por uma maior preocupação com as necessidades pessoais. O convívio com uma sociedade desencantada e que vive a angústia do fim das utopias, a ascensão de um modo de vida menos político e mais estético, menos coletivo e mais individual, tem forte influência nos grupos e lideranças. Muitas lideranças preferem manter o seu sonho sociolibertador não mais por intermédio da luta sindical ou partidária, mas por meio de ONGs e outros organismos.

Os elementos positivos, no âmbito político, que emergem do contexto social pós-moderno também têm influenciado o compromisso sociolibertador. Ressaltam-se alguns aspectos: o conceito transformado e alargado de democracia que se tem hoje, e nos faz perceber nas lideranças um desejo de participação nas decisões, realizando crítica ao poder e à exclusão totalitária. Notam-se posições claras por parte das pessoas em relação ao poder, sua participação nos conselhos municipais e estaduais, criação de grupos étnicos que reivindicam

o direito à própria existência, como é o caso da criação dos movimentos indígenas e quilombolas que se têm constituído na região, com boa participação e integração. Verifica-se a luta por uma sociedade pluralista, onde se valoriza o diverso e rejeita-se o universal. Trata-se de uma luta por uma existência socialmente inclusiva que se supere toda forma de discriminação, dominações sexuais, étnico-raciais, ou comportamentais. Nota-se o fortalecimento do movimento de mulheres, quilombolas, indígenas, onde se busca o exercício da construção de estrutura de participação democrática efetiva (ANDRADE, 1993, p.111).

A compreensão do respeito à vida amplia e alarga seu conceito, possibilitando sair do antropocentrismo androcêntrico para um biocentrismo, com a valorização da vida em todas as suas formas, como já elencamos anteriormente. Isso leva ao surgimento de uma nova concepção ecológica, não mais utilitarista. Esse elemento se torna um aglutinador de forças e se impõe como elemento de transformação. Acredita-se que as pastorais ganharam maior fôlego em sua militância, pois a defesa da vida, da biodiversidade não se configura a partidos, mas é luta de todos e tem boa aceitação.

Essa consciência tem ajudado as lideranças na Diocese a assumirem uma ação pastoral com maior preocupação socioambiental. A Diocese assumiu a defesa da Amazônia como prioridade pastoral, o que tem ajudado a ampliar a participação não só de lideranças, mas também de grupos, deixando de ser restrita às equipes da pastoral social. Muitas atividades foram desenvolvidas e com boa participação e articulação, como caminhada ecológica, a luta e defesa da natureza, o Grito dos Excluídos, o Grito da Amazônia, entre outras. Têm sido realizados encontros e seminários sobre a Amazônia, envolvendo as questões relacionadas à construção das hidrelétricas e participação nas audiências com os poderes públicos sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Esses elementos também se sustentam no próprio Evangelho: pois a vida é dom de Deus, faz parte do anúncio da Igreja. “O evangelho da vida está no centro da mensagem de Jesus” (CONFERÊNCIA..., 2011, n. 65). Embora se ressalte que, quando se questionam os poderes que depredam a Amazônia, haja posições de reticências por parte de muitos.

A configuração e seus elementos estruturais aqui apresentados não deixam de ser influenciados pelo contexto de mudança de época. São também influenciadores para o surgimento de uma nova perspectiva pastoral, a fim de garantir a validade de todo o compromisso que a Igreja tem assumido na dimensão social. Esse diagnóstico é importante, pois a mudança de época tem impactado todas as realidades da vida do ser humano, também no seu contexto religioso. A importância das mudanças tem proporcionado à Igreja rever sua presença no mundo, seus organismos, sua metodologia, na tentativa de acompanhar e inserir-

se em todo o processo desses novos desafios. Percebe-se que a compreensão de que esses desafios são verdadeiras oportunidades de um novo tempo e, dessa forma, tem direcionado a Igreja em nível nacional e diocesano, a assumir a desafiante proposta contida no documento de Aparecida e nas propostas dele derivadas.

5 PERSPECTIVAS DE AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA PARA A DIOCESE DE SANTARÉM, À LUZ DE APARECIDA

Toda reflexão feita nos capítulos anteriores pode conduzir a uma ação pastoral e pretende contribuir para que a Diocese de Santarém possa continuar sustentando em sua ação pastoral a relevância da dimensão sociotransformadora.

Pretende-se elencar neste capítulo algumas perspectivas de ação social à Diocese de Santarém, à luz do Documento de Aparecida. O capítulo será dividido em duas partes. Na primeira parte, tentar-se-á encontrar as perspectivas de ação sociotransformadora contidas no Documento de Aparecida, tendo percebido que os desafios da pós-modernidade, que se elencaram no terceiro capítulo, foram encarados pela V Conferência de Aparecida e assumidos, não pela ótica do sistema neoliberal, mas numa compreensão de elementos que podem conduzir a uma nova realidade. Acredita-se que o Documento pode contribuir com elementos importantes para que a dimensão sociotransformadora adquira novo impulso. Na segunda parte, baseando-se nas contribuições do Documento, pretende-se apresentar as possíveis perspectivas de ação para a Diocese de Santarém, no intuito de estar contribuindo com propostas que possam iluminar os trabalhos realizados pelos padres, agentes e lideranças do povo de Deus daquela Igreja particular e, dessa maneira, se fortaleça a relevância de toda a dimensão social da ação pastoral na Diocese de Santarém.

Ao se apontar as possíveis perspectivas, pretende-se não perder de vista o contexto em que se está inserido. Contexto de mudanças de época, de profundas transformações onde se faz importante a compreensão dessas mudanças. Sabe-se que evangelização tem compromisso de estar inserida em toda a realidade, colocando em relevo o que apontou o Concílio Vaticano II, que é missão da Igreja perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, a fim de responder às indagações das pessoas na atualidade e ajudá-las a sair da condição de escravo e do comodismo (GS 4). Compete à Igreja anunciar sempre e por toda parte os princípios evangélicos, morais, referentes à ordem social, e pronunciar-se a respeito de qualquer questão humana, por razões das exigências dos direitos fundamentais de cada pessoa (COMPÊNDIO, n. 71. p.50).

A partir dos elementos apontados por Aparecida pode-se fundamentar a relevância da dimensão sociotransformadora que a Diocese de Santarém pode continuar assumindo, uma vez que a missão evangelizadora que esta desempenha tem procurado estar em sintonia com todos os referenciais que os documentos latino-americanos têm apontado. Os documentos sociais podem continuar servindo de iluminação para que se desenvolvam as ações que

respondam ao compromisso social. Muitos desses referenciais sociotransformadores encontram dificuldades para serem aplicados, mas acredita-se que a novidade de Aparecida e as circunstâncias da atualidade oferecem grande oportunidade para que essa dimensão seja resgatada com mais força, podendo servir de referencial para os veteranos e novos evangelizadores. Acredita-se que as perspectivas podem ser oportunidade de continuar alimentando o sonho do Reino de Deus, onde o protagonismo dos jovens e dos leigos seja resgatado e se possa fortalecer uma pastoral de comunhão e participação. Acredita-se também que esses elementos se configuram em um novo contexto e se impõem como necessidade para garantir maior substância para o compromisso social da Igreja.

5.1 PERSPECTIVAS DE APARECIDA PARA UMA AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA

A partir da história das conferências latino-americanas que antecederam Aparecida e que, sem dúvida, têm sido acontecimentos que marcam a caminhada de Igreja neste continente, acredita-se que Aparecida também ofereceu elementos pastorais que podem ajudar para se construir perspectivas sociotransformadoras. Pretende-se apontar essas perspectivas, utilizando a seguinte organização: no âmbito da pessoa, da comunidade e sociedade. Pretende-se mostrar quais são as possíveis contribuições de Aparecida para a dimensão sociotransformadora. Apontar ações que possam servir de referência fundamental para essa dimensão. A partir de levantamento de algumas questões, pretende-se encontrar as possíveis respostas que ajudem a construir essas perspectivas. Será que a pessoa como caminho da Igreja, a conversão pastoral e a fé comprometida com a dignidade de todos são elementos que podem fortalecer o compromisso social dos evangelizadores? No âmbito da comunidade, investiga-se sobre a comunidade organizada. Pode essa comunidade tornar-se um poderoso centro irradiador de vida e assumir a defesa da justiça e a causa dos pobres? Será que as novas iniciativas para a estruturação de uma pastoral social atendem às necessidades de hoje e podem ajudar na transformação social? Já no âmbito da sociedade pergunta-se: Será que a presença profética da Igreja, a parceria com organismos e instituições, desenvolvendo ações com incidência mais ampla, em nível nacional e internacional, podem ser referenciais para as ações sociolibertadoras? Essas questões podem ajudar para que se encontre as perspectivas de ação sociotransformadora que a V Conferência ofereceu para todas as Igreja do continente latino-americano e caribenho.

Dando seguimento às Conferências anteriores, Aparecida foi uma Conferência que superou as expectativas. As novidades que apontou, no âmbito da dimensão social, foram

enriquecidas com outros elementos: o resgate do método ver-julgar-agir (*DAP* 33), a retomada das CEBs como célula inicial da estrutura eclesial (*DAP* 178), a qualificação da opção preferencial pelos pobres como inerente à fé cristológica (*DAP* 391, 396), e a relação intrínseca entre conversão pessoal e conversão das estruturas (*DAP* 384) (BRIGHENTI, 2008, p.25). Esses elementos contribuiram para a continuidade dos compromissos indelitários da Igreja latino-americana.

Sabe-se que Aparecida foi um evento que conclamou a Igreja a tomar consciência de si mesma, bem como dos desafios para ação evangelizadora. Como já se apontou, está-se, pois, vivendo numa nova época de profundas mudanças que exigem novas respostas aos desafios desta nova época. Entre outros, recordam-se a emergência da subjetividade individual, a experiência religiosa eclética e difusa, a irrupção da alteridade gratuita, a globalização mercantilista e uma nova consciência planetária, os novos rostos de pobres como “sobrantes e descartáveis” e urbanização. Diante desses desafios, o documento apresenta propostas ou pistas que querem compor um novo “Projeto Pastoral” para orientar o agir pastoral da Igreja na América Latina e Caribe.

O próprio documento reforça a urgência para que esse “Projeto Pastoral” seja colocado imediatamente em andamento. Assim propõe que “as Conferências Episcopais e as Igrejas Locais têm a missão de promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão” (*DAP* 401). Compreende-se que esse compromisso não seja somente das pastorais sociais, isoladas, mas um esforço de toda ação evangelizadora da Igreja.

5.1.1 Perspectivas de ação no âmbito da pessoa

As iniciativas sociolibertadoras estão em sintonia com as orientações do Concílio Vaticano II e com as Conferências latino-americanas; assumindo-as, está se realizando mais concretamente o Evangelho.

Se a globalização faz emergir novos rostos de pobres, suscita também maior discernimento dos cristãos para fortalecer iniciativas pastorais que possam contribuir para erradicação de todo mal que atropela a vida dos seres humanos. Aparecida aponta o compromisso sociopolítico, quando ressalta que se deve “apoiar a participação da sociedade civil para a reorientação e conseqüente reabilitação ética da política” (*DAP* 406a). Por isso, afirma que os espaços de participação na sociedade civil são muito importantes para a

vigência da democracia, de uma verdadeira economia solidária de um desenvolvimento integral, solidário e sustentável (*DAP* 406 a). Esse ponto de partida convoca cada pessoa a assumir um compromisso social com a realidade, reforçando a compreensão que a ação evangelizadora tem um compromisso social e transformador na história.

Seguindo essa proposta, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil 2008 apontam elementos importantes no âmbito da pessoa, quando destacam como desafio a construção da identidade pessoal e da liberdade autêntica na atual sociedade. Tudo o que ali está colocado está em sintonia com as perspectivas do Documento de Aparecida (CNBB, DGAE, 2008 n.103).

Todo projeto pastoral propõe-se ao anúncio da pessoa e missão de Jesus e, por isso, em primeiro lugar, deve colocar-se a serviço da vida e da pessoa humana. A proposta no âmbito da pessoa quer apontar a relevância que esta possui aos olhos de Deus e resgatar a sua dignidade. O Documento frisa que a fé cristã ensina que a dignidade do ser humano tem sua raiz mais profunda em Deus, pois o ser humano é dom de Deus. Não apenas seu ser, mas também sua vontade, sua liberdade e sua autonomia. Deus, por amor, criou o ser humano. Criou-o à sua imagem e semelhança. Por isso a fé deve impulsionar cada pessoa a desinstalar-se do comodismo e abraçar a missão a serviço da vida.

Nesse tempo, todos os cristãos são chamados à conversão no sentido de assumir cada vez mais o compromisso com o Reino de Deus. Por isso, “a conversão pessoal desperta a capacidade de submeter tudo a serviço da instauração do reino da vida” (*DAP* 366). Isso tudo desafia as pessoas e as lideranças ao compromisso com a transformação da realidade histórica. A pastoral não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros. Essa atitude de escuta e percepção da realidade pode ajudar a compreendê-la como novos sinais dos tempos.

5.1.1.1 Fé cristã comprometida com a dignidade de todos os excluídos

Aparecida aponta os diversos rostos de sofredores e, entre eles, as comunidades indígenas e afro-americanas que, em muitas ocasiões, não são tratadas com dignidade e igualdade de condições. Afirma que não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas de algo novo: exclusão social. “Os excluídos não são somente explorados, mas supérfluos e descartáveis” (*DAP* 65).

A fé cristã ensina que o referencial fundamental para compreender a dignidade da pessoa é Jesus Cristo, Verbo Encarnado, rosto humano de Deus e rosto divino do homem. A

encarnação revela a dignidade sagrada da pessoa e seu valor inquestionável. Essa graça atua no coração de toda pessoa, sendo fonte de esperança, liberdade autêntica, comunhão e paz.

O Documento diz que os que abraçaram a fé em Jesus Cristo são chamados a contemplar nos rostos sofredores de nossos irmãos, o próprio rosto de Cristo que nos chama a servi-Lo neles (*DAP* 393). Gutiérrez diz que esse reconhecimento implica, sem dúvida, o olhar da fé (GUTIÉRREZ, 2008, p. 129). Diante de um clima cultural relativista, que a todos envolve, Jesus se apresenta como Caminho, Verdade e Vida. Diante da exclusão dos novos rostos criados pela globalização, a comunidade deve favorecer que cada pessoa possa ver Jesus que defende os direitos dos fracos e o direito a uma vida digna para todo ser humano (CONFERÊNCIA..., 2008, n.106).

No âmbito da pessoa, em Aparecida, sobressai a realidade de empobrecimento e exclusão. Para os Bispos, os mais afetados são os indígenas e afro-americanos, as mulheres, os jovens sem oportunidade de educação, pais de família desempregados, migrantes, agricultores sem terra, meninos e meninas à mercê da prostituição infantil, os dependentes de drogas, portadores de HIV- Aids, as vítimas das violências, os anciãos e outros. Diz o documento que esses excluídos evocam uma nova face da exclusão social (cf *DAP* 65).

Aparecida convoca todos os batizados a assumirem o compromisso numa atitude de Igreja Samaritana. Esses pobres e excluídos são os feridos e assaltados dessa nova realidade. São, hoje, as vítimas do neoliberalismo, da globalização e do sistema. Como na parábola do bom samaritano, os pobres, hoje, são deixados semimortos ou semivivos pelos assaltantes do neoliberalismo. Arruda, como já se apontou, propõe que, diante dos caídos desse sistema, cabe uma mudança, o que ele chama de um processo de transformação interior de cada um; de uma vida cética do mundo para uma visão de fé na humanidade e de encantamento frente à infinita beleza da natureza que nos vivifica e sustém o nosso cotidiano (ARRUDA, 2006, p. 112).

Aparecida também reconhece que a ação do bom samaritano deve levar em conta o potencial dos próprios caídos. Não cabe fazer uma ação somente para eles, mas com eles, pois o serviço de caridade da Igreja entre os pobres é um campo de atividade que caracteriza de maneira decisiva a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral, de maneira a fazer que cada pessoa seja realmente sujeito de sua trajetória (*DAP* 407). Segundo Agenor, essa atitude de abertura aos excluídos deve criar no seio das diversas experiências e comunidades uma nova realidade, onde os excluídos, “deixam de ser objetos da caridade ou assistência alheia, para se tornarem sujeitos de outro mundo possível, inclusivo e solidário” (BRIGHENTI, 2009, p.157).

O compromisso com o restabelecimento da dignidade de todos, particularmente dos excluídos, leva os evangelizadores a aterrissar na realidade sociocultural que envolve a todos. Olhar os caídos, não com desprezo, medo e juízo temerário. Deixar que a realidade envolva os evangelizadores. Segundo Agenor essa realidade deve nos fazer surpreender, para ver o outro, não como mesmidade ou prolongamento do eu, mas como totalmente outro, diferente, reconhecendo a sua alteridade (BRIGHENTI, 2009, p. 543).

Esse compromisso favorece a mudança de mentalidade, mas também de estruturas. Não podemos continuar os mesmos. Fechar os olhos diante dessa realidade é omitir-se ao compromisso com o Reino. Pode ajudar-nos a profundos questionamentos e termos coragem de mudar, para a construção da vida digna. “O Reino de vida que Cristo veio trazer é incompatível com essas situações desumanas. Se pretendemos fechar os olhos diante destas realidades, não somos defensores da vida do Reino”, afirma o Documento (*DAP* 358).

5.1.1.2. Conversão pastoral em prol do compromisso e defesa da vida

Por causa do Reino da Vida que Cristo veio trazer, a Igreja e cada batizado assumem a mesma tarefa, por isso necessitam de uma contínua conversão. Aparecida aponta que as nossas estruturas devem assumir o compromisso com a vida. Todos na Igreja estão chamados a assumir uma atitude de permanente conversão pastoral, pois a ação eclesial não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros. “Tanto a preocupação por desenvolver estruturas mais justas como por transmitir os valores sociais do Evangelho situam-se neste contexto de serviço fraterno à vida digna” (*DAP* 358).

A conversão pastoral leva ao abandono de estruturas eclesiais que, às vezes, fazem da missão voltada somente para o aspecto religioso, esquecendo o compromisso com a vida. Uma das preocupações do Documento é levar as pessoas a superar a chamada pastoral de conservação e assumir uma pastoral decididamente missionária (*DAP* 370). O que significa atualização e inserção na própria realidade, de modo contínuo. Comblin diz que essa nova evangelização “insistiu com maior vigor na teologia tradicional, a teologia medieval, culminando na publicação do novo catecismo destinado a fornecer a base do ensinamento católico” (COMBLIN, 1996, p.28). Na mesma compreensão, Libanio fala de cenários da Igreja que têm se caracterizado mais como “Igreja Instituição” e cenário de uma “Igreja Carismática”, onde desenvolvem ações pastorais mais voltadas para o âmbito interno da evangelização.

O Papa, em seu discurso inaugural da Conferência de Aparecida, chamou a atenção para essa realidade eclesial, que o Documento destacou como uma realidade de sombras, de involução eclesial. Codina destaca que essa realidade eclesial é percebível pelo enfraquecimento da vida cristã em seu conjunto, num crescente clericalismo, individualismo religioso, no sacramentalismo e pouco compromisso dos leigos na vida social (CODINA, 2008, p.109). Situação que bem caracteriza uma evangelização com pouco ardor, pouco espaço para a participação dos leigos, com ênfase ao ritualismo, caracterizando-se por uma pastoral de conservação (BRIGHENTI, 2007, p.27).

As expectativas e o processo em que aconteceram a Conferência de Aparecida, assim como o contexto sociocultural em que se estava vivendo contribuiu para que o Documento constituísse no que Pablo Bonavía chama de tempo de *memória* e *advento* “que se entrelaçam e retroalimentam no processo de conversão pessoal e comunitária ao seguimento de Jesus, assim como no permanente discernimento que este implica” (BONAVÍA, 2008, p.59).

O Documento afirma que a conversão pessoal desperta a capacidade de submeter tudo a serviço da instauração do reino da vida e que por isso todos os evangelizadores e as estruturas de evangelização são chamados a “assumir uma atitude de permanente conversão pastoral que envolve escutar com atenção e discernir ‘o que o Espírito está dizendo às Igrejas’ (Ap 2,29) através dos sinais dos tempos nos quais Deus se manifesta” (DAp 366). Tudo isso implica assumir um compromisso pastoral que seja compromisso de vida e vida em plenitude para a pessoa e para todos os povos. Segundo Agenor, consiste na promoção humana que leva em conta a autêntica libertação, abraçando a pessoa inteira e todas as pessoas, de maneira integral, fazendo-as sujeitos de seu desenvolvimento (BRIGHENTI, 2007, p.16).

Essa conversão pastoral suscitará nas pessoas, não individualmente, novas atitudes no que diz respeito à dimensão sociotransformadora, assumindo compromissos como propõe o Documento: empenhar nossos esforços na promulgação de políticas públicas e participações cidadãs que garantam a proteção, conservação e restauração da natureza, bem como, determinar medidas de monitoramento e de controle social sobre a aplicação dos padrões ambientais internacionais nos países (DAp 474 d).

Os novos desafios convocam todos a assumir o compromisso com a defesa da vida. Aparecida amplia essa compreensão, fundamentando sua relevância a partir da importância da vida na sua totalidade. Essa compreensão ajuda a superar as débeis vivências do compromisso evangélico da opção pelos pobres e faz a convocação para assumir uma missão para comunicar a vida, “pois a vida se acrescenta dando-a e se enfraquece no isolamento e na

comodidade. De fato, os que mais desfrutam da vida são os que deixam a segurança da margem e se apaixonam na missão de comunicar vida aos demais” (*DAP* 360).

As condições de muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor e as ameaças à vida contradizem o plano de Deus. Essa realidade estampada e que atinge cada pessoa em sua particularidade, interpela os cristãos a uma mudança de mentalidade e de renovação das estruturas. O Documento propõe com esse despertar um novo impulso para lutar e defender a vida em todas as suas dimensões (*DAP* 358).

Para se promover a cultura da vida, ressaltam-se as atitudes sociotransformadoras que a evangelização tem realizado, não somente no âmbito da vida da pessoa, mas também de ações em defesa da vida do planeta. Essa mudança de mentalidade se propôs a uma nova consciência, para que as pessoas descubram a natureza como dom da criação, sabendo contemplá-la e cuidar dela como casa de todos os seres vivos e matriz da vida do planeta, a fim de exercitar responsabilmente o senhorio humano sobre a terra e sobre os recursos para que possam render todos os seus frutos em uma destinação universal, educando para um estilo de vida de sobriedade e austeridade solidárias (*DAP* 474 a). De igual valor, propõe aprofundar a presença pastoral nas populações mais frágeis e ameaçadas pelo desenvolvimento predatório e apoiá-las em seus esforços para conseguir uma equitativa distribuição da terra, da água e dos espaços urbanos (*DAP* 474b).

5.1.1.3 O ser humano como caminho da Igreja

O ser humano, na atualidade, vive concentrado em si mesmo, pois a cultura urbana fragiliza as pessoas, deixa-as inseguras, angustiadas, desorientadas. Conforme se analisou no terceiro capítulo, a cultura pós-moderna leva as pessoas a uma busca de tranquilidade e da paz, uma busca do equilíbrio interior, uma busca de sentido, uma busca de identidade. As pessoas correm, cansam-se, esgotam-se e, no final, não sabem o que são e o que fazem. Vivem numa contínua insatisfação, procurando abafá-las nos infinitos recursos de diversão que o mercado oferece. Comblin diz que isso se torna possível, uma vez que no mercado há tantas diversões que podem ocupar todos os momentos da vida de uma pessoa, sem lhe deixar tempo para se perguntar o que está fazendo e o que vale a sua vida (COMBLIN, 1996, p.333).

Por outro lado, como também já se apontou, o ser humano nesse contexto está mais autônomo, mais consciente de sua cidadania, preocupado com a coletividade, buscando articular ações que manifestam as preocupações com o meio ambiente e todo o universo. O contexto de valorização da subjetividade, que proporciona maior autonomia dos sujeitos, faz

com que as pessoas se coloquem a serviço dos outros e em atitude responsável pelo bem do todo. Tal postura é positiva, mas quando leva à exacerbação do individualismo, torna-se prejudicial e negativo.

Esse ser humano, marcado por essa realidade, é o caminho da Igreja. Dele ela faz protagonista de sua missão sociotransformadora e o convoca para assumir compromisso maduro na sociedade em que vive. Não haveria Igreja sem essa comunidade humana, marcada por sua realidade cultural. A proclamação do Evangelho passa pelo acolhimento deste ser, como pessoa concreta, inserida num determinado contexto sociocultural, vivendo situações históricas, enfrentando desafios próprios, compreendendo-se e agindo sempre dentro de um horizonte, de uma linguagem e de uma visão de mundo. O anúncio da fé deve levar em consideração esse contexto particular para ser entendido e, então, poder ser acolhido (MIRANDA, 2006, p. 29).

Qual será a melhor atitude que a Igreja deve ter diante desse ser humano contextualizado nessa mudança de época, numa sociedade com mudanças tão vertiginosas que já não possibilita tempo para ser assumida? Nessa sociedade, “sentimo-nos às vezes, estranhos em nossa própria terra” afirma Francisco Merlos (MERLOS, 2010, p. 209).

O documento de Aparecida propõe que a ação evangelizadora da Igreja leve em conta esse ser humano marcado por essa realidade social, seu contexto, devendo possuir a mesma atitude de seu Mestre, sendo a primeira a acolher cada pessoa e proclamando vida plena para todos, colocando-se a serviço de cada um e cada uma. A vida nova de Jesus Cristo atinge o ser humano por inteiro e desenvolve em plenitude a existência humana “em sua dimensão pessoal, familiar, social e cultural” (DAp 356). A vida nova em Cristo, diz o Documento, inclui a alegria de comer juntos, o entusiasmo por progredir, a paixão por trabalhar e por aprender, a alegria de servir a quem necessite de nós, o contato com a natureza, o entusiasmo dos projetos comunitários, o prazer de uma sexualidade vivida segundo o Evangelho e todas as coisas com as quais o Pai nos presenteia como sinais de seu amor sincero (DAp 356).

O Documento propõe que as estruturas da Igreja cuidem do ser humano e se faça portadora da solidariedade para com cada um. A comunidade não pode abandonar os seus filhos diante dos sofrimentos e nem estar alheia a sua situação. Por isso cada paróquia deve chegar a concretizar em sinais solidários seu compromisso social nos diversos meios em que ela se move, com toda a imaginação da caridade. Não pode ser alheia aos grandes sofrimentos em que vive a maioria de nossa gente. Toda autêntica missão unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas suas necessidades concretas, para que todos alcancem a plenitude que Jesus Cristo oferece (DAp 176).

Uma das exigências para se construir uma evangelização coerente, e que responda às necessidades do contexto em que se vive, consiste em considerar a vida real e complexa das pessoas. É preciso olhar com muita atenção a realidade concreta de cada um. Tabagiba diz que não se pode construir uma comunidade à margem do que são as variadas problemáticas dos membros que a compõem (TABAGIBA, 2009, p.29). É uma exigência fundamental levar em conta o ser humano com sua real situação. Prescindir da concretude desse ser humano, de sua história e sua cultura, pode levar a querer construir uma experiência de fé partindo do ideal e até do ilusório. O ser humano, com sua história e cultura, suas angústias e anseios, é fundamental na constituição da vida da Igreja. A *Gaudium et Spes* já acenou para isso, abordando num contexto mais coletivo, mas tal preocupação é importante para a constituição de uma estrutura que considera o ser humano como sujeito da vida da Igreja. “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Jesus (GS 1).

Cabe, assim, acolher a instigante proposta de Aparecida que convida todos a assumir, evangelicamente, a partir das perspectivas do Reino, as tarefas prioritárias que contribuam para a dignificação do ser humano (*DAP* 384), erguendo a voz na defesa do valor supremo de cada homem e de cada mulher (*DAP* 387). Nossa fidelidade ao Evangelho exige que proclamemos a verdade sobre o ser humano e sobre a dignidade de toda pessoa humana em todos os espaços públicos e privados do mundo de hoje e a partir de todas as instâncias da vida e da missão da Igreja (*DAP* 390).

Nesta perspectiva, as Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil apontam para algumas atitudes básicas: tratar o ser humano como fim e não como meio, respeitando-o em tudo que lhe é próprio: corpo, espírito e liberdade; tratar todo ser humano sem preconceito nem discriminação, acolhendo, perdendo, recuperando a vida e a liberdade de cada pessoa, tendo presente as condições materiais, contextos históricos, sociais e culturais em que cada pessoa vive (CONFERÊNCIA..., 2011, n. 107).

Para Agenor, “fazer do humano o caminho da Igreja” possibilita à fé cristã dar respostas às questões fundamentais da existência humana. Por isso a Igreja, “hoje, mais do que nunca, precisa descentrar-se de suas questões internas e sintonizar-se com as grandes aspirações da humanidade”. Diz ainda que o cristianismo é portador da resposta mais completa, mas não a única (BRIGHENTI, 2006, p.35).

Reconhecer o outro, o diferente, com sua autonomia e alteridade, é um desafio, mas faz parte do compromisso evangélico. Essa atitude orienta para que se aterrisse na história, na

vida concreta e na realidade das pessoas. Ao se assumir esse compromisso, ajuda-se a superar os modos de pensar e até teologias ultrapassadas, como aquela da cristandade ou da teologia européia, possibilitando-se maior credibilidade à teologia latino-americana. Faz desabrochar o reconhecimento do valor do outro e de suas potencialidades.

5.1.2 Perspectivas de ação no âmbito da comunidade

O Papa Paulo VI, ao analisar a evolução da sociedade e as suas situações específicas, na *Octogesima Adveniens*, delega à comunidade a missão de ajudar no discernimento e no compromisso de ação para encontrar as possíveis soluções de seus problemas. Ele diz,

É às comunidades cristãs que cabe analisar, com objetividade, a situação própria do seu país e procurar iluminá-la, com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho; a elas cumprem haurir princípios de reflexão, normas para julgar e diretrizes para a ação, na doutrina social da Igreja, tal como ela vem sendo elaborada, no decurso da história. A essas comunidades cristãs incumbe discernir com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém tomar, para realizar as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentam como necessárias e urgentes, em não poucos casos (*OA 4*).

Dada a importância da comunidade, pois ela é o lugar do desenvolvimento da fé, lugar da manifestação da Revelação de Deus, a Conferência de Aparecida também designa relevância a essa estrutura, apontando primeiro como o lugar do Encontro com Cristo.

A comunidade se enraíza no próprio ser humano, no seu psiquismo, na sua conformação espiritual que é sempre busca do outro. Agenor ressalta que a experiência de fé é indissociável da experiência comunitária. Sem o testemunho da comunidade, a pessoa é incapaz de dar o salto da aventura da fé (BRIGHENTI, 2009, p.168). No contexto de pós-modernidade, de acentuação da subjetividade dos indivíduos e da fragmentação da sociedade, a comunidade sente grande obstáculo para se constituir, mas é fundamental para garantir a solidariedade e a fraternidade. Aparecida afirma que a vida em comunidade é essencial à vocação cristã (*DAP 164*).

5.1.2.1 Cada comunidade: um poderoso centro irradiador da vida (*DAP 362*)

O Concílio Vaticano II diz que Deus quis salvar a todos em comunidade. Ele não quis nos salvar individualmente. “Aproveu a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão com outros, mas constituir-los num povo, que O

conhecesse na verdade e santamente O servisse” (LG 9). Urge, hoje, sobretudo diante da emancipação das pessoas em relação às instituições, repensar o modo de ser comunidade, reinventar formas de viver a fé com os outros, numa cultura que desafia integrar autonomia, liberdade pessoal e subjetividade individual nas estruturas de convivência. Também as CEBs precisam se ressituar diante do novo contexto. Da mesma forma os movimentos eclesiais e as novas comunidades de vida estão desafiados a sentirem-se e ser Igreja, dentro da Igreja Local, uma vez que, como diz o Vaticano II, não existe Igreja anterior e exterior às Igrejas Locais (BRIGHENTI, 2009, p.166).

Ser comunidade, criada pela fé e por ela configurada, é fundamental. Fé de um povo, fundado na fé bíblica, como se nos apresenta desde o Antigo Testamento. Ela se volta para o mundo pela práxis transformadora da caridade que opera o bem. É a comunidade que Jesus forma, a partir de seus discípulos, que se autocompreende como uma comunidade de fé, como o novo povo de Deus. Maria Clara diz que “a fé da comunidade se baseia na pessoa daquele homem, Jesus de Nazaré, que a comunidade primitiva reconhece e proclama como Senhor e Cristo” (BINGEMER, 2009, p.44). A comunidade é herdeira de uma práxis, porque ela é constitutiva da fé. A fé corretamente anunciada deve estar unida fundamentalmente com a fé corretamente praticada e levada a cabo no meio da história e da sociedade. Para Maria Clara, uma fé que não produza frutos de justiça, de amor, de direito, será ainda possível de ser reconhecida como fé? Por isso a comunidade é chamada a ser centro irradiador da vida.

A comunidade é uma instituição herdada de toda a experiência cristã e que se constitui como povo de Deus, e, como nos lembra o Vaticano II, o povo de Deus não é parte, mas porção de toda humanidade. Essa comunidade é chamada, pela fé e o seguimento de seu Mestre, a ser promotora da vida. A vivência da fé em comunidade exige um compromisso com o contexto, com as pessoas que a constituem. A proposta da fé não é promessa vaga, mas concreta. Agenor diz que a fé cristã leva a própria Igreja a descentrar-se de si mesma e a sintonizar com as grandes causas da humanidade que são sempre causa do próprio Evangelho. Na perspectiva da *Populorum Progressio*, a salvação é vida em plenitude para “o homem todo e todos os homens, para nossos povos”, como diz Aparecida (BRIGHENTI, 2009, p.169).

Segundo Aparecida, a comunidade portadora da vida é a comunidade eclesial, o lugar por excelência do encontro com Jesus Cristo, pois a Igreja é fruto de uma Palavra acolhida na fé (Dap 362).

O documento de Aparecida apresenta que é no mistério da Trindade que nasce a comunidade. Os discípulos de Jesus são chamados a viver em comunhão com o Pai e com seu Filho, na comunhão do Espírito Santo. O mistério da Trindade é fonte, o modelo e a meta

do mistério da Igreja (*LG 1*). As primeiras comunidades souberam assumir o compromisso de viver em comunhão, dispondo de sua missão para o cuidado dos pobres e das viúvas (*At 9*). Hoje essa comunidade continua com sua identidade de ser sinal de comunhão e promotora da vida, casa e escola de comunhão, de participação e de solidariedade, ressalta Aparecida (*DAP 167*). A comunidade, conforme o Documento, além de anunciar o que Jesus Cristo fez e ensinou, deve participar de uma evangelização vivida de forma integral, assumida no comprometimento com a vida. Se Jesus veio para que todos tenham vida em abundância, as comunidades (paróquias) precisam responder às grandes necessidades de nossos povos (*DAP 176*).

Agenor diz que a vida em plenitude é o ponto de chegada de Aparecida. Ela é também o fundamento de toda comunidade. A razão de ser da comunidade é a conquista da vida plena para a pessoa inteira e para todos os povos. A comunidade dos discípulos de Jesus deve ser propulsora da vida. Segundo ele, a promoção da vida plena em Cristo nos leva a assumir evangelicamente a tarefa “prioritária que contribuem para a dignificação de todos os seres humanos,” (BRIGHENTI, 2008, p. 94) a fim de a pessoa na sua totalidade e todos tenham vida em plenitude, cada comunidade cristã precisa converter-se em poderoso centro de irradiação da vida em Cristo.

A comunidade deve assumir o compromisso do Reino de vida que Cristo veio trazer. A partir da atitude de compromisso com a realidade, assumindo a atitude de Igreja samaritana e profética, os evangelizadores verão que as condições de vida de muitos abandonados e excluídos é incompatível com a proposta da comunidade de Jesus. Essa nova comunidade não pode deixar de se inserir nessa realidade. Aparecida interpela: “se pretendemos fechar os olhos diante dessas realidades, não somos defensores da vida do Reino” (*DAP 358*). Daí que é preciso não só boa vontade, mas a mudança de mentalidade e edificação de novas estruturas mais justas que se coloquem a serviço fraterno e da vida digna. “Necessitamos que cada comunidade cristã se transforme num poderoso centro de irradiação da vida” declara o Documento (*DAP, 362*).

De igual modo, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil afirmam que, na busca do exercício da caridade cristã, a comunidade dos seguidores de Jesus deve promover a vida em todas as suas modalidades e defendê-la sempre, baseada no fundamento sólido e inviolável dos direitos humanos. Todos necessitam de uma nova compreensão, uma antropologia integral, uma visão abrangente da pessoa humana (CONFERÊNCIA..., 2008, n. 85).

Para Agostini, a missão de evangelizar leva a comunidade a proclamar com toda a força o Evangelho da vida. Ele diz que, partindo da fé, sentimos emergir a substância mesma da vida. Iluminando a realidade, eis que a fé nos reenvia à prática, levando-nos a perscrutar todas as coisas e os acontecimentos à luz de Deus. Esse evangelho da vida é proclamado pela comunidade do qual faz seu fundamento para ser anunciadora da vida. Hoje é notória a tomada de consciência da dignidade própria de cada ser humano. Crescem o respeito pela vida, a preocupação pela paz, a busca da justiça e necessária distribuição equitativa dos bens e de todos os frutos alcançados do desenvolvimento. Registra-se, igualmente, uma crescente consciência dos limites dos recursos naturais disponíveis e o urgente e necessário respeito da integridade e dos ritmos da natureza; cresce com isso a preocupação ecológica. Igualmente é positivo todo empenho pela paz e em favor de uma qualidade de vida digna deste nome (AGOSTINI, 2007, p. 88).

O serviço à vida começa pelo respeito à dignidade da pessoa humana, ao meio ambiente e a todas as formas de vida (CONFERÊNCIA..., 2011, n. 107). Urge a inserção de todos nos movimentos populares que defendem a vida e a ética. É necessário educar a comunidade eclesial como um todo no conhecimento e aplicação da Doutrina Social da Igreja como decorrência imprescindível da própria fé cristã (CONFERÊNCIA..., 2011, n. 120).

5.1.2.2 Uma Igreja advogada dos pobres e da justiça (Dap 395)

Gutiérrez diz que a “ação pela justiça e a promoção humana não são alheias à evangelização. Pelo contrário. Elas não terminam ali onde começa o anúncio da mensagem cristã, não são uma pré-evangelização, mas constituem uma parte da proclamação da Boa-nova” (GUTIÉRREZ, 2010, p. 134).

A trajetória da Igreja latino-americana se pauta pelo compromisso de ser Igreja presente nas realidades dos mais pobres, sentindo-se interpelada por esses para assumir o compromisso sociotransformador da realidade social. Essa caminhada se acelera a partir do Concílio, que se propôs levar a sério a presença da Igreja no mundo.

O Papa João Paulo II, no discurso de inauguração da Conferência de *Puebla*, referindo-se à missão da Igreja proposta pela *Evangelii Nuntiandi*, afirma que a Igreja atualiza o Evangelho do Bom Pastor, do Bom Samaritano e “aprendeu nestas e noutras páginas do Evangelho que sua missão evangelizadora possui como parte indispensável a ação pela justiça e as tarefas de promoção do homem” (DI 3.2). O Papa Bento XVI também discorreu em seu discurso: “é preciso recordar que a evangelização esteve sempre unida à promoção humana e

à autêntica libertação cristã” (DI 3). Em *Puebla* se acentuou que a promoção humana implica realizar as ações que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista de seu próprio desenvolvimento humano e cristão, cabendo a solidariedade da missão da Igreja para com esse ser humano injustiçado (P 477). O Documento de Aparecida reafirma as preocupações das conferências anteriores e reitera o compromisso da Igreja como advogada dos pobres e da justiça (DAp 395). As conferências episcopais, começando por *Medellín*, afirmam que Jesus veio para nos libertar do pecado cujas consequências são servidões que se resumem na injustiça. Gutiérrez seguindo o sínodo romano sobre Justiça no Mundo (1971) fundamenta que a missão da Igreja inclui a promoção da dignidade e dos direitos fundamentais da pessoa humana (GUTIÉRREZ, 2010, p. 134).

A realidade dos povos e das pessoas interpela o compromisso com a justiça e a sua defesa. Aparecida, nesse âmbito, propõe que se leve a sério o compromisso traçado pelas conferências anteriores, reafirmando a defesa da vida e do Reino de Deus, o que nos ajudará a perceber as injustiças que geram a pobreza e novas injustiças. Os grandes sofrimentos que a maioria de nossa gente vive são pobreza escondidas (DAp 176). Ora são omitidas pelas estruturas do sistema que as camufla e as esconde, ora pelas próprias vítimas por não acreditarem em qualquer saída. Conhecendo a realidade, não só a contemplando, mas sentindo-se interpelada por ela, pela situação do pobre como insignificante, do qual o mercado prescindir, a comunidade deve ser a advogada dos pobres e da justiça. Aparecida, ao exigir a inclusão dos "descartáveis", suplica, pois, uma mudança estrutural da sociedade à medida que, nas estruturas atuais, não tem lugar para os pobres.

O Documento dá destaque especial para essa atitude. O capítulo 8, que fala sobre o Reino de Deus e Promoção Humana, indica que a Igreja precisa assumir a singular tarefa de ser advogada da justiça e dos pobres. Afirma o Documento: “o Santo Padre nos recorda que a Igreja está convocada a ser ‘advogada da justiça e defensora dos pobres’ diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas, que clamam ao céu” (DAp 395)

O anúncio do Evangelho implica uma transformação da história que gire em torno da justiça, da valorização respeitosa das diferenças e da defesa dos direitos humanos, sobre os quais se deve fundar uma sociedade em que se viva coerentemente com o Reino. Nesta hora de grandes desafios, a Igreja é chamada a comprometer-se com os mais pobres, num esforço por promover sua dignidade e também no empenho de promover a justiça. Seu empenho em favor dos mais pobres e da justiça confirma sua fidelidade ao Evangelho de Jesus (DAp 98).

5.1.2.3 Uma pastoral social estruturada, orgânica e integral (*DAP* 401)

A comunidade, para estar a serviço do Reino, opta por assumir radicalmente o compromisso com a vida de todos os povos e de todo o planeta. Para isso, além da conversão pastoral, é impelida a cuidar de estruturas que lhe ajudem a realizar sua missão. Para que o Reino de Deus e a vida prevaleçam, o Documento de Aparecida, seguindo a tradição latino-americana, convoca todos a promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização, nas quais a vida está ameaçada (*DAP* 401).

Esse esforço se constitui como uma ação inerente à ação evangelizadora, parte integrante da missão em prol do Reino de Deus. Por isso é importante o lugar que esse tema ocupa no documento. Está incluso dentro do capítulo que trata sobre o Reino de Deus e a promoção humana. Segundo González, isso possibilitou definir a pastoral social como “umas das maneiras privilegiadas de tornar presente o serviço da Igreja ao mundo, sem diferenças de credo nem de comunidades eclesiais” (GONZÁLEZ, 2008, p. 246). Essa proposta se inclui no capítulo 8, dos números 399 a 405. Conforme o Documento, a Pastoral Social não é uma atividade optativa que se pode realizar ou deixar de realizar. “Ela é característica distinta do cristão. O serviço da caridade da Igreja entre os pobres é um campo de atividade que caracteriza de maneira decisiva a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral” (*DAP* 394).

Aparecida propõe uma renovada Pastoral Social para o desenvolvimento humano integral, apontando que as Igrejas Locais têm a missão de promover renovados esforços para fortalecer e revigorar essa estrutura eclesial, uma vez que sua existência é importante para a assistência e a promoção humana, fazendo-se presente nas novas realidades de exclusão e de marginalização (*DAP* 401).

Para assumir a proposta de uma pastoral estruturada, antes de qualquer decisão a ser tomada ou assumir prioridades e planejar a ação da pastoral social, deve-se realizar, primeiramente, uma leitura cristã da realidade (*DAP* 403), o que significa dizer que é necessário ter primeiro uma visão de conjunto, um conhecimento das causas dos problemas, um conhecimento da realidade social e só depois se pode realizar uma aproximação pastoral (GONZÁLEZ, 2008, p. 244).

A renovada pastoral social, orgânica e integral, que Aparecida propõe, se complementa com a retomada do legado latino-americano, reiterando o compromisso com a

opção preferencial pelos pobres e excluídos (*DAP* 391-398). Essa atenção provoca esforços contínuos para que a ação evangelizadora promova a transformação e o desenvolvimento integral de todo ser humano e da realidade que o circunda.

A opção preferencial pelos pobres marca a fisionomia da Igreja, é inerente à sua identidade e está implícita na fé cristológica (*DAP* 393). Assim, os evangelizadores, são chamados a contemplar, nos rostos sofredores, o rosto de Cristo que os chama a servi-Lo neles. Portanto a fé em Jesus leva a manifestar a solidariedade com gesto visível, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais excluídos. Até o discípulo missionário pode ser contagiado pelo consumismo individualista e por isso a opção pelos pobres poderá ficar em plano teórico ou simplesmente emotivo. Assumindo essa opção, é possível dedicar tempo a eles, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, escolhê-los para compartilhar horas ou anos de vida e procurando, a partir deles, a transformação de sua situação.

A pastoral social torna-se orgânica e vital quando assume o compromisso e a responsabilidade de fazer a identificação dos novos rostos sofredores. São eles: pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades, migrantes, enfermos, dependentes de drogas e detidos em prisões (*DAP* 407-430). O Documento ressalta que por meio da pastoral social se deve descobrir nesses pobres a sua potencialidade, realizando uma ação de “permanente acompanhamento em seus esforços por serem sujeitos de mudança e de transformação de sua situação” (*DAP* 394).

A pastoral social propõe-se a desenvolver ações concretas e de forma integral. Assumindo a opção pelos pobres, procurará envolver a promoção humana e a autêntica libertação, sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade. Os discípulos missionários deverão estimular o Evangelho da vida e da solidariedade nos Planos Pastorais, à luz da Doutrina Social da Igreja. Os leigos deverão ser ainda mais preparados e incentivados para intervirem nos assuntos sociais. Falar de opção pelos Pobres não é falar da virtude evangélica da pobreza, mas da situação de exclusão da maior parte da população mundial (*DAP* 399-430).

Dessa forma o documento de Aparecida propõe que sejam elaboradas ações concretas que tenham incidência nos Estados para a aprovação de políticas sociais e econômicas que atendam às várias necessidades da população e que conduzam para um desenvolvimento sustentável. Ressalta que esse trabalho deve suscitar a parceria de outros organismos. “Com a ajuda de diferentes instâncias e organizações, a Igreja pode fazer uma permanente leitura

cristã e uma aproximação pastoral à realidade de nosso continente, aproveitando o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja” (*DAP* 403).

Segundo Libanio, para se estabelecer uma renovada pastoral social é preciso estimular o evangelho da vida e da solidariedade nos planos pastorais e promover caminhos eclesiais mais efetivos, com a preparação e compromisso dos leigos para intervir nos assuntos sociais. A pastoral social se entende vinculada à promoção humana integral e defende-se uma globalização da solidariedade e da justiça, em resposta aos desafios da globalização financeira e midiática (LIBANIO, 2007, p. 122).

A proposta de uma pastoral social estruturada, no espírito de Aparecida, segundo Lozada, possibilitou uma nova definição para a mesma. Pode-se dizer que a Pastoral Social é

a caridade da Igreja discípula missionária, que, iluminada pelo Evangelho e pela Doutrina Social, vive e comunica a vida nova de Jesus Cristo, promove a dignidade humana, educa para a convivência e promove a verdadeira libertação integral dos nossos povos, a fim de construir o Reino da vida, que se expressa em uma sociedade solidária, justa e participativa, favorecendo os mais pobres, vulneráveis e excluídos (LOZADA, 2008, p. 41).

Ela, nesse contexto, fortalece a coerência entre fé e vida que a evangelização se propõe a assumir. Seguindo Santo Domingo, Lozada diz que a falta de coerência entre a fé que se professa e a vida cotidiana, torna-se uma das causas que geram a pobreza em nosso país, já que os cristãos não conseguiram encontrar na fé a força necessária para penetrar os critérios e as decisões nos setores responsáveis pela liderança ideológica e pela organização da convivência social, econômica, política de nossos povos (LOZADA, 2008, p. 36 SD 161).

O múnus da caridade, que a Igreja é convocada a abraçar, se consolida por uma pastoral social renovada. Constituindo-se numa ação de toda a Igreja, como comunidade e unindo todas as forças. Meio privilegiado para pôr em prática o mandamento do amor no compromisso com o próximo. Por isso necessita de estruturas ordenadas e organizadas, tornando-se meios concretos de atuação da verdadeira prática da caridade. É uma ação que emana da missão de Jesus e do compromisso de fé da Igreja (*DAP* 385).

5.1.3 Perspectivas de ação no âmbito da sociedade

Hoje mais do que nunca a Igreja está consciente de que a sua mensagem social será crível mais pelo testemunho das obras do que por sua coerência e lógica interna (*SRS* 48).

O Documento de Aparecida e o Papa Bento XVI ressaltam que a missão da Igreja e a evangelização por ela desenvolvida sempre consideraram a promoção humana e a autêntica libertação, pois ela não pode nem deve colocar-se à margem da luta pela justiça. É sua tarefa responder aos novos sinais dos tempos e a suas interpelações. A Igreja, inserida no mundo, desenvolve sua missão na sociedade. Recordar-se o Papa João Paulo II: “a solicitude social da Igreja, tem como fim um desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade” (SRS 1).

Segundo Libanio, no âmbito da missão *ad gentes*, Aparecida recordou várias preocupações. Recordou o dever do Estado de oferecer educação pública especialmente às crianças e aos jovens. Afirmou a relevância da Pastoral da Comunicação Social. Lembrou que no contexto de mudança de época os evangelizadores se encontram diante de novos areópagos da cultura, da experimentação científica e das relações internacionais. Incentivou os cristãos a atuarem na vida pública e trabalharem juntos na construção da sociedade (LIBANIO, 2007, p. 123).

Nesse âmbito, afirmam as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil que o compromisso social tem sua raiz na própria fé. O interesse autêntico e sincero pelos problemas da sociedade nasce da solidariedade para com as pessoas e do encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo. É sinal privilegiado do seguimento daquele que veio para servir e não para ser servido, devendo ser manifestado por toda a comunidade cristã, e não apenas por algum grupo ou alguma pastoral social. “Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos e à luta para vencer a injustiça é um contratestemunho e celebra indignamente a própria liturgia” (CONFERÊNCIA..., 2008, n.178).

A contemplação nos mistérios de Cristo e o engajamento na construção do seu Reino são critérios inconfundíveis para que se possa assumir compromisso *ad extra*. No mundo globalizado, em que as ações e suas consequências ultrapassam fronteiras, é impossível fechar os olhos para aspectos que atingem não apenas o povo brasileiro, mas também os demais povos, em especial os marcados pela pobreza, pela exclusão, pela violência e perseguição (CONFERÊNCIA..., 2008, n. 207).

Dizem as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora: “a ética social cristã não é opção facultativa ou generoso empenho de poucos, mas exigência para todos. Ela é contribuição própria da Igreja para a construção de uma sociedade justa e solidária e deve ocupar lugar de destaque em nosso programa de formação e na própria pregação inspirada pelo Evangelho” (CONFERÊNCIA..., 2008, n. 197).

5.1.3.1 Presença pública, por contraste, no mundo da cultura

Por seus esforços e preocupações com a sociedade, a Igreja, assumindo-a como um dever de seu ministério pastoral, ela o faz, como bem afirmou João Paulo II, pelos seguintes motivos: primeiro, desejando colocar-se a serviço do plano divino, no sentido de ordenar todas as coisas para a plenitude que reside em Cristo; segundo, em fidelidade à sua vocação fundamental de sacramento, ou seja, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano (SRS 31).

Aparecida propõe a conversão pastoral de todas as estruturas da Igreja; faz-se isso em vista da missão que a Igreja tem. Ela como seguidora de Jesus e continuadora de sua obra, precisa estar no mundo, tornando visível na história a presença do Reino de Deus.

Ocupar espaço dentro da sociedade não é tarefa fácil. O mundo da cultura se torna muito complexo. Por isso, propõe-se, que entre outras formas, o faça por meio de uma acertada formação. É urgente uma formação específica para que os evangelizadores possam ter uma incidência significativa nos diferentes campos, sobretudo, “no mundo vasto da política, da realidade social e da economia, como também da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e de outras realidades abertas à evangelização”, afirma o Documento (DAP 283).

É fundamental ter a sensibilidade para perceber os sinais do Reino em meio às contradições da atual sociedade e cultura. O Documento incentiva essa atitude, dizendo que, somente com espírito profético, é possível dialogar com as novas realidades culturais, pois a cultura globalizada faz surgir o individualismo, como característica predominante da atual sociedade, dando um gosto amargo para a vida. O espírito profético convoca todos a “neutralizar a cultura de morte com a cultura cristã da solidariedade, e assim torna-se um imperativo que diz respeito a todos nós e que foi um objetivo constante do ensino social da Igreja” (DAP 480).

No âmbito da valorização das culturas, Aparecida reassume o compromisso da III conferência em *Puebla*, “retomar com renovado vigor a evangelização das culturas de nossos povos e dos diversos grupos étnicos” (DAP 526; P 428). Assume o compromisso de defender os autênticos valores culturais de todos os povos latino-americanos, de modo especial os oprimidos, indefesos e marginalizados na sociedade moderna. Assim se propõe “conhecer os valores culturais, a história e as tradições dos afro-americanos, entrar em diálogo fraterno e respeitoso com eles” (DAP 532). É um passo importante na missão evangelizadora da Igreja junto à sociedade.

Em relação à presença pública da Igreja, o Documento ressalta que é hora de assumir o compromisso com as estruturas de poder, assim “compete também à Igreja colaborar na consolidação das frágeis democracias, no positivo processo de democratização na América latina e no Caribe, ainda que existam atualmente graves desafios e ameaças de desvios autoritários” (*DAP* 541). A partir dos princípios do Evangelho “precisa-se apoiar a denúncia de atitudes contrárias à vida em nossos povos de origem, a denúncia de todas as formas de discriminação e racismo, considerando que é ofensa profunda a dignidade humana criada à imagem e semelhança de Deus” (*DAP* 533)

5.1.3.2 Uma ação em parceria com outros organismos e instituições (*DAP* 384)

O compromisso com as questões que envolvem toda a humanidade implica a parceria com outros organismos e instituições. Num mundo globalizado, em que as ações e suas consequências ultrapassam fronteiras, é impossível fechar os olhos para aspectos que atingem não apenas o povo brasileiro, mas também os demais povos, em especial os marcados pela pobreza, pela exclusão, pela violência e pela perseguição, ressalta Aparecida.

Urge educar para a paz, dar seriedade e credibilidade à continuidade de nossas instituições civis, defender e promover os direitos humanos, proteger em especial a liberdade religiosa e cooperar para despertar os maiores consensos nacionais. O princípio da solidariedade proposto pelo Papa Bento XVI se faz necessário. Essa atitude de abertura torna-se um grande sinal, procurando envolver todos os níveis e estruturas da organização social. Segundo Bento XVI, “trata-se de um princípio particularmente idôneo para governar a globalização e orientá-la para um verdadeiro desenvolvimento humano” (*CV* 57).

Uma nova perspectiva se abre na mente de todos, dado o compromisso com o Reino. Aparecida propõe, que para melhor eficácia das conquistas pela dignificação do ser humano, deve-se trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições. A realidade de exclusão abrange a todos, por isso “requer que colaboremos com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas” (*DAP* 384).

Nesse âmbito é necessária atenção aos meios de comunicação social. Num mundo que valoriza cada vez mais os meios de comunicação, os cristãos devem aprender a utilizá-los e compreendê-los com mais desempenho, competência e profetismo, para o anúncio do Reino da Vida. As Diretrizes Gerais 2011, procurando ampliar essa preocupação, dizem que “tornam-se inadiáveis mais investimentos tecnológicos e qualificação de pessoal, para uso adequado dos meios de comunicação, uma ousada pastoral da comunicação, garantindo a

presença da Igreja no diálogo com a mentalidade e cultura contemporâneas, à luz dos valores do Evangelho” (CONFERÊNCIA..., 2011, n.117).

A opção preferencial pelos pobres, de raiz evangélica, exige atenção pastoral voltada a todos os âmbitos da vida social e aos construtores da sociedade. O Documento recorda que as situações de pobreza, em muitas realidades, são causadas pelas estruturas e pela falta de compromissos evangélicos de muitos cristãos (*DAP* 501). Por isso orienta que se promova uma presença pastoral junto aos empresários, aos políticos, aos formadores de opinião no mundo do trabalho, junto aos dirigentes sindicais e comunitários, disponibilizando e formando pessoas que se dediquem a ser presença significativa nestes meios (*DAP* 492). Um campo que requer cuidado e atenção pastoral é o diálogo com a ciência, devendo a Igreja marcar presença próxima e dialogante com as universidades e centros de estudos superiores (*DAP* 343).

5.1.3.3 Uma ação com incidência no âmbito nacional e internacional (*DAP* 384)

O compromisso sociotransformador, a solidariedade e as interpelações da realidade sociocultural que marcam a vida do povo brasileiro levam a Igreja a assumir uma ação sempre mais ampla, ultrapassando os limites de sua missão. O pluralismo cultural e a emergência da consciência planetária também a impulsionam para esse comprometimento.

À luz da fé, as novas realidades que compõem o panorama sociocultural são consideradas novos areópagos, ou seja, devem tornar-se lugares para onde a atenção evangelizadora também deve se voltar. Essas realidades estão presentes no seio da sociedade. Para compreender esses novos lugares, a evangelização necessita assumir compromisso de diálogo, onde se exige a presença pública da Igreja, ainda que por contraste. É necessário ousar o diálogo com as instituições e organismos que têm compromisso com a promoção do bem-estar do povo. Esse diálogo se faz por uma atitude de abertura e conversão e por um reconhecimento de valores do Reino fora das estruturas internas da Igreja. Atenção que se engloba a nível nacional e internacional, tecendo uma teia de parceria e compromisso com todas as questões que hoje envolvem a humanidade (*DAP* 539).

Aqui se retomam as ações que a Pastoral Social se propõe a desenvolver. Aparecida confirma que se façam contatos e que se possa influenciar positivamente as instituições nacionais e internacionais onde estão em jogo a dignidade da pessoa e a situação injusta dos pobres. O Documento aponta, como urgente, ações pastorais com a finalidade de serem presença solidária no meio de uma realidade de exclusão. Muitas são as tarefas que o Documento aponta entre as quais cita: “assumir evangelicamente e a partir da perspectiva do

Reino as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano e a trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano” (*DAP* 384). É importante que se atendam às necessidades urgentes, ao mesmo tempo que reafirma a colaboração com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas nos âmbitos nacionais e internacionais.

Essa tarefa, que envolve compromisso e missão, se impõe como resposta ao clamor desse tempo de mudança de época. A criatividade pastoral e as novas demandas sociais suscitam novas respostas. Devem-se elaborar ações concretas que tenham incidência nos Estados para a aprovação de políticas sociais e econômicas que atendam as várias necessidades da população e que conduzam para um desenvolvimento sustentável, diz o Documento (*DAP* 403). E ainda:

A Igreja na América latina e no Caribe sente que tem uma responsabilidade em formar cristãos e sensibilizá-los a respeito das grandes questões da justiça internacional. Por isso, tanto os pastores como os construtores da sociedade têm que estar atentos aos debates e normas internacionais sobre todas as questões que ameaçam, mas que também protegem a vida do ser humano e do planeta. Isto é especialmente importante para os leigos que assumem responsabilidades públicas, solidários com a vida dos povos (*DAP* 406).

As propostas que Aparecida aponta, especificamente a letra “a” e “d” do número 406 do Documento, se constituem como as mais relevantes nesse âmbito do diálogo com os organismos nacionais e internacionais. Afirma que toda ação pastoral se preocupa em

Apoiar a participação da sociedade civil para a reorientação e conseqüente reabilitação ética da política. Por isso, são muito importantes os espaços de participação da sociedade civil para a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável (*DAP* 406 a). Examinar atentamente os Tratados intergovernamentais e outras negociações a respeito do livre comércio. A Igreja do país latino-americano envolvido, à luz de um balanço de todos os fatores que estão em jogo, precisa encontrar os caminhos mais eficazes para alertar os responsáveis políticos e a opinião pública a respeito das eventuais conseqüências negativas que podem afetar os setores mais desprotegidos e vulneráveis da população (*DAP* 406 d).

O Documento propõe a preocupação com justiça como ação prioritária para se assumir o compromisso na promoção da vida, da dignidade e da construção da ética. Segundo Gonzáles, Aparecida orienta os evangelizadores a assumirem o compromisso por meio da pastoral social com o ecumenismo, compromisso também importante para construir essa ação mais integrada, especialmente no atual contexto. A vida dos povos, a dignidade humana e a defesa do meio ambiente, como casa de todos, se constituem numa agenda global, cabendo às

Igrejas maior empenho em encontrar colaboração mútua com outras comunidades cristãs e instituições civis (GONZÁLEZ, 2008, p. 253). Dessa preocupação deriva cada vez mais a atenção ao meio ambiente e à ecologia.

5.2 PERSPECTIVAS DE AÇÃO PARA A DIOCESE DE SANTARÉM

As perspectivas que acima se apresentaram do Documento de Aparecida sobressaem como elementos que podem ajudar a fortalecer o compromisso social da Igreja na Diocese de Santarém. Pretende-se ver sua possível contribuição assim como retomar as possíveis contribuições que outros documentos ofereceram, a partir dos dados já apontados nos capítulos anteriores dessa pesquisa. Deseja-se encontrar ações que possam contribuir para que a missão sociotransformadora seja fiel à missão de Jesus e à sua proposta de Reino e para que assim possam contribuir para fortalecer a ação social na Diocese de Santarém.

As perspectivas de ação poderão servir para continuar direcionando as ações pastorais das equipes de serviços, dos organismos pastorais diocesanos e também das próprias lideranças. Dados os desafios da mudança de época, com seu contexto de transformação socioeconômica que tem influenciado em toda região, acredita-se que é urgente encontrar perspectivas que possam ajudar a responder aos novos desafios e assim toda ação pastoral seja apontada como novos sinais dos tempos e concretização de boa nova para todas as forças vivas da Igreja e sociedade.

Como bem frisou o Papa Bento XVI: “A Igreja tem a grande tarefa de custodiar e alimentar a fé do Povo de Deus, e recordar também aos fiéis deste continente que, em virtude de seu batismo, estão chamados a ser discípulos missionários de Jesus Cristo a serviço da vida plena” (DI 3). O intuito é de que as proposta aqui apresentadas possam contemplar a verdadeira missão da Igreja: anunciar Jesus e o seu Reino, promover a vida e as esperanças para todos os batizados.

Acredita-se que a dimensão sociotransformadora apontada no documento de Aparecida pode ajudar a iluminar as ações oportunas para o contexto da Diocese de Santarém. Será averiguada em que medida essas perspectivas podem ajudar a promover e defender a vida da Amazônia, no contexto e Diocese. Quais as ações necessárias para revitalizar as pastorais sociais e o protagonismo das CEBs, uma vez que essas estruturas podem contribuir para direcionar uma pastoral mais coesa. E, por último, pretende-se averiguar quais são as estratégias fundamentais para a constituição da formação libertadora para os agentes e grupos, diante da volta de velhos paradigmas eclesiais. Todas essas possíveis perspectivas serão

abordadas a partir de subitens que possam favorecer o conteúdo necessário para nossa pesquisa.

5.2.1 Promover e defender a vida na Amazônia em meio aos contrastes

Jesus, com suas palavras e ações, inaugura o Reino de Vida do Pai. No mistério pascal, o Cordeiro de Deus se faz salvação para nós e o Pai sela a nova aliança e gera um novo povo (*DAP* 143). Ao chamar os discípulos, Jesus lhes dá uma missão: anunciar o Evangelho do Reino a todas as nações. Cumprir esta missão não é uma tarefa opcional, mas integrante da identidade cristã (*DAP* 144). A missão consiste em partilhar a experiência do acontecimento do encontro de Jesus Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa a pessoa, de comunidade a comunidade e da Igreja aos confins do mundo (*DAP* 145).

Essas perspectivas podem oferecer ao contexto da Diocese assumir com mais propriedade a promoção e defesa da vida como convocação derivada da própria missão de Jesus. Pode-se assim propor que, nesse chão da Amazônia, é urgente assumir essa convocação tendo profunda consciência de que essa tarefa faz parte da essência do cristão, e que a missão só tem sentido verdadeiro num compromisso com a defesa da vida, o que significa defendê-la em todas as suas dimensões. Pretende-se apontar algumas perspectivas de ação que possam garantir a vida nas seguintes situações concretas: dos ribeirinhos e dos indígenas, dos excluídos nas cidades e da ecologia ameaçada.

5.2.1.1 A vida dos ribeirinhos e dos indígenas

A Diocese de Santarém possui em sua extensão geográfica um componente muito importante que são os ribeirinhos e os herdeiros dos ancestrais indígenas. A ação sociolibertadora que se propõe realizar consiste em ser sinal de defesa e promoção de uma evangelização que os acolha em seu protagonismo.

Dar atenção a esses grupos procede do compromisso e da opção pela vida. Uma das primeiras ações será de se fazer uma leitura da realidade, para conhecer bem esses povos, procurando compreender sua história e sua cultura. Por meio do conhecimento de sua cultura, ao mesmo tempo estará se realizando o propósito da evangelização inculturada, compreendendo seus valores e o mais importante, reconhecendo suas potencialidades sociopolíticas. Eles possuem uma força capaz de garantir o seu protagonismo na sociedade em que vivem.

A cultura atual tende a propor estilos de ser e viver contrários à natureza e dignidade do ser humano. A missão, para que os povos tenham vida em Jesus, manifesta-se na convicção de que o sentido e a dignidade da vida humana se encontram no Deus vivo revelado em Jesus.

A vulnerabilidade da vida humana e as ameaças que os povos ribeirinhos na Amazônia atravessam exigem a soma de esforços com outros organismos e instituições para organizar estruturas de ordem social, econômica e política mais justas nos âmbitos de nossa realidade. A realidade dos desfavorecidos socialmente requer um despertar da Igreja para que não fique à margem na luta pela justiça, mas contribua no desenvolvimento dos valores sociais, como confere Aparecida (*DAp* 384).

O contexto de ameaças e de destruição dos rios, lagos e igarapés, que são fontes de vida para os povos ribeirinhos, compromete o seu futuro. A estagnação política e tecnológica em que estão mergulhadas as populações tradicionais - ribeirinhos e indígenas - desamparados e sem apoio técnico ou creditício, sustenta índices de produtividade muito baixos que, combinados com a dinâmica e as características do meio natural, os mantêm na dependência e submissos aos grupos de interesses que detém certo volume de capital e controlam o poder público. Trata-se, pois, de uma rede de relações de poder que sustenta uma hierarquia social que viabiliza a exploração econômica das potenciais riquezas naturais e dos trabalhadores ribeirinhos, na sua maioria agricultores, pescadores e extrativistas.

A complexidade dos problemas aumenta cada vez mais o empobrecimento dos ribeirinhos, ao qual se agrega também o peso da omissão do poder público que não oferece os serviços básicos para o bem-estar social, alegando falta de recursos. Nas comunidades rurais continua a falta de escolas, de postos de saúde, de órgãos do poder judiciário e de outros. Nada, enfim, que represente um Estado moderno. A conjunção de tais problemas é suficiente para se entender o que leva o indígena ou o ribeirinho das comunidades das várzeas a mudar-se para as periferias dos centros urbanos, onde as condições de miséria e precariedade logo se estabelecem junto a essa população de migrantes.

Tendo presente essa realidade, como já se apontou no Plano Pastoral Diocesano 2009, procura-se realizar ações concretas para efetivar as políticas públicas junto às comunidades, suscitando com urgência subsídios de conscientização e estudos, realizando debates sobre as alternativas de construção de estruturas básicas que garantam a vida em todos esses espaços. A discussão sobre a demarcação territorial, os projetos hidrelétricos, que estão sendo pensados para o Rio Tapajós e toda região amazônica, precisam de atenção.

Dado o valor primordial dos rios e lagos para os povos ribeirinhos, é de fundamental relevância a discussão sobre a água, constituindo espaço de diálogo junto às populações, mas também nas câmaras municipais e instituições não governamentais. É preciso intensificar essa discussão junto às colônias de pescadores e órgãos não governamentais, como sindicatos e ONGs. Tendo conhecimento da real situação dos danos que os projetos hidrelétricos podem causar, apontando suas consequências já vivenciadas entre essas populações, provocadas pelo desmatamento de matas ciliares e a emissão de agrotóxicos, pode-se efetivar ações concretas que possam ajudar a barrar o processo de agravamento dos meios que produzem a insegurança e ameaça a todos.

É oportuno nesse contexto, desenvolver ações que garantam a autonomia desses atores. Sendo possível por meio de um trabalho que favoreça a conquista da cidadania. Como propõe Aparecida, que se reconheçam os pobres “como sujeito de mudança e de transformação de sua situação” (DAP 394). Essa atitude ajuda a construir a verdadeira solidariedade, construindo uma rede de cidadania. Possidônio da Mata ressalta que “se nós cremos que os pobres são sujeitos da história, eles devem ser sujeitos das iniciativas” (MATA, 2005, p. 48). Apoiá-los em suas iniciativas, na conquista de sua cidadania, ajudá-los a tomar consciência de seu papel, oferecendo-lhes oportunidade para constituírem sua própria organização é, fundamentalmente, dar testemunho cristão.

A orientação e compreensão da opção preferencial pelos pobres, conforme Aparecida fez, ajudarão a ação evangelizadora na Diocese a ser presença de Igreja-samaritana junto a esses povos, resgatando sua dignidade e ajudando-os a conquistar sua cidadania, com direitos e dignidade. Que toda ação realizada pela pastoral social favoreça a organização, capacitação e formação desses povos em vista do protagonismo das pessoas envolvidas (IGREJA CATÓLICA, 2011, p.7).

Assumir a defesa dos povos indígenas e ribeirinhos é um “*kairós*” para aprofundar a missão da Igreja com esses setores humanos, como bem afirmou Aparecida (DAP 91). Ao se assumir esse compromisso, sabe-se que se dispõe a assumir os conflitos com o sistema que tem feito dos povos ribeirinhos pobres e excluídos. Pois com disseram os participantes do Simpósio sobre a Amazonia: “em uma região saqueada, devastada e agredida pela exploração madeireira, pela pecuária, pela soja, pela mineração e pelo uso dos recursos hídricos não se poderá fugir do embate com aqueles que sustentam os grandes projetos governamentais e o neoliberalismo” (SIMPÓSIO Amazônia que tempos..., maio de 2005).

Como já propôs o Documento do IX Encontro de Bispos da Amazônia, é necessário reforçar a presença inculturada e constante no mundo dos povos indígenas, das comunidades

ribeirinhas e quilombolas; além disso, continuar as denúncias frente a esses grandes projetos dos grupos econômicos que desrespeitam tais populações locais. Esse compromisso possibilita à Igreja afirmar-se com coragem, garra e profetismo (CONFERÊNCIA..., 2007, p. 20)

5.2.1.2 A vida dos excluídos nas cidades

O narcotráfico tem sido um dos problemas da sociedade, gerador de transtornos para as pessoas, as famílias e os governos. É um dos componentes do crime organizado, pertencente a uma rede internacional. Sabe-se que a América do Sul é, hoje, responsável pela produção de 100 % de toda cocaína consumida no mundo e 15% da heroína (ESPOSITO, 2005, p. 180).

Descreve-se, em meio a essa situação, uma trajetória sócio-histórica que representa grave anomalia e que indica a precariedade da capacidade cidadã dos indivíduos e grupos populares de se organizarem e se imporem ante a esses e tantos outros desafios. O que se pode fazer? Capacitar lideranças e envolver os comunitários em programas sociais com a finalidade de prevenir e administrar problemas sociopolíticos considera-se como uma ação importante a ser assumida em favor da defesa de todo projeto de vida na Amazônia e Diocese.

No simpósio sobre a Amazônia realizado em 2005, em Belém, constatou-se que a realidade estampada na Amazônia é fruto de um modelo de desenvolvimento alheio aos interesses do povo da região. A inserção dos povos autóctones da Amazônia na economia sempre ocorreu em condições de subordinação e exploração. No seio da economia globalizada, nos moldes do capitalismo neoliberal, a dinâmica do mercado absolutiza a eficiência e a produtividade como valores reguladores de todas as relações humanas. Ao privilegiar o lucro e estimular a concorrência, gera a concentração do poder e da riqueza em mãos de poucos, como recursos físicos, monetários e de informação. A consequência mais drástica é o fenômeno da exclusão, aumentando as desigualdades e mantendo na pobreza uma multidão de pessoas (SIMPÓSIO, a Amazônia que temos..., 2005).

Quem são esses excluídos? Em termos bem empíricos, na Diocese eles são os moradores e meninos de rua, os desempregados que na maioria se aglomeram nas periferias. Os moradores dos novos bairros que nos últimos anos têm surgido nas cidades, particularmente em Santarém, em bairros com estruturas precárias, sem saneamento ou infraestrutura adequada. Mais do que simplesmente pobres, eles estão mais próximos do que normalmente designamos miseráveis. O cultivo da agricultura mecanizada tem provocado o

êxodo rural e aglomeração de muitas famílias nas periferias, sendo essas relegadas ao desemprego, abandono e sujeitas a adentrarem-se ao mundo das drogas, constituindo-se sem inserção no mundo normal do trabalho.

Como propõe Aparecida, é fundamental que a partir da experiência cristã que se compartilhe com eles a defesa de seus direitos (*DAP* 398). A opção preferencial pelos pobres, interpela para que primeiro se possa perceber a situação de exclusão a que estão subjogados. Interpelados pelo Evangelho da vida, pode-se assumir um compromisso mais efetivo em prol da vida e em atitude de solidariedade. Procura-se desenvolver atitudes derivadas da fidelidade ao compromisso da Igreja com essa opção. Diz o Documento que só a proximidade ao mundo dos pobres nos faz seus amigos e nos permite apreciar profundamente os seus valores e potencialidades, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. “A opção pelos pobres deve nos conduzir à amizade com os pobres” (*DAP* 398). Por isso Gutiérrez afirma que sem amizade não há autêntica solidariedade nem um verdadeiro compartilhar com eles. Essa opção é por pessoas concretas, filhos e filhas de Deus (GUTIÉRREZ, 2008, p. 133). Agenor confirma a necessidade de realizar ações que concretizem essa indicação, pois “a distância nos imuniza na insensibilidade e na dureza de coração, transformando a crueza do real em realidade virtual. É preciso ousar expor-se a ver, pela solidariedade, mas também pela ajuda das ciências, para além de toda consciência ingênua ou cínica da realidade” (BRIGHENTI, 2006, p. 35).

Deixar-se conduzir pela solidariedade, para que se perceba a situação concreta dos excluídos nessas cidades, torna-se o desafio. Em Santarém e cidades próximas, tem crescido a prostituição, o tráfico de drogas e falta de perspectivas para os jovens. Tem se acentuado a violência e a criminalidade. Os que vivem na exclusão estão relegados ao desemprego, ao trabalho informal, “vivendo nas pobreza modestas, pouco chamativas, feitas vida cotidiana, tão assimilada que não se fala delas, vexações sofridas com fatos inelutáveis, e certo pudor a cobrir com um manto de silêncio” (GUTIÉRREZ, 2008, p. 133). Diante de todas essas situações, requer da ação evangelizadora, cuidado especial, atenção e trabalho de promoção humana, de tal modo que enquanto se proporciona aos excluídos ajuda para ter o necessário para a vida, não se pode esquecer que o fundamental é incluí-los em projetos de participação e promoção nos quais eles sejam sujeitos de sua reinserção social (*DAP* 407).

Não foge das responsabilidades da dimensão sociotransformadora para a Diocese a denúncia das injustiças diante da falta de condições de vida digna, especialmente na falta de condições de saúde, saneamento, moradia e educação, que se mantém como estrutura que constitui o cotidiano nas cidades do Baixo Amazonas. Cabe às pastorais sociais, em parceria

com os movimentos populares cobrar do poder público o atendimento necessário para reverter esse cenário. Estabelecer o direito e a justiça é expressão necessária da solidariedade com as pessoas concretas. Diz Gutiérrez, “cremos num Deus da vida que rejeita a pobreza desumana, que não é outra coisa que morte injusta e prematura” (GUTIÉRREZ, 2008, p. 135). A Igreja precisa persistir nas interpelações do Papa Paulo VI: “a evangelização não será completa se ela não tomar em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social das pessoas” (EN 29). Acredita-se que agindo assim a Igreja continuará sendo, com afincamento maior, companheira de caminho de nossos irmãos pobres e excluídos. Esse compromisso não pode ser somente das pastorais sociais, mas de toda a comunidade que abraçou a fé e o seguimento de Jesus, pois o compromisso para com os pobres e excluídos tem sua raiz na própria fé, como apontou o Papa Bento XVI.

Conforme as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil 2011, é preciso assumir com coragem essa ação de solidariedade e propor, como urgência da missão evangelizadora, o serviço à vida que começa pelo respeito à dignidade da pessoa humana, deixando-se interpelar pelo Espírito Santo e pela realidade social, sendo sensível para defender e promover a dignidade da vida humana em todas as etapas da existência. Que seja realizada uma ação de igreja, não somente de alguns, para se acompanhar as alegrias e preocupações dos trabalhadores, fazendo-se presentes nos locais de trabalho, nos sindicatos ou nas associações de bairros. Averiguar meios de acompanhamento das famílias que chegam e estão morando nos bairros periféricos das cidades, em atitude de solidariedade e de proximidade com sua situação concreta. Empenhar-se-á na luta contra o desemprego e subemprego, criando e apoiando alternativas de geração de renda, assim como a economia solidária, a agricultura familiar, as redes de trocas, o acesso ao crédito popular, o trabalho coletivo e a busca do desenvolvimento local sustentável e solidário, são ações que podem ajudar a construir uma vida melhor (CONFERÊNCIA..., 2011, n. 107, 110 e 111).

Como bem pediu o Documento de Aparecida, a Igreja ofereça atenção especial ao mundo do sofrimento urbano, isto é, que cuide dos caídos ao longo do caminho e dos que se encontram nos hospitais, encarcerados, excluídos, dependentes das drogas, habitantes das novas periferias, nas novas urbanizações e das famílias desintegradas (*DAp* 517 j).

5.2.1.3 A vida de uma ecologia ameaçada

Perani afirmou que a Amazônia é o lugar onde poderão surgir respostas aos mais graves problemas com que se debate a sociedade mundial na atualidade (PERANI, 2005, p.

226). Para ele, a mesma coisa vale da Igreja. A Igreja da Amazônia poderá contribuir para equacionar melhor os graves problemas e os desafios enfrentados hoje pela evangelização mundial.

A ecologia é importante campo de ação e, hoje, é preciso educar para a preservação da natureza e para o cuidado com a ecologia humana, por meio de atitudes que respeitem a biodiversidade e de ações que zelem pelo meio ambiente. Entre essas ações, destaca-se a preservação da água, patrimônio da humanidade, evitando a privatização do solo e do ar. O esforço por maior crescimento econômico deve ser orientado para o desenvolvimento sustentável. Segundo os bispos “é preciso evitar a depredação da natureza e não deixar às novas gerações uma terra poluída e devastada” (CONFERÊNCIA..., 2003, n. 166 g). Essas preocupações indicam à Diocese que se encontrem alternativas para se propor às instituições políticas e econômicas a elaboração, implantação e execução de políticas públicas necessárias para superar esses desafios. Estas são de responsabilidades dos municípios, Estado e União, mas exigem o acompanhamento e controle democrático por parte de todos os cidadãos, declaram as diretrizes.

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil 2008, ao abordarem as questões socioambientais de modo a inseri-las no conjunto de toda a missão evangelizadora da Igreja, destacam a situação ecológica, afirmando a cobiça internacional pela rica biodiversidade do Brasil com seus diversos biomas, que tem sido aceleradamente destruída. Afirmam que a devastação da Amazônia agride também a dignidade e a cultura dos povos indígenas, sobretudo, por parte dos fortes interesses de grupos econômicos. Essa realidade é fruto da cobiça de um modelo de desenvolvimento capitalista-consumista que privilegia o mercado financeiro e prioriza o agronegócio (CONFERÊNCIA..., 2008, n.37).

Essas propostas podem ser atualizadas no contexto da Diocese de Santarém. O despertar da consciência dos batizados para o cuidado da integridade da criação, defendendo-a e preservando-a, para abrigo e sustento de todas as pessoas, dos animais e de todo o ecossistema, em respeito às gerações futuras, ações que podem ser despertadas por uma sensibilização e uma espiritualidade ecológica. Além disso, se destaca a importância da educação para a preservação do meio ambiente, por meio de atitudes que o respeitem. Educar para a preservação do meio ambiente, mediante atitudes que respeitem e evitem a destruição da natureza, tanto no meio urbano quanto no rural.

Acentua-se, como ação relevante, a preocupação da Diocese, nesses últimos anos, quanto a esse aspecto da ecologia, sensibilizada pela conjuntura de mudança de época, pelos ciclos econômicos que têm se estabelecido em toda a região, que provocam significativas

mudanças nos espaços rurais e urbanos, mas também pela ênfase que o tema ecologia e Amazônia têm assumido no contexto nacional e internacional tanto por grupos eclesiais como por ONGs e movimentos sociais. O próprio Documento de Aparecida ressaltou a preocupação e o cuidado com o meio ambiente, propondo que se estabeleça entre as Igrejas uma pastoral de conjunto para melhor articulação de ações que possam sustentar a vida na Amazônia (DAP 475).

As perspectivas de Aparecida podem ter influenciado na elaboração do novo Plano Pastoral diocesano, 2009-2011, o que contribuiu para que se assumisse como prioridade a “Defesa da Amazônia, seus povos e sua biodiversidade”, propondo várias atividades apontadas como perspectivas de ação para se promover a vida de uma ecologia ameaçada em meio a muitos contrastes. Essas ações, ainda em andamento, serão eficazes na medida em que todas as estruturas que sustentam a pastoral se comprometam a assumi-las. Nesse plano constam ações que ajudam a ver e compreender a situação que envolve as questões ecológicas.

Os projetos hidroelétricos que o governo federal e os consórcios dos grupos econômicos estão projetando para a Amazônia, como Belo Monte e São Luiz do Tapajós, projetados para funcionar nos Rios Xingu e Tapajós no Pará, segundo a cartilha da CPT, precisam ser estudados e avaliados, sabendo de antemão que podem trazer poucos benefícios para as populações tradicionais. Segundo a cartilha da CPT, eles vão trazer muitos prejuízos para o meio ambiente e para a vida das populações tradicionais, uma vez que eles são pensados não para atender a demanda regional, mas a indústria de alumínio e outros interesses industriais (IGREJA CATÓLICA, 2009, p. 26).

Diante dessas e outras ameaças que se aponta concretamente na região, propõe-se um olhar cuidadoso para o meio ambiente. A consciência ecológica, que agora está eclodindo com força em todos os povos, produz convergência que nenhum movimento até hoje conseguiu. É momento de fortalecimento dessa iniciativa. Vista em sua dimensão positiva, torna-se a base de um atendimento comum, rico em possibilidades de mudanças capazes de corrigir erros e encontrar caminhos novos de vida, procurando intensificar o debate sobre essas questões decorrentes.

As propostas apresentadas no encontro dos Bispos da Amazônia em 1997 permanecem ainda relevantes para toda Igreja que vive e evangeliza nesse chão. Convocada a “ser Igreja, irmã da criação”, considera esse compromisso como parte de sua opção fundamental para salvaguardar toda criação, e suscitar em todas as pessoas o desejo de cuidarem do planeta como sua casa comum (OLIVEIRA, 1999, p. 279). Segundo Ivair Costa, os participantes

desse encontro convocaram todas as Igrejas do Brasil para assumirem o gesto de solidariedade, assumindo-se como Igreja peregrina junto aos povos da floresta (COSTA, 2008, p. 48).

Para Dom Gutemberg Freire, bispo de Coari (AM), muitos ainda não se deram conta do grande desafio. Propõe com urgência desenvolver cada vez mais uma ética ambiental. É preciso sustentar os princípios relacionados com a situação indígena, as reservas e a preservação de lagos, com a fauna e a flora, preocupando-se com as reservas e o remanejamento florestal, a biodiversidade e todos os meios que agridem e prejudicam o meio ambiente, como a pirataria e o desmatamento. Segundo ele, discernindo a atuação da Igreja dentro deste processo de desenvolvimento sustentável, na busca de um progresso em prol da paz, ela vem atuando como uma instância profética, missionária e guardiã da vida. Assumir a missão de Igreja, que pensa a Amazônia a partir do empobrecido, do indígena, das pessoas profundamente religiosas e ainda com a mente cheia de mitos e crenças, será muito mais relevante que importar projetos de fora (FREIRE, 2005, p. 223). Essa mesma orientação serve também para o meio urbano, onde se deve ajudar a todos a construir uma ética ambiental, muito apropriada para o contexto de Santarém.

As orientações de Aparecida podem ser desempenhadas por todas as forças vivas da ação evangelizadora. É oportuno fazer estudo, para compreender bem sobre toda a situação. Não basta dizer e apontar as ameaças; é preciso ir a fundo às causas, compreender o modelo econômico que aí se impôs. Por isso, precisa-se procurar um modelo de desenvolvimento alternativo, integral e solidário, baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana, que se fundamente no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens, e que supere a lógica utilitarista e individualista, que não submete os poderes econômicos e tecnológicos a critérios éticos (*DAp*, 473 c).

Buscar promover e defender a vida na Amazônia e, com ênfase, a dimensão da vida na sua totalidade não pode ser considerado modismo contemporâneo. Como recorda Ivair Costa, o cuidado com o meio ambiente não pode ser considerada uma questão a mais entre outras. Trata-se de uma questão social com imensas implicações econômicas e políticas (COSTA, 2008, p. 56). O Deus da vida confiou ao ser humano a sua obra criadora para que “a cultivasse e a guardasse” (*DAp* 470).

É preciso cuidar da vida, procurando alternativas e propondo uma evangelização à altura para responder os desafios da crise ecológica. No contexto da Diocese, propõe-se que se elaborem documentos, cartilhas, materiais de fácil divulgação para fazer trabalho de

conscientização dos grupos e comunidades rurais e urbanos. Em 2009 aconteceu o II seminário de debates sobre o projeto governamental das hidrelétricas na Bacia do Tapajós, reunindo mais de 40 entidades, movimentos, ONGs, sindicatos e associações que juntos encaminharam uma carta aberta às autoridades e à população brasileira. Tais iniciativas e ações devem continuar como compromisso da evangelização. Em sintonia com os bispos da Amazônia, precisa-se “evangelizar nossos povos para que descubram o dom da criação, sabendo contemplá-la e cuidar dela como casa de todos os seres vivos e matriz da vida no planeta, bem como fomentar uma espiritualidade ecológica por meio das romarias da terra e da água e incentivar escolas e comunidades para que assumam seu papel orientador na educação ecológica” (CONFERÊNCIA..., 2007, n.34).

5.2.2 Revitalizar as pastorais sociais e viabilizar o protagonismo das CEBs

A missão em prol do Reino de Deus supõe atualizar-se e inserir-se no contexto social, o lugar da missão. Sua atuação pastoral não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros, orienta o Documento de Aparecida (*DAP* 367). Para tanto, é importante que se esteja atenta ao passado, mas muito mais ao presente. Segundo Miranda, as comunidades do Novo Testamento servem de referência para esse agir da Igreja na contemporaneidade, uma vez que elas, com sua criatividade, compreenderam que a missão necessita de inculturação ao chão que essa se desenvolve (MIRANDA, 2007, p.173).

Segundo o Documento de Aparecida, para se evangelizar de acordo com as culturas, é importante a atualização dos meios, das estruturas e até dos fins. Ao propor a reformulação das estruturas paroquiais, o Documento deseja que essa mudança possa atingir qualquer entidade, estruturas ou comunidades que estão a serviço da evangelização. Abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favorecem a transmissão da fé, para que possam favorecer uma atualização em prol da missão. Esse aspecto possibilitou a análise, nessa pesquisa, que as pastorais sociais da Diocese de Santarém necessitam de uma revitalização, assim como as CEBs.

No impulso do Documento de Aparecida, apontam-se algumas ações que podem ajudar a revigorar essas estruturas tão importantes para dar substância ao compromisso sociotransformador. Pretende-se apresentar algumas ações, tanto para as pastorais sociais, como para as CEBs, para que possam continuar fortalecendo o rosto de uma Igreja Amazônica e merecedora de protagonismo.

Antes de apresentar as possíveis ações, vale lembrar as observações que padre Zenildo

faz, quando se trata de propor as perspectivas pastorais no contexto da Amazônia. Ele diz, “não podemos projetar estruturas fortes e pesadas para Amazônia. Em uma região que se move como se movem as águas, devemos pensar uma organização de caráter mais missionário e itinerante, não como algo que passa de tempo em tempo, mas de caráter de complementariedade, apoio e acompanhamento, com leveza e mobilidade” (ZENILDO, 2005, p. 247). Por isso como bem lembrou Miranda, não se deve temer buscar meios mais condizentes com a sociedade hoje, com coragem e criatividade (MIRANDA, 2007, p.173). Com a inculturação da fé, a Igreja se enriquece com novas expressões e valores, manifestando e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo, conseguindo unir a fé com a vida e assim contribuindo para uma catolicidade mais plena, não só geográfica, mas também cultural (*DAp* 479).

5.2.2.1 A necessária mediação das pastorais sociais

Como já se apontou, o Documento de Aparecida propõe que as Conferências Episcopais e as Igrejas Locais assumam o compromisso de promover renovação e esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização, onde a vida está ameaçada (*DAp* 401). Para isso é necessário que assuma ações capazes de corresponder às necessidades e às urgências dos feridos pela economia do país, afirma González (GONZÁLEZ, 2008, p 253).

As orientações que Aparecida propõe para a estruturação das pastorais sociais pode ajudar a Diocese de Santarém a fazer a superação da dicotomia que há quanto à importância da Pastoral Social, como já se apontou anteriormente, as vezes identificada como ação de um grupo de pessoas que são pressionadas por circunstâncias e, por isso, agem. Sendo assim, é preciso empenhar-se para mostrar a importância e o sentido verdadeiro da Pastoral Social que ultrapassa a realização de atividades pontuais, bem como definir melhor sua finalidade e seus fundamentos. O mesmo se pode dizer para as CEBs, para que sejam compreendidas como parte integrante de toda ação feita pela Igreja.

De igual maneira há necessidade de esclarecer com novos métodos e criatividade que a ação pela justiça e promoção humana não são alheias à evangelização. É preciso conscientizar os cristãos de que a evangelização feita por essas estruturas constitui parte da proclamação da Boa-nova. A luta pela justiça é legado da Igreja latino-americana e que ajudam a concretizar o compromisso com a opção preferencial pelos pobres, bem como manter viva a evangelização

comprometida com a promoção e a defesa da vida. Tudo que Aparecida reafirmou da opção pelos pobres e da proclamação do evangelho da vida é resultado de um processo que fez compreender o sentido de dizer “venha teu Reino”, afirma Gutiérrez (GUTIÉRREZ, 2008, p. 134).

Para isso propõe-se desenvolver um processo de caminhada eclesial mais efetiva, com a preparação e compromisso dos leigos para intervirem nos assuntos sociais. Segundo Agenor, a Igreja tem a responsabilidade de formar cristãos e sensibilizá-los a respeito das grandes questões da justiça. Em vista disso precisa assumir atitudes de compromisso com a realidade social e política, estando atenta ao desenrolar dos acontecimentos (BRIGHENTI, 2007, p. 33).

O que Aparecida propõe sobre o estado de permanente conversão pastoral pode sensibilizar as lideranças, para que se criem estruturas que possam viabilizar essa proposta. É preciso comprometer pessoas, planos, comunidades e todas as estruturas da Igreja, fazendo-se presentes no mundo dos pobres e excluídos. Isto exige um amplo e decidido esforço para educar a comunidade eclesial como um todo no conhecimento da Doutrina Social da Igreja. É preciso insistir para a importância do compromisso ético, apresentando-o como imprescindível para a própria fé cristã, e mostrar que a ética social cristã não é facultativa, nem generoso empenho de poucos, mas exigência para todos. Ela é contribuição própria da Igreja para a construção de uma sociedade justa e solidária e precisa ocupar lugar de destaque nos programas de formação e na própria pregação inspirada pelo Evangelho (CONFERÊNCIA..., 2008, n.197).

5.2.2.2 As CEBs como centro de promoção e defesa da vida

A comunidade é uma constituição herdada de toda a experiência cristã e que se constitui como povo de Deus, como nos lembra o Vaticano II. O povo de Deus não é parte, mas porção de toda humanidade. Essa comunidade é chamada, pela fé e o seguimento de seu Mestre, para ser promotora da vida. A vivência da fé em comunidade exige um compromisso no seu contexto social e cultural, com as pessoas que a constituem. A proposta da fé não é promessa vaga, mas ação eficaz, incidente e concreta. Segundo Agenor, a fé cristã leva a própria Igreja a descentrar-se de si mesma e a sintonizar com as grandes causas da humanidade, que são sempre causa do próprio Evangelho. Na perspectiva da *Populorum Progressio*, a salvação é vida em plenitude para o homem todo e todos os homens e para nossos povos (BRIGHENTI, 2009, p.169).

As mediações históricas que vão buscando propiciar a vivência da fé em comunidade são culturais e por isso precisam ser aprimoradas. “Ser Igreja-comunidade não muda, pois a Igreja deixaria de ser a Igreja de Jesus Cristo, mas o modo de ser comunidade precisa ser reinventado continuamente, segundo as condições e necessidades de cada época” (BRIGHENTI, 2009, p. 169).

O Documento de Aparecida apresenta que é no mistério da Trindade que nasce a comunidade. Os discípulos de Jesus são chamados para viver em comunhão com o Pai e com seu Filho, na comunhão no Espírito Santo. O mistério da Trindade é fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja (LG 1). As primeiras comunidades souberam assumir o compromisso de viver em comunhão, dispondo de sua missão para o cuidado dos pobres e das viúvas (At 9). Hoje essa comunidade continua com sua identidade de ser sinal de comunhão e promotora da vida, casa e escola de comunhão, de participação e de solidariedade, ressalta Aparecida (DAp 167).

A missão da comunidade, conforme o Documento, será sempre de anunciar o que Jesus Cristo fez e ensinou. Anunciar a pessoa de Jesus e sua boa nova de salvação (DAp 172). Mas também, necessita participar de uma evangelização vivida de forma integral, comprometida com a vida. Se Jesus veio para que todos tenham vida em abundância, as comunidades (paróquias) precisam responder às grandes necessidades desse tempo. “Para isso, têm que seguir o caminho de Jesus e chegar a ser a boa samaritana como Ele” (DAp 176).

As CEBs, na Diocese de Santarém, por essa compreensão, podem continuar sendo sinal visível do compromisso com o Reino de vida que Cristo veio trazer. A partir da atitude de compromisso com a realidade, assumindo a atitude de Igreja samaritana e profética, verão que as condições de vida de muitos abandonados e excluídos é incompatível com a proposta da comunidade de Jesus. Essa nova comunidade incidirá em todas as realidades e estruturas. Diz Aparecida: “se pretendemos fechar os olhos diante dessas realidades, não somos defensores da vida do Reino” (DAp 358). Daí que é preciso não só boa vontade, mas a mudança de mentalidade e edificação de novas estruturas, que sejam justas e que se coloquem a serviço da vida digna.

O Documento de Aparecida, fazendo ponte com as conferências de *Medellín*, *Puebla* e *Santo Domingo*, reafirmou que as comunidades Eclesiais de Base têm sido escolas que ajudam a formar cristãos comprometidos com a fé, discípulos e missionários do Senhor, “como o testemunha a entrega generosa até derramar o sangue de muitos de seus membros”

(DAP 178). Acredita-se que, na Diocese, elas podem ser constituídas com essa mesma configuração, assumindo o protagonismo da formação de cristãos comprometidos com a vida.

No contexto de valorização da subjetividade de forma positiva e na busca de alternativa aos isolamentos e vazios oriundas da pós-modernidade, as CEBs na Diocese poderão assumir o compromisso com a valorização da vida, concretizando a relação fé-vida e o compromisso cidadão, colocando em prática os ideais de um outro mundo possível, a utopia do Reino de Deus, sendo espaço de acolhida e de encurtamento das distâncias entre as pessoas (MARINS, 2008, p. 20).

Para as CEBs continuarem sendo sinal de vitalidade na vida da Igreja e das ações desenvolvidas pela Diocese, para fortalecer a dimensão social e tornarem-se o centro de promoção e defesa da vida, acredita-se que elas precisam ser colocadas como estrutura básica de toda a ação pastoral, não sendo somente apontada como diretriz, mas precisam tornar-se estrutura concreta, precisam ser comunidade humana e vivenciar essa humanidade, com um rosto e uma identidade. Podem tornar-se mais vivas, mais acolhedoras e interlocutoras de grupos e comunidades, podendo ser constituída na experiência de formar redes de comunidades, o que ajuda a inibir as tentativas de isolamentos presentes em nossa realidade pastoral.

Elas, na Diocese, precisam ser expressão visível da opção preferencial pelos pobres, sendo o meio apropriado para atualizarem o Evangelho da vida e a defesa dos mais necessitados, colocando-se como parceira dos que o neoliberalismo trata como supérfluos e descartáveis. São grande instrumento para encaminhar junto aos movimentos sociais ações de solidariedade, não alimentando paternalismo, mas trabalhando a alteridade de todos os seus membros que são debilitados pela sociedade. Elas necessitam “ser o braço estendido e a presença marcante da Igreja, nos movimentos sociais e políticos, como militantes cristãs, comprometidas com as causas humanitárias da Igreja” (MATA, 2008, p. 51).

Segundo Agenor, urge, hoje, sobretudo diante da emancipação das pessoas em relação às instituições, repensar o modo de ser comunidade, reinventar formas de viver a fé com os outros, numa cultura que desafia integrar autonomia, liberdade pessoal e subjetividade individual nas estruturas de convivência. Também as CEBs em Santarém precisam se ressituar diante do novo contexto (BRIGHENTI, 2009, p.166). O desafio é dar uma qualidade nova ao que existe, nesse novo contexto, sem negociar o rumo, bem como continuar alimentando por meio das CEBs as esperanças do povo. Como criar espaços para que elas continuem sendo aquilo que os Bispos da Amazônia apontaram: “sinais bem concretos da Igreja Povo de Deus-Corpo de Cristo, por isso precisam ter abertura necessária para acolher,

dinamizar pastorais, movimentos e grupos firmando-os na comunhão da Igreja Particular” (CONFERÊNCIA..., 2007, p.26).

Acredita-se que diante da emancipação da subjetividade na pós-modernidade, as CEBs podem assumir o resgate da dimensão emocional, fator tão evidenciado hoje e, que decorre dessa subjetividade. Como elas podem assumir a acolhida da emoção, para garantir um espaço de acolhida de todos? Sabe-se que o ser humano age motivado pela emoção; com as CEBs podem resgatar essa dimensão?

5.2.2.3 Uma Igreja inculturada, com rosto amazônico

A conferência de Santo Domingo ao abordar a temática da inculturação, proporcionou uma abertura para uma maior inserção da ação pastoral junto às diversas realidades sociais. Propôs que o Evangelho fosse inculturado nas diversas culturas latino-americanas, o que não significou que se criasse uma única cultura cristã (SD 290).

O Documento afirmou que a inculturação do Evangelho é processo que supõe reconhecimento de valores evangélicos que se têm mantido na atual cultura. O reconhecimento dos novos valores coincide com a Mensagem cristã. Mediante a inculturação, se pretende oferecer à sociedade elementos para que esta descubra o caráter vital desses novos valores, reconhecendo-os e promovendo a sua autonomia. Essa perspectiva se abre para os dois fenômenos que compõem também a mudança de época no contexto atual: a consciência planetária e o descobrimento das culturas. São fenômenos sociais que repercutem no cotidiano das pessoas e na forma da Igreja atuar.

Segundo Agenor, o imperativo da inculturação dá nova perspectiva à missão evangelizadora da Igreja, tanto *ad intra* como *ad extra*. Para ele, em nível interno, a inculturação advoga a necessidade e a responsabilidade de tantas versões autênticas do cristianismo quantas forem as diferentes matrizes culturais. Em nível externo, ele ressalta que a tarefa da inculturação implica diálogo inter-religioso e macroecumênico, uma vez que não existe cultura sem religião (BRIGHENTI, 2001, p.32).

Ao se buscar identificar uma Igreja inculturada com o rosto amazônico, deseja-se resgatar essa identidade, tendo como referência essa mesma compreensão.

Segundo Marlene Corrêa, a Amazônia com sua diversidade e desigualdade de vida, ciclos, espaços, culturas e contradições pode configurar-se como uma região do mundo onde vários caminhos foram abertos pelas forças históricas (CORRÊA, 1999, p. 238). Sua realidade é por si marcada por grandeza e enormes diferenças: grandes rios, grandes peixes, grandes

árvores, povos e culturas que sempre vão oferecer diferentes visões de mundo. Por isso, a evangelização não pode prescindir desse contexto. A Evangelização sociolibertadora que a Diocese de Santarém se propõe assumir é também pautada por esse contexto, mas concretamente tem procurado atualizar os ideais propostos nos documentos de Santarém e de Manaus.

Propõe-se que os evangelizadores na Diocese cultivem essas propostas, assumindo o compromisso da encarnação da realidade, onde se exige um total entrosamento com a realidade das pessoas e do seu lugar concreto. Tudo o que o documento de Santarém apontou nesse âmbito, considera-se válido. O mesmo indica que toda evangelização deve se inserir na realidade das pessoas, assumindo o seu cotidiano e sendo conhecedora dessa mesma realidade, por meio de estudo, reflexão e avaliação de sua presença e de seus métodos.

A Igreja que se deseja para Amazônia e, principalmente para a Diocese de Santarém, precisa ser Igreja companheira dos povos amazônicos, inserida na sua luta, nas suas esperanças e compreensiva de sua maneira de ser e viver, respeitosa da natureza, de sua cultura. Cultura marcada pela valorização das festas, dos mitos e do ser humano. Assumir com orgulho a proposta do documento de Manaus, a começar pelo seu lema: “Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”. Renovar o compromisso de ser Igreja com um rosto e esse rosto é amazônico. Por isso se propõe aprofundar a inculturação da fé nas realidades ribeirinhas, urbanas, respeitando as culturas dos indígenas e de todos os migrantes. Valorizar a cultura dos quilombolas, dos lavradores e criando espaço para a articulação e valorização das mulheres e homens. Reconhecer nesse pluralismo os sinais da presença do Reino. Necessita ser testemunha do diálogo, paciente e humilde, baseado na aproximação pessoal de cada cultura (DOC. de Manaus, 1997, n. 28). De Igual maneira significa ser Igreja servidora e defensora da vida com todas as suas prerrogativas contra todas as ameaças à vida, assumindo o compromisso profético e de diaconia.

Deve assumir como pressuposto de toda a sua ação, a defesa da Amazônia, sua cultura e sua biodiversidade. Revitalizar o compromisso de “Igreja Irmã da Criação”, atualizando o que disseram os Bispos: “para a nossa Igreja é um privilégio viver a missão nessa região repleta de belezas, onde a aliança do Criador com o universo aparece tão fortemente, seja na tradição bíblica, seja nas culturas” (DOC. Manaus, 1997, n. 34). Propõe-se ainda, continuar de forma concreta o compromisso de ser Igreja no meio dos pobres, com a mesma atitude do samaritano. Ser corajosa para defender com profetismo as vítimas dos gananciosos, que solapam as riquezas e os bens da fauna e da flora na região. Não se calar diante das injustiças, mas apoiar as mobilizações e os movimentos sociais, cultivando a solidariedade com sua

presença junto aos acontecimentos, pois a memória dos mártires da Amazônia e a opção pelos pobres devem seguir norteando para sempre a mística dos cristãos amazônicos (MATA, 2005, p. 48).

Por fim, seguindo os passos propostos por Agenor, em seu livro “Por uma evangelização inculturada. Princípios pedagógicos e passos metodológicos”, 1998, acredita-se que, levando em conta as indicações propostas, é fundamental aproximar a identidade de Igreja inculturada com rosto amazônico. Dos sete passos que ele propõe, acredita-se que podem ser atualizados e contextualizados para a realidade da Diocese. Vejam-se os passos:

1. Ser presença testemunhal ou de empatia. Esse passo está em sintonia com a proposta da *Gaudium et Spes*, pois se trata de solidarizar-se com os problemas, “as alegrias e as tristezas, as angústias e as esperanças[...]” (GS 1). Antes de tudo evangelizar significa testemunhar uma atitude de respeito e acolhida das culturas, por causa de Deus e da obra que ele realizou no seio delas. Presença testemunhal é falar de Deus sem fala em si, uma evangelização implícita, na medida em que a simples vivência da fé vai sensibilizando, abrindo espaço nos corações e criando as condições propícias para o diálogo intercultural e inter-religioso.

2. Relação dialógica ou de simpatia. Esse segundo passo consiste em estabelecer uma relação dialógica entre agentes evangelizadores e membros das outras culturas. Evangelizar não é ignorar e nem impor o diálogo; aqui não é somente método pastoral, mas se constitui num elemento autêntico da missão. A atitude de escuta e de comunicação respeitosa forma parte do anúncio. O fundamento teológico para essa atitude está na Trindade, pois nela tudo é relação, comunhão, impulso amoroso, dom recíproco, comunicação de pessoas. Atitude de reconhecimento dos valores da cultura como sementes do Verbo, o que possibilita ao evangelizador descobrir os valores existentes nas culturas.

3. Identificação e reconhecimento dos valores da cultura como “sementes do Verbo”. Leva o evangelizador a descobrir os valores existentes nas culturas, cabendo-lhe identificar e reconhecer esses valores. Jesus Cristo é o critério para distinguir nas culturas o que é compatível ou incompatível com a fé cristã.

4. Anúncio amoroso e respeitoso da positividade cristã. Trata-se de revelar explicitamente este Deus, de dar a conhecer a positividade cristã. É feito pela explicitação daquilo que se crê. Segundo Agenor, retomando a *Evangelii Nuntiandi*, qualquer projeto pastoral, por mais belo que seja, com o passar do tempo, torna-se impotente se não for explicitado “por um anúncio claro e inequívoco de Jesus Cristo” (EN 21).

5. Mútua evangelização explícita ou reflexão crítica. Trata-se do

desencadeamento de uma reflexão crítica comum de ambas as partes, no sentido de cada uma ajudar a outra a não absolutizar a própria cultura diante da transcendência do Evangelho e nem seu modo de apropriação do mesmo. Os agentes de evangelização precisam deixar-se questionar pelos membros da cultura em relação a sua própria versão de cristianismo. O pensar crítico que caracteriza esse passo “é um pensar que percebe a realidade como um processo que capta, não como algo estático, mas num constante vir-a-ser”. Nesse passo a hermenêutica bíblica pode ajudar a desenvolver o relacionamento entre os evangelizadores e as culturas.

6. Apropriação ou assimilação sintética. Consiste em assimilar o Evangelho a partir do núcleo dos valores e do modelo de vida dos membros da própria cultura e não em fazer mera adaptação externa. Não é tanto o Evangelho que se incultura, senão que é a cultura que incorpora a seu modo o Evangelho. Há uma apropriação tanto do lado da cultura, como do lado do Evangelho. Apropriação recíproca, tanto do lado dos que anunciam a Mensagem revelada como dos que a recebem.

7. Surgimento ou crescimento de Igrejas culturalmente novas. Consiste em visualizar numa comunidade os valores novos propostos nos passos anteriores. Um autêntico processo de inculturação cria comunidades eclesiais renovadas, transformadas, humanas, sustentadas por uma eclesialidade pluriforme, propiciando a originalidade criadora do Espírito. Essa Igreja culturalmente nova que surge é uma comunidade chamada ao discipulado e à missão. Discipulado que consiste no compromisso de transformar seu contexto sociocultural em vista da instauração do Reino ((BRIGHENTI, 1998, p.67-97).

Acredita-se que para revitalizar as pastorais sociais e viabilizar o protagonismo das CEBs, sendo Igreja inculturada com rosto amazônico, a Diocese precisa assumir o compromisso de ser guardiã da vida, juntando as forças com organismos e movimentos autênticos que lutam e tem compromisso com essa mesma causa, assumindo atitude de defesa e cuidado. A propósito, fala-se hoje de ser estabelecida a pastoral humanitária e planetária, que se inspira em todos esses pressupostos elencados acima.

5.2.3 Propiciar uma formação libertadora frente à volta de velhos paradigmas eclesiais

Em 1972, quando os Bispos da Amazônia realizaram o encontro em Santarém, no contexto pós-Vaticano e interpelados pela Conferência de *Medellín*, abraçaram como desafio duas diretrizes básicas: “Encarnação da realidade e Evangelização libertadora”. Os planos de pastoral, que posteriormente foram organizados, tentaram colocá-las em processo de

realização, nas comunidades e estruturas, mas particularmente por meio das prioridades. Uma dessas prioridades que fora indicada no encontro trata da Formação dos Agentes de pastoral.

A importância da formação libertadora para os bispos da Amazônia foi desde sempre uma das suas prioridades, especialmente no contexto dos anos 70. Preocupação que os levou a criar os dois institutos, um em Manaus e outro em Belém, para cuidar da formação com características amazônicas.

No contexto da Diocese de Santarém essa prioridade tem proporcionado a sustentação do Projeto das Semanas Catequéticas, as Escolas de Lideranças e a responsabilidade que os leigos e leigas têm assumido na organização e desenvolvimento de toda a ação pastoral. Entende-se que embora sendo outro contexto, essa prioridade precisa ser melhorada para que possa continuar contribuindo com a relevância da dimensão sociotransformadora. Padre Luiz Pinto diz que a formação, desde o encontro de Santarém (1972), passando pelo Encontro de Manaus (1997), é colocada como uma opção pastoral prioritária na Amazônia. “Muita coisa foi feita e continua fazendo parte do esforço dos Regionais e das dioceses e prelazias no âmbito da formação, sendo umas das prioridades de nossa opção pastoral” (PINTO, 2005, p. 255).

Diante do novo contexto, hoje, mais do que nunca, se propõe uma formação mais voltada para as realidades pastorais da Amazônia. Compreender a realidade é compromisso da evangelização inculturada, proposto no Documento Santo Domingo e Aparecida. Procurar inserir-se nas realidades de cada um, deixar-se envolver por seus valores, contemplar as sementes do Verbo presentes na vida humana e da natureza na Amazônia, isto deve ser parte integrante da formação de todos os agentes, afirma padre Luís (PINTO, 2005, p. 256).

A formação lança perspectiva para o trabalho em equipe, inspirando-se na pastoral de comunhão, em tudo o que Vaticano II já apontou, situando-a no contexto de mudanças, para contribuir com a transformação da sociedade, por meio da capacitação de evangelizadores com maior consciência cidadã.

5.2.3.1 Manter viva a renovação do Vaticano II e da tradição latino-americana

Esse passo foi significativo na Conferência de Aparecida. Ela retomou com precisão o Concílio Vaticano II, apontando-o como indispensável para a Igreja do nosso tempo. Confirmou de forma madura os valores eclesiais da tradição latino-americana, recuperando principalmente o vigor do método ver-julgar-agir (*DAp* 19), a opção preferencial pelos pobres (*DAp* 91) a unidade inseparável entre seguimento de Jesus e o compromisso com a justiça

social (*DAP* 384), a importância das Igrejas Locais (*DAP* 166) e as Comunidades Eclesiais de Base, sendo assumidas como espaço de comunhão eclesial junto com a Diocese (*DAP* 178).

Nessa perspectiva, acredita-se que, no contexto diocesano, deseja-se propiciar esses elementos que são marcantes ao longo dessa caminhada eclesial. Eles precisam ser atualizados, uma vez que são identitários para a formação dos cristãos. Não podem ser reduzidos à mera recuperação de seus conteúdos e métodos, mas precisam ser contextualizados às mudanças sociais e eclesiais. Em uma realidade que muda rapidamente e revela cada vez mais sua enorme complexidade, comprometer-se com eles implica também saber ler, enriquecer, ressignificar essa tradição à luz das novas contribuições, desafios e linguagens que surgem da experiência atual (BONAVÍA, 2008, p. 62).

Como manter vivos e atualizados para que possam orientar a formação libertadora no contexto da Diocese de Santarém?

Para manter viva essa memória, propõe-se fazer uma atualização desses fundamentos, tendo presente o contexto da Diocese. É urgente que continuem servindo de inspiração para todas as estruturas, planos e componentes da pastoral e não somente das pastorais sociais. É preciso aprofundar a compreensão e a concretude desses elementos indicados em Aparecida e já atualizados nas Diretrizes desde 2008 e agora em 2011. Por meio de estudo e uma avaliação profunda para que se possa compreender a relevância na ação pastoral.

É fundamental que se constitua a pastoral no horizonte da Pastoral Orgânica e de Comunhão. Segundo Agenor, a Pastoral de comunhão e participação é nosso modelo. É o modelo latino-americano e caribenho, constituído na perspectiva do Concílio Vaticano II. Somente ela pode dar forte acentuação sociotransformadora, dando substâncias aos compromissos ressaltados pelo magistério latino-americano e pelas propostas encaminhadas nos documentos pontificais, como a *Populorum Progressio*, *Evangelii Nuntiandi* e pelos documentos das conferências episcopais, desde *Medellín* até Aparecida (BRIGHENTI, 2006, p. 37).

Os dois elementos apontados por Libanio podem ajudar na sustentação dessas indicações e podem ser atualizados no contexto diocesano: a dimensão laical e colegial. A primeira trata de garantir a alteridade dos leigos e suas respectivas autonomias. Assim os leigos assumirão maior protagonismo, pois estão mais inseridos no mundo e, assim, “serão uma consciência e voz cristã mais facilmente audível”. A segunda, a dimensão colegial, é necessária, pois os autoritarismos estão condenados ao fracasso. Ajuda a fortalecer as estruturas de base e de comunhão entre todas as comunidades em todos os níveis. São

perspectivas que fortalecem o diálogo, a participação e o princípio de subsidiariedade (LIBANIO, 2003, p. 239).

Concretamente deixando-se nortear por esses paradigmas, propõe-se dizer que esse modelo pode ser ainda inspirador para que se possam constituir novas estruturas, fundamentadas numa relação de igualdade, onde se vislumbre o protagonismo dos leigos e dos pobres. Consideram-se os primeiros como sujeitos de voz e vez, com ministérios específicos, atendendo a realidade emergente, fortalecendo a sua participação nos organismos diocesanos. Quanto ao segundo, o compromisso com os pobres, levará a assumir uma pastoral que se empenhe a ser parceira de outros organismos da sociedade, assumindo em conjunto a sua causa e edificação de novas estruturas geradoras de oportunidades para todos.

Assumir esses compromissos significa repensar a nossa eclesiologia pois, segundo Agenor, o novo paradigma cultural, que marca a passagem da sociedade para a multidão por meio da emancipação dos indivíduos que internalizam pessoalmente as decisões diante das instituições, leva a Igreja a repensar o seu próprio conceito de comunidade (BRIGHENTI, 2006, p. 41). Isso implica, entre outras coisas, criar dentro dela maior espaço de autonomia para as subjetividades e de acolhida das diferenças. Redunda na reforma institucional, em que deverá tirar do atual contexto sociocultural a linguagem para expressar a fé, assim como suas estruturas, para que a Igreja se configure historicamente de um modo não contraditório com a mensagem veiculada (BRIGHENTI, 2006, p. 41). Assim é preciso intensificar processos educativos, parcerias para formação de consciência crítica que fortaleçam as diversas formas de resistência, por meio de cursos, seminários, palestras, etc.

Estabelecer os meios estruturais que possam sustentar uma eclesiologia de comunhão e participação. O reino de Deus exige que se busque construir estruturas justas, para fazer da Igreja um sinal do Reino. Tais meios são importantes para a verdadeira integração dos cristãos: assembleia, os conselhos pastorais e coordenações que possam ser verdadeiro instrumento de diálogo e de comunhão entre todos. Confirmando o que *Puebla* diz,

cada comunidade eclesial deveria esforçar-se por construir para o continente um exemplo de modo de convivência onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem forças de organização e estruturas de participação (P 272).

Manter viva a renovação latino-americana poderá ajudar a Diocese a ser uma Igreja não de massa, mas Igreja comunidade de comunidades, responsável e que seja fermento na massa. Possibilita-lhe não perder o horizonte último, o Reino de vida, não desvincular a fé da

vida, não esquecer o compromisso com os pobres e excluídos, esses constituídos como sujeitos eclesiais e sociais, verdadeiros lugares teológicos e fonte de espiritualidade e de formação libertadora (CODINA, 2008, p. 120).

5.2.3.2 Situar-se no atual contexto de mudanças em atitude prospectiva

Assumir a visão prospectiva da realidade torna-se o imperativo nesse contexto. Cada um deve imbuir-se de atitude otimista, positiva, mas não ingênua ou infantil, pois a consciência crítica leva os agentes a assumirem a “utopia do Reino”, colocando os pés no chão e a mão na massa do hoje da história. Essa atitude promove abertura ao dinamismo da história e, portanto, ao novo, sempre discernindo com serenidade e ciência. Segundo Agenor, “a visão prospectiva da realidade é a ótica típica dos profetas e inconformados, das ‘minorias abraâmicas’ e dos que ainda crêem no poder das utopias e do Senhor desta história; enfim, dos que são habitados pela virtude da esperança” (BRIGHENTI, 2000, p 20).

Essas indicações, amparadas pelas propostas de Aparecida servem para a Diocese assumir as ações pastorais de dimensão sociotransformadora como projeção de um futuro desejável. Se de fato chegou o fim da história e só nos resta a ditadura do presente, ou se o futuro é a volta ao passado, então não há espaço para o planejamento. Ora se já não há utopias ou se estão todas em crise, só há uma saída: ou se está imbuído de uma visão prospectiva capaz de reprojeta-la ou criar outras, ou, então, o planejamento torna-se obsoleto e irrelevante.

A visão prospectiva ajuda a superar a falta de referência e paradigmas de hoje. O mundo pode não ter utopia e até procura aniquilá-la, mas as comunidades, seguidores de Jesus, não podem negá-la. Agenor diz: “a rigor uma comunidade de fé, por mais duras que sejam as condições em que lhe toca missionar, jamais poderia perder a esperança e o horizonte da terra prometida ou da civilização do amor” (BRIGHENTI, 2000, p. 22). Espera-se da Diocese a manutenção dessas esperanças cristãs e que possam nortear a vida concreta dos evangelizadores.

Construir uma consciência crítica em relação ao paradigma dominante deve ser atitude assumida pelas lideranças eclesiais e os movimentos populares em toda a Diocese. Assim se precisa buscar a construção de formas alternativas de alimentar a utopia de um outro mundo possível, não somente no plano teórico, mas estudar e propor meios alternativos de produção e formas de convivência social e cultural. O que se propõe, no seu conjunto, é a busca de outra forma de ser, agir, de pensar, de sentir, num esforço de libertar-se e superar o modo dominante de ser, assentado sobre o ter, o concorrer, o consumir, tudo em função da

afirmação e sucesso individual, fugindo a qualquer responsabilidade ética (CONFERÊNCIA..., 2010, p.71). A consciência cidadã que se propõe é a forma de construir um outro mundo possível e um novo paradigma civilizacional.

Também para o contexto da Diocese de Santarém acredita-se que seja necessário alargar os horizontes das análises e compreensões da realidade sociocultural. No atual contexto de sociedade fluida, movediça, não são suficientes as declarações ideológicas contrárias ao paradigma dominante, de contestação somente, nem tão pouco fazer imposição de um projeto de sociedade alternativa. É muito importante garantir práticas que revelem coerência do que é afirmado teoricamente. Não se pode apresentar proposta como se fosse verdade absoluta, estática e acabada. É fundamental a atitude de diálogo com os grupos sociais, as entidades e até mesmo com as estâncias de governos. É importante que os evangelizadores saibam que não existem iniciativas puras, todas acontecem no interior de uma sociedade ainda hegemônica pelo paradigma da modernidade subsumida pelo capitalismo neoliberal globalizado.

Outras iniciativas a partir desse referencial podem ser importantes para que a formação libertadora constitua a sustentação da dimensão social na Diocese. Entre outras se aponta aprofundar o conhecimento das práticas de economia solidária³⁰ e de sua articulação em nível diocesano. Ousar assumir essa prática, pois há um espaço cada vez mais apropriado nas comunidades tanto rurais como urbanas. Além do mais, há muitas iniciativas em nível nacional que têm fortalecido essa ação. Essa alternativa tem como perspectiva a transformação social como um todo. De igual importância, diante da situação do desemprego e o subemprego, pode-se fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia, o consumo solidário, a segurança alimentar, as redes de troca, o acesso ao crédito popular, e outras práticas constituídas de alternativas na perspectiva de um outro mundo possível (CONFERÊNCIA..., 2011, n. 110).

O eixo da ética é um aspecto de relevância que tem urgência de ser trabalhado pelas lideranças, como forma de superação da cultura hedonista, o vazio de valores e a corrupção. Pode ser feito estudo e aprofundamento tendo presente as perspectivas de Aparecida, que a apresenta como um sinal dos tempos, por isso necessária e pede lugar (*DAP* 99 g). Com a

³⁰Economia solidaria é uma forma de produção, consumo e distribuição de riquezas centrada na valorização do ser humano e não no capital, de base associativa e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviço de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. assim nessa economia, o trabalho se transforma num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista.(CNBB, p. 74. in Sit Disponível em: <http://fsm10.proempa.com.br/wordpress/?cat=6>. Acesso em: 02 set. 2011.

ajuda das diversas instituições, cito Ordem dos Advogados, o Comitê de Combate à Corrupção, o Movimento de Mulheres do Baixo Amazonas, a Comissão de Justiça e Paz e outros, acredita-se que seja possível realizar ações que constituam espaços para a elaboração de proposta que possam beneficiar a ética e o compromisso com a vida. Sendo possível organizar esse fórum nos diversos municípios, pode-se exigir dos que têm responsabilidades de elaborar e aprovar as políticas que atingem o povo, a fim de que o façam a partir de uma perspectiva ética, solidária e autenticamente humanista. Quanto a essa urgência se fundamenta no que os bispos propõem: “A ética social cristã não é opção para alguns, mas exigência para todos. Ela é contribuição própria da Igreja para a construção de uma sociedade justa e solidária e precisa ocupar lugar de destaque em nossos programas de formação, planos de pastoral e na própria pregação inspirada pelo Evangelho” (CONFERÊNCIA..., 2011, n. 120).

Torna-se urgente trabalhar pela criação de mecanismos legais para o combate a qualquer forma de discriminação, afirmam as Diretrizes (CONFERÊNCIA..., 2008, n.181 j). Promover ações que alavanquem as esperanças de um outro mundo possível. Mendoza diz que se deve postular a esperança a partir do que ele chama a “inteligência das vítimas”, significa dizer, a partir daqueles e daquelas que são vítimas por razões sociais, éticas, políticas e sexuais (MENDOZA, 2011, p. 207). Essa atitude leva ao compromisso profético, capaz de desmascarar os mecanismos de morte e anunciar, insistentemente, a possibilidade de uma nova esperança.

5.2.3.3 Contribuir com a formação da consciência cidadã e o papel da sociedade civil

A Igreja sente como seu dever evangelizar a totalidade da existência humana, em todas as suas dimensões. A fé cristã não despreza a atividade social e política, pelo contrário, valoriza-a e a tem em alta estima. Na dimensão política, a Igreja procura ampliar o seu sentido, ajudando na compreensão de sua principal tarefa de garantir o bem comum para todos. Essa relação fé-política pode contribuir para que os cristãos na Diocese de Santarém assumam a consciência cidadã e por meio dela ajudem na transformação da sociedade.

Os referenciais propostos por Aparecida, particularmente a evangélica opção preferencial pelos pobres, pode impulsionar a Diocese de Santarém a empenhar-se na elaboração de projetos de formação que favoreça a consciência social, demonstrando a sua solicitude pastoral por todos. Esse compromisso mantém a Diocese comprometida com sua missão, de ser Igreja que tem algo a dizer sobre a vida dos homens e mulheres na sociedade. Ajuda-a também a resgatar a Doutrina Social como uma valiosa ferramenta de evangelização

que a Igreja possui para anunciar “Deus e seu mistério de salvação em Cristo a todas as pessoas (SRS 41).

Na Diocese despontam iniciativas propostas por entidades e movimentos populares, que precisam contar com o apoio da Igreja, das pastorais e das paróquias. A Igreja deve não só apoiar, mas também empenhar-se para que essas iniciativas possam ganhar maior espaço em todas as estruturas da sociedade. Pois o fenômeno da globalização econômica tem enfraquecido a autoridade política local, diminuindo também a força transformadora da doutrina social da Igreja. Isso indica novas estratégias pastorais aos novos desafios (MIRANDA, 2006, p. 57).

Como se apontou ainda no primeiro capítulo, percebe-se certo fracasso das instituições, dos sindicatos, das organizações políticas. Elas não atraem mais tanto como nos anos 80. O descrédito dos poderes municipais e estadual é notório. Acredita-se que os referenciais de Aparecida podem entusiasmar as lideranças da Diocese para retomarem a importância da formação da consciência cívica por parte do povo, com novos meios e estratégias, a fim de que todos se empenhem pelo aprimoramento das estruturas democráticas. Precisa empenhar-se por construir com a sociedade ações que estimulem a transformação das estruturas sociais em vista de diminuir as desigualdades e impedir o crescimento dos empobrecidos e marginalizados.

O crescimento da corrupção e sua aceitação nos diversos níveis da esfera pública têm sido uma doença a corroer sistematicamente as tentativas de melhoria das condições de vida dos mais pobres. Para Miranda, o discurso ético das autoridades eclesiais, o qual é sempre atento e presente quando se trata de questões da vida e da sexualidade, deveria também se fazer ouvir com igual intensidade na área social, pois também aqui está em jogo a vida humana (MIRANDA, 2006, p. 58).

Sabe-se que a estruturação socioeconômica e política da sociedade não é a principal missão da Igreja, pois se trata de uma tarefa política. Mesmo assim ela não pode ficar à margem desse compromisso, recorda o papa Bento XVI em *Deus caritas est*, 28. Pois a Igreja crê num Deus criador de todos os seres humanos, que ama a todos, que a todos chamou à vida. E, como Deus só pode viver como tal numa sociedade, que seja conseqüentemente uma sociedade justa, respeitosa dos direitos do indivíduo e guardiã de sua liberdade (MIRANDA, 2006, p. 58).

Propõe-se para a Diocese, diante desse novo cenário, estar mais próxima dos impulsos da *Gaudium et Spes* e de todos os documentos sociais da Igreja. À medida que a pertença a uma experiência concreta de vida solidária baseada na lógica do dom acompanha as pessoas e

as famílias, é possível criar a matriz capaz de propor de novo uma nova presença social mais humana e no fundo mais cristã capaz de transformar e emancipar todos os povos. Para isso não bastam planos e projetos de reforma, por mais alternativos que se manifestem. É preciso novo processo educativo que se permita recuperar as identidades socioculturais e, ao mesmo tempo, anime a assumir um protagonismo, no qual seja possível viver novamente de acordo com a fé, não somente na vida privada, mas também na vida pública, tendo capacidade para uma proposta efetiva e real.

Os referenciais de Aparecida apontam também para a que a Diocese mantenha e amplie os trabalhos de parceria que a Pastoral Social tem realizado, assumindo o seu papel junto à sociedade civil em meio aos conflitos, mas também desenvolvendo as ações com o maior número possível das paróquias, se possível com todas, possibilitando a articulação ao nível de todos os trabalhos. A Diocese, para manter a sua dimensão sociotransformadora, necessita de organização articulada, pensada e sistematizada, juntamente com os meios que podem ajudar na aquisição dos fundamentos para o desenvolvimento do processo de formação da consciência cidadã. A articulação pode lhe oferecer uma maior presença no meio da sociedade civil.

No trato das questões do meio ambiente e ecologia, precisa estudar e organizar um banco de dados para oferecer às lideranças e comunidades o conteúdo de todo o processo que envolve esse tema. O compromisso social da fé deve suscitar o empenho dos evangelizadores para contribuírem com “o abrir os olhos” dos que, por ignorância ou por defender o projeto de sociedade neoliberal, não procuram envolver-se com a solução dos problemas ambientais. Encontrar meios para colocar em prática o que as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil propôs:

é urgente uma formação íntegra e permanente que possibilita aos leigos a descoberta de sua própria vocação e os motivará assumirem sua missão. A Igreja Particular deve ter sempre entre suas prioridades esse processo formativo; projeto orgânico de formação diocesana (CONFERÊNCIA..., 2008, n. 96).

6 CONCLUSÃO

A ação evangelizadora é vocação própria da Igreja. É o anúncio explícito de Jesus Cristo, sua Mensagem que anuncia o Reino de Deus. Evangelizar constitui a graça da Igreja e a sua mais profunda identidade, pois ela existe para evangelizar. A partir da prática de Jesus, a Igreja chega à compreensão do sentido de evangelizar, procurando ser continuadora da proclamação do Reino de Deus. Esta evangelização não será completa se ela não levar em consideração a interpelação recíproca que fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta das pessoas.

Conforme o Documento de Aparecida, a evangelização feita pela Igreja-comunidade, além de anunciar o que Jesus Cristo fez e ensinou, deve participar de uma evangelização vivida de forma integral, assumida no comprometimento com a vida. Se Jesus veio para que todos tenham vida em abundância, as comunidades precisam responder às grandes necessidades de todos os povos. O Papa João Paulo II, no discurso de inauguração da Conferência de *Puebla*, referindo-se à missão da Igreja proposta pela *Evangelii Nuntiandi*, afirma que a Igreja atualiza o Evangelho do Bom Pastor, do Bom Samaritano e aprendeu nestas e noutras páginas do Evangelho que sua missão evangelizadora possui como parte indispensável a ação pela justiça e as tarefas de promoção do homem. Seguindo essa compreensão, o Papa Bento XVI, em seu discurso de abertura da Conferência de Aparecida, afirma que é preciso recordar que a evangelização esteve sempre unida à promoção humana e à autêntica libertação cristã. Confirma-se que a missão de evangelizar leva a comunidade a proclamar com toda força o Evangelho da vida. Pois a fé terá sempre um compromisso social.

A presente pesquisa versou sobre um dos componentes integrantes da evangelização, a dimensão sociotransformadora, tendo presente a realidade pastoral da Diocese de Santarém. O intuito foi fazer uma abordagem dessa dimensão no itinerário da ação pastoral que aquela Igreja assumiu, a partir da década de 1980. Para isso recorreu-se ao Magistério da Igreja desde o Concílio Vaticano II, especificamente à *Gaudium et Spes*, que convocou a Igreja a ser uma presença no mundo, presença não para dominar a sociedade e impor a cultura cristã, nem para dificultar o autônomo e honesto desenvolvimento de sua atividade, mas para iluminá-la, sustentá-la e consolá-la. Desenvolveu-se este trabalho tendo presente esse contexto. O objeto da pesquisa que se pretendeu abordar, a relevância da dimensão sociotransformadora, nos possibilitou a convicção de que a evangelização da Igreja constitui-se numa dimensão social, num agir prático como o fez Jesus.

Ao longo da pesquisa verificou-se que as inspirações do Concílio Vaticano II, que possibilitou a renovação na Igreja, principalmente para que esta fosse mais inserida na realidade social, em diálogo com a sociedade, continua sendo importante para orientar o compromisso evangelizador da Igreja em todas as partes do mundo. Destaque se deu aos documentos das Conferências episcopais que proporcionaram a recepção da renovação conciliar. Destacaram-se especialmente *Medellín*, *Puebla*, *Santo Domingo* e *Aparecida*. Esses eventos e os documentos sociais da Igreja continuam sendo sinais de tempo pascal para a Igreja e particularmente para a experiência eclesial na Diocese de Santarém.

Confirma-se que as Conferências Episcopais latino-americanas foram e ainda são importantes para orientar a caminhada social da Igreja em Santarém e que proporcionaram os antecedentes para que essa dimensão fosse assumida com tanta consistência. Sem dúvida elas inspiraram os encontros interregionais dos bispos da Amazônia, culminando com o encontro de Santarém, em 1972, possibilitando que se assumissem importantes diretrizes que nortearam os rumos de uma Igreja inserida na realidade. A encarnação na realidade Amazônica pelo conhecimento e pela convivência com o povo e a evangelização libertadora à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres proporcionaram a atualização das contribuições propostas nos documentos *de Medellín*. Tais diretrizes levaram a definição das prioridades que conduziram a importantes ações desenvolvidas pela diocese naqueles primeiros anos de renovação pastoral. Formação de agentes de pastoral, a comunidade cristã de base, a pastoral indígena, as estradas e frentes pioneiras foram prioridades assumidas que nortearam o compromisso sociotransformador. A repercussão do Documento de Santarém eclodiu no meio das comunidades e possibilitou uma evangelização encarnada na realidade sociocultural, envolvendo as pessoas, tanto na área rural como urbana. Foi um grande tesouro para toda a pastoral da Igreja, com repercussão nos dias de hoje.

O compromisso sociotransformador que a Igreja no Brasil assumiu, acolhendo as indicações feitas pela II Conferência Geral dos Bispos da América Latina, realizada em *Medellín*, proporcionou forte influência para a dimensão sociotransformadora da Igreja. Pode-se dizer que deu o embalo nesse compromisso social, pois ele se propôs a expressar os grandes rumos que a Igreja devia assumir para cumprir a sua missão de anunciar o Reino a serviço da vida. Essa clareza, de missão inserida na realidade social, proporcionou a sustentação da dimensão na Diocese.

Encontraram-se nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil os fundamentos e o alcance da dimensão sociotransformadora. Elas passaram a nortear a ação social da Igreja no Brasil. Por meio delas a Igreja deu prioridade à pesquisa e reflexão no

âmbito social, mas também aos programas e projetos que visavam o apoio às iniciativas populares e a promoção dos direitos dos pobres, marginalizados e oprimidos. Elas confirmaram que a opção pelos pobres, que ilumina toda ação da Igreja, deve concretizar-se em efetiva preocupação com os trabalhadores, com os excluídos, mulheres marginalizadas e as causas populares. Elas confirmaram que o anúncio feito pela Igreja não deve ser apenas de palavra, mas palavra e ação, denúncia profética e realizações pautadas pela solidariedade. Sustentaram que a evangelização deve preocupar-se com as realidades sociais, por um profundo empenho na articulação entre fé e vida. Destes referenciais emergiu uma Igreja atenta à realidade humana e mergulhada na vida das pessoas, partilhando o sofrimento e a dor, mas também as alegrias do parto de novos tempos.

A ação sociolibertadora que a Diocese desenvolveu e lhe possibilitou alcançar relevância se inspira em todos esses acontecimentos. Nota-se que a sua ação procurou estar em sintonia com os propósitos assumidos desde a renovação conciliar, por isso pôde desenvolver atividades e ações que deram frutos. Na presente pesquisa constatou-se a contribuição de Dom Tiago que, envolvido pelo espírito do Concílio e da Conferência de *Medellín*, tornou-se um testemunho que contribuiu para a relevância dessa dimensão. As mudanças propostas por esses eventos foram atualizadas na Diocese por meio dos trabalhos feitos pelo MEB, Catequese Rural e a criação da Rádio Rural que se tornou um veículo de expansão dessa boa nova. O trabalho desenvolvido pelas lideranças do MEB, por seu método e promoção do protagonismo dos leigos e leigas, muito contribuiu. De igual modo a ação que a Catequese Rural realizou. Esta se propôs desenvolver estudo da bíblia com um olhar na realidade social, procurando compreender a vida da sociedade, fazendo a aplicação do método ver-julgar-agir, que foi frutuoso e sua influente história permanece até os dias de hoje e tem contribuído para as grandes conquistas nas comunidades, tanto no meio rural como nas cidades. O legado dessas experiências é importante para que hoje se possa desenvolver a ação evangelizadora com os pés inseridos na realidade onde vivem as pessoas.

Os documentos sociais do Magistério universal da Igreja e do magistério latino-americano nos proporcionaram os referenciais teológicos que tiveram grande contribuição para a relevância da dimensão sociotransformadora na Diocese. As contribuições da Encíclica *Populorum Progressio*, na proposição que fez ao desenvolvimento, a fim de que seja autêntico, precisa ser integral e solidário, não podendo acontecer sem o desenvolvimento de toda humanidade para garantir o bem-estar dos povos, possibilitou à Diocese realizar mais seguramente as atividades com os trabalhadores rurais, fortalecendo especialmente o diálogo e a articulação com os sindicatos. De igual importância para os compromissos sociais da

diocese foram as contribuições da *Evangelii Nuntiandi*, afirmando os laços intrínsecos entre evangelização e promoção humana, possibilitando a superação da dicotomia entre fé e vida, evangelização e ação social. Tal contribuição proporcionou à Diocese fazer um projeto pastoral que deu plausibilidade à dimensão social. O que a *Gaudium et Spes* afirmou e denunciou pode continuar respaldando todo esse compromisso, pois o cristão que descuida os deveres temporais, falta aos seus deveres para com o próximo e até para com o próprio Deus, põe em risco a sua salvação eterna. E denunciou como um dos mais graves erros do nosso tempo, o divórcio que os cristãos fazem entre a fé e a vida.

Ao realizar esse estudo, deparou-se também com as Conferências do Episcopado latino-americano, identificando os referenciais teológicos de alguns elementos que contribuíram para a sustentação da dimensão sociotransformadora. Elas oferecem um rico legado, como componente ético da fé cristã e da tarefa da Igreja no mundo. Confirma-se que *Medellín* contribuiu para a constituição da dimensão social no contexto diocesano, com a opção pelos pobres, marcando profundamente a ação pastoral na diocese, o que possibilitou que ela assumisse os compromissos firmados no Encontro de Santarém, em 1972. As diretrizes pastorais assumidas nas assembleias, que foram feitas na diocese, consistem na fidelidade do legado constituído em *Medellín*. Verificou-se nos documentos diocesanos que prevalece entre as estruturas pastorais a opção e compromisso com os empobrecidos e que essa opção deve orientar toda e qualquer ação pastoral da Igreja. As conclusões de *Puebla* e Santo Domingo também proporcionaram contribuições significativas para a Diocese assumir o compromisso sociolibertador. Têm norteado a ação pastoral na perspectiva de comunhão e participação, presentes nas realizações das Assembleias, nos conselhos pastorais, nas coordenações das equipes, com ampla maioria de leigos em sua composição e no espírito de corresponsabilidade por parte desses na missão evangelizadora no âmbito da sociedade, não somente no aspecto eclesial. Pode-se afirmar que todo processo de organização e planejamento da pastoral foi fortemente influenciado pela proposta desses documentos. Esses referenciais ajudaram as pastorais assumirem preocupações com a sociedade civil, realizando articulação com movimentos sociais e grupos organizados.

Constatou-se também, ao longo da pesquisa que os sintomas da crise da modernidade ou modernidade tardia têm influência na ação evangelizadora da Igreja hoje, particularmente na dimensão social. Mudança de época e os impactos que essa mudança tem provocado são diagnósticos apresentados que se constituem como elementos importantes para se compreender toda a mudança na realidade eclesial, social, econômica e política. Provocam mudanças no âmbito intraeclesial, mas também em toda a experiência religiosa, esta como

componente sociocultural. Essa influência confirma a necessidade de considerar o contexto histórico onde as pessoas vivem, pois como disse Aparecida, a pastoral da Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros. A evangelização não pode prescindir da realidade cultural. Constatou-se que as mudanças consistem de elementos abrangentes e ainda em curso; entre eles se ressaltaram a emergência de um mundo globalizado, o neoliberalismo, as crises que têm se manifestado em vários âmbitos, a crise das utopias e a busca de um outro mundo possível. Esses elementos repercutiram na ação evangelizadora, principalmente na dimensão social que a Diocese procura desenvolver. Constatou-se o esfriamento na nova evangelização, certo retrocesso dos militantes, diminuição do entusiasmo das lideranças e a diminuição do número dos que apostam numa ação pastoral comprometida com a mudança política. De igual modo constatou-se certo individualismo nas ações das comunidades e das próprias pastorais sociais, às vezes vistas como trabalhos isolados. Verifica-se que esses sintomas podem ser compreendidos pela evolução da mudança de época em seu conjunto. Essa compreensão pode ajudar a se estabelecer um novo processo para o fortalecimento da dimensão sociotransformadora.

Esses fatores foram sem dúvida resultados desse contexto de Modernidade em crise, que tem se definido por um tempo de rápidas transformações onde parece que todos estão contaminados por uma epidemia silenciosa de insegurança e de angústia. Por outro lado constatou-se que a mudança de época, com seus diversos componentes, possuem complexidades e ambiguidades e por isso favorece a construção de uma ação pastoral que possa compreender essa realidade, contribuindo para um novo tempo das pastorais sociais. Os dois componentes que envolvem o processo de globalização, a emergência da consciência planetária e o descobrimento das culturas têm contribuído para a autocompreensão da Igreja e sua relação como mundo, com as outras Igrejas e culturas também. O diagnóstico levou a apostar na continuidade da dimensão sociotransformadora, uma vez que por ela se é capaz de responder aos anseios que a cultura moderna tem apontado. O encontro de culturas em um mundo globalizado é cada vez mais inevitável e pode ser fator de enriquecimento, à medida que se estabelecem as relações de igualdade e reciprocidade.

A V Conferência do Episcopado Latino-Americano, a Conferência de Aparecida, deu novo impulso para a dimensão social da Evangelização em nível de continente latino-americano e caribenho, e proporcionou colher os preciosos frutos para a composição de novas ações que servem para um novo entusiasmo da dimensão sociolibertadora. Aparecida confirmou o compromisso de uma evangelização comprometida com a vida e a vida de todas as pessoas.

No contexto de mudança de época, Aparecida favoreceu à Diocese continuar assumindo o compromisso socioliberalizador em toda a sua ação pastoral. Pois afirmou que Jesus Cristo é o fundamento para que se busquem ações que correspondam às opções de vida, a promoção da justiça e o compromisso com os pobres. Considera-se que essas razões, respaldam a audácia para propor ações que possam ser assumidas na Diocese de Santarém, para que continue sustentando em sua ação pastoral a dimensão sociotransformadora. Assim se propõe promover e defender a vida na Amazônia, revitalizar as pastorais sociais, onde estas se portem com fundamentos claros, sendo assumidas em todas as estruturas da Igreja e propiciar uma formação libertadora que ofereça elementos fundamentados na Palavra de Deus e nos documentos da Igreja, contribuindo para uma consciência cidadã para servir a sociedade.

Há necessidade de revitalizar as CEBs, encontrando os meios para que estas possam continuar tendo eficácia na ação evangelizadora. Elas precisam tornar-se uma opção pastoral de toda a Diocese, sendo de fato escola de comunhão e de vivência do compromisso com a vida, que ajudam os cristãos a assumirem a fé como testemunho da luta pela justiça e que leva as pessoas ao compromisso social em nome do evangelho. Elas não podem ser somente configuradas como grupos que se encontram com a Palavra, mas precisam continuar estruturadas com espírito profético e libertador, como casa onde se acolhe os excluídos e se compreende o outro com suas diferenças e alteridade.

Confirma-se a importância da formação libertadora como meio de aprimorar a consciência do compromisso social da missão. Propõe-se manter viva a caminhada inaugurada pela renovação conciliar, onde colocou a Igreja em contato com o mundo, assumindo o compromisso de uma missão que se colocou inserida nas realidades terrestres. É fundamental o investimento na formação dos leigos e leigas, criando estruturas que promovam a conscientização para esse compromisso. As escolas de fé e políticas são experiências que podem ajudar a construir essa realidade sonhada. Podem ajudar a abrir os olhos e o coração para se assumir a hora, como afirmou o “Pastor do Araguaia”, Dom Pedro Casaldáliga. A opção preferencial pelos pobres é a forma eficaz de as estruturas continuarem promovendo o compromisso com a justiça, evitando cair no individualismo ou nos consumismos modernos que são tão propagados. Essa opção será a inspiração para que as lideranças se proponham a fazer da ação pastoral a promoção da vida, assumindo atitudes de Igreja samaritana e profética, construindo a solidariedade com os que são assaltados e abandonados pelo nefasto neoliberalismo.

De igual modo, diante do contexto sociocultural, econômico e político estabelecido na realidade amazônica, o novo cenário convoca as lideranças a encararem essa realidade com maturidade, sem medo e sem fundamentalismos. Precisa-se de discernimento, para compreender os valores que essa realidade contém. É preciso assumir atitudes de otimismo e esperanças para sustentar a novidade que brota do meio dos escombros, das praças que gritam por mudanças e dos povos que se juntam para propor projetos econômicos que respeitem o ser humano e a natureza. Propuseram-se ações que manifestem a confiança no projeto de Jesus Cristo. Ele deve ser o centro do anúncio da mensagem cristã, a referência primeira, o sinal de esperança que ultrapassa os limites das culturas e dos indivíduos.

No contexto de economia neoliberal, que fecha as portas para as utopias, é possível pautar ações sustentadas pelos ideais de um outro mundo possível, constituindo um novo paradigma que possa mudar o jeito de ser, de viver e de estruturar a vida. Necessita-se de uma nova maneira de organizar a economia, de conviver com a natureza e construir novas relações sociais.

Há muito ainda que ser refletido sobre essa dimensão tão importante para colocar o evangelho da vida de forma mais concreta na vida de todas as pessoas e realidades. A sustentação da dimensão social neutraliza as dicotomias entre os cristãos e os impede de corresponderem ao grave erro apontado na *Gaudium et Spes* quando, por preconceito, deixam a ação pastoral descomprometida com a vida, impedindo que a fé provoque as mudanças sociais. Insiste-se que é necessário propagar a relevância da dimensão social na Diocese de Santarém, almejando seu revigoramento e atualização. O grande desafio é como integrar no trabalho pastoral sociotransformador novas realidades emergentes como a autonomia da subjetividade, a alteridade, a gratuidade, a urgência do tempo presente e do pluralismo. É essencial, ainda, promover o diálogo com outros atores sociais e religiosos não católicos, no intuito de compreender aspectos sociotransformador que eles desenvolvem.

A missão evangelizadora, como afirma Agenor Brighenti, ainda que seja uma ação eclesial sob o dinamismo do Espírito Santo, não deixa de ser uma ação humana, sujeita às contingências da história, como qualquer outra ação. Assim sendo, todo questionamento ou crítica feita em qualquer tempo da história, ajudará a Igreja assumir a sua missão conforme o desejo do seu Mestre. De igual modo, essa pesquisa, como ação humana, não se propôs a tratar desse tema como verdade absoluta, por isso, toda crítica que possa ajudar a aprofundar e melhorar a sua compreensão será sempre bem-vinda.

Acredita-se que a abordagem sobre relevância da dimensão sociotransformadora, no atual contexto diocesano, de preparação para a celebração dos 40 anos do Documento de

Santarém, em 2012, pode contribuir para o revigoração do projeto pastoral orientado por uma evangelização comprometida com o Evangelho da vida.

REFERÊNCIAS

1. Documentos do Magistério e da Igreja na América Latina e no Brasil

1.1 Documentos conciliares

COMPÊNDIO VATICANO II. **Constituições, decretos e declarações**. Petrópolis: Vozes, 1968

CONSTITUIÇÃO PASTORAL DO CONCILIO VATICANO II. **Gaudium et Spes**. Sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 2007.

1.2 Documentos do magistério pontifício

LEÃO XIII. **Carta encíclica sobre a condição dos operários: Rerum Novarum**. São Paulo: Paulinas, 2004.

PAULO VI. **Carta encíclica sobre desenvolvimento dos povos: Populorum Progressio**. São Paulo: Paulinas, 1967.

_____. **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi. Sobre a Evangelização no mundo contemporâneo**. Typis Polyglottis Vaticanis, 1975.

_____. **Carta encíclica Octogesima Adveniens**. São Paulo: Paulus, 1997.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica: Sollicitudo Rei Socialis**. São Paulo: Paulinas, 1988.

BENTO XVI **Carta encíclica sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. CARITAS IN VERITATE**. São Paulo: Paulinas, 2009.

CONGREGAÇÃO PARA EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Orientações para o estudo e o ensino da Doutrina Social da Igreja na formação Sacerdotal**. Documentos Pontifícios 229. Petrópolis: Vozes, 1989.

PONTÍFICIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Trad. CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.

1.3 Documentos do magistério latino-americano

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. **Conclusões de Medellín**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Conclusões da Conferência de Puebla. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. **Santo Domingo: Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã.** Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Documento de Aparecida:** texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB, 2007.

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN – 1968. Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? São Paulo: Paulinas, 2004.

1.4 Documentos da CNBB

COMISSÃO POBREZA E JUSTIÇA. **Doutrina Social da Igreja:** apresentação sumária dos principais documentos. Trad. Ir. José Henriques Pereira. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 1985.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comissão Episcopal para a Amazônia:** a missão da Igreja na Amazônia. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. **Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz.** Em busca dos Sinais dos Tempos. Brasília: edições CNBB, 2010.

_____. Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. In: FOLDER da Diocese de Santarém. 2007.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.** 1998-1986. São Paulo, Paulinas, 1983.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.** 1979-1982. São Paulo, Paulinas, 1979.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.** 1987-1990. São Paulo, Paulinas, 1987.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.** 1991-1994. São Paulo, Paulinas, 1991.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil.** 1995-1998. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil.** 1999-2002. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil.** 2003-2006. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil.** 2008-2010. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil.** 2011-2015. Doc. 94. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Discípulos missionários na Amazônia: Documento do IX Encontro de Bispos da Amazônia.** Brasília-DF: Edições CNBB, 2007.

_____. **Projeto Nacional de Evangelização:** temas da Doutrina Social da Igreja. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção Queremos ver Jesus Caminho, Verdade e Vida, n. 1).

_____. **Projeto Nacional de Evangelização:** temas da Doutrina Social da Igreja. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção Queremos ver Jesus Caminho, Verdade e Vida, n. 2).

_____. **Projeto Nacional de Evangelização:** temas da Doutrina Social da Igreja. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção Queremos ver Jesus Caminho, Verdade e Vida, n. 3).

_____. **Pastorais Sociais.** Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, Justiça e da Paz. Brasília-DF: Edições CNBB, 2007.

_____. **Semana Missionária para a Igreja católica na Amazônia.** Texto Base. Brasília: Edições CNBB, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. **Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro.** Manual da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010. Brasília: Edições CNBB, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002).** Jubileu de ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003.

INSTITUTO DE PASTORAL REGIONAL. CNBB CER NORTE 2. **25 anos de atuação na Amazônia,** 1971-1996. Belém: Graphitte Editores, 1996.

2. Fontes da Diocese de Santarém

CARTA DO SEMINÁRIO REGIONAL DAS CEBs. Macapá (AP), 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Povos da Floresta: resistência contra o grande capital no Baixo Amazonas.** Santarém, PA, 2010.

IGREJA CATÓLICA. Diocese de Santarém (PA). **Anuário da Diocese de Santarém 1980.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1980.

_____. **Anuário da Diocese de Santarém 1988.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1988.

_____. **Anuário da Diocese de Santarém 1992.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1992.

- _____. **Anuário da Diocese de Santarém 1995.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1995.
- _____. **Anuário da Diocese de Santarém 1996.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1996.
- _____. **Anuário da Diocese de Santarém 1997.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1997.
- _____. **Anuário da Diocese de Santarém 1999.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1999.
- _____. **Anuário da Diocese de Santarém 2006.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 2006.
- _____. **Carta de Compromissos.** Seminário: hidro e agronegócio “Crucificam a Amazônia. Santarém, PA: [S.n], 2007.
- _____. **Compromisso social da Igreja de Santarém e a chegada da Nova Fronteira Agrícola.** Voz dos Pastores: Dom Lino e Dom Severino. Santarém, PA: [S.n], 2006.
- _____. **Conclusões da IV Assembléia Diocesana de Pastoral.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1993.
- _____. **Diretório Diocesano.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 2006.
- _____. **Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja na Diocese de Santarém. Documento da Diocese.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1996.
- _____. **Documento de Manaus.** A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia. Manaus, 1997.
- _____. **Documento de Santarém.** Linhas prioritárias para a Pastoral da Amazônia. Santarém, PA, 1972.
- _____. **Linhas de Ação Pastoral.** Conclusões da II Assembleia Diocesana. Santarém, PA, 1982.
- _____. **Livro do Centenário: 100 anos 1903-2003** “...olhando o passado para animar o presente rumo ao futuro”. Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 2003.
- _____. **Organismos Diocesanos. Atribuições e competências.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1988.
- _____. **Pastoral Social – Projetos: Apoio para um programa de assessoria Rural e Urbana na Diocese de Santarém 2003, 2006, 2009 e 2011.** Santarém, PA.
- _____. **Pastoral Social. O que é?** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 2007.
- _____. **Plano de Pastoral – biênio 92/93.** Santarém, PA.

- _____. **Plano de Pastoral – biênio 94/95.** Santarém, PA.
- _____. **Plano de Pastoral – biênio 97/98.** Santarém, PA.
- _____. **Plano de Pastoral 1997-1998.** Santarém, PA.
- _____. **Plano de Pastoral 1999/2000.** Santarém, PA.
- _____. **Plano de Pastoral 2004-2005.** Santarém, PA.
- _____. **Plano de Pastoral 2004-2005.** Santarém, PA.
- _____. **Plano de Pastoral 2006-2008.** Santarém, PA.
- _____. **Plano de Pastoral 2009-2011.** Discípulos missionários a serviço da vida plena. Santarém, PA.
- _____. **Projeto de Deus em Jesus Cristo.** Santarém, PA: Pastoral Rural.
- _____. **Projetos do Plano de Pastoral.** Ago. 1989 a jul. 1991. Santarém, PA.
- _____. **Semana Catequética de 1996.** O desafio do ser discípulo hoje: semear as sementes do Reino, inculturando-se e vivendo a Justiça! Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 1996.
- _____. **VI Assembléia Diocesana de Pastoral.** Santarém, PA: Gráfica e Editora Tiagão, 2003.

3. Outras referências

AGOSTINI, Nilo. **As conferências Episcopais. America Latina e Caribe.** São Paulo: Ed. Santuário, 2007.

_____. Pós-Modernidade e Ser Humano. **Revista de Cultura Teológica,** São Paulo, v.16 , n.63, p.113, abril, 2008.

AGOSTINI, Nilo (Org.). **Revelação e História:** uma abordagem a partir da Gaudium et Spes e da Dei Verbum. São Paulo: Paulinas, 2007.

ALMEIDA, Antonio José de. **Lúmen Gentium e a transição necessária.** São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Leigos em que?:** Uma abordagem histórica. São Paulo: Paulinas, 2006.

ALVES, Antonio de Melo. Opção preferencial pelos pobres e excluídos. **Revista Eclesiástica Brasileira,** Petrópolis, v. 68, n. 269, p.21, jan. 2008.

AMERÍNDIA (Org.). **Sinais de esperança**. Reflexão em torno dos temas da Conferência de Aparecida. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Sinais dos tempos).

_____. **A missão em debate**. Provocações à luz de Aparecida. São Paulo: Paulinas, 2010.

ANDRADE, P. O Cristianismo diante dos desafios da Globalização Econômica e Cultural. Horizonte, América do Norte, 7 maio 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/985/1451>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

ANDRADE, P. F. Carneiro de. A condição Pós-moderna como desafio à Pastoral Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 53, n. 263, p.99, mar. 1993.

ANTONIAZZI, Alberto. Documento de Trabalho da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Contribuições para a Conferência de Puebla. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 38, n. 152, p.315, dez. 1978.

ANTONCICH, Ricardo; SANS, José Miguel M. **Ensino Social da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1992.

AQUINO, Francisco de. Práxis Cristã em tempos de globalização. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 67, n. 266, p.280, abr. 2007.

ARAÚJO, J. W. C. Modernidade e Pós-modernidade. Desafios e esperanças para a ética cristã. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 69, n. 275, p.571, jul. 2009.

ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**. A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Brasil**: os impasses da atual conjuntura Nacional e Global. 2008. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=32628/>. Acesso em: 29 ago. 2011.

AZZI, Riolando. Presença da Igreja na Sociedade brasileira: Região Sudeste (1952-2002). In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. O Concílio Vaticano II no contexto da Igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 66, n. 262, p.337, abr. 2006.

BARAÚNA, Guilherme. **A Igreja no mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 1967.

BENTO, Fabio Régio. **A Igreja Católica e a Social-Democracia**. São Paulo: Ave-Maria, 1999.

BEOZZO, Jose Oscar. O Concílio Vaticano II: etapa preparatória. In: **VATICANO II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. Algumas sugestões para uma Doutrina Social da Igreja no Continente. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 60, n. 239, p.605, set. 2000.

_____. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II, 1979-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 32.

BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

BAUMAN. Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BINGEMER, Maria Clara. A vivência Comunitária como Imperativo da Fé Cristã. In: IGREJA, Comunidade de comunidades: experiências e avanços. Brasília: Edições CNBB, 2009.

BOFF, Clodovis. **Uma Igreja para o novo milênio**. São Paulo: Paulus, 1998.

BOFF, Clodovis (Org.). Santo Domingo. Ensaio Teológico-pastoral. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Mariologia Social. **O significado da Virgem para a Sociedade**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Incertezas na Igreja atual. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 67, n. 265, p.5, jan. 2007.

BOFF, Leonardo. **A fé na periferia do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOGAZ, Antonio S. VV.AA. **Patrística, caminhos da tradição Cristã**. Textos, contextos e espiritualidade da tradição dos Padres da Igreja Antiga, nos caminhos de Jesus de Nazaré. São Paulo: Paulus, 2008.

BONAVÍA, Pablo. Aparecida: memória e novo paradigma. In: CONFERÊNCIA DE APARECIDA, 5., 2008. **Anais...** Renascer da esperança. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 57.

BRIGHENTI, Agenor. **Para compreender o Documento de Aparecida, o pré-texto, o contexto e o texto**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **A desafiante proposta de Aparecida**. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. **A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé**. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção Teologia Pastoral).

_____. Vaticano II – Medellín. Intuições básicas e eixos fundamentais. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 69, n. 273, p.5, set. 2009.

_____. Provocações de Aparecida à Vida Religiosa. **Convergência**, Brasília, v. 44, n. 424, set. 2009.

_____. **A Igreja perplexa**. As novas perguntas, novas respostas. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja.** Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio. São Paulo: Paulus, 2001.

_____. **Reconstruindo a Esperança.** Como planejar a ação a pastoral em tempos de mudança. São Paulo: Paulus, 2000.

_____. **Por uma evangelização inculturada.** Princípios pedagógicos e passos metodológicos. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. **Para compreender o documento de Aparecida.** O pré-texto, o con-texto e o texto. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. Igreja comunidade e Igreja local. In: IGREJA Comunidade de comunidade: experiências e avanços. Brasília: Edições CNBB, 2009.

_____. **A missão em debate, provocações à luz de Aparecida.** São Paulo: Paulinas, 2010.

CALIMAN, Cleto. Análise de conjuntura eclesial. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Análise de conjuntura.** 2009.

CAMACHO, Ildelfonso. **Doutrina Social da Igreja.** Abordagem Histórica. São Paulo: Loyola, 1995.

CANTO, Pe. Sidney Augusto. **Cronologia Eclesiástica da Diocese de Santarém.** Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 2007.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação – A ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo: Cultrix, 2006.

CODINA, Victor. A eclesiologia de Aparecida. In: CONFERÊNCIA DE APARECIDA, 5., 2008. **Anais...** Renascer da esperança. São Paulo: Paulinas, 2008. p.102.

COMBLIN, José. **Cristãos Rumo ao Século XXI.** Nova caminhada de libertação. São Paulo: Paulus, 1996.

_____. **Um novo amanhecer da Igreja?** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Sinais dos novos tempos- 40 anos depois do Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira,** Petrópolis, v. 66, n. 263, p.575, jul. 2006.

CORRÊA, Marlene. Metamorfose da Amazônia e os processos mundiais nos últimos 25 anos. In: A IGREJA arma sua tenda na Amazônia. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 2000.

COSTA, Ivair da Silva. **Amazônia globalizada e mensagens ético-teológicas:** luzes para reflexão ecológica na Amazônia. Santarém, PA: Gráfica Tiagão, 2008.

FREIRE, Gutemberg. Problemas e desafios enfrentados pela Igreja na região Amazônica. In: **AMAZÔNIA, desafios e perspectivas para a missão.** São Paulo: Paulinas, 2005.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Uma Opção Renovadora**. A Igreja no Brasil e o Planejamento pastoral. Estudo genético-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.

GALACHE, Gabriel. **Síntese de Doutrina Social**. São Paulo: Loyola, 1967.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONZÁLEZ, Sérgio Torres. A Pastoral Social em Aparecida. In: CONFERÊNCIA DE APARECIDA, 5., 2008. **Anais...** Renascer da esperança. São Paulo: Paulinas, 2008, p.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. **De Leão XIII a João Paulo II**: cem anos de doutrina social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1995 (Coleção sociologia atual).

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Aparecida: a opção preferencial pelo pobre. In: CONFERÊNCIA DE APARECIDA, 5., 2008. **Anais...** Renascer da esperança. São Paulo: Paulinas, 2008, p.

HOFFNER, Joseph. **Cristianismo e Sociedade**. Introdução à Doutrina Social da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1970.

IVER, Francisco; BINGEMER, Maria (Org.). **Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1994.

KLOPPENBURG, Boaventura. O protagonismo dos fiéis leigos. **Revista Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 35, n. 148, p. 261-274, jun. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/user/>>. Acesso em: 12 maio 2011.

KONINGS, Johan. S.J. **Ser Cristão**. Fé e prática. Petrópolis: Vozes, 2009.

KRAUTLER, Erwin. **Os povos da Amazônia e a voz de seus pastores**. Belém: Prelazia, 2004.

LIBANIO, J. Batista. **A religião no novo milênio**. Petrópolis: Loyola, 2002.

_____. **Conferências gerais do episcopado latino-americano**: do Rio de Janeiro a Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007 (Coleção temas de atualidade).

_____. **Igreja contemporânea**: encontro com a modernidade. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. (Coleção CES).

_____. **Olhando para o futuro**. Perspectivas teológicas e pastorais do Cristianismo na América Latina. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. Pluralismo cultural e pluralismo religioso. In: CONFERÊNCIA DE APARECIDA, 5., 2008. **Anais...** Renascer da esperança. São Paulo: Paulinas, 2008, p.

LIMA, Zenildo. Mutirão pela Amazônia: realidade e esperança. In: AMAZÔNIA, desafios e perspectivas para a missão. São Paulo: Paulinas, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LISBOA, J. M.de Oliveira. Desafios atuais para a formação eclesial. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 71, n. 282, p.293, abr. 2011.

LOPES, Geraldo. **Gaudium et Spes**. Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011.

LORSCHIEDER, Aloísio. **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Comunidade e Missão).

LOZADA, Leonidas Ortiz. **Chaves para sua leitura**. (À Luz de Aparecida). Brasília: Ed. CNBB, 2009. (Coleção missão Continental).

_____. **Rumo a uma renovada pastoral social**. (À luz de Aparecida). Brasília: Ed. CNBB, 2009. (Coleção missão Continental).

MADURO, Otto. **Teologia para outro mundo possível**. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARINS, José e Equipe. **De Medellín a Puebla: a práxis dos padres da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1979. (Coleção Pastoral e comunidade, n. 10).

_____. **Igreja e conflitividade social na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1976.

_____. **CEBs e pequenas comunidades eclesiais**. (À Luz de Aparecida). Brasília: CNBB, 2009. (Coleção missão Continental).

_____. O ir e vir do método ver-julgar-agir. A metodologia ver-julgar-agir: um ícone da teologia e da pastoral latino-americana e caribenha. In: CONFERÊNCIA DE APARECIDA, 5., 2008. **Anais...** Renascer da esperança. São Paulo: Paulinas, 2008, p.

MARTELLI, S. **A Religião na sociedade pós-moderna: entre a secularização e a dessecularização**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**. Lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MATA, Raimundo Posidônio Carrera. **Caminhada da Igreja na Amazônia - Regional Norte 2: A História**. Belém: Prelazia, 2004.

MATA, Raimundo Posidônio Carrera; TADA, Cecília (Org.). **Amazônia, Desafios e Perspectivas para a Missão**. São Paulo: Paulinas, 2005.

MENDOZA, Carlos. **O Deus escondido da pós-modernidade**. Desejo, memória e imaginação escatológica. Ensaio de teologia fundamental pós-moderna. São Paulo: Editora Realizações, 2011.

MERLOS, Francisco. A missão como conversão pastoral: uma pergunta ou uma resposta? In: A missão em debate. Provocações de Aparecida. (Ameríndia). São Paulo: Paulinas, 2010.

MIRANDA, Mario de França. **A Igreja numa sociedade fragmentada**. Escritos eclesiológicos. São Paulo: Loyola, 2006. (Coleção teológica).

_____. **Um homem perplexo: o cristão na atual sociedade**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Um homem perplexo: o cristão na sociedade**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Aparecida a hora da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Igreja e sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2009. (Coleção Sinais dos Tempos).

MORAES, Jussara Malafaia. Pós-modernidade. Uma luz que para uns brilha e para outros ofusca no fim do túnel. **Revista Veiga Mais**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2004. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/otimismopos-moderno2.html>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: BORON, Atílio (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

OLIVEIRA, J. Aldemir; GUIDOTTI, Humberto (Org.). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. 25 anos do Encontro pastoral de Santarém. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro. Nossa América interpela a Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 67, n. 266, p.360, jan. 2007.

OSANDON, Pedro. **A paróquia missionária e solidária**. (À Luz de Aparecida). Brasília: CNBB, 2009. (Coleção missão Continental).

PINTO, Luís. A Amazônia que temos- Amazônia que queremos. In: **AMAZÔNIA, desafios e perspectivas para a missão**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PIXLEY, Jorge; CLODOVIS, Boff. **Opção pelos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RIBEIRO, Pedro A. (Org.). **Opção pelos pobres nos século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2011.

RICHARD, Pablo. Terminou a V Conferência em Aparecida. Será agora , construir um novo modelo de Igreja? In: **V Conferência de Aparecida. Renascer de esperança**. São Paulo: Paulinas, 2008.

RODRIGUES, Jessé. Processos socioculturais na Amazônia. In: **AMAZÔNIA, desafios e perspectivas para a missão**. São Paulo: Paulinas, 2005.

RÚBIO, A. G. **Unidade na Pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Teologia para outro mundo possível**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SANTOS, Ércio. **Movimento popular de bairro em Santarém nos anos 90: apogeu e crise.** 2002. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Santarém, 2002.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **Cem anos de Teologia na América Latina.** (1899-2001). São Paulo: Paulinas/Paulus, 2005. (Coleção Quinta Conferência – História).

SENA, Edilberto Francisco M. **Amazônia: o que será amanhã? Visão Crítica de uma realidade sobre a ótica dos editoriais da Radio Rural de Santarém 2001-2009.** Santarém, PA: Editora e Artesanato Gráfico Tiagão, 2010.

SOUZA, Ney de (Org.). **Temas de Teologia latino-americana.** 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção Alternativas).

SUSIN, Luiz Carlos (Org.). **Teologia para outro mundo possível.** São Paulo: Paulinas, 2006.

TABAGIBA, Antonio. Comunidade de fé: as possibilidades das reconstruções dos vínculos. In: IGREJA, Comunidade de comunidades: Experiências e avanços. Brasília: Edições CNBB, 2009.

TRASFERETTI, José; GONÇALVES, Paulo Sergio Lopes (Org.). **Teologia na Pós-modernidade.** Abordagens epistemológica, sistemática e teórica-prática. São Paulo: Paulinas, 2003.

VIER, Frederico O.F.M. (coord.). **Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações.** 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

VIGIL, José Maria. O que fica da opção pelos pobres? **Perspectiva Teológica**, São Leopoldo, v. 26, n. 68, jan./abr. 1964.

VIGIL, José Maria (Org.). Descer da cruz os pobres: cristologia da libertação. Comissão Teológica Internacional da Associação Ecumênica de Teólogos/as do Terceiro Mundo. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. Por uma Teologia Planetária. **Associação Ecumênica de Teólogos/as do terceiro Mundo.** São Paulo: Paulinas, 2011.